



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Yuri Lima Perotto

**A produção de hortifrutigranjeiros na Região da Grande Florianópolis**

Florianópolis  
2022

Yuri Lima Perotto

**A produção de hortifrutigranjeiros na Região da Grande Florianópolis**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Perotto, Yuri Lima

A produção de hortifrutigranjeiros na Região da Grande Florianópolis / Yuri Lima Perotto ; orientador, José Messias Bastos , 2022.

190 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Agricultura . 3. Grande Florianópolis.  
4. Desenvolvimento Econômico. I. Bastos , José Messias .  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Geografia. III. Título.

Yuri Lima Perotto

**A produção de hortifrutigranjeiros na Região da Grande Florianópolis**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jose Messias Bastos, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Carlos Jose Espindola, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Edson de Moraes Machado, Dr.  
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Lucas dos Santos Ferreira, Dr.  
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Geografia

---

Prof.(a). Rosemy da Silva Nascimento, Dra.  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Jose Messias Bastos, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2022

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos estão dirigidos primeiramente aos meus pais Celso Perotto e Rosane Talayer de Lima que durante esse processo de escrita auxiliaram de maneira significativa, principalmente durante as dificuldades impostas pela pandemia. Além deles, estendo meus agradecimentos aos meus familiares que em momentos de dificuldades forneceram apoio com conversas e diálogos.

Agradeço imensamente o meu orientador José Messias Bastos pelo apoio, paciência e confiança em mim depositada.

A Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós Graduação em Geografia que forneceu apoio com professores e servidores qualificados, excelente ambiente de aprendizado e auxílios fornecidos para participação de eventos acadêmicos que ajudou no meu processo de formação acadêmica.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR) e Biblioteca Universitária onde o apoio de seu espaço físico e o material bibliográfico lá disponível possibilitou o andamento desta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de graduação e pós graduação em especial minha amiga Karine Domingos com imenso apoio em debates, conversas, correções e adequações das normas estabelecidas para a confecção do trabalho, ao Fernando Soares de Jesus e Guilherme Régis na elaboração de mapas aqui exposto e à todas as pessoas que auxiliaram com ambientes de estudos e paciência em muitos momentos durante a pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo financiamento da presente pesquisa, sem a qual, seria impossível.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como ocorreu as alterações da produção agropecuária da região da Grande Florianópolis e analisar as diferenciações produtivas existentes na região atualmente. Dessa forma, procura-se identificar quais são os municípios que melhor se inserem no mercado, quais tecnologias são aplicadas e assim pesquisar como se configura a produção agrícola da região e sua importância para o abastecimento alimentar da região metropolitana de Florianópolis. A pesquisa apoia-se no referencial teórico de Ignácio Rangel, como forma de analisar o desenvolvimento brasileiro e sua organização espacial conforme os ciclos econômicos. O estudo também se fundamenta no método histórico-dialético de Marx e da formação socioespacial de Milton Santos (1977), uma vez que, se faz uma análise da totalidade da região da Grande Florianópolis, bem como sua gênese, formação e situação atual da produção agrícola. Foram também apresentadas a perspectiva de Cholley (1964) com as combinações geográficas, onde se faz uma análise das combinações físicas, sociais e econômicas para a utilização agrícola da região. A região passou a ter um aumento populacional a partir do século XX quando se viu a necessidade de haver a ocupação do local e com o passar do tempo, foi deixando de se ter atividades voltadas para a subsistência para cada vez mais se ter uma especialização produtiva na região. O estudo mostrou a importância que as instituições Estatais como Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão (EPAGRI) e Centrais de Abastecimento (Ceasa) tem para o fortalecimento da atividade agrícola da região e seu auxílio na comercialização de alimentos para os produtores da região da Grande Florianópolis. A produção agrícola da região está organizada, essencialmente, em pequenas propriedades, que cada vez mais se especializam em determinados nichos de produção para comercialização. A olericultura é a principal atividade agrícola da região e injeta na economia da Grande Florianópolis mais de R\$ 500 milhões a cada safra, segundo a EPAGRI, sendo os municípios Angelina, Antônio Carlos, Águas Mornas e Rancho Queimado os maiores produtores. Compreender essa importante atividade para Santa Catarina e obter informações da produção agrícola da região é fundamental para que seja possível desenvolver políticas públicas mais assertivas para o setor.

**Palavras-chave:** Agricultura. Grande Florianópolis. Desenvolvimento econômico.

## ABSTRACT

The present work aims to demonstrate how the changes in agricultural production in the Greater Florianópolis region occurred and to analyze the productive differences that currently exist in the region. In this way, we seek to identify which municipalities best fit into the market, which technologies are applied and thus research how agricultural production in the region is configured and its importance for the food supply of the metropolitan region of Florianópolis. The research is based on the theoretical framework of Ignácio Rangel, as a way of analyzing Brazilian development and its spatial organization according to economic cycles. The study is also based on the historical-dialectic method of Marx and the socio-spatial formation of Milton Santos (1977), since, an analysis is made of the entire region of Greater Florianópolis, as well as its genesis, formation and current situation of production agricultural. Cholley's perspective (1964) with geographic combinations was also presented, where an analysis of the physical, social and economic combinations for the agricultural use of the region is made. The region began to have a population increase from the 20th century onwards, when the need to occupy the place was seen, and over time, activities aimed at subsistence ceased to be more and more focused on production. in the region. The study showed the importance that State institutions such as the Agricultural Research and Extension Company (EPAGRI) and Supply Centers (Ceasa) have for the strengthening of the agricultural activity in the region and their assistance in the commercialization of food for producers in the Greater Florianópolis region. . Agricultural production in the region is essentially organized into small properties, which are increasingly specializing in certain production niches for sale. Olericulture is the main agricultural activity in the region and injects more than R\$ 500 million into the economy of Greater Florianópolis each harvest, according to EPAGRI, with the municipalities of Angelina, Antônio Carlos, Águas Mornas and Rancho Queimado being the largest producers. Understanding this important activity for Santa Catarina and obtaining information on agricultural production in the region is essential to make it possible to develop more assertive public policies for the sector.

**Keywords:** Agriculture. Greater Florianopolis. Economic development

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do povoamento açoriano no litoral catarinense no século XVIII .....	32
Figura 2 - Organização espacial da colonização na Grande Florianópolis.....	42
Figura 3 - IDHM Região Metropolitana de Florianópolis nos anos 2000/2010.....	52
Figura 4 - Mapa dos limites municipais de Santa Catarina no ano de 1900 .....	59
Figura 5 - Mapa viário do núcleo urbano de Florianópolis - 1950.....	62
Figura 6 - Mancha urbana do núcleo metropolitano de Florianópolis 1950 .....	62
Figura 7 - Localização e data da criação das colônias açorianas no litoral central catarinense e Relevo e unidades de conservação da Região Metropolitana .....	66
Figura 8 - Mapa das regiões hidrográficas do Estado de SC.....	86
Figura 9 – Mapa pedológico de Santa Catarina.....	91
Figura 10 – Mapa do levantamento da olericultura da Região da Grande Florianópolis (2018/2019) .....	111
Figura 11 Produção de hortaliças com irrigação e técnica de Mulching da empresa CheiroVerde no bairro Ratonas em Florianópolis .....	122
Figura 12 – Produção de hortaliças com etapas de limpeza e higienização mecanizada .....	122
Figura 13 - Mapa de localização das microrregiões na Mesorregião da Grande Florianópolis .....	146
Figura 14 - Origem dos produtos comercializados na Ceasa/SC por estado em 2019.....	158
Figura 15 - Mapa da área de produção de tomate (ha) em Santa Catarina – Safra 2017 .....	165
Figura 16 - Fluxograma da comercialização de hortifrutigranjeiros na Ceasa-SJ.....	167

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tecnologias desenvolvidas e difundidas pela Epagri .....	104
---------------------------------------------------------------------	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de produtos que produziam na Ilha de Santa Catarina e demais Jurisdições em 1796 .....	34
Tabela 2 - Santa Catarina: Localização dos Estabelecimentos de Transformação de Produtos Primários – 1797.....	34
Tabela 3 - Relação dos principais núcleos de colonização alemã na Grande Florianópolis no Estado de Santa Catarina .....	44
Tabela 4 - Movimento de urbanização brasileira .....	47
Tabela 5 - Ocupação de domicílios em Florianópolis 1950 .....	48
Tabela 6 - Crescimento demográfico de Florianópolis .....	51
Tabela 7 - Ocupação de domicílios em São José em 1950.....	61
Tabela 8 - Distribuição da Produção nos Distritos de Palhoça 1936 .....	68
Tabela 9 - Evolução da população urbana na Região metropolitana de Florianópolis – 1970/90 .....	74
Tabela 10 - População Total Região metropolitana de Florianópolis no século XXI.....	75
Tabela 11 – Implementos agrícolas da mesorregião da Grande Florianópolis por área das unidades agropecuárias.....	79
Tabela 12 - Implementos agrícolas da microrregião de Florianópolis .....	80
Tabela 13 - Implementos agrícolas da microrregião do Tabuleiro.....	82
Tabela 14 - Implementos agrícolas da microrregião de Tijucas.....	83
Tabela 15 – métodos de irrigação na mesorregião da Grande Florianópolis .....	88
Tabela 16 - Uso de calcário e outros corretivos do pH do solo - Correção do solo .....	91
Tabela 17 - Adubação na região da Grande Florianópolis .....	92
Tabela 18 - Adubação nos municípios da microrregião de Florianópolis.....	93
Tabela 19 - Adubação nos municípios da microrregião de Tijucas .....	94
Tabela 20 - Adubação nos municípios da microrregião do Tabuleiro .....	95
Tabela 21 - Utilização de agrotóxicos na região da Grande Florianópolis e microrregiões ....	97
Tabela 22 - Dados da fruticultura da UGT-7 da safra de 2016/17 .....	113
Tabela 23 - Dados da fruticultura da UGT-7 da safra 2017/18.....	113
Tabela 24 – Valor de venda de hortaliças no município de Antônio Carlos.....	116
Tabela 25 -Valor de venda de hortaliças no município de Biguaçu.....	118
Tabela 26 - Valor de venda de hortaliças no município de Palhoça.....	124
Tabela 27 - Valor de venda de hortaliças no município de Santo Amaro da Imperatriz.....	125

Tabela 28 - Valor de venda de hortaliças no município de São Pedro de Alcântara.....	127
Tabela 29 - Valor de venda de hortaliças no município de São José .....	128
Tabela 30 - Valor de venda de hortaliças no município de Angelina.....	130
Tabela 31 - Valor de venda de hortaliças no município de Canelinha, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas .....	134
Tabela 32 - Valor de venda de hortaliças no município de Águas Mornas.....	136
Tabela 33 - Valor de venda de hortaliças no município de Rancho Queimado .....	138
Tabela 34 - Valor de venda de hortaliças no município de São Bonifácio .....	142
Tabela 35 - Número e área de estabelecimentos agropecuários e tipologia.....	146
Tabela 36 - Condição do produtor em relação às terras (censo agropecuário de 2006 e 2017) .....	147
Tabela 37 – Número de estabelecimentos e área (hectares) agropecuárias (hectares) das atividades econômicas na microrregião de Tijucas .....	148
Tabela 38 - Número de estabelecimentos e área (hectares) agropecuárias (hectares) das atividades econômicas na microrregião de Florianópolis .....	149
Tabela 39 - Número de estabelecimentos e área (hectares) agropecuárias (hectares) das atividades econômicas na microrregião do Tabueiro .....	150
Tabela 40 - Classe de idade do produtor .....	151
Tabela 41 - Atividades econômicas na região .....	152
Tabela 42 - Principais municípios de SC fornecedores de produtos para CEASA em 2019 .	159
Tabela 43 - Origem e volume de produtos na Ceasa-Sj em 2019 .....	161
Tabela 44 - Origem e volume de produtos na Ceasa-Sj em 2019 .....	164

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia  
ACAFE – Associação Catarinense de Fundos Educacionais  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CELESC – Centrais de Eletricidade de Santa Catarina  
CERTI – Fundação de Centros de Referência em Tecnologia Inovadora  
DEATEC – Associação Polor Tecnológico do Oeste Catarinense  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FAPESC – Federação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
NITA – Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar  
SDS – Secretaria Desenvolvimento Econômico Sustentável  
SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina  
VBP - Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 OBJETIVOS .....	20
1.1.1 Objetivo Geral.....	20
1.1.2 Objetivos Específicos .....	20
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....</b>	<b>21</b>
<b>3 FORMACAO SOCIO-ESPACIAL E O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PRODUCAO MERCANTL NA REGIAO DA GRANDE FLORIANOPOLIS .....</b>	<b>30</b>
<b>4 A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO INTERNO: A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>47</b>
4.1 URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E A IMPORTÂNCIA DO ESTADO.....	47
4.2 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSE E A TRANSFORMAÇÃO ESPAÇO RURAL.....	55
4.3 DECADÊNCIA RURAL E AMPLIAÇÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS .....	64
<b>5 A REESTRUTURACAO DA PRODUCAO AGRICOLA DOS MUNICIPIOS DA MESORREGIAO DA GRANDE FLORIANOPOLIS.....</b>	<b>78</b>
5.1 INOVACOES E INTRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS.....	78
5.2 TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.....	78
5.3 SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO .....	84
5.4 CORREÇÃO DO SOLO E ADUBAÇÃO .....	90
5.5 USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.....	95
<b>6 A IMPORTÂNCIA DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A (EPAGRI) PARA O SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE .....</b>	<b>101</b>

6.1 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	108
6.2 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS.....	115
6.2.1 Antônio Carlos.....	115
6.2.2 Biguaçu.....	117
6.2.3 Florianópolis.....	120
6.2.4 Palhoça.....	124
6.2.5 Santo Amaro da Imperatriz.....	125
6.2.6 São Pedro de Alcântara.....	127
6.2.7 São José.....	128
6.3 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TIJUCAS.....	129
6.3.1 Angelina.....	129
6.3.2 Outros municípios da microrregião de Tijucas.....	130
6.4 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO TABULEIRO.....	135
6.4.1 Águas Mornas.....	135
6.4.2 Rancho Queimado.....	137
6.4.3 São Bonifácio.....	139
6.4.4 Alfredo Wagner.....	142
6.5 ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	145
<b>7 A IMPORTÂNCIA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR (CEASA) PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>154</b>
<b>8 CONCLUSÃO.....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho está dividido em referencial teórico utilizado como base para o trabalho e a dissertação onde está apresentada no primeiro capítulo a formação socioespacial da região da Grande Florianópolis e a consolidação do mercado consumidor de Florianópolis e região metropolitana. No segundo capítulo apresenta-se as instituições públicas que dão sustentação e auxiliam a produção agrícola da região com pesquisa, extensão agropecuária e local de comercialização. Por fim apresenta-se aspectos da produção agropecuária na mesorregião da Grande Florianópolis onde se analisa dados referente a produção agrícola de cada município da região.

A utilização do referencial teórico utilizado como base para o desenvolvimento da pesquisa é de suma importância para dar embasamento e auxílio na escrita do trabalho. É a partir dos autores ali colocados e suas formas de pensar as transformações de determinado espaço geográfico que se dá as bases para o desenvolvimento da dissertação. Busca-se em Marx, como ponto de partida, observar as transformações ocorridas no modo de produção da produção agrícola da região de Florianópolis através das “múltiplas determinações”. Também se utiliza, como referencial teórico e metodológico, as categorias de análise de Formação Socio-Espacial de Milton Santos, uma vez que, ela leva “ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades” para a compreensão da totalidade do objeto de estudo (PEREIRA, 2003, p, 101), além da perspectiva de André Cholley sobre as combinações geográficas, que permitem uma compreensão mais abrangente de uma realidade espacial no decorrer do tempo.

Outros autores como Ignácio Rangel, José Graziano da Silva e José Sidney Gonçalves ajudam na compreensão das transformações ocorridas no espaço geográfico brasileiro, sendo neste trabalho, utilizado, principalmente, textos que se referem à questão agrária do país e da modernização do campo no Brasil. A utilização de Von Thunen e sua perspectiva de Estado isolado permite compreender como se pode obter um melhor uso da terra e um maior lucro a ser alcançado por determinado produto agrícola, através do lugar em que é produzido em relação à distância com a cidade consumidora.

No primeiro capítulo, busca-se compreender como se deu a formação socio-espacial da região de Florianópolis, bem como, analisar como ocorreu a ocupação de Florianópolis pelos açorianos e dos Vales Atlânticos pelos imigrantes alemães. Buscou-se, através de Leo Waibel, informações sobre a formação de colônias germânicas, e principalmente, compreender a ocupação das terras e as modificações espaciais decorrentes da intervenção humana. Além

disso, com os fundamentos de Araujo (2007) sobre o funcionamento do agronegócio também foi possível dimensionar, de uma melhor maneira, a produção agrícola da região, analisando a produção numa perspectiva de “pré-porteira”, “porteira” e “pós-porteira”.

Como se observa no primeiro capítulo, a agricultura teve papel fundamental no desenvolvimento de Santa Catarina e com a chegada dos açorianos no litoral do estado não foi diferente. Os açorianos desempenharam papel importante na ocupação do território, uma vez que fizeram parte do maior plano de ocupação territorial executado por Portugal para a região Sdo Brasil (MAMIGONIAN, 1997). Assim, os colonos açorianos tiveram como função ocupar a Ilha de Santa Catarina e regiões costeiras do estado, com finalidade de produzir alimentos para os militares e desenvolver assentamentos na região objetivando a defesa do território. Na medida em que a população se desenvolvia, passou a desempenhar uma economia baseada no modelo de subsistência numa estrutura agrária de pequenas propriedades e com um certo excedente exportável (CABRAL, 1991; CAMPOS, 1991). Esse colono, quando conseguia exportar seu excedente, principalmente a mandioca, para a produção de farinha, viabilizava melhorias em sua propriedade, e dessa forma colocava a Ilha como a maior produtora das jurisdições de Santa Catarina naquele período.

As freguesias da Ilha desenvolviam atividades agrícolas e mercantis diversas, que abasteciam Desterro (núcleo central de colonização). Entretanto, mesmo com variedade agrícola e disponibilidade de produtos exportáveis, a vida rural dos açorianos não desenvolveu maiores complexidades na divisão social do trabalho que possibilitassem relações de produção mais especializadas. Com isso, não ocorreu uma maior acumulação de capital na região, sendo diversos fatores responsáveis pela estagnação da economia da Ilha.

A partir da fundação da Vila de Lages em 1771 e da economia desenvolvida na região, a Capitania de Santa Catarina passou a se preocupar com a ocupação mais interiorana que ligasse a Ilha até Lages, uma vez que não existia nenhuma ligação entre as duas localidades. Dessa forma, com maior conhecimento do interior catarinense pelos administradores da capitania, se percebeu a necessidade de ocupação e posse do território. Essa situação fica evidente a partir do século XIX, quando ocorre a imigração de europeus para o território catarinense que, conforme Waibel (1949) seria um tipo de colono que deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para saber defender sua terra, bem como cultivá-la.

Dessa forma, as colônias europeias próximas a Desterro estavam, desde o início e no decorrer do século XIX, estabelecidas e vinculadas à atividade econômica do tropeirismo e em trocas comerciais com Desterro. O assentamento dos colonos nessa região se deu de forma bem

difícil por diversos fatores, ocorrendo inúmeras migrações internas durante o século XIX e XX.

Assim como os colonos açorianos, as colônias alemãs também não desenvolveram relações produtivas mais avançadas que gerassem diferenças nas divisões sociais de trabalho na região de Florianópolis, capaz de desenvolver a pequena produção mercantil existente em relações capitalistas de produção. Mesmo assim, os meios de produção de subsistência desenvolvidos na região não se desintegraram, pois a produção destes meios de satisfação era condicionada pela organização territorial humana existente e pelas condições naturais encontradas. A mudança ocorreu de forma bastante lenta, uma vez que as especializações técnicas só foram ocorrer depois do aumento e consolidação do mercado interno, ou seja, da urbanização de Florianópolis e cidades vizinhas durante o século XX, e pelo processo de modernização agrícola e o incremento de capital no campo, que ocorreu no Brasil e em Santa Catarina.

A partir do século XX ocorreram inúmeras transformações no espaço brasileiro como o intenso processo de urbanização a partir dos anos 1960, transformando, inclusive, a organização espacial do estado de Santa Catarina. As transformações em Florianópolis ocorreram de forma lenta no início do século, com a construção da ponte Hercílio Luz, configurando o declínio e encerramento das atividades portuárias no local, bem como o declínio do transporte marítimo, substituído pelo rodoviário (SUGAI, 2002). Além disso, a forte atuação do Estado na consolidação de instituições estatais e da construção das rodovias BR-101 e BR-282 e vias de acesso na Ilha, possibilitou a centralização dos serviços públicos na capital e a modernização do sistema de transportes, integrando espaços anteriormente desconexos. Com isso, Florianópolis se consolidava com uma dupla função de cidade de serviço e político-administrativa, expandindo a urbanização em seu território e influenciando as cidades em seu entorno. A urbanização da Capital e dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, fez aumentar cada vez mais o centro consumidor, promovendo desafios para a inserção dos produtores agrícolas da região.

A urbanização de Florianópolis e cidades vizinhas alterou e reconfigurou a organização espacial desses municípios. A consolidação da imigração germânica e açoriana fez com que a agricultura nessa região atendesse tanto às necessidades da Capital do Estado, bem como a região do planalto catarinense durante o século XIX e início do XX (BRANDT, 2014). Muitas alterações ocorreram durante o século XX e dessa forma, na medida em que o sistema viário ganhava força, as comunidades do continente aos poucos se transformavam em eixos de

expansão urbana (PEREIRA, 1999). Com isso, diversos proprietários fundiários do continente começaram a lotear grandes extensões de terras e chácaras, possibilitando o aumento de atividades imobiliárias, e assim enfraquecendo as atividades rurais das cidades do continente.

Os municípios da região da Grande Florianópolis também passaram a produzir uma agricultura diferenciada e mais especializada, uma vez que deixaram de produzir para subsistência e voltaram a produção para comercialização. Os produtores que não se inseriam nessa nova cadeia produtiva vendiam sua propriedade e migravam para área urbana em busca de oportunidades de trabalho no crescente setor de construção civil. Dessa forma é necessário analisar a importância da criação da CEASA, da Epagri e a formação das cooperativas de produtores da região da Grande Florianópolis.

No segundo capítulo apresenta-se a importância de instituições públicas para o setor hortifrutigranjeiros da Grande Florianópolis. Nessa parte se apresenta a formação e consolidação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e como essa instituição promove a extensão rural, pesquisa e inovação que auxilia a produção de diversos produtos agrícolas. Nessa etapa do trabalho é apresentada diversas técnicas que a Epagri realizou para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de várias culturas agrícolas, entre elas a olericultura, de grande importância para a região da Grande Florianópolis. Através das ações e pesquisas realizadas pelo corpo técnico da Epagri, foi possível desenvolver uma série de inovações para a agricultura catarinense que beneficiou a renda de diversas famílias rurais.

Além da Epagri também é apresentado neste capítulo a importância do desenvolvimento das Centrais de Abastecimentos (Ceasas) no território brasileiro e catarinense. Através da constituição da Ceasa unidade São José foi possível se ter uma maior centralização da produção agropecuária do Estado e principalmente uma fonte de escoamento dos produtos hortifrutigranjeiros da região da Grande Florianópolis. Diante disso, é possível observar os dados dos volumes de diversos produtos comercializados pelos municípios da região e perceber quais que mandaram maior quantidade e assim diagnosticar melhor quais produtos provêm de cada município da região.

A Ceasa-SJ é de extrema importância para centralizar a produção que ocorre no espaço rural catarinense. Através dela diversos estabelecimentos comerciais podem ter acesso aos produtos da região da Grande Florianópolis, dinamizando esta importante etapa do agronegócio que é a comercialização dos produtos. Dessa maneira a Ceasa beneficia os produtores da região, que encontram um local para vender seus produtos e entrelaçar laços de comercialização

específicos entre produtores, comerciantes e setor atacadista e varejista. Neste capítulo, propõe-se compreender quais os produtos comercializados por cada município da região com a Ceasa, como é a logística de comercialização e como ela beneficia os agentes existentes nesse setor.

No terceiro capítulo é onde se apresenta as características gerais da produção da mesorregião da Grande Florianópolis. A região possui três microrregiões: Florianópolis, Tabuleiro e Tijucas e dessa forma facilitou a compreensão da espacialização agrícola que ocorre na mesorregião. Nesta parte do trabalho é possível identificar o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, as alterações que ocorreram na condição do produtor em relação a terra de 2006 à 2017, quais as atividades econômicas mais desenvolvidas na região, além de identificar a quantidade de unidades que fazem uso de programas de governo como o PRONAF.

Neste capítulo se observa a predominância de pequenas e médias propriedades na região onde ocorre a produção de diversas culturas de hortaliças. Nota-se também uma diminuição no número de propriedades muito decorrente do êxodo rural e das dificuldades que os jovens percebem de permanecer na atividade agrícola.

A compreensão da produção do agronegócio da região da Grande Florianópolis se dá a partir dos segmentos de Araujo (2007) que divide o agronegócio em “pré-porteira”, “porteira” e “pós-porteira”. A partir disso é possível analisar a quantidade de equipamentos, insumos e aparelhos técnicos utilizados na região no segmento pré-porteira, analisar os dados e especializar quais produção são produzidos em determinados municípios no segmento “porteira” e por fim identificar a o valor da comercialização dos produtos de cada microrregião e elencar novos nichos de mercado agrícola em cada município no segmento “pós-porteira”.

Além disso, nesse capítulo é possível analisar o funcionamento da produção de hortifrutigranjeiros da região da Grande Florianópolis e dessa forma perceber como é o modo de produção das aréolas de produção mais próximas do centro urbano e como é a organização de quem vive da produção agrícola. Assim, a proposta é perceber como a produção ocorre, quais instrumentos técnicos e insumos utilizam, como age a Epagri na região e dessa forma identificar a importância da produção agrícola desses municípios para o abastecimento da Capital e área metropolitana. Nesse sentido, este capítulo procura analisar as transformações que ocorreram na região e como o capital age na agricultura atualmente.

O terceiro capítulo tem como objetivo demonstrar quais produtos são mais comercializados por cada município e quais possuem maior valor de venda. Dessa forma, é analisada as especializações produtivas que se dá em cada região, relacionando a utilização técnica adotada, bem como o favorecimento de combinações geográficas para o

desenvolvimento de determinada cultura agrícola. Além disso, neste capítulo também é possível identificar novos nichos de produção agrícola nos municípios, alterações que vem ocorrendo em cada um deles e os problemas enfrentados pelos agricultores da região.

O trabalho pretende trazer uma visão ampla de como ocorre a produção de hortifrutigranjeiros na região da Grande Florianópolis. Trata-se então, de perceber que a estrutura agrária e o modo de produção deste setor econômico ocorre devido a múltiplas determinações, e que a compreensão da produção agrícola da região não deve ser atribuída a apenas um fator de influência.

## 1.1 OBJETIVOS

O presente trabalho é orientado a partir de objetivo geral e específicos.

### 1.1.1 Objetivo Geral

O trabalho tem como objetivo a compreensão do processo de formação da atividade agropecuária da Grande Florianópolis, bem como analisar as inversões de capital empregado na produção de hortifrutigranjeiros da região.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Analisar a dinâmica da agricultura e a tecnologia aplicada na produção agrícola da região de Florianópolis.

Averiguar e dimensionar a importância das instituições estatais para a agricultura da região, com pesquisa, apoio técnico e extensão.

Analisar as diferenças de capital produtivo aplicado na região da Grande Florianópolis e ver como ocorre a concorrência entre os produtores, ou seja, identificar quais produtores estão melhor inseridos no mercado.

Demonstrar como está distribuído espacialmente a produção dos hortifrutigranjeiros da região e reconhecer as especificidades de produção de cada município.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Ao buscar a compreensão da realidade concreta de um determinado espaço e como ocorre seu modo de produção é imprescindível conhecer a categoria de análise de Marx sobre a totalidade.

“A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS, 1967, p.240).

A visão do conjunto (totalidade) não consegue extrair toda a realidade do objeto, uma vez que ela “é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco das circunstâncias históricas determinadas e concretas” (LUKÁCS, 2009, p. 59). Assim, só conseguimos compreender a realidade de determinado espaço pelo o que é concreto e, para Marx “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 1983). Portanto, a partir do que é dado (concreto-dado) que se inicia a pesquisa e conseguimos compreender o objeto a ser estudado. Assim, deve-se fazer um esforço de compreensão da síntese para melhor compreender a realidade, pois é através dela (múltiplas determinações) que se pode revelar a realidade de uma determinada situação, de um determinado espaço geográfico.

Para Marx, conforme aponta Netto (2011, p.6) a pesquisa de um determinado objeto deve ser real, ou seja, a “reprodução ideal do movimento real do objeto”. Dessa forma é necessário identificar a essência do objeto, isto é: capturar a sua estrutura e dinâmica por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese. Assim, para entender como se desenvolve o objeto é necessário entender

“a questão da riqueza material - ou, mais exatamente, das *condições materiais da vida social* -, porém, não envolve apenas a produção, mas articula ainda a distribuição, a troca (e a circulação, que é "a troca considerada em sua totalidade") e o consumo (...) Estes momentos (produção, distribuição, troca, consumo) não são idênticos, mas todos "são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade” (NETTO, 2011, p. 39).

Na concepção marxista, outro fator importante para compreender o objeto da pesquisa é conhecer sua gênese histórica de categoria ou processo e “por isso mesmo, o estudo das

categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)” (NETTO, 2011, p. 49).

Um dos pensadores mais importantes da questão agrária é Karl Kautsky, que como Marx, percebia a sociedade como produto da luta de classes, e dessa forma, deveria enquadrar os camponeses numa das divisões da sociedade capitalista. Dessa forma, “a agricultura não tem, na sociedade atual, uma existência independente. O seu desenvolvimento subordina-se, da maneira mais estreita, ao desenvolvimento social” (KAUTSKY, 1980, p. 23). Assim, Kautsky auxilia na compreensão de como analisar a agricultura de uma região, através do pensamento e método de Marx. Conforme o próprio autor coloca na introdução de sua célebre obra “A Questão Agrária”:

“Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas.” (1980, p.12).

Portanto, para analisar e compreender como se desenvolveu a agricultura na região da Grande Florianópolis e de que maneira ela está inserida na economia catarinense atualmente, é preciso observar alguns aspectos importantes de como ocorreu a produção e a comercialização deste setor produtivo ao longo da história. Neste sentido, a teoria de Formação Sócio-Espacial proposta por Milton Santos (1977), pautado em Marx (materialismo-histórico), auxilia de maneira significativa na concepção do estudo proposto, uma vez que esta categoria de análise diz respeito à evolução diferencial das sociedades onde a base desta diferenciação é a produção, quer dizer: o trabalho do homem para transformar o espaço onde determinado grupo se confronta (SANTOS, 1977). Dessa forma, conforme Santos, “a noção de Formação Econômica e Social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p.3).

Assim, para compreender a produção agrícola dos hortifrutigranjeiros nos municípios da região de Florianópolis, é importante conhecer as diferentes populações que se inseriram na região e de qual maneira produziram neste espaço, quais técnicas aplicavam e como isso auxiliou o seu desenvolvimento. Assim, ao buscar entender a realidade espacial da produção agrícola, não podemos deixar de lado a compreensão da totalidade do espaço em questão, pois

“nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção de realidade” (SANTOS, 1988a, p. 135).

“Diante disso, a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendraram, sem, contudo, esquecer as características naturais que ofereceram as bases para o seu desenvolvimento. A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico manifesta uma preocupação com análises globalizantes que levam ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro nível - os alicerces - dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana. Essa visão aponta obrigatoriamente no sentido da interdisciplinaridade, requisito fundamental para a percepção da totalidade e, ao introduzir a dimensão espacial, demonstra a impossibilidade de compreensão da sociedade sem referência ao espaço, pois toda formação econômico-social é espacial e temporalmente determinada”. (PEREIRA, 2003, p, 101)

Mostra-se essencial e de suma importância compreender a ideia de múltiplas combinações de Cholley. Conforme Cholley (1964), as combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as físicas, as biológicas e as humanas. Essas categorias quando combinadas provocam um determinado tipo de povoamento do solo, criam-se estruturas sociais mais ou menos diferenciadas, determinam a forma de organização da terra e assim, faz surgir uma característica regional específica do local. Assim, conforme Cholley (1964, p.141), “ao provocar essas convergências de elementos físicos, biológicos e humanos, que o grupo humano consegue resolver os duros e numerosos problemas que lhe são expostos pela vida”. Essa concepção permite uma compreensão mais abrangente de uma determinada realidade geográfica no decorrer do tempo.

No presente trabalho será tratado sobre a produção agropecuária na região da Grande Florianópolis. Assim, sobre a estrutura de uma combinação agrícola, Cholley aponta que em um determinado território onde se exerce a atividade agrícola, existe o elemento físico (solo, relevo, clima, estrutura hidrológica, etc) e que os cultiváveis são condicionados por fatores biológicos (nutriente do solo). Entretanto, a organização agrícola só vai ocorrer através da atividade do homem, que é caracterizado pelo seu valor numérico, estrutura social e seu nível de vida. Atrelado a isso, compreende-se, também, a organização da estrutura agrária (escolhas de culturas e de sua rotação, processo de cultivo) e qual técnica é possível de ser aplicada e utilizada (máquinas, mão de obra, insumos, etc). “Percebemos, pois, dessa maneira uma convergência de fatores físicos, biológicos e humanos, provocada pelo homem para obter as colheitas necessárias à sua sobrevivência” (CHOLLEY, 1964, p. 141).

O trabalho também se pauta nas interpretações econômicas de Ignácio Rangel sobre a economia brasileira. O autor parte do materialismo histórico e da teoria econômica e faz uma análise do funcionamento da economia brasileira, descrevendo o desenvolvimento do país, no campo da economia política. Assim, Rangel percebia que as especificidades eram fundamentais para perceber como o Brasil se distinguira da trajetória do centro capitalista durante seu processo de formação.

A teoria da dualidade de Rangel (2005) é muito original, pois analisa que a economia brasileira se dá a partir das suas relações com as economias do centro do sistema. Dessa forma, a teoria visa identificar os modos de produção e sua articulação dinâmica entre a estrutura e a superestrutura existente no Brasil em cada momento histórico específico. Assim, ele leva em conta fatores externos (mundiais) e de como tais relações são determinantes no desenvolvimento das forças produtivas internas, bem como, as relações de produção internas. Portanto, Rangel é fundamental para compreender o desenvolvimento brasileiro. Para este trabalho é imprescindível o entendimento deste autor sobre a questão agrária no Brasil.

Durante a terceira dualidade, o autor interpreta que a industrialização se dava sem a necessidade prévia de reforma agrária e que caberia ao campo brasileiro aumentar a oferta de bens agrícolas concomitantemente à liberação de mão-de-obra. Na perspectiva desse autor, o campo brasileiro deveria produzir somente bens agrícolas e dessa forma, primava pela modernização no meio rural, com intensificação da divisão social do trabalho, concentrando a jornada familiar apenas em atividades voltadas para o mercado.

Sobre a localização de determinadas culturas agrícolas utiliza-se o modelo pioneiro de Von Thunen do “Estado Isolado”, que através do uso da terra percebeu como se dava a distribuição das atividades agrícolas no espaço. Este modelo é baseado em uma situação hipotética, pois sistematiza que a distribuição de produtos agrícolas ocorre ao redor de uma cidade plana, com mesma condição de solo, relevo e clima. Esta formulação esclarece duas questões fundamentais, referentes aos padrões de cultivo que se formam em torno das cidades e qual sistema agrário se utiliza em relação a distância da cidade. Assim, ele dividiu esse hipotético Estado em círculos concêntricos, onde o centro consumidor seria o local de venda dos produtos agrícolas. Cada círculo representaria a produção de um determinado produto agrícola e sua localização está condicionada a natureza do produto e o custo do deslocamento.

Thunen queria explicar a melhor forma de utilização e organização da terra, a partir da aplicação de um sistema de cultivo que alcançasse o custo mais baixo. Queria então garantir não só a continuidade da exploração do solo, como também, que o lucro a ser alcançado fosse

o maior possível. Com isso, Von Thunen afirma que, levando em consideração o melhor uso da terra, no círculo mais próximo à cidade, serão encontrados produtos do ramo de hortifrutigranjeiros, por serem produtos caros de transportar e também por ser altamente perecíveis e que o consumo deva ser imediato. Conforme Ariovaldo Umbelino (2016),

“Von Thünen procura compor o primeiro anel do "Estado Isolado", que deverá ter um sistema de cultivo intensivo, pois se utilizará do adubo produzido na cidade e nele plantar-se-á os gêneros que são perecíveis e que por isso requerem uma comercialização rápida. E o caso da horticultura (couve-flor, morangos, alfaces, etc.); da floricultura; e da produção do leite (...) É verdade, também, que o raciocínio de Thünen, sobre a intensidade dos sistemas de cultivo, prende-se ao uso do adubo conseguido na cidade, passando este a ser o regulador da dimensão deste anel (...) o elemento a regular a dimensão do anel é o custo de transporte, que consiste na tese central de toda a obra de Thünen”. (OLIVEIRA, 2016, p.260).

Um dos autores que discutem o método de Von Thunen é Leo Waibel (1955;1958) e para ele, o que interessa na questão do “Estado Isolado” é saber até que ponto ele é um conceito abstrato e até que ponto se fundamenta em realidades concretas. As contribuições e estudos de Leo Waibel (1949) sobre o processo de colonização e assentamento de imigrantes europeus na região Meridional brasileira auxiliaram para compreender a ocupação da região. Este autor preocupou-se em analisar a imigração não como uma epopeia, mas sim, identificar a ocupação das terras e as modificações espaciais decorrentes das intervenções humanas, neste caso, os colonos alemães. Dessa forma, Waibel é importante neste trabalho, pois compreende a estrutura agrária a partir da ocupação do território e da implementação de determinados modelos de exploração da terra, ou seja, se preocupa com aspectos econômicos e produtivos do espaço geográfico. Para o autor, a maneira como é usada a terra e os sistemas produtivos adotados pelos colonos, mostra como se deu o uso dos recursos naturais e explica a viabilidade sócio-econômica das propriedades. Waibel, partindo de Thunen, classifica os anéis centrais e suas variações a partir do centro urbano e relaciona a distribuição espacial da agricultura com o quadro das vias de comunicação – rodovias, estradas, densidade populacional e processo histórico de ocupação do território.

Sobre o uso da tecnologia na agricultura, buscou-se nos estudos de Theodore W. Schultz (1964), compreender como o avanço tecnológico no meio rural, principalmente em países em desenvolvimento, podem alavancar a produção e gerar riqueza neste setor. O estudo de Schultz (1964) considerava que a agricultura seria uma fonte de crescimento econômico, ao

transformar a agricultura tradicional, por meio de investimentos tecnológicos, em um setor mais produtivo. Para ele, a utilização técnica deveria servir para tornar a atividade agrícola mais rentável e obter alta eficiência nos resultados produtivos. Neste sentido ele coloca uma questão fundamental de que o problema da produtividade não se deve à incapacidade do produtor, mas aos insumos que este utiliza. Sendo assim, não basta entender o meio agrícola a partir, apenas, da qualidade natural da terra, mas também devido e estrutura de capital (capital material e capital humano). Dessa forma, considerava que, quando os agricultores utilizassem apenas os fatores tradicionais de produção, atingiriam um ponto em que não conseguiriam aumentar a produção, sendo necessária uma modernização na agricultura. Conforme o trecho a seguir:

“O homem que exerce atividades agrícolas de maneira idêntica à de seus antepassados não pode produzir muitos alimentos, apesar da riqueza da terra ou da intensidade de seu trabalho. O agricultor que tem acesso ao progresso técnico pode produzir alimentos em abundância, mesmo que a terra seja pobre. O conhecimento que possibilita essa transformação é uma forma de capital, sempre que for parte dos insumos usados pelos agricultores e sempre que constituir parte de suas habilidades e do seu poder” (SCHULTZ, 1964, p. 15).

Portanto, o estudo de Schultz (1964), tem como objetivo, mostrar que a transformação da agricultura tradicional, com limites lucrativos, para uma agricultura altamente produtiva, requer-se a utilização de novos fatores de produção. Seu trabalho mostra que a utilização de novas técnicas poderia tornar a agricultura uma atividade rentável, e para isso, era necessária uma ruptura com o modelo tradicional de produção no campo. Conforme Schultz, “uma tecnologia está sempre incorporada em determinados fatores, e, por conseguinte, para introduzir uma nova tecnologia, é necessária empregar um conjunto de fatores de produção diferente do conjunto anteriormente empregado” (1964, p.137). Nesse sentido, é necessário promover um conjunto de inovações na produção do campo, que deveriam ser tanto tecnológicas, quanto institucionais e organizacionais. Nesse ponto de vista, não era apenas necessário a adoção de tecnologia e modernização, pura e simplesmente. Ele identificava que a inserção dos novos fatores de produção deveria estar relacionado, tanto à utilização de máquinas e insumos, como também ao aprendizado e estruturas institucionais de suporte à mudança. Portanto, conforme pensamento de Schultz, para a agricultura ser uma atividade rentável e geradora de riquezas, ela necessita de uma extensa e complexa estrutura produtiva de fornecedores de insumos, equipamentos e conhecimento.

Outro grande estudioso da questão agrária, mais precisamente da questão agrária brasileira é José Sidney Gonçalves, que é essencial nesse trabalho para compreender como

analisar as pequenas e médias propriedades rurais. Gonçalves (2004) demonstra a diferenciação do campo brasileiro através dos modelos de escala texano (grande propriedade) e californiano (pequena e média propriedade), bem como a importância de ambas para o complexo rural brasileiro. Salienta que em economias continentais, como o Brasil, a agricultura texana (de grande escala) é fundamental para o desenvolvimento nacional, devido o volume produzido e pela importância na geração de emprego, na renda e na geração de divisas. O chamado modelo californiano consiste no que ele chama de diferenciação de produtos na propriedade rural. Ou seja, no modelo californiano a diferenciação pela qualidade ocorre por diversos fatores, que auxiliam o agronegócio familiar a se inserir melhor no mercado. Conforme o autor:

“Em se tratando de perecíveis e de produtos frescos, a coordenação envolve imensos complexos produtivos complementares que conformam na verdade cestas específicas com diferentes variedades de produtos. Nessa complexidade emergem a diferenciação pela qualidade, os custos e a excelência da logística como principais elementos definidores da vantagem competitiva de empresas e países” (GONÇALVES et al, 1996).

José Sidney Gonçalves apresenta uma série de características do modelo californiano e dessa forma auxilia na pesquisa, pois permite uma maneira de analisar a diferenciação produtiva em determinada região. Conforme o autor, um elemento fundamental da definição da qualidade está na decisão da escolha do material genético, que define características intrínsecas, sabor e coloração como extrínsecas, época de colheita (que determina sazonalidade). Explica que os determinantes edafo-climáticos podem garantir ganhos expressivos em determinadas regiões, mas que não são passíveis de superação, através do uso de irrigação e adubação controlada para produção. Outro aspecto importante dessa cadeia de produção é a contínua busca por ofertar produtos diferenciados na origem, quer dizer, “na produção diferenciada na origem, o elemento que determina o processo produtivo é a obtenção de qualidade superior na diversidade de produto” (GONÇALVES, 2003).

Além desses fatores elencados, outra característica desse modelo de produção está na intensificação do uso do solo que apresenta especificidades muito acentuadas. Para a produção das olerícolas - lavouras intensivas com sucessivas safras anuais -, por exemplo, são necessárias estruturas físicas perenes, compostas de estufas, irrigação por gotejamento, canteiros, canais de drenagem. Por tanto, a utilização dessas estruturas configura um elemento diferenciador, pois a decisão de plantio não pode ser alterada em conteúdo e em dimensão por um período largo de tempo. E por fim, o autor fala sobre as variadas formas de negócios devido a evolução das

comunicações, que possibilitaram múltiplas fontes de abastecimento de diversos produtos. Quer dizer, pela força dos supermercados, o consumidor passa a ser um agente importante na definição dos padrões de preço e de qualidade, uma vez que, os “processos de beneficiamento no pós-colheita é destacado, como característica altamente valorizada pelo consumidor, o fato de que o produto já nasce sob a égide da seleção rigorosa” (GONÇALVES, 2003, p. 72). Conforme o autor (2003, p. 77), “essas cadeias de produção operam em *just in time* com colheita e consumo ajustando-se de forma instantânea em tempo real, dada a dificuldade de estoques expressivos para todas as espécies”.

Em certos momentos da pesquisa é utilizado o termo agronegócios para a agricultura realizada na região da Grande Florianópolis, tendo como base o trabalho de Massilon J. Araujo (2007). Este autor parte do princípio de que com a evolução da socioeconomia, principalmente o uso da tecnologia, houve modificação nas propriedades rurais, pois a partir disso, provocou saltos nos índices de produtividade agropecuária. Dessa forma, o autor analisa que os termos agrícola ou de gênero primário perdeu-se o sentido, pois

“A "agricultura" de antes, ou setor primário, passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos que vêm de fora. Depende também do que ocorre depois da produção, como armazéns, infra-estruturas diversas (estradas, portos e outras), agroindústrias, mercados atacadista e varejista, exportação. Cada um desses segmentos assume funções próprias, cada dia mais especializadas, mas compondo um elo importante em todo o processo produtivo e comercial de cada produto agropecuário. Por isso, surgiu a necessidade de uma concepção diferente de "agricultura". Já não se trata de propriedades auto-suficientes, mas de todo um complexo de bens, serviços e infra-estrutura que envolvem agentes diversos e interdependentes” (ARAUJO, p. 17,16. 2007).

Dessa forma, pretende-se analisar, conforme este autor, a produção agrícola da região a partir de uma visão sistêmica que vai englobar os setores determinados “antes da porteira”, “porteira” e “pós-porteira”. No segmento “antes da porteira” se analisa compostos basicamente pelos fornecedores de insumos e serviços, máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, apoio técnico, financiamento etc.. No segmento “dentro da porteira” são as atividades desenvolvidas na fazenda, como preparo do solo, tratos culturais, irrigação, colheita, criação e outras. Por fim, no segmento “pós porteira” refere-se às atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens, consumo de produtos alimentares entre outros.

Para compreender melhor os segmentos elencados, foi utilizado neste trabalho o censo agropecuário de 2017 do IBGE para compreender melhor os componentes utilizados na “pré-porteira”. Para compreender o segmento “porteira” foi apresentado dados referentes a produção

de produtos de hortifrutigranjeiro por parte da Epagri com o levantamento da olericultura da Grande Florianópolis e assim identificar quais produtos são produzidos em cada municípios. O segmento “pós-porteira” é apresentado antes e depois. No momento em que se analisa o papel da Ceasa, e sua importância para a centralização e distribuição de produtos percebe-se sua importância para o abastecimento e consumo da região metropolitana da Capital. Depois, no último capítulo se analisa os valores de venda dos principais produtos de cada município e assim se observa quais são os produtos mais comercializados por cada região e percebe-se as especificações produtivas existente na região da Grande Florianópolis.

### **3 FORMACAO SOCIO-ESPACIAL E O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PRODUCAO MERCANTIL NA REGIAO DA GRANDE FLORIANOPOLIS**

O povoamento do Brasil está atrelado à dinâmica do capitalismo mercantil em expansão da Europa Ocidental, onde as regiões do nordeste e sudeste brasileiro foram os primeiros a se inserirem em uma divisão social do trabalho mais mundializada. Com a chegada dos europeus, a organização da produção e a apropriação dos bens naturais entrou na dinâmica do capitalismo mercantil, onde as atividades produtivas e extrativas visavam o lucro e uma acumulação de capital por parte da metrópole.

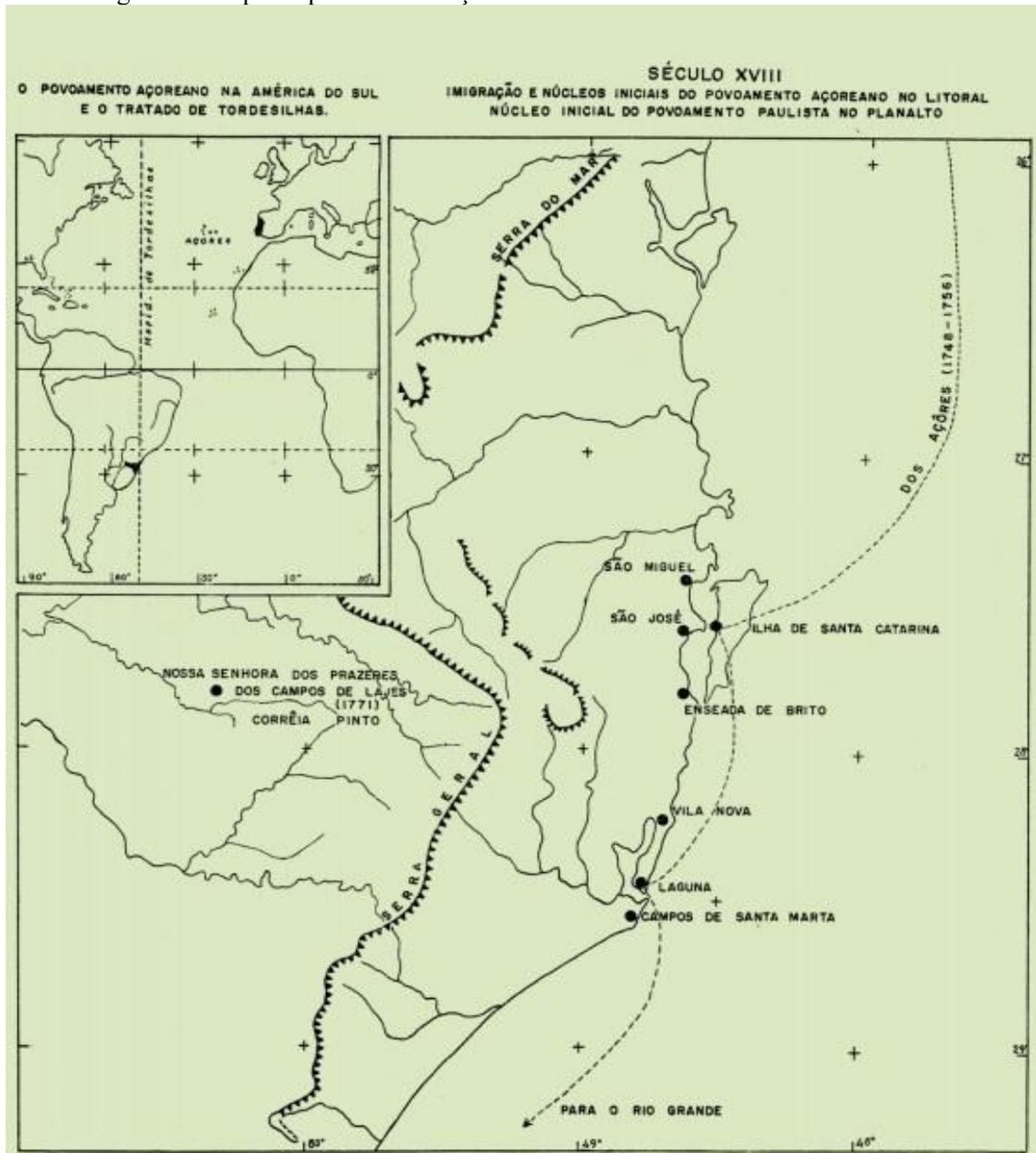
Em Santa Catarina, antes do povoamento português, existia o domínio do povoamento original indígena de origem Guarani, que posteriormente foi chamado de Carijós pelos portugueses. Era uma sociedade com certo grau de sedentarismo e que já praticava agricultura (mandioca - e o seu processamento em farinha) e artesanato (produção de cerâmica, apetrechos para pescas, canoas de um só tronco entre outros) (CAMPOS; CORREA; NASCIMENTO, 2018). Essas técnicas foram posteriormente absorvidas e aprimoradas pelos europeus que passaram a residir na região.

As primeiras formas de organização dos indivíduos em grupos fixos no Brasil se deram, sumariamente, na fachada Atlântica (litoral e encostas), o que “representou o primeiro momento da colonização lusa e constituiu um passo fundamental na conquista de vastas áreas situadas além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas” (PEREIRA, 2003, p. 103).

O território de Santa Catarina, bem como toda região Sul, encontrava-se em constante disputa entre as Coroas Portuguesa e Espanhola durante os séculos XVII e XVIII. Estes conflitos fizeram com que Portugal percebesse a necessidade de povoamento da região, como forma de defesa dos constantes assédios por parte de navios estrangeiros. A ameaça de perda das áreas meridionais era vista com preocupação por parte de Portugal que passou a estimular o povoamento como uma política já tradicional – povoar para dominar (LAGO, 1968). O litoral catarinense passou a ser alvo da política expansionista de Portugal, tendo a fundação de vários núcleos de povoamento por vicentistas como o caso de São Francisco do Sul (em 1658), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, em 1673) e Laguna (em 1676) (PEREIRA, 2003). Esta primeira etapa de ocupação territorial da colônia foi limitada e fraca, visto o tamanho das terras a serem ocupadas, e somente no início do século XVIII ocorreu uma segunda fase de ocupação territorial com maior ênfase, com a vinda de pessoas da ilha de Açores em Portugal (MAMIGONIAM, 1964; CAMPOS, 1991).

A colonização açoriana, em boa verdade, ocorreu devido a uma conjuntura mundial desfavorável para Portugal, que via seu capital comercial perder lucratividade e dessa forma perceber que precisava aproveitar melhor os seus recursos, tanto na metrópole como na colônia (CAMPOS, 1991). As constantes disputas com a Espanha fizeram com que Portugal pensasse uma forma de ocupar este imenso território que hoje compreende os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E assim o fez ao enviar para o litoral catarinense, em levas sucessivas, cerca de 6.000 açorianos (pessoas provenientes do arquipélago dos Açores) entre os anos de 1748 e 1756 (CABRAL, 1950; MELO, 2002). Tal feito, é considerado por Mamigonian (1997), o maior planejamento estatal português para o Sul do Brasil. Além disso, o litoral catarinense passou a fazer parte do interesse econômico português que passou a fornecer incentivos na construção de diversas fortificações entre os anos de 1739 e 1786 para proteger as economias advindas das armações baleeiras (CABRAL, 1972; USHOA, 1992). Dessa forma, os colonos açorianos tinham então, as funções, tanto de ocupar a Ilha de Santa Catarina e regiões do continente costeiro, como também de produzir alimentos para os militares nas fortalezas construídas com fins de defesa do território (PEROTTO, 2001).

Figura 1 - Mapa do povoamento açoriano no litoral catarinense no século XVIII



Fonte: Mapa extraído do livro Atlas Geográfico de Santa Catarina. População – Fascículo 3 (2018)

No primeiro momento o povoamento do colono açoriano serviu como forma de exercer a segurança do que viria a ser o território catarinense. Esse colono-soldado atenderia as necessidades de defesa do território, bem como o abastecimento alimentar das tropas de gado<sup>1</sup> (CORREA, 1999). Essa população começou a criar um determinado tipo de economia baseado

<sup>1</sup> O transporte de gado que ocorria de Viamão (RS) até Sorocaba (SP), possuía um percurso que passava por Lages (SC) e dessa forma fortaleceu uma corrente de ocupação no planalto catarinense por ser uma “zona de percurso” de tropas. (VIEIRA, 2011)

no modelo de subsistência e uma colonização com estrutura agrária na forma de pequena propriedade, onde destacava-se o cultivo de mandioca, onde a produção de farinha era o principal produto de exportação (89.606 alqueires exportados em 1804, em um total de 196.389 alqueires produzidos) mas também existia a produção de algodão, óleo de baleia<sup>2</sup>, melado, aguardente, milho, pescados, arroz, etc. (CAMPOS, 1991; CUNHA, 2002).

“Esta produção, realizada na forma de pequena propriedade, propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua auto-suficiência e um excedente exportável (...) O pequeno produtor desenvolvia ainda, em sua propriedade, importante atividade de produção manufatureira, como engenhos de açúcar, de farinha, alambiques, confecção de roupas em teares próprios, produção de móveis, louças de barro, ferramentas, utensílios caseiros, etc., o que reduzia substancialmente a relação de consumo do campo para com a cidade (CABRAL, 1991, p. 26).”

A imigração dos açorianos para o litoral catarinense mostrou-se um importante planejamento estatal da colônia portuguesa para o Sul do Brasil, seja no plano geopolítico como também do geoeconômico (PEREIRA, 2003). A organização do processo produtivo dessa população seja na área pesqueira ou na agricultura era de organização familiar, porém estes produtores não se limitavam à produção de subsistência, pois ao produzir um valor de uso, buscavam também extrair um pequeno excedente que destinavam à troca entre as famílias (SILVA, 1992). Assim, o colono açoriano, diferente do escravo, tinha a liberdade de praticar a policultura de subsistência e com o excedente fazer melhorias em sua propriedade, colocando o litoral catarinense, em certos períodos, como destaque na área de fornecedor de gêneros alimentícios no período colonial (BASTOS, 2000). As tabelas a seguir mostram como a Ilha detinha uma produção expressiva em comparação com os diversos produtos que eram produzidos na região litorânea de Santa Catarina no fim do século XVIII.

---

<sup>2</sup> O óleo extraído da baleia era considerado uma espécie de “petróleo” durante o século XVIII e XIX sendo utilizado na construção civil, conservação de madeira, na iluminação e nas diversas manufaturas como lubrificante. Além disso, o óleo era exportado para a Europa e ajudou no êxito econômico alcançado pela pequena produção mercantil açoriana nesse primeiro processo de urbanização. (BASTOS, 2000).

Tabela 1 - Quantidade de produtos que produziam na Ilha de Santa Catarina e demais Jurisdições em 1796

Freguesias		Desterro e Ribeirão	Lagoa	Necessidades	São Miguel	São José	Enseada de Brito	Laguna	Vila Nova	São Francisco	Soma total
Produtos											
Alqueires	Farinha de Mandioca	20.000	25.000	20.000	20.000	20.000	6.000	20.000	13.000	60.000	204.000
	Arroz	1.412 ½	664	2.372	2.037	6.919	1.277	145	180	800	15.806 ½
	Milho	1.665 ½	2.618 ¼	1.882 ¼	1.216	2.749	1.153	1.175	56	-	12.515 ½
	Feijão	1.216	1.008 ¼	1.676	1.098	1.005	577	589	57	100	7.326 ¼
	Favas	82 ½	54 ½	4	1	83	6	36	-	-	267
	Trigo	188 ¼	421 ¼	56 ¼	24	121	150	255	295	-	1.511 ¼
Medida	Cevada	12 ¼	7 ¼	10	-	1	-	4	-	-	35
	Aguardente de cana	8.251 ½	7.582	6.115	3.570	578	4.443	2.102	930	4.140	37.711 ½
Arrobas	Cachaça	1.601	1.583 ½	120	-	-	-	-	-	-	3.304 ½
	Melado	3.742	16	308	446	480	390	100	10	-	5.492
	Açúcar	1.142 ½	1.229 ½	120 ½	486	101	457	-	62	-	3.598 ½
	Algodão	469 ½	440 ½	726 ½	254	271	184	92 ½	-	-	2.438
	Cafê	36	20	5 ½	9	6,2	3	-	-	-	135 ½
	Fumo	125	84	-	-	-	-	-	-	-	209
	Gravatá	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
	Dúzias Taboado	127	-	-	-	-	-	-	-	96	223
	Betas Grandes	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
	Imbé Pequenas	-	-	-	-	-	-	-	-	800	800
Peixe Seco	Centos	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
	Milheiros	-	-	-	-	-	-	100	455	30	585
	Centos	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7
	Pedras de Linho	528 ½	834	60 ½	172	381	119	239 ½	114	-	2.448 ½
	Réstias Cebolas	200	200	-	-	-	-	-	200	-	600

Fonte: Relatório do governador João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei Conde de Rezende, em 17/11/1797. Extraído da Tese de SILVA, 2008, p.228.

Tabela 2 - Santa Catarina: Localização dos Estabelecimentos de Transformação de Produtos Primários – 1797

Atividades	Engenhos de Açúcar	Engenhos de Aguardente	Engenhos de Mandioca	Engenhos de Pilar Arroz	Atafonas de Moer Trigo	Curtumes de Couros
<b>Ilha de Santa Catarina</b>	38	102	350	2	67	16
Vila da Capital de N. S. Desterro	12	23	87	-	17	9
Distrito do Ribeirão	11	29	51	2	7	-
Freguesia da Lagoa	10	28	101	-	32	5
Freguesia das Necessidades	5	22	111	-	11	2
<b>Continente</b>	22	90	534	2	212	16
Freguesia São Miguel	5	15	190	2	44	6
Freguesia São José	6	11	164	-	82	5
Freguesia Enseada do Brito	11	25	65	-	39	4
Vila da Laguna	-	13	62	-	8	1
Freguesia de Vila Nova	-	7	39	-	39	-
Vila do São Francisco	-	19	14	-	-	-
<b>Total</b>	60	192	884	4	279	32

Fonte: Ribeiro (1797). Extraído do Livro A Ilha de Santa Catarina: Espaço, Tempo e Gente. Volume 1 do Artigo de Idaulo José Cunha. (p.308)

Conforme Santos (1977) a combinação da formação social e o modo de produção realizado, determina a formação sócio-espacial de um lugar, a localização dos homens e suas

atividades. A formação social configura a identidade e a vivência de um grupo e o modo de produção é uma forma de organização do processo de produção na natureza com fins de obter elementos para à satisfação das necessidades da sociedade. Campos (1991), aponta que na Ilha de Santa Catarina foi uma das localidades do Estado em que mais houveram utilização de uso comum da terra por parte do pequeno produtor açoriano, principalmente áreas utilizadas para pastagem. Este autor explica que

“As diferenciações existentes no quadro físico-ambiental das áreas de uso comum provocaram uma utilização também variada. Dessa forma, no transcorrer do tempo, além do aproveitamento de pastagens para criação de gado bovino, equino e muar, houve também a retirada de lenha e madeira, o aproveitamento agrícola e outros usos” (CAMPOS, 1991, p.114).

O uso comunal ocorreu na Ilha devido uma combinação de fatores que vai desde a utilização de forma similar ainda em solo português por partes desses colonos e também pelo fato de que as terras estavam disponíveis para a ocupação. Dessa forma, o uso comunal é o responsável pela formação da pequena produção mercantil açoriana, uma vez que determinava a maneira de produção agrícola na qual se baseava a economia local (CAMPOS, 1991).

Nas diversas freguesias do interior da Ilha, desenvolviam-se atividades agrícolas e mercantis que abasteciam Desterro, que era o “centro de povoação” por ser o núcleo central de colonização. Rationes se tornou uma freguesia de Desterro e as primeiras famílias se estabeleceram ao longo do Rio Rationes e sobreviviam da agricultura e da pesca. Conforme Cardoso (2001), os principais produtos cultivados, eram a mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão, algodão e café sendo que, a partir do surgimento dos primeiros engenhos e moinhos, e com as melhorias do sistema de navegação, a produção passou a ser transportada para Desterro (centro), através do Rio Rationes em pequenas embarcações. Segundo a autora, a partir do aumento da população de Rationes, ampliaram-se as atividades do setor primário como: pesca, criação de gado e agricultura comercial e de subsistência, o que levou a produção a atingir o mercado nacional como São Paulo (CARDOSO, 2001).

A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades abrangia os atuais bairros de Santo Antônio, Sambaqui e Cacupé. Essas comunidades, formadas por colonos açorianos buscavam satisfazer suas necessidades no próprio local por meio de uma produção diversificada dos produtos agrícolas (JESUS, 2011). Assim como no caso de Rationes, a autora enfatiza que as adversidades do meio físico limitavam o uso das vias de comunicação por terra, sendo

necessário o uso de canoas e embarcações para a realização das trocas comerciais entre as freguesias e com Desterro. A freguesia de Santo Antônio começou a ser ocupada e explorada ao lado de Desterro, da mesma maneira que a Lagoa da Conceição e Rationes, e com o tempo, seu porto era de melhor qualidade que outras freguesias, onde transitavam diariamente diversas embarcações para o porto principal, em Desterro (VARZEA, 2019). A mandioca era o produto predominante nas pequenas propriedades, mas também eram produzidos cana-de-açúcar, amendoim, milho e café e com a construção dos engenhos era possível a produção da farinha, açúcar, melado e cachaça, além de ter a criação de gado nas terras comunais (JESUS, 2011; CAMPOS, 1991).

A freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão começou a receber imigrantes açorianos de forma efetiva em meados do século XVIII, tendo dois povoados principais<sup>3</sup>: Ribeirão, situado no sudoeste da Ilha de Santa Catarina que surgiu em função de interesses da Coroa portuguesa para defender a soberania do Sul do Brasil, e Armação de Sant' Ana da Lagoinha, na costa sudeste da Ilha (LUZ, 1994). Conforme Luz (1994), os imigrantes foram assentados próximos ao Forte de Nossa Senhora da Conceição, construído para proteger a entrada da Ilha na sua porção mais meridional e, em conjunto com outras freguesias, produziam alimentos para a Capitania, garantindo o sustento dos militares e fornecendo homens para o serviço militar. A agricultura foi durante o século XIX a principal atividade econômica no Ribeirão tendo a mandioca, a cana, o milho e o café como produção preponderante, mas também se encontram registros da cultura de cânhamo, trigo, algodão, amendoim e melancias, além de outras hortaliças e legumes para consumo dos próprios lavradores (PEREIRA, 1991).

Várzea (2019) em seus estudos sobre a Ilha de Santa Catarina aborda sobre as diversas localidades e freguesias existentes na capital, as inúmeras formas de uso e apropriação do espaço pelos açorianos onde em cada uma os modos de vida dos colonos era dedicado á agricultura e a pesca. Comenta que a atividade pesqueira está presente em várias freguesias, sendo atividade predominante nas freguesias da Lagoa da Conceição, que possuía até indústria de peixe, Pântano do Sul, Saco dos Limões, Lagoinha do Norte, Ingleses, Ponta das Canas e Canasvieiras, que possuía o maior número de redes de pesca. Quando publicado originalmente esse estudo (1900), Várzea enfatiza que o café era o principal produto produzido na Ilha, superando a mandioca, mas que as freguesias também produziam uma diversidade de culturas agrícolas, principalmente para subsistência e troca. Salienta que além da predominância da

---

<sup>3</sup> A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha representava territorialmente atualmente os bairros do Pântano do Sul, Armação, Morro das Pedras, Ribeirão, Caieira da Barra do Sul, Naufragados e Tapera.

mandioca, do café e da cana, existe uma diversidade de produção de frutas nas freguesias como laranjas, pessegueiro, ameixa, fruta-do-conde e até uva. Comenta sobre as pastagens do Saco dos Limões com criação de vacas crioulas que forneciam leite em abundância, levado diariamente à cidade (Desterro). No Itacorubi, os habitantes eram mais pombeiros<sup>4</sup> do que agricultores, ocupando-se mais do negócio de galinhas e ovos que abasteciam o mercado de Desterro e que na Freguesia da Santíssima Trindade abundam as hortaliças e pastagens, sendo que seus habitantes fornecem legumes e leite para a capital (Desterro) (VÁRZEA, 2019). Explica ainda que existiam numerosos engenhos que fabricam açúcar, melado e cachaça de excelente qualidade que não ficam somente para consumo local, mas que também davam para uma pequena exportação.

Conforme Várzea (2019), a vida rural na Ilha, a diversidade de culturas e os velhos processos agrícolas não conseguiram fazer com que houvesse uma geração de riqueza ou que desembocasse em relações de produção mais especializadas. Conforme as palavras do autor:

“Vários são os ramos de exploração agrícola na Ilha de Santa Catarina, como a mandioca, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, o amendoim, a videira, o algodão e o café (este último atualmente em tão grande escala que, dir-se-ia, suplanta todos os outros), isto não falando nos menos avultados e menos valiosos. Todos eles porém (com exceção do café, como é óbvio) são insignificantes, pela estreita área que compreendem, pelo retalhamento dessa área entre uma população rural de mais de 15.000 almas, pelas práticas e usos rotineiros e antiquíssimos que os presidem, pela falta de auxílio oficial necessário, pela ausência de iniciativa particular, de instrumentos mecânicos apropriados, etc. É em virtude de tudo isto, e mais das últimas causas apontadas, que geralmente a lavoura da Ilha pouco mais dá que para o consumo de seus habitantes”. (VÁRZEA, 2019, p. 198-99).

Mesmo havendo uma diversidade na produção e com alguns gêneros exportáveis até o fim do século XIX, a pequena produção mercantil açoriana não conseguiu alcançar um êxito econômico devido a diversos fatores. Bastos (2000), Campos, (1991) e Hubener, (1979) elencam diversos fatores para o não sucesso dos açorianos na região: A economia de subsistência não se desenvolveu a ponto de criar um artesanato forte e que expandisse no surgimento de manufaturas de porte maior; Mesmo havendo um processo de diferenciação entre os pequenos produtores, a acumulação era dividida impedindo a transformação de alguns deles

---

<sup>4</sup> Eram designados pombeiros as pessoas que compravam mercadorias diretamente dos produtores e depois passavam a revendê-las pelas ruas da cidade ou de casa em casa, para os moradores que não adquiriam no Mercado.

em empresários capitalistas<sup>5</sup>; A pequena propriedade também impediu o desenvolvimento do pequeno produtor, pois era um sistema de sucessão da terra, onde cada filho que se casava herdava parte da terra, levando o solo a um uso constante, provocando o seu desgaste e queda nos rendimentos; E por fim, o esgotamento do solo arenoso ocorreu devido ao uso do sistema da coivara (queimada do solo) que diminuía a produtividade das áreas cultiváveis.

Outra questão importante é que a província de Santa Catarina entrava no mercado nacional de gêneros alimentícios de forma esporádica uma vez que, não desenvolveu uma produção relacionada à monocultura para exportação internacional e tampouco conseguia se inserir, a não ser de maneira corriqueira<sup>6</sup>, no mercado interno. Isso ocorreu, pois outras províncias (Espírito Santo e Rio Grande do Sul) também produziam os mesmos gêneros alimentícios (farinha de mandioca de melhor qualidade) e dominavam o comércio interno interprovincial nas vendas para o Rio de Janeiro (mercado centralizador). Portanto, Santa Catarina não conseguiu atingir um aumento na produção de farinha de mandioca (melhorias técnicas) para atender o mercado interno, mantendo sua economia enfraquecida na maior parte do século XIX. Mesmo assim, a província catarinense se manteve como uma das principais fornecedoras deste gênero alimentício no período colonial.

Todos esses problemas resultaram no abandono da terra por diversos produtores que ou perderam totalmente sua propriedade e meios de produção ou passaram a buscar se assalariar em outras atividades em outras regiões do estado<sup>7</sup>. Assim, já no último quartel do século XIX a cidade de Desterro já passava a assumir condição de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, muito devido ao novo contexto que se aplicava na Ilha com a substituição dos comerciantes açorianos por comerciantes de origem alemã (destaque para Hoepcke, Wendhausen, Mayer, Born, Muller, etc)<sup>8</sup> (BASTOS, 2000).

---

<sup>5</sup> A não acumulação ocorria muito devido ao fato de que as milícias e setores administrativos portugueses embargavam constantemente a produção dos gêneros alimentícios, principalmente a produção de farinha de mandioca, deixando de pagar aos seus fornecedores. Além disso, recrutavam açorianos para a defesa do território sucessivamente e com tempos prolongados, afastando homens da mão-de-obra familiar importante para a produção agrícola. (BASTOS, 2000; CAMPOS, 1991; HUBENER, 1979).

<sup>6</sup> Durante a Guerra do Paraguai, década de 1860, as receitas comerciais da província de Santa Catarina obtiveram saldo positivo na balança comercial. Isso ocorreu, pois era um período em que a região sulina necessitava de grandes demandas de gêneros alimentícios, principalmente a farinha de mandioca – conhecida como “farinha de guerra”.

<sup>7</sup> Campos (1991) traz em sua pesquisa que durante o século XIX começou a existir uma migração de produtores açorianos em direção ao continente, principalmente para o médio e alto vale do Itajaí (Rio do Sul, Trombudo Central, Pouso Redondo, etc.)

<sup>8</sup> Novo modo de produção traz fortes consequências ao antigo modo de produção implantado pelos açorianos no litoral, ou seja, a decadência dessa pequena produção agrícola.

Mesmo que os açorianos tenham desenvolvido uma policultura que possibilitou a autossuficiência do litoral catarinense em alimentos, no final do século XIX, a importância comercial adquirida pela pesca provocou uma intensificação da atividade, fazendo os agricultores deixarem as atividades agrícolas (LINS, 1993). Dessa forma, modificou a atividade caracterizado pela policultura, predominando então a pesca e a produção de farinha de mandioca, que colocou a Ilha como principal centro de abastecimento de embarcações desde o início do povoamento (PIAZZA, 1956). Além disso, na segunda metade do século XX começa a substituição do transporte marítimo de cabotagem pelo transporte rodoviário, decadência comercial-portuária e o crescimento agrícola dos vales atlânticos, com a vinda dos imigrantes europeus. A decadência da produção agrícola do interior da Ilha, fez com que a cidade importasse de outras regiões produtoras frutas, legumes, verduras e até mesmo mandioca (ALVES, 2012).

Como visto, a ocupação do litoral catarinense com o povoamento açoriano ocorreu primeiramente com a intenção de proteger o território das diversas incursões estrangeiras e com o tempo a produção de farinha de mandioca ganha certo destaque na região e passa a ser o principal produto para a sobrevivência desse povoado. Dessa forma, a capitania de Santa Catarina passou a ser ponto estratégico de apoio ao comércio da Coroa portuguesa no século XVIII. Como relatado, essa ocupação ocorreu principalmente na parte mais ao litoral e com o tempo a capitania de Santa Catarina percebeu a necessidade de conhecer o seu interior, ampliar suas posses e domínios territoriais e viabilizar uma maneira de alargar suas fronteiras (BRUGGEMANN, 2008).

A fundação da vila de Lages pela capitania de São Paulo em 1771 contribuiu para que os governantes da capitania de Santa Catarina buscassem reivindicar o direito dessa terra e do seu interior. Os Campos de Lages possuíam uma grande extensão territorial e sua economia era baseada essencialmente no comércio de gado<sup>9</sup>, uma vez que estava localizada no caminho dos tropeiros de Sorocaba/SP – Viamão/RS (WERNER, 2004). Esse trajeto estabelecia uma relação de continuidade entre São Paulo e a vila de Lages e em contrapartida, entre a vila e a Ilha de Santa Catarina, não existia nenhum contato, muito menos um caminho que fizesse a vila pertencer à capitania de Santa Catarina (BRUGGEMANN, 2008).

---

<sup>9</sup> Lages logo se constituiu em um centro regional de criação de gado, onde prevalecia o regime latifundiário e uma economia pastoril.

É preciso considerar que havia inúmeras dificuldades para a construção dessa obra: primeiro as dificuldades impostas pelo meio natural como as Serras do Mar e Geral, que dificultavam sua realização; o financiamento da obra era algo que demandava empenho dos administradores da capitania de Santa Catarina que tinham outras preocupações como a proteção da orla marítima, uma vez que a invasão pelo mar eram consideradas maiores; e por fim necessitava efetivar uma colonização na região e isso demandava buscar casais que estivessem dispostos a se fixarem na região para produzir na terra e protegê-la. Para isso, a administração da colônia precisava dar apoio com estruturas mínimas para sobrevivência desses novos colonos.

É a partir do conhecimento do interior catarinense pelos administradores da capitania que se percebia cada vez mais o interesse na ocupação e posse do território. Essas medidas traçaram uma busca de explorar o interior da capitania e isso passa a ficar mais evidente a partir do século XIX com a vinda de imigrantes europeus para a o território catarinense<sup>10</sup>. Em 1822, quando o Brasil se tornou independente, o governo julgou necessário a colonização das províncias mais meridionais do país, que estavam sujeitas a ataques dos argentinos pelo Sul e de índios Botocudos pelo interior (WAIBEL, 1949). Portanto, o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para saber defender sua terra bem como cultivá-la e este viria, principalmente, da Europa Central, onde havia soldados desengajados pelas guerras napoleônicas e camponeses pobres e oprimidos que estavam dispostos a migrar para qualquer país do mundo (WAIBEL, 1949).

Assim, na década de 1820 estabeleceram as primeiras colônias no Sul do Brasil, principalmente onde os caminhos das tropas adentravam as áreas de mata. Essas colônias eram bem distintas do que havia na maioria do território brasileiro, onde predominava a aristocracia ligada ao latifúndio, e a partir da implementação de pequenas propriedades fizeram surgir, devido aos diferentes contextos geográficos, diversos modelos econômicos no Sul do país. Por exemplo, em Santa Catarina, na região nordeste, nos vales atlânticos, desenvolveu-se uma região mais industrializada como as cidades de Blumenau e Joinville, com um dinamismo diferente das colônias próximas a Desterro. Nas colônias Dona Francisca (Joinville), Blumenau e Itajaí-Brusque (Brusque) os imigrantes puderam acompanhar os processos de industrialização na Europa e, sobretudo na Alemanha, que viria a assumir a liderança da 2ª Revolução Industrial

---

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que para o presente estudo dedicaremos mais ênfase na questão do modo de produção desses imigrantes, as técnicas aplicadas e a comercialização. Conforme afirma Waibel (1949, p. 160) “O nosso modo de encarar o problema da colonização será do ponto de vista geográfico, salientando as relações entre a terra de um lado e as atividades do colono do outro”.

no continente europeu. Estes vieram para Santa Catarina devido a estímulos ligados às atividades individuais ou companhias particulares de colonização alemã (CRUZ, 2008). Além disso, essas colônias dispuseram de recursos e localização geográfica que facilitou sua expansão e dinamismo econômico, diferente do que ocorreu com as colônias próximas a Desterro, também chamadas de “colônias antigas” por serem as primeiras de Santa Catarina durante o século XIX e por estarem assentadas em locais com poucos recursos para expandir sua produção. Essa diferença no dinamismo econômico das colônias em Santa Catarina está ligada ao fato de que alguns imigrantes já haviam tido contato com o capitalismo incipiente na Europa.

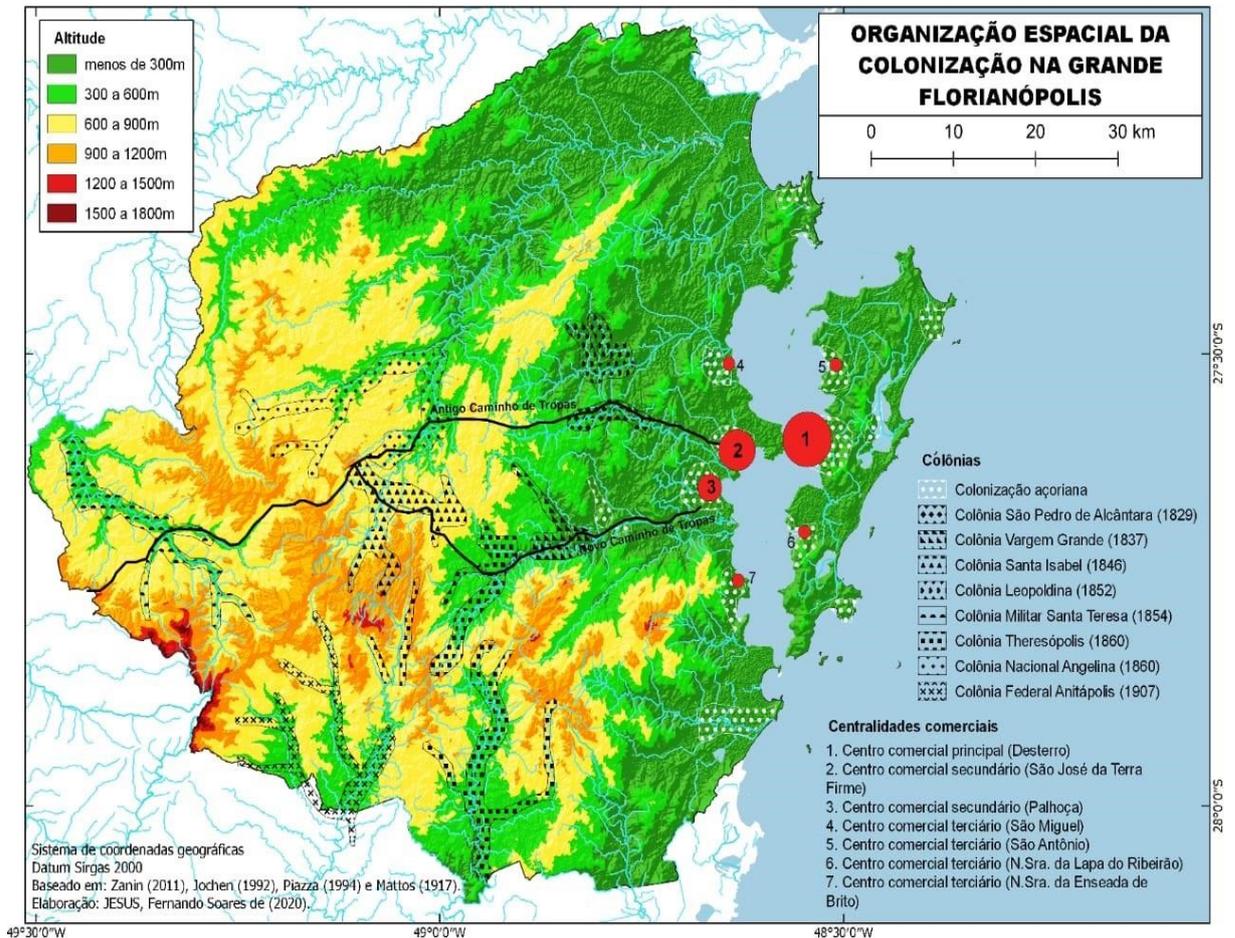
“Os indivíduos chegados até a primeira metade do século XIX, relacionam-se mais intensamente ao êxodo rural forçado pela instabilidade das divisas territoriais e a redução das propriedades frente à ascensão dos junkers, quando a abertura portuária alemã favoreceu o surgimento de agenciadores de colonização. Quando mais próximo de 1850, o processo de industrialização tardia se consolida resultando numa sobra da massa de operários nas cidades, por isso, os imigrantes são dotados de alguma vivência capitalista, momento em que as empresas colonizadoras começam a investir os seus capitais em outras regiões” (CRUZ, 2008, p. 20).

As colônias próximas a Desterro estavam vinculadas, desde o início e no decorrer do século XIX, as margens que conduziam o tropeirismo. Essas colônias estariam servindo de apoio à segurança e a comercialização de diversos produtos com os tropeiros. Assim foram formadas diversas colônias no decorrer do século, tais como São Pedro de Alcântara (1829); Vargem Grande (1837); Santa Isabel (1847); Teresópolis (1859/60); Vila de São Bonifácio (1863); Colônia Militar Santa Teresa (1854); Colônia Nacional de Angelina (1860). Na figura 2, a seguir, é possível observar a localização das colônias, bem como as dificuldades impostas pelo relevo e a procura por áreas mais baixas e próximas aos rios.

Os colonos que passaram a ocupar a região entre a Vila de Lages e Desterro enfrentaram inúmeras dificuldades para sua fixação. Entre essas dificuldades podem-se elencar as complicações em produzir na região devido ao relevo acidentado e pedregoso que inviabilizava o arado e outras técnicas mais modernas de plantio; Além disso, a baixa fertilidade do solo e poucos insumos para a adubação, repercutia num retardo das colheitas; A falta de estrutura para o escoamento da produção que pudessem agilizar o transporte de excedentes, uma vez que as estradas entre as colônias até Lages e Desterro (mercados consumidores próximos) ficaram precárias por quase todo século XIX (WERNER, 2004). Os recursos financeiros vindos do Império priorizavam regiões com melhores condições de progresso e com

maior número populacional, e dessa forma pouco incentivos foram destinados para a região das colônias antigas (CRUZ, 2008).

Figura 2 - Organização espacial da colonização na Grande Florianópolis



Elaboração: JESUS, F. S. (2020). Fonte: mapa baseado nos autores Zanin (2011), Jochen (1992), Piazza (1994) e Mattos (1917).

As colônias passaram por diversas transformações durante o século XIX, ocorrendo migrações internas e produção de uma diversidade de produtos agrícolas, sendo que algumas se beneficiavam por estarem mais próximas ao mercado consumidor (Desterro) e ao trajeto dos tropeiros com quem comercializavam e trocavam produtos. A Colônia de São Pedro de Alcântara, localizada nas margens do Rio Maruí, foi afetada diretamente com os cortes do orçamento imperial e pelas dificuldades impostas pelo relevo acidentado e dessa forma, houve muita evasão de seus habitantes para outras colônias. A Colônia Vargem Grande, fundada próximo ao rio Cubatão, foi uma que recebeu colonos provenientes da Colônia São Pedro de Alcântara e obteve uma expansão de sua área (atual município de Águas Mornas) devido a uma melhor qualidade do solo e topografia, fatores que beneficiaram um satisfatório

desenvolvimento agrícola. A Colônia de Teresópolis também localizada próximo às margens do rio Cubatão e próximo a atual Florianópolis desenvolvia diversos tipos de atividade, contendo engenhos, olarias, moinhos, pequenas fábricas de charuto, cerveja, louça, cultivo de cereais, a criação de animais para carga e abate e também produção de utensílios e ferramentas domésticas para o trabalho (JOCHEN, 2002). Mais tarde, em 1865, ocorreu a unificação entre a Colônia Teresópolis com a de Santa Isabel, conhecida por considerável projeção na área educacional.

Percebe-se que os imigrantes das colônias tiveram que trilhar percursos conturbados até efetivamente conseguir se estabelecer e sobreviver da terra. Alguns colonos descontentes com a situação na Colônia Teresópolis passaram a migrar para outras áreas desbravando e abrindo caminho às margens do Rio Cubatão rumo à sua nascente. Assim passaram a colonizar o vale do rio Capivari que viria a se tornar a Vila de São Bonifácio.

“Os primeiros colonos que se instalaram nas margens do rio Capivari eram camponeses que trabalhavam em regime familiar. Inicialmente toda a produção era voltada à subsistência da família, somente o excedente era trocado por outros produtos. Além da agricultura de subsistência, os colonos também se dedicavam à atividade leiteira (Schaden, 2007), que perdura até os dias de hoje” (KLUG; SANTOS, LIMA, 2018, p. 112)

A Colônia Nacional de Angelina, fundada mais tardiamente em 1860, às margens do Rio Mundéus, foi idealizada como colônia nacional para assentar famílias de luso-brasileiros que estariam mais aptas ao trabalho no campo. Entretanto acabou recebendo colonos alemães descontentes das Colônias Santa Isabel e São Pedro de Alcântara devido à pouca infraestrutura e mais tarde, em 1862 imigrantes de outras nacionalidades como Luxemburgo, Bélgica, França, Holanda e Polônia (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018). Conforme aponta o Atlas de Santa Catarina.

“De acordo com Cabral (1987, p. 237), em 1866 a colônia contava com 784 habitantes, que se dedicavam a produção agrícola, com destaque especial aos engenhos de farinha de mandioca, e de açúcar, e também 3 alambiques e um moinho; havia igualmente uma crescente atividade pecuária. Na análise realizada por Piazza (1994, p. 76), merece destaque a erva-mate, batatas e feijão, além de derivados de suínos e laticínios, carne seca, toucinho, manteiga e ovos”. (KLUG; SANTOS, LIMA, 2018, p. 113).

A Colônia Militar Santa Tereza, iniciada em 1854, situava-se nas proximidades do rio Itajaí do Sul, entre o atual município de Alfredo Wargner (Morro Trombudo – lado oeste) e Rancho Queimado (Morro Chato – lado leste) e tinha como objetivo dar proteção aos viajantes e os tropeiros que utilizavam o caminho Desterro-Lages, além de cobrar impostos sobre os animais e mercadorias que passavam pelo caminho (BRÜGGEMANN, 2011). As atividades militares se mantinham por meio do cultivo de alguns gêneros alimentícios, além da produção da farinha e melado, tendo também gados de diversas raças e o comércio era realizado com os tropeiros e com as colônias próximas (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018).

Na tabela a baixo estão organizadas as colônias por ordem cronológica de seu surgimento e os municípios que se desenvolveram nessas localidades.

Tabela 3 - Relação dos principais núcleos de colonização alemã na Grande Florianópolis no Estado de Santa Catarina

<b>Nome da Colônia</b>	<b>Extensões ou sub-divisões da colônia</b>	<b>Região Polarizada</b>	<b>Fundador</b>	<b>Data/Ano da Fundação</b>	<b>Cidade Município</b>
São Pedro de Alcântara	Sede da Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial/Imperial	01/03/1829	São Pedro de Alcântara
São Pedro de Alcântara	Santa Filomena	Grande Florianópolis	Núcleo Espontâneo	1830	São Pedro de Alcântara
São Pedro de Alcântara	Vargem Grande	Grande Florianópolis	Núcleo Espontâneo	1837	Águas Mornas
São Pedro de Alcântara	Leopoldina	Grande Florianópolis	Seridan	1848	Antônio Carlos
Santa Isabel	Sede da Colônia	Grande Florianópolis	Telghuís Governo Provincial/Imperial	1847	Águas Mornas e Rancho Queimado
Piedade	Sede da Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial/Imperial	1847	Governador Celso Ramos
Col. Militar Santa Teresa	Sede da Colônia	Rio do Itajaí do Sul	Governo Provincial/Imperial	08/06/1853	Alfredo Wagner
Teresópolis	Sede da Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial/Imperial	03/06/1860	Águas Mornas e São Bonifácio
Teresópolis	Quadro Braço do Norte	Vale do Rio Tubarão	Núcleo Espontâneo	1873	São Ludgero e Região
Col. Nacional Angelina	Sede da Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial	10/12/1860	Angelina

Fonte: Tabela extraída de Toni Jochem em: <<http://www.tonijochem.com.br/tabela2.htm>>.

Adaptação do autor.

Nota-se que as dificuldades dos colonos eram enormes, entretanto as colônias não se desintegraram a ponto de deixarem de existir, mas também, não desenvolveram relações produtivas que gerassem grandes diferenças na divisão social de trabalho, para desenvolver a pequena produção mercantil existente em relações capitalistas de produção. Conforme Marx e

Engels (2007) o desenvolvimento de uma dada sociedade se dá através de determinadas condições materiais que os homens produzem e se relacionam. A interação das forças produtivas e do intercâmbio material entre as colônias fez com que a população ali residente conseguisse sobreviver e se manter na região. Assim os meios de produção de subsistência só ocorreram, pois a produção destes meios de satisfação era condicionada pela organização humana existente e pelas condições naturais encontradas.

"A presença germânica foi importante para o desenvolvimento de uma pequena produção mercantil mais arrojada, desenvolvida ao longo do século XIX, pois incrementou diversos arranjos culturais e técnicos aos processos que já se davam na região. Entre estes podemos citar as tradições da culinária germânica, como a inserção de diversos embutidos e derivados da carne suína, entre outros. Além disto, os alemães desenvolveram uma produção manufatureira bem peculiar, composta por diversos mecanismos técnicos distintos dos utilizados costumeiramente pelos açorianos, como a roda d'água, por exemplo" (SIMAS, 2016, p. 75).

Conforme Lenin (1985) o camponês médio é alguém que não vive da exploração do trabalho do outro e nem se aproveita do esforço alheio, mas sim ganha a vida através do seu próprio mérito, pelo trabalho agrícola e buscando rendas complementares. Dessa forma se manteve na região uma produção mercantil estacionária onde apenas alguns conseguiram ascender um pouco mais socialmente e economicamente. Essa diferenciação na divisão social do trabalho ocorreu, pois alguns produtores agrícolas de determinadas colônias conseguiam manter uma relação comercial com o latifúndio de Lages, através da passagem das tropas. Outros conseguiam destinar o escoamento da produção para comercializar e abastecer a Capital com gêneros agrícolas. Portanto, conforme Cruz (2008), alguns pequenos produtores conseguiam adquirir condições de construir uma venda em um local de passagem das tropas, sem concorrência, e assim dominar os preços e capitalizar outros produtos para trocas e vendas. Outros tipos de comerciantes foram aparecendo no entreposto dos caminhos das tropas, como casas de hospedagem, donos de canchas de bocha para lazer dos viajantes, além de terras para descanso do gado.

"Os pequeno-vendistas (vendistas rurais) realizavam um esforço de circulação de mercadorias sob várias condições. Com os tropeiros, estabeleciam o escambo de farinha e açúcar por queijo, charque e marmelo, adquirindo gado e atendendo na hospedaria de passagem (...) A produção agrícola no quintal da venda, como laranja e batata-inglesa, do centro de Angelina descia uma vez por semana em carroças até São Pedro de Alcântara e, de lá, outros vendistas transportavam até a Praia Comprida para enfim abastecer a ilha. Comprava-se cachaça em Biguaçu, e chapéu, bala, etc, em Florianópolis, levando-se três dias para alcançar a faixa litorânea". (CRUZ, 2008, p. 49).

Ocorreu na região uma evolução lenta nas áreas agrícolas devido às especializações técnicas, bem como o desenvolvimento de pequenos negócios. Essa especialização ocorreu devido ao aumento do mercado interno que demandou uma maior produção agrícola, por aumentar o consumo de alimentos. O desenvolvimento urbano do núcleo central de Florianópolis e cidades vizinhas (São José, Palhoça e Biguaçu) ao longo das décadas de 70, 80 e 90, passaram a exercer uma centralidade cada vez maior ao consumo pelo estabelecimento de um núcleo urbano populacional com certo poder aquisitivo. Além disso, diversas infraestruturas como a construção das rodovias BR-101 e BR-282 dinamizaram a circulação e comercialização dos produtos da região no decorrer do século XX. Com isso, foram dadas as condições necessárias e suficientes para a formação das aréolas de produtos agropecuários organizadas no entorno da capital catarinense.

## 4 A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO INTERNO: A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

### 4.1 URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E A IMPORTÂNCIA DO ESTADO

O século XX foi de profundas transformações no território brasileiro. O Brasil foi durante muitos séculos, conforme Santos (1993), um arquipélago com vários subespaços que evoluíam conforme suas lógicas próprias e com seus respectivos dinamismos internos, fato este que se modifica somente entre a década de 1940 e 1980, quando ocorre uma verdadeira inversão no lugar de residência da população brasileira. Conforme Rangel (1985), na fase “b” do terceiro Kondratiev (1921-48), o país passou a fazer frente aos novos desafios que faziam necessárias uma forma nova e superior de substituições de importações, ou seja, a industrialização.

O Brasil emergiu como uma das economias mais dinâmicas do mundo, provavelmente a mais dinâmica do mundo capitalista. Com efeito, no período 1938-63, a produção industrial brasileira cresceu 6 vezes; a do mundo 3,8 vezes; a do mundo capitalista, 3 vezes; a da Europa Ocidental, 2,5 vezes; a da América do Norte, 3,6 vezes (principalmente atribuível ao decênio 1938-48, nas notórias condições da guerra); a do mundo socialista, 8,8 vezes. (RANGEL, 1985, p. 699).

Conforme Santos (1993), o país passa por um processo de integração somente depois da Segunda Guerra mundial, quando ocorre um ousado programa de investimentos em infraestruturas, havendo a interligação das estradas de ferro e construção de estradas de rodagem, colocando as diversas regiões do território em contato. Com os militares, nos anos 70, ocorreu uma aceleração da expansão da indústria pesada (aço bruto, tratores brutos, caminhões e ônibus, etc.) e desenvolveram uma economia que atendia tanto o mercado consumidor (cada vez mais crescente) quanto a demanda exterior (RANGEL, 1985; SANTOS 1993). Dessa forma o Brasil passava a se tornar cada vez mais urbanizado conforme dados do IBGE:

Tabela 4 - Movimento de urbanização brasileira

	1940	1950	1960	1970	1980
População urbana total (%)	31,2	36,2	44,7	55,9	67,6
Urbanização no decênio (milhares por ano)	—	590	1.252	2.038	2.839

Fonte: Censos IBGE. Retirado da Obra Milagre e Antimilagre de Rangel (1985, p. 719).

Dessa forma,

“Os anos 60 marcaram um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País. Nos anos 60-70 os dois números se aproximavam. É na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidando na década seguinte” (SANTOS, 1993, p. 30).

O processo de urbanização no Brasil alavancado nos anos 30 e fortemente acelerado a partir dos anos 60, transferiu um grande contingente populacional para os centros urbanos. Em Santa Catarina e Região Metropolitana de Florianópolis não foi diferente. A expansão urbana da região acelerou-se a partir da década de 50 e tendo como grande vetor de expansão territorial áreas de município de São José, Palhoça e Biguaçu e posteriormente áreas de Santo Amaro da Imperatriz, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos (BASTOS, 1996, CAMPOS, 2009). Antes da década de 70, como aponta Mamigonian (1986), o estado de Santa Catarina era visto como um território de passagem entre São Paulo e Porto Alegre, uma vez que a própria capital Florianópolis ainda não possuía acessos pavimentados e as indústrias estavam espalhadas por todo território do estado. A Capital manteve até 1930 as condições de centro portuário e comercial, exportador e teve um desenvolvimento demográfico relativamente lento até 1950, quando passa a acrescentar, a partir de então, uma multiplicidade de novas funções urbanas, pois além de centro comercial e de serviços e político administrativo, somou-se ao longo das décadas seguintes a função turística de veraneio e eventos, polo tecnológico, local de moradia das famílias de administradores e donos de empresas de São Paulo, bem como pessoas idosas com renda elevada. Para se ter uma ideia, nesse início de aceleração de seu crescimento urbano nos anos 50, Florianópolis era a única cidade que possuía um quadro demográfico mais urbano do que rural na região nesse período.

Tabela 5 - Ocupação de domicílios em Florianópolis 1950

Municípios e Situação de Domicílio	Condição de ocupação				Instalação Existentes		
	Total	Próprio	Alugado	Outra condição, etc.	Água encanada	Iluminação Elétrica	Aparelho sanitário
Florianópolis	13.265	7.619	4.930	716	3.945	6.534	7.899
Quadro urbano	7.501	3.463	3.663	375	3.520	5.633	6.447
Quadro suburbano	2.083	1.138	856	89	407	861	1.094
Quadro rural	3.681	3.018	411	252	18	40	358

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1950. Adaptado pelo autor. Foi retirado o número de peças e o número de pessoas recenseadas.

No início do século XX as relações espaciais entre os municípios da região metropolitana eram bastante tênues, fato este que começa simbolicamente a mudar com a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926, e se fortalece com declínio e término das atividades portuárias e por consequência o abandono do transporte marítimo e a valorização do transporte rodoviário (BASTOS, 1996; SUGAI, 2002).

A construção e consolidação da BR-101 permitiu que houvesse uma expansão de inúmeras atividades econômicas ao longo do seu traçado, nos municípios da região metropolitana, tais como a criação de distritos industriais, que passaram a atrair significativos contingentes populacionais em procura de emprego, melhores condições de salários e sendo um incentivo à migração para o litoral. No início dos anos 70 ocorreu a pavimentação da BR-101, transformando-se na principal rota de transporte da região Sul, pois além de facilitar a integração da região deu facilidade de acesso aos insumos e ao escoamento de produções devido à redução nos custos com transporte (NUNES, 2008). Atualmente, o eixo desta rodovia é a principal conexão viária entre a área intraurbana de São José, Biguaçu e de Palhoça que faz contato com o núcleo urbano da ilha, através da BR 282 e das pontes (SUGAI, 2002).

A BR-101 se consolida como um marco na expansão urbana da capital e de toda região, aliada à instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e órgãos estatais (estaduais e federais) configurando na Ilha um terciário superior e elevando a Capital sua posição hierárquica urbana comparado com outras cidades do estado (BASTOS, 1996; CAMPOS, 2009). O fluxo populacional entre 1960 e 1970 passou a procurar bairros que oferecessem melhores condições de habitação e proximidade aos locais de trabalho e dessa forma a UFSC e a Eletrosul foram essenciais para o direcionamento da ocupação de áreas como Trindade, Córrego Grande, Santa Mônica e Pantanal (MIRA, 2002). Assim a consolidação da BR-101, da UFSC, dos aterros das baías Norte e Sul possibilitou a expansão urbana, constituiu uma maior conectividade ilha-continente criando novas dinâmicas locais e facilitou os acessos às praias ampliando a urbanização da ilha.

Conforme Vaz (1990), a centralização dos serviços públicos da Capital se deu acompanhando a modernização do sistema de transportes e comunicações e assim puderam viabilizar a integração de toda região de influência. Dessa forma, foram realizados entre a década de 1970 e 1990 quatro aterros (aterro da baía sul, aterro da baía norte, aterro da via expressa sul e aterro do saco da lama) que tinham como iniciativa expandir o desenvolvimento da malha urbana e promover a expansão e melhorias viárias de Florianópolis (LISBOA, 2004). Os anos 80 é marcado por uma profunda crise que afeta diretamente as construções imobiliárias

e de infraestruturas na capital e somente na década de 1990 que ocorre uma retomada do boom imobiliário (CAMPOS, 2009). Concomitante à expansão imobiliária começam a ser divulgadas diversas campanhas publicitárias para impulsionar o turismo na região, diante dos atrativos naturais, potencialmente turísticos do litoral catarinense, o que contribui para uma ampla migração e demanda por imóveis na região (PEREIRA, 2011). Dessa forma, o turismo passa a ser um importante setor econômico para a Capital, uma vez que é

“responsável por atrair mais de 600 mil pessoas ao ano no verão. Em consequência, este período é marcado pela consolidação dos balneários na região norte da Ilha de Santa Catarina e pelo crescimento dos bairros satélites a estes balneários, nas áreas mais interiorizadas e ao longo das vias de acesso. Estas áreas retêm uma grande quantidade de segundas residências e população de maior poder aquisitivo, enquanto os bairros que os rodeiam atraem população à procura de empregos relacionados ao turismo e comércio. Esta nova dinâmica de ocupação fez com que a mancha urbana de 1993 ocupasse quase completamente o centro de Florianópolis e sua porção continental” (FLORIANÓPOLIS, 2014, p.32).

No final dos anos 1990 e início do século XXI, Florianópolis começa a incorporar a verticalização de bairros que outrora eram tradicionalmente residenciais: como o Saco Grande (João Paulo), Jardim Anchieta, Bairro de Fátima, Estreito, Balneário, Canto entre outros (BOPRÉ, 2003). A busca por terrenos aqueceu o mercado imobiliário de maneira que Campos (2009) chamou de “tsunami imobiliário”, uma vez que a Capital passou a ser o sonho de consumo de diferentes classes sociais, principalmente de turistas e empresários das principais cidades do Sul e Sudeste do país, além de aposentados de outros países, como da Argentina e Uruguai. Conforme a pesquisa de Sugai (2002), no período de 1996-2000, a população do município cresceu 20,18%, este crescimento populacional significou a migração das camadas de mais alta renda para os espaços da Ilha e também evidenciou a expansão de empreendimentos imobiliários de alto padrão e a ampliação de serviços e comércios mais sofisticados.

Como visto até aqui, o desenvolvimento das diversas infraestruturas na Capital possibilitou a que houvesse um grande crescimento demográfico na Ilha a partir dos anos 1950-60. Dessa forma, conforme Santos (2006, p. 38) “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modifiquem o próprio lugar, ou seja, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais”. Percebe-se que a cada “fixo” surgido na Capital (BR 101, UFSC, expansão imobiliária, etc) atraiu mais “fluxos” (números de pessoas, expansão do comércio) possibilitando aos espaços da Ilha adotar, em cada momento histórico determinado, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho distintos. A tabela

abaixo mostra como a população aumentou ao longo dos anos em Florianópolis.

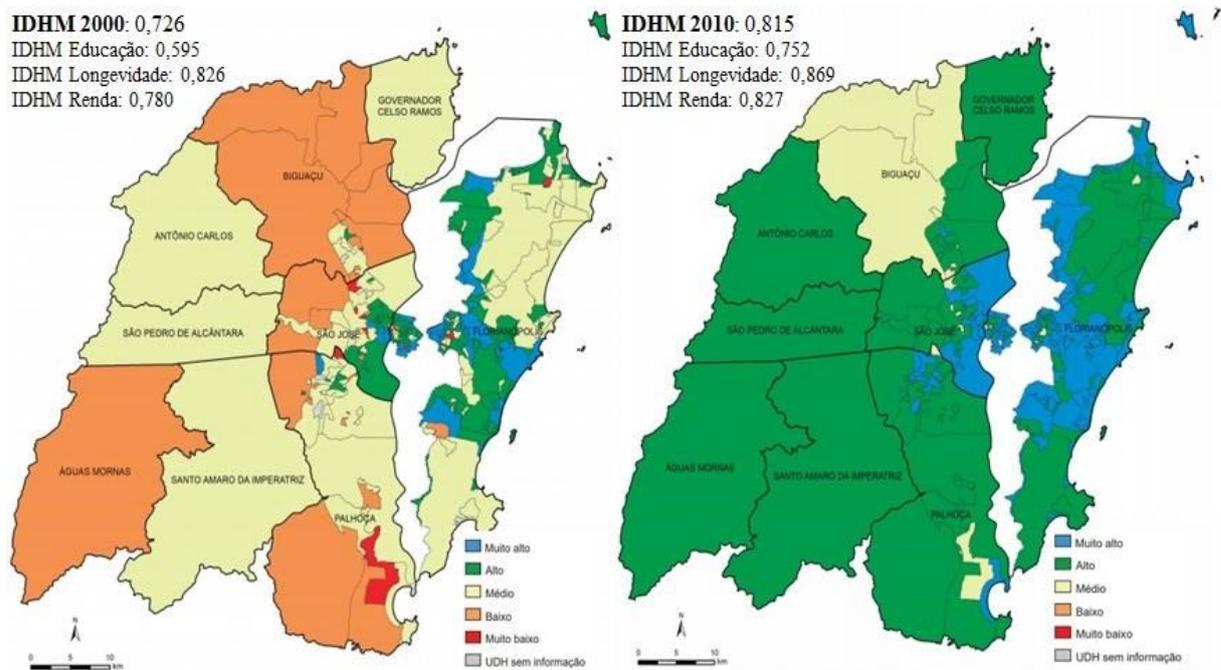
Tabela 6 - Crescimento demográfico de Florianópolis

<b>Ano</b>	<b>População</b>
1900	32.229
1920	41.338
1940	46.771
1950	67.630
1960	98.520
1970	138.337
1980	187.880
1991	255.390
2000	342.315
2010	421.240
2018	492.977
2019	500.973*

Fonte: Censos Demográficos IBGE. \*Estimativa IBGE.

O Censo de 2010 mostrou uma taxa de crescimento na capital de 23,2% em relação ao censo anterior, impulsionando o desenvolvimento do Estado. Atualmente, Florianópolis ultrapassou a marca de meio milhão de habitantes (IBGE), muito em função da migração interna, mas também pela atração de habitantes de outros estados que, segundo entrevista do chefe da Unidade Estadual do IBGE em SC ao G1-SC (2019), as pessoas enxergam Florianópolis uma capital com baixo índice de criminalidade e maior IDH (figura 3) do que outras grandes capitais. Isto também se comprova, pois a Capital, conforme pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo, é o destino turístico mais procurado para lazer por turistas estrangeiros no Brasil (G1-SC, 2019). Entretanto, viver na Capital tem um preço alto. Segundo o site “custo de vida”, que analisa o preço de cerca de 40 itens (aluguel/moradia, restaurantes, ingressos de cinema, transporte, preços de alimentos em mercados, etc), indica que Florianópolis é cidade mais cara para se viver em Santa Catarina e está entre as dez mais caras do Brasil.

Figura 3 - IDHM Região Metropolitana de Florianópolis nos anos 2000/2010



Fonte: Extraído do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Elaboração própria do layout

Além da economia do turismo, Florianópolis está se consolidando no cenário nacional e internacional como um polo de empresas de base tecnológica. Sem possuir grandes indústrias, a Capital vem diversificando e estabelecendo, nas últimas décadas, uma atividade econômica baseada no setor de tecnologia da informação e comunicação. O crescimento deste setor impulsiona o crescimento de outros setores da economia como o da construção civil – instalação de novas empresas, turismo – atraindo eventos de negócios e o de serviços – assessorias e consultoria em diversas áreas e tende, cada vez mais, auxiliar a produção do meio rural. Atualmente, as empresas de base tecnológica são as atividades organizadas que mais faturam e mais pagam o Imposto Sobre Serviços no município (FLORIANÓPOLIS, 2013).

Este novo cenário econômico da Ilha atrai constantemente empresas e profissionais altamente capacitados, que chegam de toda parte do Brasil e exterior. O dinamismo e a inovação de Florianópolis se dá devido aos investimentos e políticas públicas, investimento em ensino e pesquisa das universidades e institutos técnicos (produção de conhecimento) e iniciativa privada. Segundo matéria do G1 (2019), a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate) aponta que existam mais de 900 empresas de tecnologia somente na Ilha, que juntas, chegam a faturar mais de R\$ 5,4 bilhões ao ano. Conforme coloca Daniel Leipnits, presidente da Acate, em entrevista para Pati (2017) se criou em Florianópolis um verdadeiro ecossistema

onde as ótimas universidades, fundos de investimento, escritórios de contabilidade e de advocacia oferecem apoio especializado e um ambiente que colabora para a inovação.

“Esse ecossistema é formado por “habitats” ou centros de inovação, que são empresas, incubadoras e startups contempladas por ações e políticas estabelecidas pela PMF e pelo Governo do Estado que propõem desde capacitação em CT&I (ciência, tecnologia e inovação), eventos e maratonas de tecnologia e inovação até incentivos fiscais. Os habitats usufruem de recursos, infraestrutura e serviços compartilhados que contribuem para a formação e a capacitação de talentos, e serve, ainda, como rede de contato entre os diversos agentes desse ecossistema. Desse modo, os centros de inovação são locais de oportunidade para empreendedores, empreendimentos, profissionais liberais e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I)” (G1, 2019).

Conforme estudo produzido pela Associação Brasileira de Startups com dados da consultoria Accenture e do IBGE mostrou que Santa Catarina possui a maior proporção de startups por habitantes no país, cerca de uma empresa deste tipo para cada 40 mil habitantes (RODRIGUES, 2019). Esse número indica que SC concentra 20% das startups brasileiras, atrás apenas de São Paulo, que concentra 28,5% (SPIN, 2018). No que tange ao desenvolvimento de startups voltadas para o setor agrícola, conforme o mesmo estudo, existem cerca de 200 startups no Brasil voltadas exclusivamente ao desenvolvimento de tecnologias, inovação e ferramentas para a agricultura de precisão. Somente o Sul do Brasil concentra 29% dessas empresas, sendo que 10% são catarinenses (NSC, 2019). O setor agrícola é um importante setor econômico do Brasil e de Santa Catarina e essas empresas, também conhecidas como agtechs, estão se tornando importantes pilares no quesito inovação, trazendo maior rentabilidade para o meio rural.

O estado de Santa Catarina tem buscado levar as inovações tecnológicas das startups para o campo tendo em vista uma maior rentabilidade para o produtor rural. Um dos fatores que tem auxiliado essa aproximação é que, conforme o levantamento realizado pela Vertical Agro, atualmente o número de propriedades rurais com acesso à internet seja maior que 80%, sendo que em 2014 eram apenas 14% das propriedades rurais do estado com cobertura de rede (AGRO 4.0, 2019). Assim, foi criado no estado, com incentivo do Banco Mundial, o Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA), um projeto que visa integrar as empresas de tecnologia com o meio rural, conectando então as demandas do setor agropecuário às soluções tecnológicas disponíveis no mercado (NITA, 2018).

O projeto é coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e ainda conta com a parceria de diversas entidades de Santa Catarina como a Secretaria do

Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), Associação Polo Tecnológico do Oeste Catarinense (Daetec), Associação Catarinense de Fundações Educacionais (Acafe), Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi). É notável e perceptível a integração de diversas entidades que participam e apoiam o desenvolvimento do setor agrícola, e o NITA tem aproximado às universidades e os polos de inovações locais às demandas da agricultura catarinense.

Conforme visto, a urbanização de Florianópolis trouxe para Capital, sobretudo a partir da década de 1950, um grande contingente populacional devido às inúmeras infraestruturas que começaram a se instalar na região. A urbanização da região de Florianópolis tende a crescer cada vez mais e um dos desafios para o futuro é como inserir os pequenos produtores na cadeia de alimentos dos grandes centros urbanos. Em Santa Catarina, conforme divulgado pelo Censo Agropecuário, do IBGE, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) foi de R\$ 20,48 bilhões em 2017, sendo que a agricultura familiar responde por 50,7% deste faturamento. Ou seja, pensando nesse setor econômico e no aumento da população dos grandes centros urbanos é necessário, cada vez mais, pensar uma produção com otimização de processos, aumento de produtividade e que traga maior rentabilidade para os produtores rurais.

O relatório “Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira”, publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (2018) aponta mudanças significativas para o futuro do meio rural brasileiro. Um dos aspectos fundamentais é a questão da demanda, uma vez que, o crescimento populacional e o processo de urbanização, associado ao crescimento da renda, vai fazer com que haja maior busca por alimentos e produtos agrícolas. Conforme o relatório, o aumento da demanda tanto interna quanto externa, está atrelado à limitação dos recursos naturais e aos regulamentos ambientais legais que, por sua vez, pressionam os produtores agrícolas a alcançar melhores índices de rendimento por unidade de área. Sendo a agricultura uma atividade geradora de riqueza, ela passa cada vez mais a atrair agentes especializados, e ter estabelecimentos mais modernizados, com utilização de maquinários agrícolas, que visam a redução de custos de produção. Cada vez mais os mercados consumidores procuram utilizar produtos que possuam em sua cadeia de produção uma maior eficiência dos recursos humanos e naturais. Dessa forma, nos próximos capítulos vai se buscar

mostrar como isso vem acontecendo na região de Florianópolis e como os produtores vêm utilizando mais insumos e tecnologia em suas áreas produtivas.

#### 4.2 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ E A TRANSFORMAÇÃO ESPAÇO RURAL

Como visto anteriormente, os açorianos que se fixaram no litoral catarinense e criaram diversos núcleos populacionais, tinham como objetivo a defesa do território do Sul do Brasil e a produção de alimentos de subsistência e outros produtos comercializáveis. Em São José essa população se localizou em sítios previamente estabelecidos e depois foram ocupando terras mais férteis do vale do rio Marum e seus afluentes, bem como Praia Comprida, Roçado, Barreiros Capoeiras, Coqueiros e Estreito (atualmente os três últimos pertencem à Florianópolis) (PIAZZA, 1992; SIMAS, 2010). A atividade agrícola desenvolvida em São José era a principal atividade durante o século XVIII até meados do século XIX, quando ocorreu um adensamento populacional, que atribuiu um diferente uso das terras e o surgimento de diversas atividades comerciais e de serviços. Dessa forma o município passou a ter uma modificação em sua economia, ficando cada vez mais dependente da economia que se desenvolvia na Ilha.

São José se desenvolveu até meados do século XIX isolada de Florianópolis, mas com o desenvolvimento de suas atividades comerciais tinha condições superiores do que os municípios de Palhoça e Biguaçu. O distrito de João Pessoa (atualmente parte continental de Florianópolis), por exemplo, possuía um núcleo urbano populoso com diversos comércios e ligação marítima com a Capital, o que garantia um incremento na economia do município, através de atividades de produção agrícola, pesca, serraria e matadouro. Conforme Bastos (2000), Desterro era um entreposto comercial importante entre os mercados do Rio de Janeiro e Buenos Aires e isso trouxe certa vantagem a São José, pois ali convergiam diversos fluxos comerciais. Assim, o litoral efetuava mais a atividade mercantil e as localidades mais interioranas voltavam-se mais para a produção agrícola (SIMAS, 2010).

O município de São José, além das lavouras e do comércio, também tinha o cultivo do algodão e do linho, principalmente onde hoje é a região do Roçado, local que foi montado pequenos e rudimentares teares (MACHADO; GERLACH, 2007). Isso evidencia como a economia era diversificada e se ampliava promovendo ainda mais o complexo rural da região. Contudo, a produção de gêneros alimentícios interessava mais a Coroa portuguesa, desfavorecendo o desenvolvimento de indústrias mais especializadas. Vale ressaltar que o

município de São José era uma das principais vilas de Santa Catarina da época, pois seu território ligava diretamente os mercados do planalto e do litoral. Esse importante fator fez com que São José não extinguisse sua economia com a decadência da pequena produção açoriana, já que possuía outras atividades econômicas em seu território.

“A dependência da ligação marítima entre o continente e a Capital foi o fator que garantiu durante dois séculos a economia de São José. Além da produção agrícola e da pesca, em São José também se desenvolviam outras atividades importantes para a Capital, como a serraria e matadouro. Mas, acima de tudo, era um importante entreposto comercial, pois todos passageiros, mercadorias ou gado que se deslocavam para a Capital, obrigatoriamente passavam ou pernoitavam em São José” (SUGAL, 2002, p. 37).

A colonização do litoral catarinense com a vinda dos açorianos e o desenvolvimento da pequena produção mercantil configurou à região do litoral central do estado um desenvolvimento econômico de meados do século XVIII até meados do século XIX. São José também se beneficiou com a colonização do planalto serrano durante o século XVIII, que era baseada na criação de gado. A abertura de diversos caminhos utilizados pelo tropeirismo e os diversos núcleos de povoamento europeu entre a vila de Lages e a Capital auxiliou na consolidação da atividade econômica vigente. Nos caminhos utilizados pelos tropeiros existiam basicamente dois tipos de tropeadas: as que transportavam gado vacum do Rio Grande do Sul até Sorocaba e as tropeadas dos fazendeiros da região do planalto que transportavam para o litoral, no lombo de mulas, produtos típicos da região serrana e voltavam com gêneros necessários para sua sobrevivência (JACINTO; WALTAIR, s/d). Existiam dois trajetos importantes do trânsito de gado do planalto para o litoral: uma via por Bom Retiro – Barracão – Rancho Queimado – Angelina – São José que margeava o Rio Maruim e servia para engorda e descanso do gado, e a outra via era Bom Retiro – Barracão – Rancho Queimado – Santo Amaro da Imperatriz, margeando a serra do Tabuleiro (CAMPOS, 1991).

A abertura desses caminhos trouxe grandes transformações nas relações entre o litoral e o planalto catarinense e isso significou a possibilidade de comércio da produção agrícola e um incremento na economia de São José, até mesmo uma maior ocupação das suas terras. Era comum a presença de engenhos nas áreas rurais para a produção de grande quantidade de farinha e derivados, além da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar, melado e cachaças e nas partes mais de encosta, a floresta deu lugar para cultura de banana além de fornecer lenha para a população local (CAMPOS, 2013).

Com o decorrer do século XIX, São José passa a ter a inserção do imigrante europeu em seu território que trazem incrementos econômicos e culturais fundamentais para o município, além das combinações das economias da pequena produção mercantil e o comércio com o planalto já existente. Como vimos anteriormente, o colono europeu exerce a função de colono-soldado, ou seja, produzir na terra e dar segurança nos caminhos dos tropeiros. Previamente observamos as diversas dificuldades que os colonos enfrentaram para se estabelecer configurando diversas migrações. Entre elas a migração dos germânicos da colônia de São Pedro de Alcântara para Praia Comprida configurou uma nova dinâmica comercial para o litoral de São José, pois passaram a se estabelecer com hospedarias, transporte de lanchas, ferrarias, sapatarias, marcenarias, selarias, casas de comércio, além da agricultura (PHILIPPI, 1995). Estes imigrantes, agora nas dependências da Praia Comprida, eram mais inclinados para os negócios e passaram a transformar o local com incremento do comércio com grande número de armazéns e oficinas. A maioria dos moradores possuíam lanchas, botes ou canoas que diariamente levava gêneros alimentícios dos colonos que vinham de São Pedro de Alcântara para o porto da Capital (MACHADO; GERLACH, 2007). Conforme Farias

“o porto da vila era movimentado, pois até o final do século XIX era o principal escoadouro dos produtos, tanto os vindos da parte sul e central do município como os vindos do planalto, principalmente o charque. Além disso, também era o ponto de desembarque de mercadorias diversas, procedentes da capital e de outras partes. (...) em seu território ficavam os abatedouros que abasteciam de carne fresca a cidade de Florianópolis, e que produziam charque e os subprodutos do couro.” (FARIAS, 1999, p.125;126).

A composição social do imigrante alemão nas colônias da região trouxe diferenciações fundamentais que também podem ser observadas no desenvolvimento da atividade comercial do Estreito, mais próximos à Ilha. Conforme Bastos (2000) esta constatação se verifica, pois as principais iniciativas de origem local que operam hoje na região metropolitana de Florianópolis, como Koerich, Dimas, Imperatriz, etc. tiveram, via de regra, um início muito modesto (pequenos negócios) e nasceram nas áreas de colonização germânicas, já referidas anteriormente. Os imigrantes passaram a absorver hábitos dos açorianos no que se refere à agricultura, bem como os açorianos absorveram dos indígenas (coivara e mandioca). Assim o intercâmbio cultural ocorreu, já que os colonos europeus passaram a processar a mandioca, transformando-a em farinha e comercializando seu excedente e os açorianos adquiriram hábitos dos germânicos, como o cultivo da batata e a inclusão do suíno na dieta regional (CAMPOS, 1991).

São José se beneficiou por três quesitos fundamentais no seu desenvolvimento econômico-social. Dois fatores foram relevantes durante os séculos XVIII e XIX, pois se consolidou a gênese sociocultural açoriana presente no litoral e ao mesmo tempo estabeleceu-se no planalto serrano a economia do tropeirismo (SIMAS, 2016). Assim o estudo de Simas (2016, p. 63) coloca que foi “fundamental a complementação entre as economias do litoral e planalto (via tropeirismo e cabotagem), bem como o incremento socioeconômico devido à presença germânica”. O terceiro quesito para o desenvolvimento de São José foi a implementação das colônias européias em seu território que contribuíram essencialmente na agricultura, mas também trouxeram importantes modificações e fortalecimento do comércio de São José, aumentando o número de negócios e ampliando as receitas do município. Portanto, Simas conclui que

“o sucesso de São José ao longo do século XIX se deu por uma complexa conjugação de elementos naturais, sociais e econômicos. A proximidade com a capital da província, bem como as efetivas atividades da produção agrícola, manufatura, abate de gado, tropeirismo e cabotagem ocorrendo sobre o território josefense trouxeram condições importantes para arrecadações municipais, além da possibilidade de expansão comercial” (SIMAS, 2016, p. 65).

A agricultura de todo território de São José, que envolvia as colônias de origem europeias, atendia tanto as necessidades do município quanto às da Capital do Estado, bem como o planalto catarinense e até mesmo outros Estados do país, fazendo com que a produção da região alcançasse importante representatividade ao município que no final do século XIX, possuía uma área de aproximadamente dez mil quilômetros quadrados (BRANDT, 2014). A geografia do município, como entreposto comercial entre a capital e o estado fez com que São José alcançasse lugar de destaque no cenário estadual com forte desenvolvimento comercial e produtivo devido às arrecadações relacionadas ao comércio, abate de gado das tropeadas e as taxas que se faziam nesse caminho, bem como nos trapiches (SIMAS, 2016). Porém houve poucas iniciativas de desenvolvimento de indústrias e durante o século XX o município teve diversos processos de desmembramento, originando alguns dos atuais municípios da região da Grande Florianópolis, perdendo diversas receitas e rendimentos municipais.

Desterro no início do século XIX teve seu território desmembrado em três partes: Desterro (Ilha de Santa Catarina), São José e São Miguel. Quando São José foi elevada à categoria de município possuía uma extensa área territorial, indo do litoral até Lages. Palhoça, que também pertenceu a Desterro e depois a São José, foi emancipada em 1894 com 3.180km<sup>2</sup> (SUGAI, 2002). O grande território de São José não garantia uma ampla gestão dos processos

econômicos que as diversas colônias da região estavam obtendo, uma vez que os colonos comercializavam as coisas entre eles e também com os tropeiros. Como bem coloca Simas (2016, p. 65), se em determinado momento “a incipiente atividade produtiva e comercial, desenvolvida por diversos povoados da vila, favorecia o município, agora criava condições para uma relativa independência econômica”.

Com isso começaram diversos processos de desmembramentos que passaram a ocorrer já no final do século XIX, começando com Palhoça que incorporou as freguesias de Santo Amaro do Cubatão, Enseada do Brito e os distritos de Teresópolis, Santa Isabel, Capivari e Santa Tereza. Dessa forma, os gêneros coloniais produzidos nessas colônias e trazidos pelas tropas da serra para o litoral, fez aumentar o comércio de Palhoça com a serra, enfraquecendo algumas casas comerciais estabelecidas em São José. Na figura a seguir há a representação gráfica do tamanho que o território de São José possuía e o quanto se perdeu com a criação do município de Palhoça.

Figura 4 - Mapa dos limites municipais de Santa Catarina no ano de 1900



Fonte: Mapa de Carlos H. da Graça e Daniel Galuch Júnior (2014). Extraído da Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral.

As primeiras décadas do século XX é marcada pelo declínio e término das atividades portuárias, bem como quase um abandono total do transporte marítimo e predominância do transporte rodoviário. A construção da ponte Hercílio Luz em 1926 impulsionou a expansão urbana do distrito de João Pessoa, criado em 1939, desmembrado do distrito do Estreito. Depois, em 1944, passa a pertencer à Florianópolis, por ser passagem obrigatória dos fluxos das tropas aos ancoradouros mais próximos, além de que, arrecadava importantes valores com o abate e depois baldeação (SÃO JOSÉ, 2004; SUGAI, 2002). Os desmembramentos e a conclusão da ponte fez com que se iniciasse um período de estagnação já que as empresas que anteriormente faziam o transporte marítimo de cargas e passageiros e os entrepostos de mercadorias de abastecimento da Ilha localizados em São José e Palhoça fecharam seus negócios quando não necessitavam mais a baldeação ilha-continente (ANDRADE, 1981).

Como visto anteriormente a urbanização se deu principalmente para a Ilha já que este fluxo acontecia em razão do grande número de pessoas que estavam empregadas no comércio, no funcionalismo público e dos operários empregados nos diversos investimentos imobiliários. Na medida que o sistema viário, transporte coletivo e outras obras de infraestruturas, principalmente a ponte se desenvolviam, as comunidades do continente iam aos poucos transformando-se em eixos de expansão urbana (PEREIRA, 1999). Na década de 20, diversos proprietários fundiários do continente começaram a lotear as grandes extensões de terras, abrindo a possibilidade para acentuar a expansão das atividades imobiliárias (SÃO JOSÉ, 2004). Dessa forma, houve um intenso interesse da apropriação de terras na área continental por partes das elites da Ilha, fazendo São José perder a maioria das fontes de emprego e geração de renda do município: abatedouros de gado, indústrias dos subprodutos do boi, o comércio e o transporte de mercadorias para a Capital e as empresas madeireiras (SUGAI, 2002).

Na medida que os núcleos populacionais se implantavam e cresciam, passavam a ocupar a opção viária terrestre, acompanhando a linha da costa e depois interiorizaram-se ao longo dos vales da vertente atlântica (LAGO, 1996). A ampliação da área urbana em detrimento das diversas infraestruturas foi aos poucos eliminando as travessias de balsa, promovendo diversas construções e loteamentos e dessa forma, diminuindo e enfraquecendo o espaço rural josefense, gerando impactos diretos sobre os produtores. Os pequenos produtores de São José, em sua maioria não tinham terras em quantidade, além de não possuírem capital suficiente para investir na compra de veículos automotores de carga (SIMAS, 2016). Conseguiram se manter, de certa forma, durante a década de 40, pois devido às más condições das estradas, o transporte marítimo ainda era intensamente utilizado para o abastecimento dos vegetais, dos pescados e

da lenha, vindo das comunidades da Ilha (PELUSO, 1991). Dessa forma, os impactos da urbanização foram sendo sentidos, modestamente, até a década de 1950 intensificando nas décadas de 1960/70. Conforme a tabela a baixo, São José, ainda na metade do século XX possuía a maioria de sua população residente em área rural.

Tabela 7 - Ocupação de domicílios em São José em 1950

MUNICÍPIOS E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	Condição de ocupação			Instalação Existentes		
		Próprio	Alugado	Outra condição	Água encanada	Iluminação Elétrica	Aparelho sanitário
São José	3.987	2.965	817	205	157	399	1.507
Quadro urbano	471	285	147	39	64	265	330
Quadro suburbano	104	63	37	4	4	5	16
Quadro rural	3.412	2.617	633	162	89	129	1.161

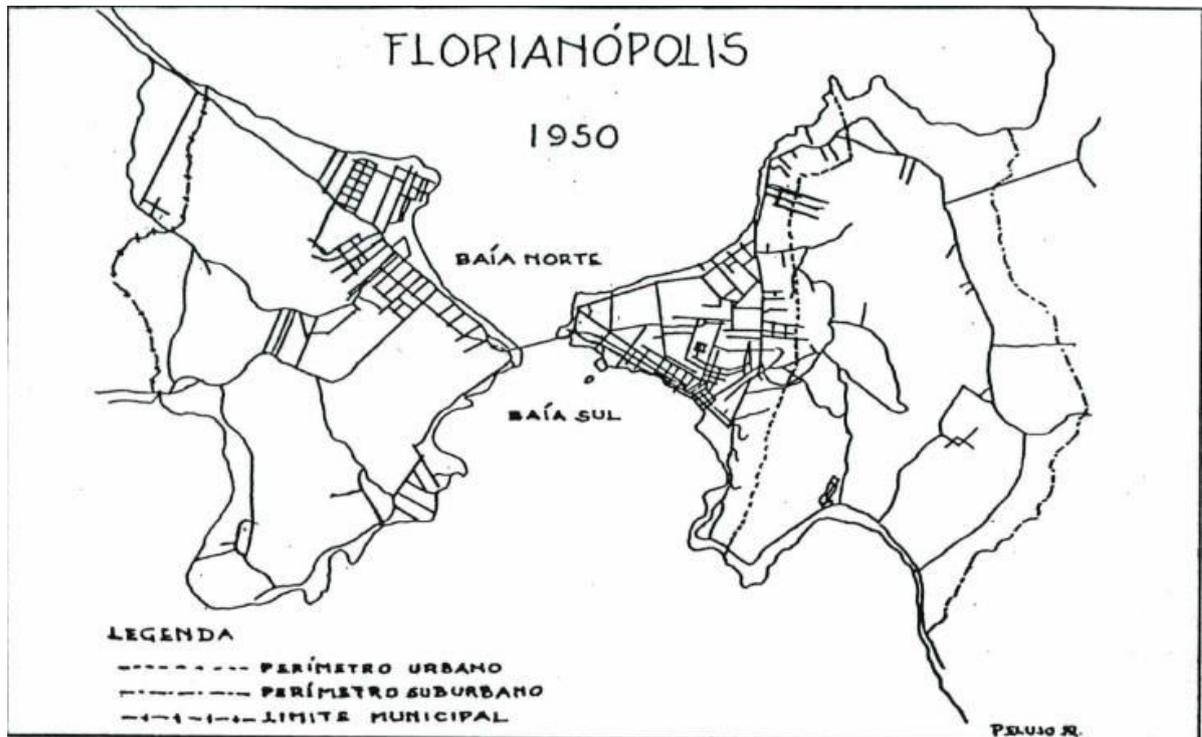
Fonte: Censo Demográfico IBGE 1950. Adaptado do autor. Foi retirado o número de peças e o número de pessoas recenseadas.

As estradas, caminhos e ruas, tanto da Ilha como de São José não eram pavimentadas, o que tornava o acesso por terra muito difícil. Dessa forma, ainda na primeira metade do século XX as diversas freguesias, distritos e municípios se desenvolviam independentemente umas das outras, tendo cada uma o seu centro que fornecia bens e serviços à sua população da área rural. É a partir da consolidação do sistema viário e das infraestruturas e residências que são construídas na região, que faz com que se forme uma mancha urbana contínua, que se inicia na Ilha e se estende pelo continente. A ocupação das manchas urbanas foi ocorrendo de forma espontânea, sem planejamento adequado mantendo uma prática de desmembramento de lotes rurais através de vias de “servidão”. Assim os loteamentos de chácaras foram se intensificando a partir dos anos 40 e o modo de vida e a economia da região sofreu uma série de mudanças muito em decorrência do parcelamento dos solos e de sua exaustão, devido aos séculos de exploração. A urbanização ocorreu de forma lenta nas décadas de 1950 e 1960, sendo predominante a estrutura urbana no formato de “espinha de peixe”<sup>11</sup>, muito a ver com o sistema de partilha de terras da pequena produção mercantil, não tendo nenhuma ação pensada para o planejamento urbano (MAMIGONIAN, 1958). Conforme as figuras a seguir, é possível

<sup>11</sup> O traçado em espinha de peixe mostra a característica das ruas, devido o parcelamento agrícola da terra. Esse modelo é observado em todo o litoral catarinense onde preexistia uma estrada geral (principal) e vias laterais (ruas ou servidões) que se conectavam com a estrada principal.

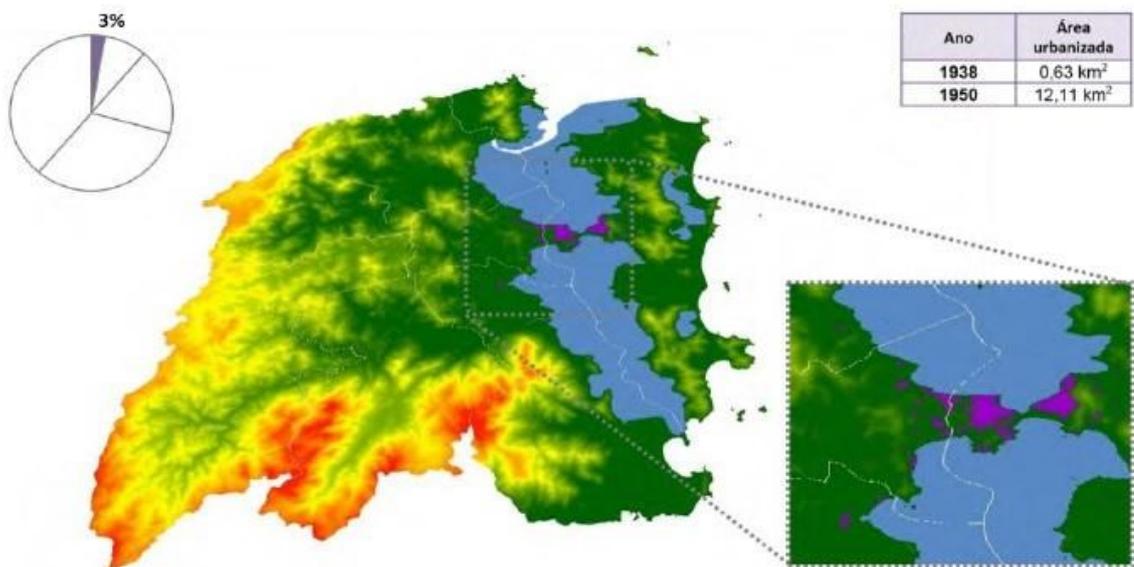
verificar como se desenvolveu os arruamentos no continente e a consolidação de uma pequena mancha urbana na região.

Figura 5 - Mapa viário do núcleo urbano de Florianópolis - 1950



Fonte: Victor Antônio Peluso Júnior. Estudos de Geografia urbana de Santa Catarina. 1991. p. 352.

Figura 6 - Mancha urbana do núcleo metropolitano de Florianópolis 1950



Fonte: Base IBGE 2010, Plamus, Consorcio Logit/Strategy & Machado Meyer e elaboração IDOM COBRAPE. Extraído do Relatório Final do Crescimento Urbano de Florianópolis – Estudo 3. 2012. p.31.

A aceleração do movimento de expansão da cidade de Florianópolis em direção ao continente é promovida por um intenso processo de industrialização que viveu a sociedade brasileira a partir da Revolução de 1930, principalmente, devido ao início da construção da BR-101 e ponte Colombo Sales (BASTOS, 2000). O rodoviarismo demonstra uma tendência progressista de um capitalismo mais desenvolvido e arrojado, prevalecendo sobre uma estrutura conservadora, que representava velhos paradigmas políticos e econômicos (RANGEL, 1981). Entre as décadas de 1940 e 1960, São José passa por processo de estagnação econômica, por diversos fatores citados anteriormente e em 1961 origina o município de Angelina e em 1962 o município de Rancho Queimado<sup>12</sup> desmembrando ainda mais o seu território. Depois, na década de 1990, ocorreu o último desmembramento, formando o município de São Pedro de Alcântara, que apesar de ser a primeira colônia alemã de Santa Catarina só foi reconhecida como cidade em 1994, sendo emancipada efetivamente em 1997.

No fim da década de 1950 e durante os anos 60 começa a ganhar força o debate sobre o contexto rural brasileiro durante as transformações capitalistas, processo de industrialização, urbanização e período de aumento das cidades e das populações com poder aquisitivo. Conforme Rangel (2005), a industrialização estava alcançando um estágio que precisava de novas definições para que continuasse o seu desenvolvimento e dessa forma era preciso “modernizar” o Departamento I, o setor de bens de produção da economia brasileira com novos investimentos que dariam continuidade ao processo. A questão é que no final dos anos 1950, para que a indústria nacional tivesse novos crescimentos, seria necessário modernizar o Departamento II, setor de bens de consumo, para que a indústria produzisse novos bens e obtivesse maior participação no mercado (RANGEL, 2005).

Para Rangel (2004) era preciso ajustar a agricultura à industrialização, ou seja, abandonar a economia natural para a economia capitalista, transferindo fatores daquele setor para o novo. Rara efetivar o processo de industrialização caberia ao setor agrícola aumentar a oferta de bens agrícolas concomitantemente à liberação de mão-de-obra do complexo rural. Para ele, estava claro que além de um novo mercado de consumo que estava surgindo era necessária uma reformulação do complexo rural como ponto de partida do desenvolvimento, devido ao grande número de reserva de mão-de-obra. A proposta deste intelectual era de modificar o modo de vida da família rural, para que abandonassem algumas atividades não

---

<sup>12</sup> Ambos os municípios pertenciam ao território de São José sendo localidades que tiveram impulso em virtude de estarem situadas no caminho por onde eram transportadas as cargas do tropeirismo.

agrícolas, voltando-se somente para a agricultura, para que outras famílias pudessem ser transferidas ao setor industrial. Ele evidencia que era necessária a expansão do capitalismo no campo com relações de produção mais “avançadas/modernas” para acabar com resquícios feudais de produção da nossa herança colonial e dessa forma conduzir o campo à especialização (RANGEL, 2004).

Essas mudanças na mentalidade brasileira sobre o espaço rural fizeram com que cada vez mais a produção se voltasse para o mercado e não mais para uma economia agrícola tradicional, voltada à subsistência, com a comercialização de seus excedentes. Dessa forma, os produtos tradicionais da pequena produção mercantil (açoriana/germânica) como os derivados da mandioca, da cana-de-açúcar e outros embutidos, deram lugar para os produtos de hortifrutigranjeiros com o emprego de instrumentos de trabalhos mais mecanizados e insumos químicos voltados para o mercado consumidor da capital e área metropolitana. Assim, alguns municípios da Grande Florianópolis passaram a se especializar na produção de alimentos para abastecer a área metropolitana da capital, sendo que os produtores que não se inseriam nesse sistema passaram a arrendar ou vender suas terras, desaparecendo enquanto produtores rurais. Muitos também passaram a compor a mão-de-obra da crescente urbanização, principalmente na construção civil, configurando um êxodo rural a partir da década de 1970.

#### 4.3 DECADÊNCIA RURAL E AMPLIAÇÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

Durante muito tempo a capital de Santa Catarina e região estiveram prejudicadas pela precariedade das ligações com outras regiões do estado, além de ser considerada apenas um local de passagem entre Rio Grande do Sul e Paraná. A partir das pavimentações das rodovias litorâneas BR-101, bem como a BR-282 que se conecta com a BR-116 nas proximidades de Lages, muda a situação da região, uma vez que, a capital se urbaniza e expande esse processo para as cidades próximas a partir da década de 1970. No início desta década, durante o período militar, que corresponde ao término do decênio final da fase “a” (ascendente) do 4º Ciclo Longo, o Estado atuou como regulador, produtor e consumidor do espaço urbano, influenciando diretamente na expansão e valorização urbana com diversas construções e loteamentos tanto na capital como nos demais municípios da Região Metropolitana (CAMPOS, 2009; FACCIO 1997).

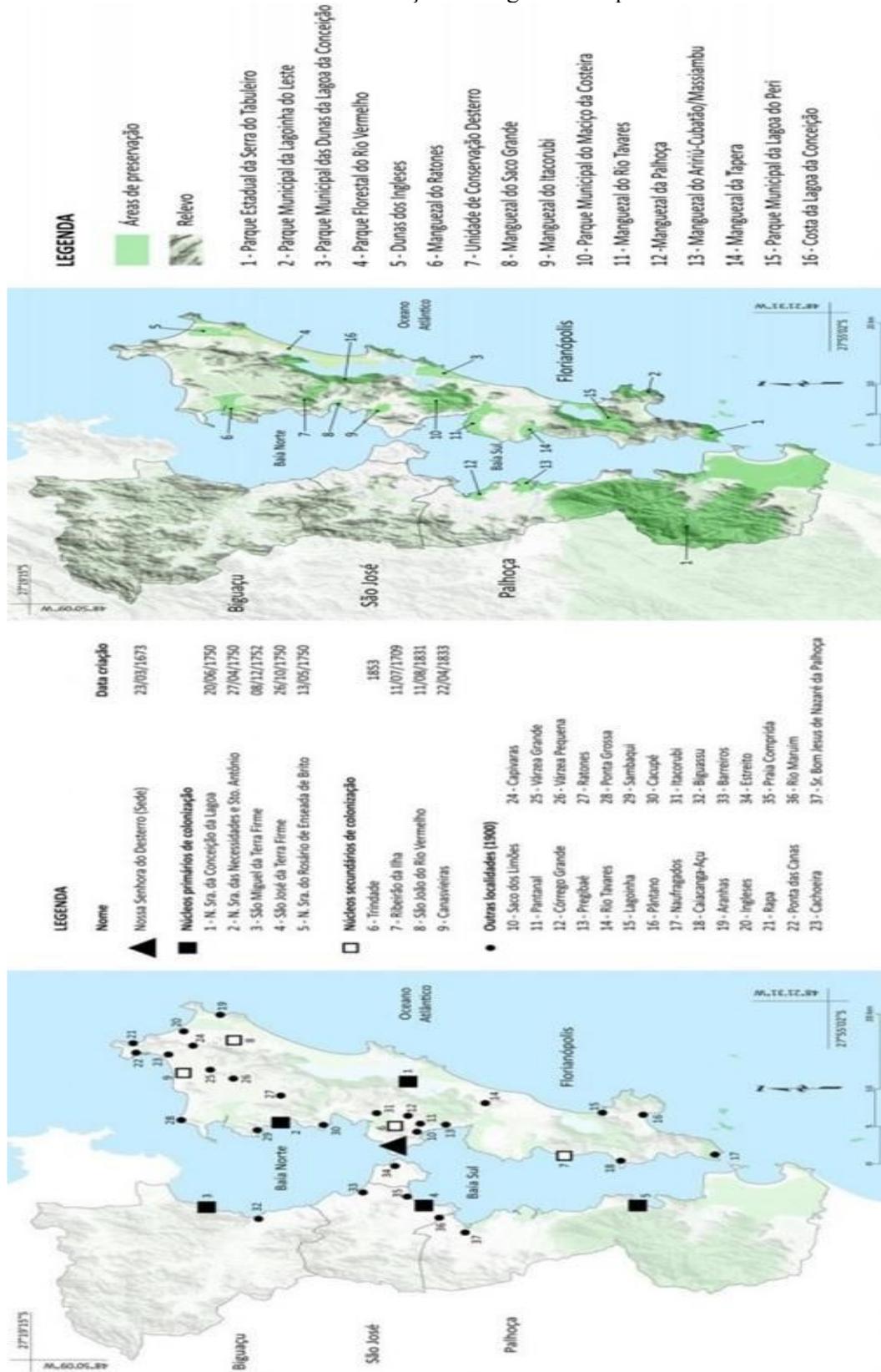
Os quatro municípios que compõe a Região Metropolitana de Florianópolis, que atualmente se encontram como área metropolitana, tiveram sua expansão e ocupação urbana de seu território de forma variada, dispersos entre si, configurando um desenvolvimento urbano desarticulado uma vez que o Estado privilegiou a capital com órgãos e empresas públicas (NASPOLINI, 2016). Para entender o processo de urbanização da Região Metropolitana é preciso agregar as especificidades físico-territoriais e ambientais – que configuraria maior precisão na definição da densidade demográfica, mas também o processo histórico de formação, ocupação espacial e localização dos investimentos públicos na região (SUGAI, 2002). Além disso, deve-se considerar que a dispersão dos pequenos núcleos populacionais da região se constituiu baseada na agricultura em pequena propriedade, principalmente onde haviam os campos comunais (terras devolutas<sup>13</sup>), inseridos nas principais planícies do território (CAMPOS, 1991). As condições dos meios físicos e bióticos presentes na região não favoreceram um melhor desenvolvimento da agricultura, porém ocorreu de forma lenta uma expansão urbana que deu condições para a execução de empreendimentos imobiliários a partir da segunda metade do século XX.

Na figura abaixo é possível identificar os locais onde se estabeleceram as colônias açorianas na Ilha de Santa Catarina e locais adjacentes. A partir dessas colônias a urbanização foi ganhando força e se expandindo, tanto dentro da capital nos bairros como Ingleses, Canasvieiras, Santo Antônio de Lisboa e Trindade, como também na parte continental nos bairros Estreito, Coqueiros e nos municípios de São José e Palhoça.

---

<sup>13</sup> “As terras devolutas, isto é, aquelas que foram “devolvidas” ao poder público, acabam, em termos jurídicos, por se incluírem no rol das terras públicas, tornando-se assim, dentro das legislações vigentes, passíveis de apropriação individual” (CAMPOS, 2002, p.118).

Figura 7 - Localização e data da criação das colônias açorianas no litoral central catarinense e Relevo e unidades de conservação da Região Metropolitana



Fonte: Figuras retiradas do artigo de Vicente Napolini (2016). Layout elaborado pelo autor.

Antes da década de 1970 o espaço urbano dos municípios adjacentes da capital se estabeleceu, como mencionado, de forma desarticulada e lenta. Esses municípios se desenvolveram, desde meados do século XIX e se urbanizaram lentamente a partir da década de 30, em função da posição estratégica em relação à Florianópolis. São José se beneficiava devido ao fato de ser a única em fazer divisão com a Capital e assim concentrava o fluxo de veículos e de cargas que se dirigiam à Ilha. Os outros dois municípios não se beneficiavam da mesma forma, entretanto também tinham acesso ao centro administrativo, comercial e de serviços de Florianópolis. Biguaçu possuía, nas primeiras décadas do século XX, melhores condições do que Palhoça, na questão de arruamentos, estradas e serviços urbanos, porém a cidade de Palhoça se beneficiava no comércio por estar vinculada ao trajeto dos tropeiros (SUGAI, 2002). Devido ao caráter comum do processo de ocupação humana nesses municípios, desenvolveu-se uma economia local que atendia Desterro com diferentes atividades econômicas, como a pequena agricultura, pequena produção manufatureira, a pesca (inclusive a da baleia), o comércio etc. (CAMPOS, 2009). Essas atividades não desenvolveram relações de produção mais avançadas, porém promoveram uma estruturação urbana específica e dependente do desenvolvimento que ocorreu na Ilha. Na tabela abaixo é possível observar a produção agrícola nos distritos de Palhoça durante a primeira metade do século XX.

Nota-se que no início do século XX a produção nessa localidade ainda era maior nos setores de engenhos de farinha e de açúcar bem como criação de animais do que hortifrutigranjeiro. Isso se deve pelo fato de que ainda não se tinha bem consolidado uma urbanização na capital, fato que fazia os alimentos perecíveis não serem tão transportados devido a precariedade das estradas.

Tabela 8 - Distribuição da Produção nos Distritos de Palhoça 1936

Distrito de Palhoça	Situação Urbana		Setor Agrícola e de transformação		Produção agrícola
	Casas	Habitantes	Engenho de farinha	Engenho de açúcar	
Santo Amaro	2845	12900	347	426	Hortifrutigranjeiros e serrarias
Teresópolis	164	836	x	x	Milho, feijão, batata, farinha, manteiga, etc.
Santa Isabel	425	2336	x	x	Cereais, produtos, suínos couros cortidos, etc.
Enseada do Brito	492	3200	57	293 alambiques	Farinha, açúcar, pescado, vinho, cachaça, etc.
Anitápolis	1695	6000	Engenhos de serrar: 04 Engenhos de fubá: 12		Banha, milho, feijão, batata, farinha, fubá, manteiga, mel, cera, gado em pequena escala etc.
São Bonifácio	x	3875	x	x	Criação, engorda e beneficiamento de suínos, etc.
Garopaba	596	3175		237	Farinha, açúcar, pescado, etc.
Paulo Lopes	490	3770	x	x	Sem informação

Fonte: Lopes, 1939 apud Cruz, 2008.

Os investimentos do Estado focalizados em Florianópolis fizeram com que se sustentasse uma economia estagnada na primeira metade do século XX. Tal fato, tampouco com a construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, alavancou a economia da região. Entretanto os investimentos, os loteamentos para formação de diversos bairros fizeram com que houvesse um crescimento populacional na Ilha. O estabelecimento de loteamentos nas propriedades rurais vizinhas da Capital encontravam dificuldades, pois as classes mais altas de Florianópolis não queriam se desfazer desses locais de recreação, fazendo com que ruas não tivessem continuidades ou mudassem de direção ao encontrar uma chácara (PELUSO, 1981). A definição urbana dos municípios adjacentes ocorreu através das adequações e modernizações que ocorreriam em Florianópolis desde 1950 e a partir dos interesses de apropriação das terras na área continental pelas elites, devido ao caráter administrativo e pelo interesse imobiliário (SUGAI, 2002).

“A localização diferenciada dos investimentos públicos que privilegiava a Ilha em detrimento do continente manteve, na década de 50, a ausência de dinamismo nos distritos sedes de São José, Palhoça e Biguaçu, ou seja, nos seus núcleos urbanos centrais. Os três municípios ao contrário da Capital, apresentavam baixo índice de urbanização. O censo de 1960 apontava para Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, respectivamente, as seguintes taxas de urbanização: 79,31%, 13,94%, 15,02% e 24,83%. (...) A partir dos anos 50, como visto, iniciou-se o processo de

ocupação das periferias na área continental e apenas na década de 60 começou a ocorrer o processo de conturbação dessas áreas urbanas (...) Somente depois da década de 60 estes municípios vieram a obter investimentos significativos em sua infraestrutura” (SUGAI, 2002, p.48;61;69).

Na perspectiva marxista para que a pequena produção obtenha êxito logo se imagina o surgimento e o desenvolvimento de um mercado interno, importante para que se tenha uma classe de capitalistas prósperos. Diferente da pequena produção mercantil dos Vales Atlânticos, o arranjo das relações de produção dos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis não obteve as condições necessárias (naturais, sociais, políticas) para uma transição das forças produtivas mais modernas (MAMIGONIAM, 1985). Entretanto, Lenin (1985) destaca que a pequena produção mercantil não é igual em todos os lugares, sendo que as que não desenvolvem em relações de produções mais modernas, configuram pouca divisão social do trabalho, o que dificulta o desenvolvimento de um mercado interno capitalista. O desenvolvimento da formação socioeconômica até a década de 1960, atrelado às combinações físicas e biológicas, fez com que a pequena produção agrícola da região metropolitana de Florianópolis permanecesse com técnicas arcaicas e predominância de uma população de maioria rural. Tais condições e uma urbanização ainda incipiente não favoreciam uma divisão social do trabalho que culminasse no desenvolvimento de um mercado interno capitalista.

Conforme colocado e de acordo com o que Lênin esclarece, para haver o crescimento de um mercado interno é preciso o surgimento de uma classe capitalista, um crescimento da população urbana e diminuição da população rural. É através da liberação de mão-de-obra de uma parte dos produtores dos meios de produção agrícola para as cidades, que faz com que os produtores que fiquem na terra, produzam sob a forma de mercadoria os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor (LENIN, 1985). Quando há diferenciação de um pequeno grupo de agricultores, ou seja, quando alguns agricultores se diferenciam socialmente, nasce outra forma de produção que não é mais determinada pela produção da agricultura de subsistência.

A economia da pequena produção mercantil (açoriana e germânica) da região metropolitana estava vinculada a dois modelos: 1) Intercambio de produtos rurais, principalmente o processamento farinha de mandioca, com manufaturas vindas do Rio de Janeiro e litoral de Santa Catarina; e 2) Ao modelo de colônia-venda (produção comunitária e trocas de mercadorias locais). Ou seja, as relações de produção estavam atrasadas e estagnadas perante o novo processo econômico desenvolvido pelo capitalismo industrial a partir da

industrialização e urbanização brasileira e catarinense após década de 1930. Dessa forma, à medida que avançava a industrialização, sobretudo nas décadas de 50 e 60, a estrutura econômica e social dos municípios foi desaparecendo. Diante disso, os antigos pequenos proprietários de terras e de engenhos abandonaram a atividade rural para exercer atividades no setor urbano em crescimento da capital, principalmente na construção civil, devido ao baixo grau de escolaridade e mão-de-obra barata, aumentando o processo de urbanização da Região Metropolitana. Isso configurou o que Rangel (1985) chama de abertura do complexo rural, ou seja, esse antigo produtor rural que deixa o campo vai ser parte do mercado interno, abrindo possibilidade de aumento na divisão social do trabalho agrícola, fundamental para o desenvolvimento da produção e adoção de técnicas mais sofisticadas para se inserir no mercado interno.

“O processo de ocupação das periferias da área continental de Florianópolis durante as décadas de 40 e 50 progrediu, na década de 60, para o “transbordamento” da população de baixa renda de Florianópolis sobre São José, ocupando áreas próximas aos limites políticos – administrativo destes municípios, e distantes das suas sedes municipais. O crescimento da população e dos movimentos migratórios, a dinâmica imobiliária da Ilha e no continente, a tendência a concentração das camadas de mais baixa renda na área continental e das elites na ilha, a expansão intraurbana de Florianópolis suplantando as divisas entre São José, Palhoça e Biguaçu, a distribuição diferenciada dos investimentos urbanos, o crescimento das atividades em São José, e entre diversos aspectos, definiram, na década de 70, a consolidação da área conurbada de Florianópolis e o reconhecimento de que constituía o único espaço intraurbano” (SUGAI, 2002, p.75).

O crescimento urbano de Florianópolis, a partir da década de 1950 e 1960, está atrelado ao desenvolvimento econômico, pautado em grandes projetos e programas estatais. Como já mencionado neste trabalho, neste período se instalam diversos órgãos públicos como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as Centrais de Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e mais tarde e Eletrosul Centrais Elétricas S.A que atraíram profissionais de classe média para a Ilha como técnicos, engenheiros, professores e funcionários públicos (CAMPOS, 2009). Nos anos 1970 as transformações urbanas passaram a privilegiar o setor de transportes e a expansão industrial. Na Capital destacam-se a rodovia SC-401 ligando o núcleo urbano central aos balneários do norte da Ilha, a rodovia SC-404, a Avenida Beira Mar Norte, construção do aterro da Baía Sul, inauguração da segunda ponte (Colombo Salles) conectando os espaços dispersos de Florianópolis e ampliando a dinâmica da construção civil. Nesse período, mesmo com o turismo nascente, surgiu novas formas de ocupação no modelo de condomínio fechado e loteamentos de terras devolutas no norte da Ilha, sepultando o que

outrora era lavoura (PET-Arq/Urb, 2009; PASINI, 2005). Dessa forma, as transformações da cidade com traços mais modernos, fez atrair novos migrantes que aos poucos transformam as condições sociais, econômicas e culturais da Ilha, ampliando a urbanização.

O processo modernizante orquestrado pelo Estado brasileiro, que junto com à iniciativa privada, empreendeu importantes transformações sócio-espaciais no período conhecido como “milagre brasileiro”. Na questão territorial, as políticas de desenvolvimento para a região de Florianópolis promoveram profundas transformações sócio-espaciais, principalmente associadas ao crescimento urbano (PEREIRA, 2000). A imagem do passado deveria ser superada em nome da cidade moderna e dessa forma, o processo modernizante desencadeou mudanças na paisagem, como a forte presença das rodovias, sepultando os antigos caminhos e abrindo possibilidades de loteamentos e empreendimentos nos locais que antes eram lavouras. Está conjuntura político-econômica, voltada para o desenvolvimento urbano e industrial transformou a região através da implantação das rodovias BR-101 (sentido norte-sul) e BR-282 (ligando a Capital ao Planalto). Estas obras, sobretudo a BR-101, evidencia o papel impulsionador do Estado na evolução da urbanização da região de Florianópolis, sendo um agente que viabilizou o crescimento e dinamismo urbano e econômico das cidades adjacentes da capital. A BR-101 valorizou as terras ao seu entorno atraindo uma série de loteamentos e atividades que possibilitou a instalação de depósitos, oficinas e pequenas atividades industriais, ao redor dos quais se reuniam muitos trabalhadores (CAMPOS, 2010; PELUSO, 1991).

As transformações configuraram uma nova organização sócio-espacial na década de 1970 em todo estado e principalmente na região de Florianópolis, onde ocorreu uma reorganização territorial do trabalho. Diversos estudos foram realizados na época, inclusive um plano diretor para todo o aglomerado urbano da Grande Florianópolis, que depois se transformou no Plano Diretor do Município de Florianópolis, em 1976 – sendo criado o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) (CAMPOS, 2009). Este plano visava para o território da Capital a ausência de atividades industriais, priorizando para ela, a predominância de residências e atividades comerciais, enquanto a zona industrial deveria se dar ao longo da rodovia BR-101, principalmente no município vizinho (PEREIRA, 2000). Dessa forma, aliado ao processo de industrialização e crescimento econômico regional, a urbanização de São José ocasionou o estabelecimento de diversos loteamentos, de grande robustez para época, em pontos estratégicos, transformando boa parte das antigas pastagens e roças em quadras para

ocupação humana em diversos conjuntos habitacionais<sup>14</sup> (SIMAS, 2016). Conforme Campos (2013), ao falar sobre a implementação da BR-101, salienta que

“tal rodovia torna-se um verdadeiro marco, pois, além de valorizar as terras em seu entorno, atrai uma série de atividades e interesses. Daí se origina, entre vários exemplos, a Área Industrial no bairro Fazenda Santo Antônio, que até décadas anteriores dominava em sua área a produção agrícola e a criação de gado; e, no lado oeste da via, o surgimento dos conjuntos habitacionais do BNH, originando os bairros Bela Vista I, II e III, Forquilha e Flor de Nápoles, igualmente áreas de produção agrícola e pastagens com gado em períodos imediatamente anteriores” (CAMPOS, 2013, p.18).

A partir dos implementos urbanos, centrada predominantemente na atuação da máquina estatal, promoveu-se uma intensa evolução urbana e amostras da metropolização de Florianópolis. A região passa por um processo de renovação arquitetônica, promovida pela ideia da modernização e crescimento da indústria da construção civil que promovem novas condições técnicas, desencadeando mudanças significativas na paisagem. O conjunto de lugares, que antes davam uma identidade regional, começa a modificar com o incremento populacional devido ao fluxo migratório para a região, impulsionado pelos novos empreendimentos e núcleos urbanos. A aceleração da urbanização na faixa litorânea de Santa Catarina e a implantação de diversas infraestruturas visam, entre outras coisas, atender a dinâmica e interesse dos setores administrativo, comercial e turístico da Ilha, e acabam por viabilizar impactos na composição da paisagem na região conurbada (MACHADO, 2000).

A implementação da BR-101 trouxe um dinamismo para os municípios adjacentes de Florianópolis e conseqüentemente um movimento migratório de pessoas que passam a procurar as cidades próximas da rodovia, devido ao baixo valor do parcelamento do solo, uma maior integração com o centro gerador de empregos. Dessa forma, o acelerado crescimento populacional da região, no primeiro momento, não se dava pela transformação produtiva das cidades ou dinamismo interno, mas sim devido à expansão urbana de Florianópolis. Autores como Simas (2016) e Souza (2011) demonstram em suas pesquisas que as cidades adjacentes, ao menos até o fim do século XX, estavam na condição de periferia em relação à Florianópolis, uma vez que, as atividades econômicas mais expressivas se desenvolviam na Capital. Dessa forma, as pessoas trabalhavam e consumiam em Florianópolis, mas mantinham suas residências na parte continental, nas chamadas “cidades dormitório”.

---

<sup>14</sup> “Entre os setores que se fortaleceram com os implementos estatais está o da construção civil, amplamente fortalecida com as políticas de fomento habitacional desenvolvidas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional de Habitação (BNH)” (SIMAS, 2016, p. 119).

Fica evidente que a urbanização da região se deu de forma desintegrada e desarticulada. Entretanto, conforme Santos (2006), existe uma interação entre o sistema de objetos e o sistema de ações. Ou seja, os novos sistemas de objetos (rodovia, pequenas indústrias, habitações) condicionam a forma do sistema de ações (fluxos de mercadoria e pessoas). Dessa forma, “o sistema de ações” faz surgir novas configurações nas paisagens da região e “leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2006, p.39). Assim, conforme conclui Souza (2011), em Palhoça, entre as décadas de 1970 e 1990, coexistiu a convivência entre o velho e o novo, uma vez que, nesse período, ocorreu um elevado crescimento populacional que desencadeou um processo de urbanização, destruindo traços da antiga organização sócio-espacial, promovendo uma nova dinâmica urbana, econômica e social.

“Isso quer dizer que Palhoça não era mais apenas um lugar de passagem, com uma pequena população que convivia basicamente de produtos tradicionais, ligados basicamente ao meio rural. Entretanto, o novo ainda não havia sido consolidado, apesar das mudanças sociais, culturais, urbanas e o rápido abandono das antigas forças econômicas que os caracterizava” (SOUZA, 2011, p.79).

Diante de todas as mudanças na segunda metade do século XX, a região de Florianópolis foi marcada por um processo de crescimento populacional acelerado e intensa ocupação territorial. Assim, além das contínuas subdivisões dos terrenos rurais, passa a ocorrer diversas obras de verticalização na região, acompanhando uma tendência nacional (MARICATO, 2001; CAMPOS, 2009). Durante a década de 1970, com a conexão viária mais consolidada, ocorre o crescimento urbano no eixo da BR-101, ao longo do litoral, da BR-282, na região de Palhoça em direção ao oeste do estado, e nos bairros mais interioranos da Ilha, sendo perceptível a ocupação territorial mais esparsa. Durante a década de 1980, conforme Rangel (1985), começa a fase “b” do 4º Ciclo Longo devido à crise na economia mundial, e o Brasil com o endividamento externo promove uma retração nos investimentos públicos. Entretanto, observam-se intensas repercussões no espaço intraurbano de Florianópolis, decorrentes dos grandes investimentos viários na década de 1970 e início de 1980, bem como a consolidação do eixo residencial das elites e o processo de periferização de moradia da Capital e região metropolitana (SUGAI, 2002). A nova dinâmica sócio-espacial, com intenso crescimento populacional, impulsionado por campanhas turísticas da Ilha, levou, durante a década de 1990, a ocupação completa do centro a da porção continental de Florianópolis (PEREIRA, 2011). Dessa forma, cada vez mais, se instala uma entrada maciça de capital

estrangeiro no ramo turístico-imobiliário, com grandes empreendimentos, que ocupam intensamente as planícies quaternárias, ampliando o tecido urbano da região (REIS, 2002). Conforme a tabela abaixo nota-se o intenso processo de urbanização na região, bem como o acentuado crescimento populacional, na segunda metade do século XX.

Tabela 9 - Evolução da população urbana na Região metropolitana de Florianópolis – 1970/90

Município	1970			1980			1991		
	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Total	Pop. Urbana	%
Florianópolis	138.337	121.026	87,48	187.880	161.671	86,05	255.390	239.556	93,96
São José	45.535	26.363	64,48	87.817	79.128	90,10	139.493	128.203	91,90
Palhoça	20.652	6.397	30,97	38.031	35.043	92,14	68.430	65.661	95,95
Biguaçu	15.337	6.240	40,68	21.434	16.134	75,27	34.063	28.215	82,83

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

Atualmente, se considerar toda a região metropolitana de Florianópolis e a área de expansão<sup>15</sup> se tem uma estimativa de 1.209.818 habitantes, segundo o IBGE. O número de 500 mil moradores existentes nos anos 1990 na região toda é, atualmente o número da população residente somente em Florianópolis (2020). Todos os municípios da área conurbada apresentam crescimento demográfico, sendo Palhoça a cidade que registrou 2,1%, maior aumento populacional, com 171.797 habitantes. São José (extensão territorial de 113,6km<sup>2</sup>), em 2010, apresentava uma população com pouco mais de 200 mil habitantes e possuía uma densidade populacional de 1.376,78 habitantes por km<sup>2</sup>, estando ao lado de Florianópolis entre as dez cidades mais verticalizadas do Brasil. Biguaçu, na estimativa do IBGE, atingiu a marca de mais de 60 mil habitantes e é a cidade com menor população absoluta da área conurbada de Florianópolis.

<sup>15</sup> Além dos municípios vizinhos da Capital (São José, Palhoça e Biguaçu), considerado como área conurbada, a área de expansão considera os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

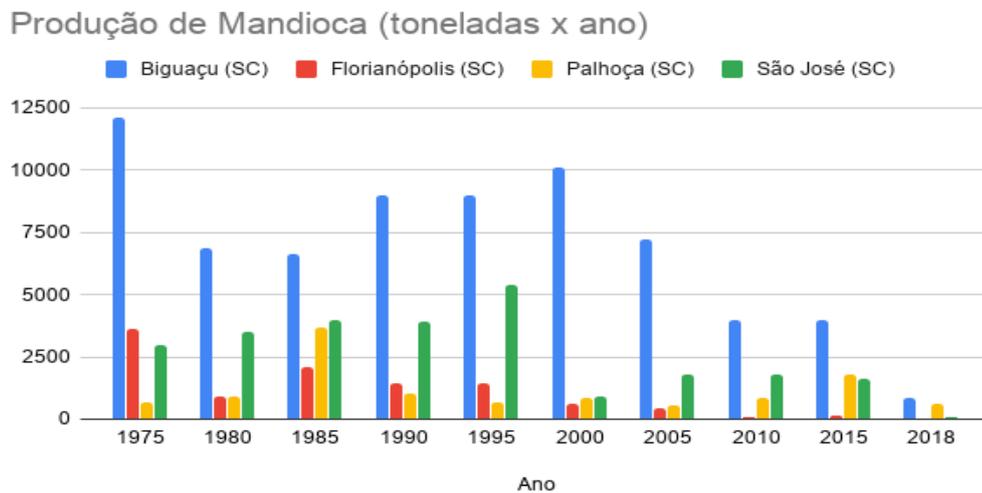
Tabela 10 - População Total Região metropolitana de Florianópolis no século XXI

Município	2000	2010	2019*
Florianópolis	342.315	421.240	500.973
São José	173.559	209.804	246.586
Palhoça	102.742	137.334	171.797
Biguaçu	48.077	58.206	68.481
Região Metropolitana	670.351	833.651	987.837

Fonte: Censos Demográficos IBGE e estimativas\*

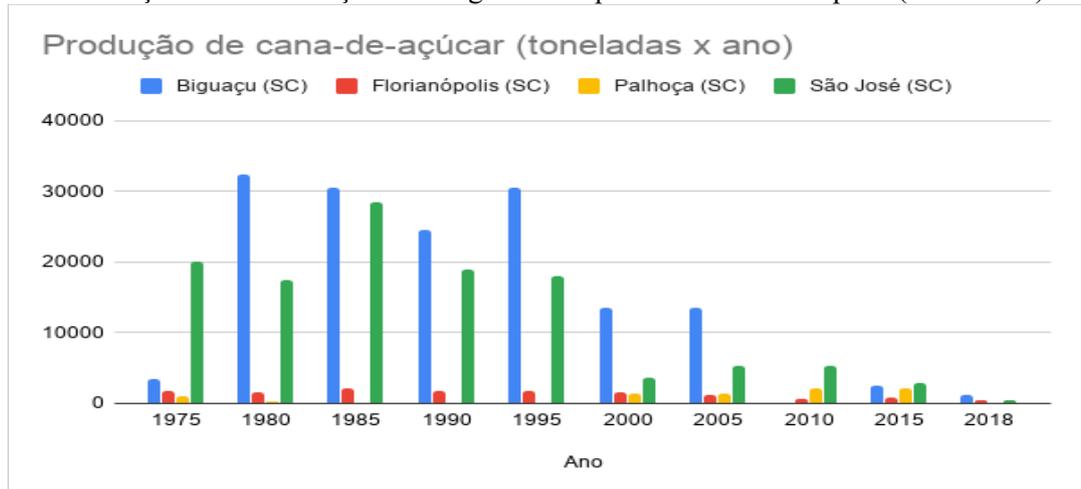
O processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas do século XX fez com que ocorressem profundas alterações no setor rural desses municípios. As tabelas a seguir mostram uma queda na produção de três produtos agrícolas, que no início da ocupação da região, eram os principais a serem produzidos e comercializados. A mandioca, a cana-de-açúcar e o milho tiveram uma redução na produção da região metropolitana, principalmente devido ao processo de urbanização que passou a ocorrer na Capital em direção aos municípios vizinhos.

Gráfico 1 - Produção de mandioca na região metropolitana de Florianópolis (1975-2018)



Fonte: Censos Agropecuários IBGE.

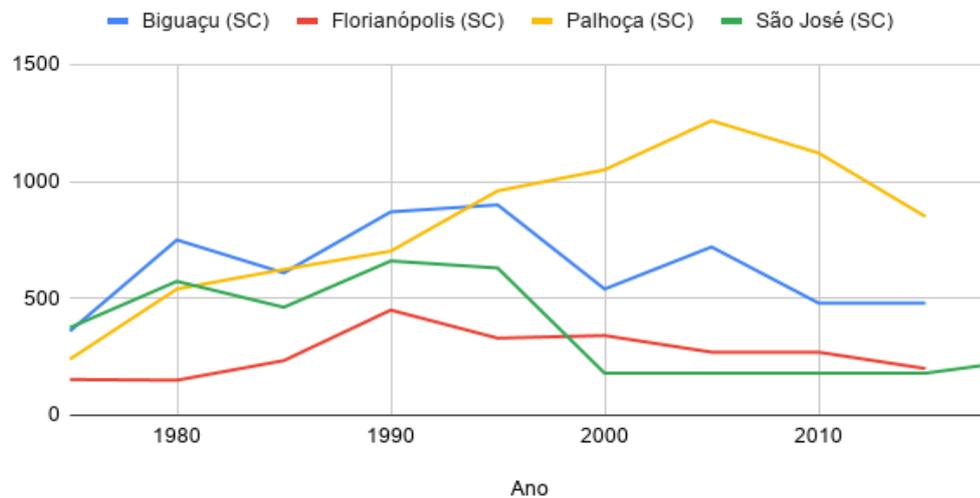
Gráfico 2 - Produção de cana-de-açúcar na região metropolitana de Florianópolis (1975-2018)



Fonte 15 – Censos Agropecuários IBGE.

Gráfico 3 - Produção de milho na região metropolitana de Florianópolis (1975-2018)

### Produção de milho (toneladas x ano)



Fonte: Censos Agropecuários IBGE.

Ao observar os dados nas tabelas, é notável a mudança ocorrida no espaço nessas cidades. Os municípios deixaram de ter na produção rural o seu motor econômico, consolidando como região urbana. Entretanto, outros municípios da região de Florianópolis não receberam o mesmo investimento em infraestruturas coletivas e avanços significativos no processo de urbanização como a Capital e municípios vizinhos tiveram. Dessa forma, Florianópolis, atualmente classificada como metrópole pelo IBGE, e as cidades em seu entorno, constituem-se “como ponto de contato com o meio rural, sendo responsáveis pela comercialização e

beneficiamento da produção agrícola” das outras cidades da região de Florianópolis, uma vez que representam um centro regional (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A partir do fim do século XX e início dos anos 2000 passa a ocorrer uma série de alterações com relação à produção de alimentos na região da Grande Florianópolis. O intenso êxodo rural promovido pela busca de emprego no setor de construção civil e a busca por moradias na Capital e cidades adjacentes fez surgir um mercado consumidor que necessitava de uma maior variedade de alimentos. Dessa maneira, os municípios da região da Grande Florianópolis, com maior capacidade de escoamento da produção, passaram a voltar sua produção para comercialização. Os produtores da região passaram a ter maior apoio técnico através da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e um maior apoio logístico com a construção da Central de Abastecimento (Ceasa) em São José. Essas duas instituições fizeram com que se pudesse alavancar a produção de hortifrutigranjeiros na região e existir uma maior especificidade na produção de cada município. Além disso, com avanço das tecnologias, diversos equipamentos passaram a incrementar a produção agrícola da região. Será analisado no próximo capítulo como esses equipamentos estão distribuídos na região e como eles favorecem para que alguns municípios se destaquem em determinadas produções.

## **5 A REESTRUTURACAO DA PRODUCAO AGRICOLA DOS MUNICIPIOS DA MESORREGIAO DA GRANDE FLORIANOPOLIS**

### **5.1 INOVACOES E INTRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**

Para compreender melhor o funcionamento de determinada região agropecuária é preciso entender os elos que a compõem e dessa forma entender o conceito de agronegócio. Para Araujo (2007) os elos são importantes para o funcionamento das diversas etapas do agronegócio abrangendo desde o fornecimento de insumos até o consumo final. Portanto é a partir da análise de segmentos do agronegócio ou de cadeias do agronegócio que se tem a possibilidade de obter o melhor entendimento da produção de uma região. Dessa forma, conforme Araujo (2007) os elos existentes são: a) antes da porteira, compreendendo a produção e fornecimento de insumos, máquinas, equipamentos e serviços especializados voltados ao produtor rural; b) dentro da porteira, referente às atividades produtivas da lavoura e/ou rebanho; e c) depois da porteira, abrangendo comercialização e entrega da produção.

Na cadeia “antes da porteira” são analisados os insumos utilizados antes do processo de produção como máquinas, implementos, acesso à água, corretivos do solo, fertilizantes, agrotóxicos entre outros. Ainda sobre a cadeia “antes da porteira” também pode acrescentar a prestação de serviço para o agronegócio como assistência técnica ou até mesmo financiamento de safra. Dentro do elo “antes da porteira” pode-se dividir em setores fornecedores de insumos (material não aproveitado – a cada nova safra se faz novos investimentos), setor de equipamentos (material de consumo que tem vida útil mais longa) e investimentos essenciais como luz, energia e água. A maioria desses insumos serão analisados para a mesorregião com os dados obtidos pelo censo agropecuário de 2017 e outros, como a assistência técnica, será abordado através de pesquisa nos sites das instituições prestadoras desse serviço, no caso a Epagri.

### **5.2 TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS**

Dentro dessas atividades, um dado importante para analisar é a quantidade de tratores, implementos e maquinários existente nos estabelecimentos da região e em quais propriedades esses equipamentos estão mais presentes. Conforme aponta o censo agropecuário de 2017, mais da metade dos estabelecimentos na Grande Florianópolis possuem tratores sendo que das 3.421

unidades de lavoura temporária 2.357 utilizam tratores, das 1.643 unidades que produzem horticultura na região 1.243 utilizam tratores e dos 3.744 unidades de pecuária e criação de outros animais da região, 1.236 utilizam tratores. Na tabela a baixo é possível analisar em quais propriedades por tamanho utilizam mais equipamentos agrícolas em sua unidade agropecuária.

Tabela 11 – Implementos agrícolas da mesorregião da Grande Florianópolis por área das unidades agropecuárias

Mesorregião da Grande Florianópolis	Grupo de área total	Unidade	tratores	Semeadeiras plantadeiras	colheitadeiras	Adubadeiras e distribuidoras de calcário
	Mais de 0 a menos de 5ha	2.474	738	11	2	23
De 5 a menos de 10ha	1.812	946	35	9	99	
De 10 a menos de 20ha	2.205	1.224	42	11	115	
De 20 a menos de 50ha	2.512	1.601	80	28	129	
De 50 a menos de 100ha	719	472	33	16	42	
De 100 a menos de 1000ha	309	202	22	19	35	
De 1000 a menos de 10000ha	16	13	2	2	3	
Produtor sem área	41	1	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>10.088</b>	<b>5.197</b>	<b>235</b>	<b>87</b>	<b>446</b>	

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Considerando a microrregião de Florianópolis, a partir dos dados do censo de 2017 existem 2.528 unidades agropecuárias e um total de 894 tratores que estão divididos nas atividades econômicas agropecuárias, produção florestal (nativa e plantada) e em pesca e aquicultura. Nesse parágrafo será analisado o número de equipamentos apenas para as atividades de agricultura e pecuária dos municípios da microrregião de Florianópolis, mas será apresentado o número de tratores total para todas as unidades apresentadas pelo censo. O município de Antônio Carlos possui 78 tratores nas 114 unidades em Lavoura Temporária (LT), 247 tratores em 291 unidades de horticultura, 14 tratores e 3 colheitadeiras para 29 unidades de Lavoura Permanente (LP), 46 tratores em 102 unidades de pecuária e outros animais. Biguaçu possui 39 tratores, 2 semeadeiras e plantadeiras e 2 colheitadeiras em 75 unidades de Lavoura Temporária, 89 tratores, 3 semeadeiras e plantadeiras, 6 colheitadeiras e 9 adubadeiras ou distribuidoras de calcário em 97 unidades de horticultura, 7 tratores em 12 unidades de Lavoura Permanente e por fim, 50 tratores para pecuária e criação de outros animais. A Capital, Florianópolis possui um total de 28 tratores em 221 unidades de atividade econômica agropecuária, sendo 20 para criação de animais e o restante dividido igualmente para a horticultura e para lavoura temporária. Governador Celso Ramos possui 13 tratores para as 92

unidades de produção, sendo 9 destinado para as 32 unidades a criação de animais, e apenas 3 para horticultura que possui 4 unidades. O município de Palhoça possui um total de 37 tratores para 234 unidades onde 14 tratores são destinados para 22 unidades de horticultura, apenas 13 nas atividades de pecuária e criação de animais e 7 tratores para 23 unidades de LT. Vale ressaltar que Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça possuem um número considerável de unidades nas atividades de pesca e aquicultura sendo a aquicultura presente em 74 unidades na Capital, 48 em Governador e 61 em Palhoça.

O município de Santo Amaro da Imperatriz possui um total de 435 unidades agropecuárias e 110 tratores onde 62 tratores estão disponíveis em 83 unidades de horticultura, 26 tratores em 294 unidades de pecuária e criação de outros animais e 19 tratores em 45 unidades de lavoura temporária. São Pedro de Alcântara tem um total de 323 unidades agropecuárias e 67 tratores espalhados nas diversas atividades do campo onde 28 tratores para 165 unidades de pecuária e criação de outros animais, 20 tratores para 103 unidades de lavoura permanente, 13 tratores para 26 unidades de horticultura e 5 tratores para 15 unidades de lavoura permanente. Por fim no município de São José existe, pelo censo de 2017, 19 tratores para um total de 107 estabelecimentos agropecuário sendo 7 para lavoura 12 unidades de lavoura temporária, 7 para 74 unidades de pecuária e criação de animais, 4 em 8 estabelecimentos horticultura e 1 trator em 3 unidades de lavoura permanente. Conforme a tabela a baixo, é possível analisar o número de implementos e maquinários agrícolas para cada atividade econômica relacionada a agropecuária da microrregião de Florianópolis.

Tabela 12 - Implementos agrícolas da microrregião de Florianópolis

	Unidades	Tratores	Semeadeiras Plantadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras e distribuidoras de calcário	
<b>Microrregião de Florianópolis</b>	Produção Lavoura Temporária	437	188	13	7	8
	Horticultura Lavoura Permanente	560	443	8	10	-
	Pecuária e Criação de outros animais	81	31	-	-	13
	Florestas Plantadas	1195	218	9	3	11
	pesca	45	12	1	-	-
	Aquicultura	7	-	-	-	-
	<b>Total</b>	203	-	-	-	-
	<b>Total</b>	2.528	894	31	20	32

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017.

O número de tratores destaca-se, principalmente, na atividade econômica de horticultura da microrregião, muito por conta da grande produção que se tem em Antônio Carlos e também da produção, em menor quantidade de volume produzido e de unidades de produção, o município de Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Esses três municípios juntos, possuem 471 unidades de horticultura das 560 da microrregião e possuem juntas 398 tratores para horticultura dos 443 que se têm para horticultura na região. Isso demonstra o aprimoramento técnico que essas unidades agropecuárias possuem na produção de hortaliças e dessa forma despontam na produção de determinadas culturas, como as hortaliças folhosas.

Na microrregião do Tabuleiro, a maior em número de estabelecimentos agropecuários com 3.848 existe, conforme o censo agropecuário 2.321 tratores distribuídos nas atividades econômicas agropecuárias. Assim como analisado para a microrregião de Florianópolis, será analisado o número de equipamentos para as atividades agrícolas e pecuária dos municípios e apresentado o número total de tratores para todas unidades do censo. Águas Mornas possui um total de 364 tratores em 809 estabelecimentos onde 30 tratores está disposto em 70 unidades de produção de lavoura temporária, 258 tratores, 1 semeadeira ou plantadeira, 1 colheitadeira e 2 adubadeiras e correção de calcário dispostos em 389 estabelecimentos de horticultura e 8 tratores em 14 unidades de lavoura permanente. O município de Alfredo Wagner tem um total de 1.656 estabelecimentos com atividades agropecuárias e 1.165 tratores. Desse total de tratores, 865 tratores, 80 semeadeiras ou plantadeiras, 13 colheitadeiras e 217 adubadeiras e correção de calcário esta em 1.109 estabelecimentos de lavoura temporária. É importante ressaltar que a produção de cebola no município é bastante alta, e a utilização de implementos agrícolas e maquinários está bastante presente nesse cultivo. Além da produção em lavoura temporária o município conta com 222 tratores, 28 semeadeiras/plantadeiras, 8 colheitadeiras e 33 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário em 410 unidades de pecuária e criação de outros animais, 56 tratores, 3 semeadeiras/plantadeiras e 8 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário em 81 unidades de horticultura e 3 tratores em 5 unidades de lavoura permanente.

O município de Anitápolis que segundo o censo de 2017 possuía 500 estabelecimentos agropecuários, até então tinha em seu território 294 tratores. Desse total de tratores 65 estavam em 116 unidades de produção de lavoura temporária além de 2 semeadeiras/plantadeiras e 1 adubadeira e/ou distribuidoras de calcário. Na horticultura que possui 74 unidades de produção se tem 63 tratores, 1 semeadeira/plantadeira e 1 adubadeira e/ou correção de solo, na produção de lavoura permanente se tem 3 tratores para as 3 unidades existentes e por fim, nas unidades de produção de pecuária e criação de animais se tem ao todo 238 unidades que possui 142

tratores, 3 semeadeiras/plantadeira e 2 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. Em Rancho Queimado se tem 353 unidades agropecuárias e 259 tratores, 28 semeadeiras/plantadeiras 2 colheitadeiras e 48 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. De todos os tratores, 33 estão em 36 lavoura de produção temporária, 136 em 172 unidades em horticultura, 1 em 2 unidades de lavoura permanente e 87 em 131 unidades de pecuária e criação de outros animais. Na horticultura se tem 8 semeadeiras/plantadeiras, 1 colheitadeira e 24 adubadeira e/ou distribuidoras de calcário e na pecuária e criação de outros animais se tem 15 semeadeiras/plantadeiras, 1 colheitadeira e 16 adubadeira e/ou distribuidoras de calcário. Por fim, em São Bonifácio tem um total de 530 unidades agropecuárias e 239 tratores, 12 semeadeiras/plantadeiras, 16 colheitadeira e 12 adubadeira e/ou distribuidoras de calcário. No município se tem 105 unidades de produção de lavoura temporária com 47 tratores, 11 unidades de horticultura com 10 tratores, 4 unidades de lavoura permanente com 1 trator, 309 unidades de pecuária e criação de outros animais com 148 tratores.

Tabela 13 - Implementos agrícolas da microrregião do Tabuleiro

	Unidades	Tratores	Semeadeiras Plantadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras e distribuidoras de calcário	
Microrregião do Tabuleiro	Produção Lavoura Temporária	1.436	1.040	88	16	228
	Horticultura	727	523	13	2	37
	Lavoura Permanente	28	16	-	-	-
	Pecuária e Criação de outros animais	1.429	666	56	22	59
	Florestas Plantadas	220	70	2	-	-
	pesca	-	-	-	-	-
	Aquicultura	7	5	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>3.848</b>	<b>2.321</b>	<b>159</b>	<b>40</b>	<b>324</b>

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Pela tabela acima e pelos dados descritos anteriormente é perceptível o quanto a microrregião do Tabuleiro se dedica muito mais na produção de produtos da lavoura temporária e dessa forma se tem muito mais equipamentos disponíveis para as variedades agrícolas desse ramo produtivo. Além disso, nessa microrregião também se tem muitas unidades que utilizam implementos agrícolas na pecuária e a criação de animais. A horticultura, por sua vez, mesmo possuindo menos unidades produtivas na microrregião do tabuleiro possui bastante tratores disponíveis para auxiliar neste cultivo.

A microrregião de Tijucas possui 3.712 unidades agropecuárias e tem disponível 1.982 tratores, 45 semeadores/plantadeiras, 16 colheitadeiras e 90 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. A seguir serão elencados os principais municípios que mais possuem atividade agrícola da microrregião. Do total de unidades 1.548 são unidades produtivas de lavoura temporária que possuem maior número de tratores e adubadeiras (32 e 57 respectivamente) e 1.120 são unidades de pecuária e criação de outros animais que dispõe de 352 tratores, além de 9 semeadeiras/plantadeiras, 10 colheitadeiras e 17 adubadeiras. A horticultura na microrregião tem do total de unidades, apenas 356 que contam com 277 tratores, sendo que dessas unidades a maioria se encontra no município de Angelina que tem 301 unidades de horticultura e 245 tratores disponíveis. A horticultura em Angelina é bastante presente, principalmente nas culturas de hortaliças folhosas, com destaque para o repolho e também no brócolis e na couve-flor, além de ser grande fornecedor de cebola e tomate. As lavouras temporárias possuem em Loberto Leal 529 unidades, pouco mais de um terço de todas as unidades dessa produção na microrregião e conta com 469 tratores e 26 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. Leoberto Leal se destoa na venda de cebola, repolho e tomate longa vida na região. A baixo a tabela da microrregião com as unidades e atividades agropecuárias bem como o número de implementos e maquinários existentes

Tabela 14 - Implementos agrícolas da microrregião de Tijucas

	Unidades	Tratores	Semeadeiras Plantadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras e distribuidoras de calcário	
<b>Microrregião de Tijucas</b>	Produção Lavoura Temporária	1.548	1.129	32	16	57
	Horticultura Lavoura Permanente	356	277	2	1	14
	Pecuária e Criação de outros animais	139	78	-	-	1
	Florestas Plantadas	1.120	352	-	10	-
	Florestas Nativas	529	140	9	-	17
	Aquicultura	12	4	1	-	-
	<b>Total</b>	8	2	1	-	-
		3.712	1.982	45	27	90

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Possuir tratores e implementos na propriedade pode auxiliar o produtor a ter uma safra mais tranquila, uma vez que esses equipamentos aceleram alguns processos dentro da atividade produtiva como a operação de montagem de canteiros, enxada rotativa para mexer a terra, além

de também poder utilizar para aplicação de pulverizador. A região da Grande Florianópolis possui 5.197 tratores das 10.088 unidades de agropecuária, sendo pouco mais da metade de unidades. A microrregião de Florianópolis utiliza a maioria de seus tratores para o cultivo da horticultura, onde mais da metade dos tratores está no município de Antônio Carlos, evidenciando ainda mais o porquê essa região se destacar em determinados cultivos, principalmente as folhosas. Na microrregião do Tabuleiro, o município de Alfredo Wagner possui mais da metade de tratores disponíveis para o cultivo de lavoura temporária, evidenciando a especialização que se tem na produção de cebola. Rancho Queimado por sua vez, possui mais tratores para a horticultura, mostrando também o potencial dessa atividade para o município e para microrregião. Na microrregião de Tijucas a maioria dos tratores está presente nas atividades econômicas de lavoura temporária, principalmente pela produção em Leoberto Leal. Entretanto, Angelina, município que desponta na produção de hortaliças como brócolis, couve-flor, repolho e tomate, possui diversos tratores para a horticultura.

O cultivo de hortaliças e frutas para comercialização tem cada vez mais exigido dos produtores uma maior qualificação para lidar no campo e também sistemas mais eficientes. Um desafio do campo brasileiro é de cada vez mais aplicar a utilização da mecanização nos setores de plantio para procurar diminuir as operações manuais em atividades como plantio, colheita, seleção e encaixotamento. Dessa forma, cada vez mais que se busca produzir de maneira competitiva e se inserir da melhor forma no mercado, a adoção de mecanização nas etapas do processo produtivo, desde a descompactação da terra, preparo dos canteiros, transporte (mudas e produção) e aplicação de defensivos são coisas que auxiliam para qualidade final do produto e seu valor de mercado. Portanto, possuir trator na unidade produtiva facilita a produção e coloca alguns produtores em vantagens competitivas com outros produtores e possuir, dessa maneira, maior rentabilidade.

### 5.3 SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO

Um aspecto importante para o cultivo da agricultura e da pecuária é a atenção de como utilizar melhor os recursos naturais como solo e água. Uma das formas de melhorias no manejo da agricultura é a utilização da irrigação. Existem inúmeros fatores que interferem na produção que muitas vezes está fora do controle do produtor, como preço dos produtos, logística, demanda por produtos, entre outros. Frente a estes cenários de realidades, e procurando estratégias que auxiliem na produção de alimentos, bem como reduzir maiores danos no cultivo,

a irrigação se mostra como alternativa que melhora o desenvolvimento da lavoura. A irrigação pode complementar, por meio de aplicação racional da água, as necessidades hídricas da cultura, minimizando impactos do clima sobre seu rendimento, tornando as produções economicamente mais viáveis.

Considera-se a irrigação como uma técnica pré-porteira, pois os equipamentos são oriundos do processo de fabricação industrial, mesmo que sejam utilizados na porteira, ou seja, na produção da cultura agrícola. Os benefícios da utilização dessa técnica no sistema produtivo são vários, sendo uma tecnologia que auxilia os pequenos agronegócios, uma vez que, mesmo que falte chuva, o risco de perda de safra pode ser minimizado e dessa forma, a irrigação pode ser vista como um elemento ampliador da disponibilidade de produtos e facilitador de capitalização da agropecuária (TESLAZLAF; MUTSURA; CARDOSO, 2002). Além disso, a irrigação também pode se dar de forma complementar à chuva, principalmente quando a precipitação natural não permite o desenvolvimento e a produção de culturas de maneira efetiva (RODRIGUES, 2017). Como a natureza não oferece a chuva conforme demanda o cultivo, a complementação em momentos corretos resulta numa melhor qualidade da produção e permite a ocorrência de um produto final de forma mais desejada, pois o cultivo não fica sem água em momentos críticos do seu ciclo vegetativo.

Portanto, o uso de irrigação consegue trazer aumento de produtividade das culturas além de garantir um retorno social e financeiro para os produtores rurais, incluindo uma melhor conscientização sobre o uso da água. Dessa forma, por garantir melhores produtos e conseqüentemente maior renda para a unidade produtiva, a irrigação é uma técnica que garante mais qualidade de vida no âmbito dos agronegócios familiares.

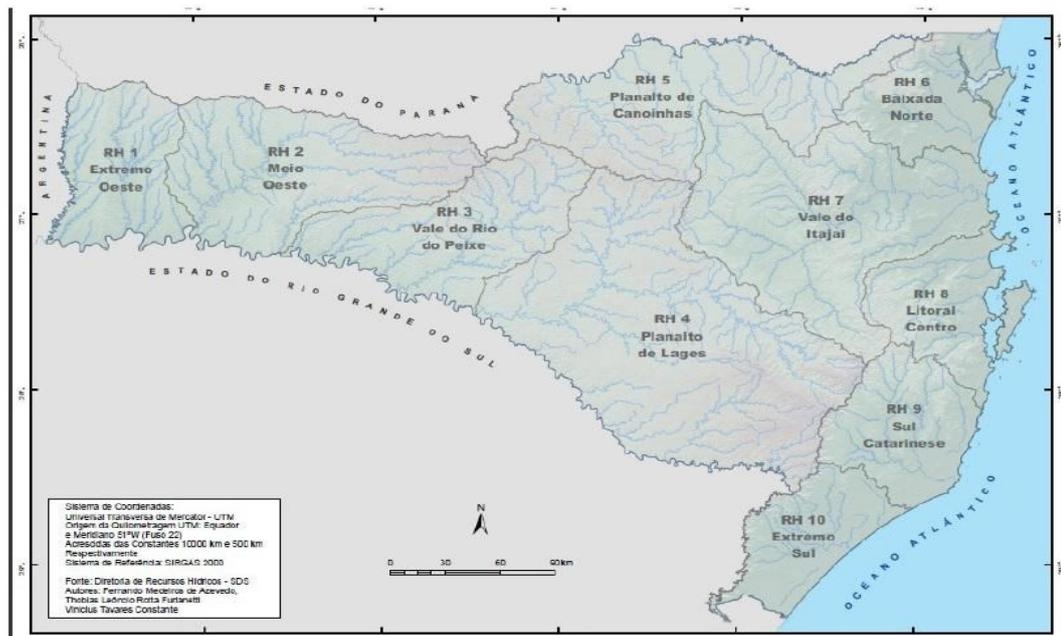
O Estado de Santa Catarina possui em seu território uma rede hidrográfica dividida em dois sistemas independentes pela Serra Geral: o sistema integrado da Vertente Interior, que escoar as águas para o oeste do estado e o sistema de Vertente Atlântica que a partir da Serra Geral escoar as águas em direção ao oceano Atlântico. O regime fluvial dos rios do Estado catarinense está diretamente ligado ao regime pluviométrico que é caracterizado pelas chuvas distribuídas ao longo do ano e que fazem com que os rios sofram oscilação na quantidade de água. A falta de chuvas ou uma má distribuição em um longo espaço de tempo faz com que rapidamente os solos e o nível dos rios comecem a ter pouca disponibilidade de água, afetando diversas atividades da população e conseqüentemente a economia, principalmente a agricultura.

Os regimes fluviais dos rios de Santa Catarina, ou seja, a oscilação da quantidade de água presente no rio no decorrer do ano, está diretamente ligado com o regime pluviométrico,

caracterizado pelas chuvas distribuídas durante o ano inteiro (GEPHI, 2018). Dessa forma, a oscilação do volume está relacionada à origem das águas e tem fundamental importância para o abastecimento dos mananciais durante o ano. O comportamento da grande maioria dos rios, em conformidade com a distribuição das chuvas é representado por dois máximos (ocorrendo, respectivamente, na primavera e no final do verão) e dois mínimos (registrados no início do verão e no outono com prolongamento do inverno) o que revela características do regime subtropical (GEPHI, 2018).

A região hidrográfica Litoral Central, onde fica maior parte dos municípios da Grande Florianópolis, possui uma área de 5.269km<sup>2</sup> e compreende quatro bacias hidrográficas independentes que fluem em direção ao oceano: Tijucas (2.371 km<sup>2</sup>), Cubatão do Sul (743 km<sup>2</sup>), Biguaçu (387 km<sup>2</sup>) e da Madre (335 km<sup>2</sup>) (GEPHI, 2018). A bacia do rio Tijucas drena a sede de 8 municípios e o principal problema que afeta a bacia ocorre devido à extração mineral, especialmente no trecho a jusante, como observado nos municípios de Major Gercino de Tijucas, Canelinha, São João Batista e Nova Trento. A bacia do rio Biguaçu drena a sede do município de Antônio Carlos e boa parte da área urbana de Biguaçu. O rio Biguaçu nasce no município de Antônio Carlos, um dos principais fornecedores de hortaliças para o mercado de Florianópolis. Ao longo desse rio, que drena a jusante o município de Biguaçu, é possível observar trechos preservados de Mata Atlântica, o que se reflete favoravelmente na qualidade de suas águas (GEPHI, 2018). O Rio Cubatão origina-se da junção dos rios do Cedro e Bugres no município de São Bonifácio, passando pelas sedes urbanas de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz. Seu principal afluente da margem esquerda é o rio Vargem do Braço, que drena o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, no município de Palhoça (GEPHI, 2018). A bacia do rio da Madre é a mais preservada da região, drenando áreas legalmente protegidas, tais como as da Serra do Tabuleiro (GEPHI, 2018).

Figura 8 - Mapa das regiões hidrográficas do Estado de SC



Fonte: GEPHI, 2018

Conforme analisado, a região da grande Florianópolis tem em seu território uma grande disponibilidade de água e dessa forma, pode obter vantagens com relação ao uso de irrigação para agropecuária. Na região da grande Florianópolis existe, dos 10.088 estabelecimentos, 2.440 unidades que utilizam algum método de irrigação, sendo que no Estado todo, conforme censo de 2017 são 16.214 unidades agropecuárias com algum tipo de irrigação (IBGE, 2018). Das 3.421 unidades de produção de lavoura temporária na Grande Florianópolis, 917 utilizam algum tipo de método de irrigação. Na produção de horticultura e floricultura das 1.643 unidades presentes na região, 1.215 utilizam algum método de irrigação, sendo a atividade econômica que mais utiliza água na produção da região. Na produção de lavoura permanente da região, 41 unidades das 248 existentes utilizam algum método de irrigação. Na pecuária e criação de outros animais, presente em 3.744 unidades da Grande Florianópolis, apenas 267 utilizam algum método de irrigação. Percebe-se a importância que se tem a irrigação principalmente para os produtos presentes na horticultura e na lavoura temporária dentro da região, para as hortaliças folhosas e para a produção de outros legumes e verduras como o tomate, cebola e outros tubérculos, raízes e bulbos.

Tabela 15 – métodos de irrigação na mesorregião da Grande Florianópolis

	Irrigação localizada		Irrigação por superfície		Irrigação por aspersão		Outros métodos	
	gotejamento	microaspersão	inundação	outros métodos	carretel enrolador	convencional	Sub superficial	molhação
Lavoura Temporária	38	26	79	11	10	734	10	28
Horticultura	393	107	7	36	10	773	12	56
Lavoura Permanente	7	1	1	1	-	11	2	6
Pecuárias e outros animais	41	15	2	3	2	172	8	41
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>149</b>	<b>90</b>	<b>51</b>	<b>22</b>	<b>1.698</b>	<b>32</b>	<b>133</b>

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Além dos métodos colocados na tabela, outros que não foram adicionado por serem menos representativos foram “outros métodos de irrigação localizada” que totaliza 16 unidades, “irrigação por superfície – sulcos” que ao todo tem apenas 1 na região da Grande Florianópolis e “irrigação por aspersão – pivô central” que é usado apenas em 4 unidades da região.

A irrigação por gotejamento está muito mais presente na produção de horticultura do que em outra atividade econômica agropecuária por ser um tipo de irrigação de maior precisão. Dentre a utilização de irrigação localizada na horticultura 210 unidades estão na microrregião do Tabuleiro, 101 em Tijucas e 84 na microrregião de Florianópolis. A irrigação por aspersão, presente em maior quantidade nas atividades agropecuárias está distribuído da seguinte maneira: Na microrregião de Tijucas 192 unidades usam para lavoura temporária, 102 para horticultura, 3 para lavoura permanente e 37 para criação de gado e outros animais; Na microrregião de Florianópolis 33 utilizam para produção de lavoura temporária, 255 para horticultura, 3 para lavoura permanente e 17 para criação de gado e outros animais; e por fim, na microrregião do Tabuleiro, 509 utilizam irrigação por aspersão em lavoura temporária, 416 para horticultura, 5 para lavoura permanente e 118 para gado e criação de outros animais.

Durante os últimos anos, mais precisamente desde 2019, se prolongando até meados de 2021 uma grave estiagem trouxe efeitos para a economia catarinense, principalmente para a agropecuária. Conforme dados da Epagri/Cepa essa foi a pior estiagem desde 2006 que gerou problemas para o abastecimento urbano, para os animais e promoveu efeitos na produção agropecuária de mais de 100 municípios (EPAGRI, 2020). Na Grande Florianópolis a estiagem prolongada afetou a agricultura e a pecuária sendo que a produção de hortaliças teve perda de 60%, conforme Sindicato Rural de São José (XIMENES, 2020). A reportagem do jornal ND+ aponta que no começo da estiagem ainda se tinha água nos açudes, porém com a estiagem prolongada os reservatórios ficaram esgotados. Ainda conforme a reportagem, as propriedades

que não possuíam sistema de armazenamento de água tinham dificuldades para manter os animais, além de não fornecer água nas plantações de legumes e verduras. Dessa forma, os danos na produção não se deram apenas na impossibilidade de plantar ou colher produtos de melhor qualidade, mas a falta de chuva também causou o aparecimento de diversas pragas na lavoura de hortaliças e também redução do tamanho de alguns produtos.

A Epagri e o Governo do Estado foram importantes no apoio às famílias rurais durante esse período e promoveram acesso a políticas públicas que investiam em soluções para o uso da água como projetos de financiamento a questão hídrica em sistemas de irrigação, captação e armazenamento como construção de cisternas, poços, etc. Além disso, a Epagri realiza um trabalho de monitoramento dos rios e chuvas além de levantar dados sobre temperatura, vento, umidade do ar e outros indicadores que auxiliam os produtores rurais. Ao todo o monitoramento é realizado por 355 estações automáticas telemétricas ativas onde se tem 295 de pluviometria e 60 do nível dos rios em todo estado, permitindo conhecer a quantidade de água disponível em Santa Catarina de maneira a prevenir e apoiar as regiões que mais necessitam (EPAGRI, 2022). Conforme dados da empresa:

“Só em 2021, os projetos de crédito elaborados pela Empresa viabilizaram às famílias catarinenses mais de R\$100 milhões em financiamentos para apoiar a resiliência hídrica no meio rural. Dentro do Programa SC Mais Solo e Água, da Secretaria da Agricultura, foram beneficiadas 2.579 famílias em 180 municípios com financiamentos sem juros e condições diferenciadas de pagamento. O apoio viabilizou, por exemplo, a construção de 757 cisternas, 341 poços, 135 sistemas de irrigação, 111 sistemas de tratamento e distribuição de água e 1.197 projetos envolvendo proteção de fontes e matas ciliares, captação, armazenamento e distribuição de água no campo. Em 2021, boas práticas agronômicas como essas, orientadas pela Epagri, foram implantadas em 11,5 mil hectares em Santa Catarina. A Empresa realizou 183 eventos e 5,4 mil visitas a famílias rurais para tratar desses temas e ainda acompanhou a recuperação de 44 hectares de matas ciliares”. (EPAGRI, 2022).

Os dados apresentados pela Epagri no auxílio aos produtores rurais mostra sua importância no apoio que a empresa tem para o agronegócio catarinense, não somente na parte da extensão rural, mas também atenta em levar tecnologia e recurso para as famílias rurais do estado. Conforme visto, a região possui grande disponibilidade de água e possui inúmeras nascentes (caso de Alfredo Wagner), rios e córregos que atravessam diversos municípios e abastecem as bacias hidrográficas da região. Portanto, nota-se a importância de se ter na região da Grande Florianópolis mais sistemas de irrigação para as culturas agrícolas e mais tecnologias

e técnicas relacionadas ao uso da água para o cultivo das lavouras e hortaliças e da produção da pecuária na região. O melhor auxílio na produção dos hortifrutigranjeiros, com utilização mais correta da água e de mais tecnologia, garante uma produção de mais qualidade e viabiliza maior renda para os produtores da região.

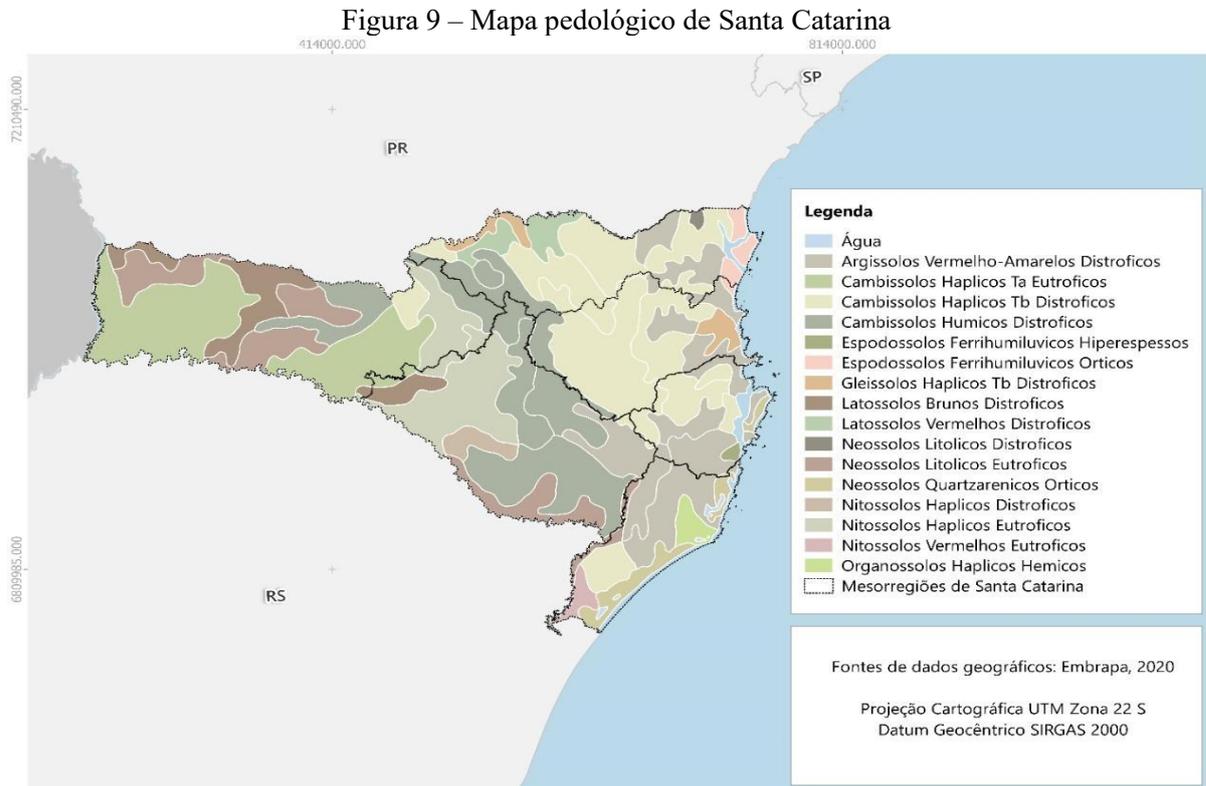
#### 5.4 CORREÇÃO DO SOLO E ADUBAÇÃO

Sem o solo não há produção. Dessa forma, conhecer sobre o solo que irá produzir é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da lavoura. Os solos não se apresentam pronto para o cultivo, ou seja, nem sempre estão aptos para a produção agrícola e apresentam falta ou excesso de determinado tipo de nutriente. No Brasil, um dos exemplos mais comuns é a existência de solos com acidez excessiva, onde ocorre maior quantidade de alumínio e hidrogênio ou a falta de cálcio. Essas condições impedem o crescimento e fortalecimento das plantas e dessa forma, surge a necessidade da correção do solo.

A correção do solo é uma técnica que tem como objetivo aumentar a fertilidade do solo, através da aplicação de corretivos do solo para promover um desenvolvimento saudável das plantas. Portanto, a correção do solo promove o equilíbrio dos nutrientes da terra para que seja desenvolvido uma produção de melhor qualidade e visa diminuir a incidência de pragas e doenças. A existência de um solo mais ácido promove na agricultura a inibição do crescimento da planta por não conseguir extrair o cálcio inviabilizando o crescimento e a produção comercial da cultura. Assim, a técnica de correção do solo mais comum realizada é a calagem, que por meio da aplicação de calcário no terreno tem como objetivo aumentar o pH do solo. O processo de correção do solo está colocado como pré-porteira, pois sua aplicação deve ser feita antes da safra/cultivo para garantir que seu efeito seja positivo para a cultura, uma vez que o cálcio não é absorvido imediatamente e assim, com mais tempo no solo, os cultivos conseguem absorver melhor o nutriente pelas raízes, fortalecendo a nutrição do produto.

O território de Santa Catarina é composto predominantemente por cambissolos, latossolos e argissolos e conta em suas regiões mais baixas com neossolos flúvicos e neossolos litólicos (EMBRAPA, 2004). Aproximadamente 60% dos solos do Estado apresentam baixa fertilidade natural, necessitando de calagem e adubação para produção agrícola satisfatória (SANTA CATARINA, 2016). Frente a isso, os produtores rurais de Santa Catarina contam com apoio do governo do Estado para aumentar a produtividade das lavouras e em 2021 a Secretaria do Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural distribuiu 300 mil toneladas

de calcário, tendo um investimento de R\$ 23,6 milhões e atendendo mais de 15 mil produtores do estado (SANTA CATARINA, 2021). No mapa abaixo é possível observar o tipo de solo existente em Santa Catarina e a predominância de cambissolos na região da Grande Florianópolis.



Fonte: Embrapa, 2004.

A aplicação de calcário e outros corretivos do pH do solo na região da Grande Florianópolis apresenta baixa aplicação se comparado com o total de unidades existentes. Das 10.088 unidades, apenas 3.030 fazem correção do solo, sendo que as microrregiões do Tabuleiro e de Tijucas possuem mais que o dobro de unidades do que a microrregião de Florianópolis que fazem aplicação de corretivo do solo. Entretanto ao analisar o total de unidades de lavoura permanente e horticultura (5.061) que são atividades onde se utilizam mais correção do solo a utilização se faz bastante presente. Na tabela abaixo é possível observar os números referente a aplicação de corretivo do solo na região da Grande Florianópolis, conforme censo agropecuário (IBGE, 2017).

Tabela 16 - Uso de calcário e outros corretivos do pH do solo - Correção do solo

	<b>Total</b>	<b>Fez aplicação</b>	<b>Não fez aplicação</b>
Grande Florianópolis	10.088	3.030	7.030
Microrregião de Florianópolis	2.528	544	1.978
Microrregião de Tijucas	3.712	1.153	2.559
Microrregião do Tabuleiro	3.848	1.333	2.493

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Outra importante utilização para o preparo do solo é o processo de adubação, sendo considerada uma tecnologia que aumenta a produtividade e a rentabilidade das culturas. Dessa forma, a utilização da adubação (química e orgânica) influencia nas características físico-químicas dos produtos e provoca uma alteração química no solo para alterar sua qualidade (KOZEN; ALVARENGA, 2021). Na adubação química, os fertilizantes utilizados proporcionam uma produtividade mais elevada e imediata do cultivo, entretanto se usadas sucessivamente pode provocar esgotamento produtivo do solo, principalmente para o cultivo de monoculturas. Na adubação orgânica, o adubo ou fertilizante é o produto de origem vegetal, animal ou agroindustrial que quando aplicado ao solo proporciona melhorias em sua fertilidade e aumenta a produtividade e qualidade das culturas. Os estercos de animais, os resíduos de culturas e os adubos verdes constituem as principais fontes de adubos orgânicos disponíveis (SBCS, 2004).

A utilização do adubo e a quantidade utilizada depende do resultado da análise do solo e da exigência da cultura a ser plantada. Os adubos químico e orgânicos são colocados nas covas, nos sulcos de plantio ou nos canteiros e misturados com o solo para evitar que as sementes ou as raízes das mudas entrem em contato direto com maior concentração do fertilizante (SENAR, 2012). Os adubos químicos são fertilizantes minerais que são obtidos através de processos industriais, contendo um ou mais nutrientes necessários para a nutrição das plantas e são comercializados em diversas formulações, com concentração variada.

A região da Grande Florianópolis faz o uso de adubação em mais de 7 mil unidades das 10.088 unidades existentes. Esse valor demonstra o quanto a utilização de adubação é importante para a produção de hortaliças na região. Nota-se que a prática de utilização de adubação orgânica associada ao uso de fertilizantes industrializados está sendo praticado na maioria das unidades presentes na região, seguido pelo uso exclusivo de adubação químico e por fim, somente o uso de adubação orgânica.

Tabela 17 - Adubação na região da Grande Florianópolis

	<b>Unidades</b>	<b>Fez adubação</b>	<b>Adubação química</b>	<b>Adubação orgânica</b>	<b>Adubação química e orgânica</b>	<b>Não fez adubação</b>
Grande Florianópolis	10.088	7.160	2.409	915	3.836	2.900
Microrregião de Florianópolis	2.528	1.420	282	441	697	1.102
Microrregião de Tijucas	3.712	2.631	988	179	1.464	1.081
Microrregião do Tabuleiro	3.848	3.109	1.139	295	1.675	717

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

A adubação do solo beneficia o desenvolvimento das culturas quando utilizados adequadamente. A adubação traz melhorias para o solo como aumento da taxa de infiltração e retenção de água, maior disponibilidade de nutrientes, estímulo a atividade biológica do solo, redução da diferença de temperatura entre períodos noturnos e diurnos, maior agregação de partículas, melhora na aeração, entre outros (KOZEN; ALVARENGA, 2021).

Pelo que é apresentado pelo Censo agropecuários, as microrregiões da Grande Florianópolis possuem uma grande quantidade de unidades que fazem uso de fertilizantes, principalmente a utilização associada entre adubação química e orgânica. Entre as microrregiões da Grande Florianópolis a que mais faz uso de adubação em suas unidades produtoras é a microrregião do Tabuleiro, sendo a maioria a utilização associada de adubação química e orgânica, seguido da utilização exclusiva de adubação química. A microrregião de Florianópolis é a que mais utiliza adubação orgânica em suas unidades de produção e a que menos utiliza exclusivamente adubação química. A microrregião de Tijucas é a que menos utiliza adubação orgânica.

Tabela 18 - Adubação nos municípios da microrregião de Florianópolis

Unidades	Fez adubação	Adubação química	Adubação orgânica	Adubação química e orgânica	Não fez adubação
----------	--------------	------------------	-------------------	-----------------------------	------------------

Microrregião de Florianópolis	2.528	1.420	282	441	697	1.102
Antônio Carlos	545	464	75	61	328	81
Biguaçu	346	218	56	66	96	128
Florianópolis	211	67	4	56	7	141
Gov. Celso Ramos	92	18	1	10	7	74
Palhoça	234	83	40	26	17	149
Paulo Lopes	235	85	22	34	29	150
Santo Amaro da Imperatriz	435	189	38	58	93	245
São José	107	61	4	46	11	46
São Pedro de Alcântara	323	235	42	84	109	88

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

O município de Antônio Carlos, importante fornecedor de hortaliças, possui mais unidades que produzem com associação de adubos químicos e orgânicos, bem como Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara. Santo Amaro, entre os municípios que mais fornecem alimentos da microrregião é o que possui mais unidades que não fazem uso de adubação entre os municípios da microrregião de Florianópolis, seguido por Paulo Lopes, Palhoça e Florianópolis que também possuem mais unidades que não fazem uso de adubação do que unidades que fazem uso.

Tabela 19 - Adubação nos municípios da microrregião de Tijucas

	<b>Unidades</b>	<b>Fez adubação</b>	<b>Adubação química</b>	<b>Adubação orgânica</b>	<b>Adubação química e orgânica</b>	<b>Não fez adubação</b>
Microrregião de Tijucas	3.712	2.631	988	179	1.464	1.081
Angelina	884	802	293	30	479	82
Canelinha	210	88	29	26	33	122
Leoberto Leal	639	605	213	36	356	34
Major Gercino	495	322	163	21	138	143
Nova Trento	491	406	254	22	130	85
São João Batista	578	227	20	16	191	351
Tijucas	445	181	16	28	137	264

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

O município de Angelina, principal fornecedor de alimentos da microrregião de Tijucas possui 884 unidades agropecuárias e 802 que fazem uso de adubação, onde 479 faz uso de associação de adubação química e orgânica e 293 faz uso exclusivo de adubação química. Leoberto Leal, outro importante município da microrregião que produz hortaliças possui a maioria das unidades que utilizam adubação em associação química e orgânica (356) e adubação exclusivamente química (213).

A microrregião do Tabuleiro apresenta o maior número de unidades que fazem uso de adubação. Dentre os municípios que mais possuem unidades que utilizam adubação são Alfredo Wagner, Águas Mornas e Anitápolis. A maioria dos municípios, com exceção de Anitápolis, possuem mais unidades com uso de associação de adubação química e orgânica. Anitápolis possui mais unidades que fazem uso exclusivo de adubação química do que associada e orgânica.

Tabela 20 - Adubação nos municípios da microrregião do Tabuleiro

	<b>Unidades</b>	<b>Fez adubação</b>	<b>Adubação química</b>	<b>Adubação orgânica</b>	<b>Adubação química e orgânica</b>	<b>Não fez adubação</b>
Microrregião do Tabuleiro	3.848	3.109	1.139	295	1.675	717
Águas Mornas	809	545	137	111	297	246
Alfredo Wagner	1.656	1.467	524	82	861	187
Anitápolis	500	412	322	19	71	88
Rancho Queimado	353	302	48	24	230	50
São Bonifácio	530	383	108	59	216	146

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

A mesorregião da Grande Florianópolis possui uma grande quantidade de unidades que utilizam adubação associada e adubação química exclusivamente. Isso demonstra o quanto o processo industrial se faz presente nessas unidades, uma vez que a adubação química é resultado da fabricação desse setor produtivo. Nota-se então o quanto existe uma dependência do setor agropecuário com o setor industrial, no que tange a utilização de adubação. Em compensação percebe-se que é necessária uma maior utilização de adubação exclusivamente orgânica nas propriedades, uma vez que, possuem benefícios para o produtor e para o consumidor, além de garantir boa qualidade dos produtos.

## 5.5 USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

O debate acerca do uso de agrotóxicos na comunidade acadêmica é bastante divergente, de um lado os que defendem seu uso para proteção das lavouras de pragas e doenças que podem danificar a produção e que garantem melhor produtividade e de outro lado que defendem maiores critérios para o uso devido à maior segurança ao meio ambiente, alimentar e à saúde humana, além de elencar a resistência das pragas a cada aplicação. Não cabe aqui

decifrar quem tem mais razão, apenas analisar alguns dados referentes à utilização de agrotóxico em hortaliças e também identificar a quantidade de unidades agropecuárias da região que fazem uso de defensivos agrícolas.

As hortaliças possuem um cultivo intensivo, sem sazonalidade, e estão sujeitas a pragas, insetos, fungos, ácaros, vírus o ano inteiro e paradoxalmente são culturas que não possuem agrotóxicos registrados ou possuem um número reduzido de registro (CRUZ, 2013). Conforme a lei dos agrotóxicos somente defensivos químicos registrados podem ser utilizados, sendo que o registro implica indicação obrigatória da cultura e da praga a ser combatida. Ou seja, mesmo existindo uma grande quantidade de agrotóxicos de alta complexidade tecnológica para o controle químico de pragas, os produtores de hortaliças não podem utilizá-los, pois não é específico para certas culturas. Dessa forma, diante dessas obrigações legais que estão sujeitos, empresas e produtores direcionam esforços para culturas que possibilitam melhor relação custo-benefício ou optam por usar agrotóxicos disponíveis no mercado, utilizando o produto em cultura adversa do que é indicado no registro, levando sua produção à ilegalidade por desvio de uso (CRUZ, 2013).

Para amenizar tal situação o Brasil possui uma das legislações mais rigorosas do mundo para agrotóxicos. Diversos órgãos como MAPA, Anvisa, Ibama, Embrapa buscam tanto fiscalizar o uso de agrotóxico nos setores de venda, bem como avaliar experiência em outros países e pesquisar sobre o manejo correto e assim criar mais políticas de registro de agrotóxicos adequadas para as culturas. O Brasil conta com dois importantes programas de análise de resíduos: Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA). Ambos programas fiscalizam o cumprimento das regras de aplicação dos defensivos na agricultura e obedecem protocolos estabelecidos pela ONU e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e possuem como objetivo principal proteger a saúde dos consumidores. Além disso, a Embrapa, empresa de pesquisa vinculada ao MAPA, produz constantemente dados referente ao uso de agrotóxicos, bem como promove o desenvolvimento do setor agropecuário por meio de inovação e ampliação de negócios. De certa forma, a existência dessa vigilância por parte das instituições existentes faz com que o consumidor tenha mais confiança ao consumir produtos oriundo da agricultura e dessa maneira, as instituições devem ser vistas como um importante aliado para auxiliar o produtor e a produção agrícola.

A produção das hortaliças estão localizadas basicamente nas proximidades das grandes e médias cidades (MARTINS, 2018). O cultivo desses alimentos sofrem forte influência das condições climáticas na fase de produção e isso provoca grande variação da produção e da comercialização, provocando oscilações no preço conforme a estação do ano. Assim, conforme Guimarães (2019), o produtor de hortaliças geralmente carece de informações e treinamentos sobre gestão da propriedade e uso de tecnologias para o manejo da cultura, pois devido às dificuldades da produção, isso favorece o uso inadequado de insumos, gera desperdício e prejuízos econômicos e ambientais.

A mesorregião da grande Florianópolis, sendo uma grande produtora de alimentos em Santa Catarina com maior destinação e comercialização para a população residente em Florianópolis e região metropolitana também faz utilização nas propriedades agrícolas do uso de agrotóxico. Conforme dados do censo agropecuário (IBGE, 2018) das 10.088 unidades existentes na região, mais da metade fez uso de agrotóxico na produção de alimentos, sendo que as microrregiões que mais utilizaram agrotóxico foram Tijucas e Tabuleiro. Dentre todas as unidades na mesorregião da Grande Florianópolis, 58% utilizou agrotóxico e 42% não utilizou conforme censo agropecuário de 2017. Conforme a tabela abaixo é possível verificar quantas unidades em cada microrregião fez uso de agrotóxico ou não utilizou.

Tabela 21 - Utilização de agrotóxicos na região da Grande Florianópolis e microrregiões

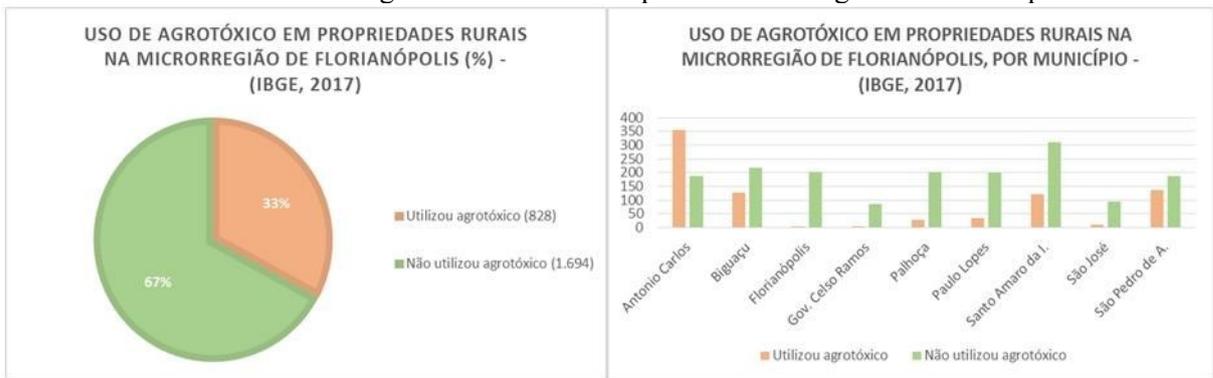
	<b>Utilizou</b>	<b>Não utilizou</b>	<b>Total</b>
Grande Florianópolis	5.871	4.189	10.088
Microrregião de Florianópolis	828	1.694	2.528
Microrregião de Tijucas	2.278	1.434	3.712
Microrregião do Tabuleiro	2.765	1.061	3.848

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Os municípios da microrregião de Florianópolis que mais utilizaram agrotóxico foram Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara e Biguaçu. A microrregião de Florianópolis é a que menos utilizou agrotóxico na mesorregião. Apesar disso, nota-se que entre os municípios que mais fornecem alimentos dessa microrregião possuem um número elevado de unidades que utilizam agrotóxico. Na microrregião de Tijucas os municípios como Angelina, Leoberto Leal e Major Gercino possuem mais unidades que utilizam agrotóxico do que unidades agropecuárias que não utilizam agrotóxico. Vale ressaltar que esses municípios são os que mais

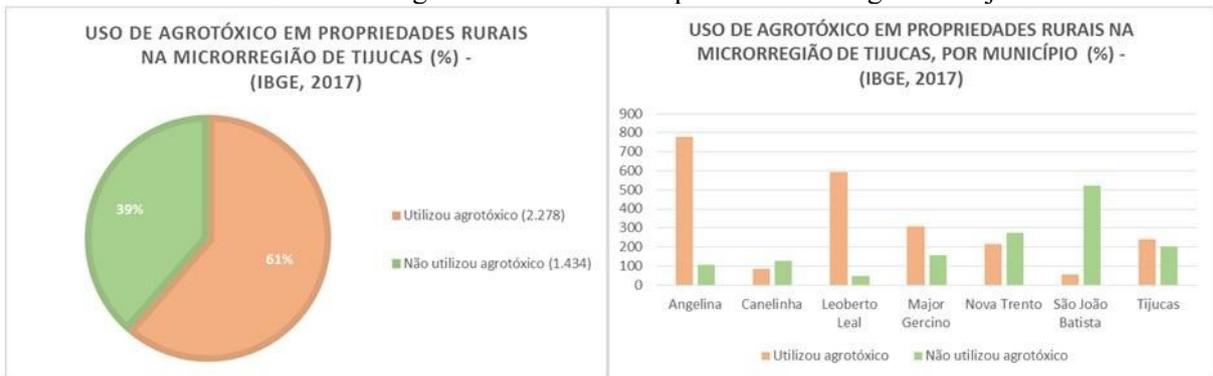
produzem alimentos hortifrutigranjeiro na microrregião. A microrregião do Tabuleiro, assim como a microrregião de Tijucas possui mais unidades com uso de agrotóxico. Entretanto, nessa microrregião, diferentemente de Tijucas, todos os municípios possuem mais unidades que utilizaram agrotóxico do que não utilizaram. Nos gráficos abaixo é possível identificar o uso de agrotóxicos por cada microrregião, além de analisar a quantidade de unidade que fizeram uso de agrotóxicos em cada município de cada microrregião.

Gráfico 4 – Uso de agrotóxicos nos municípios da microrregião de Florianópolis



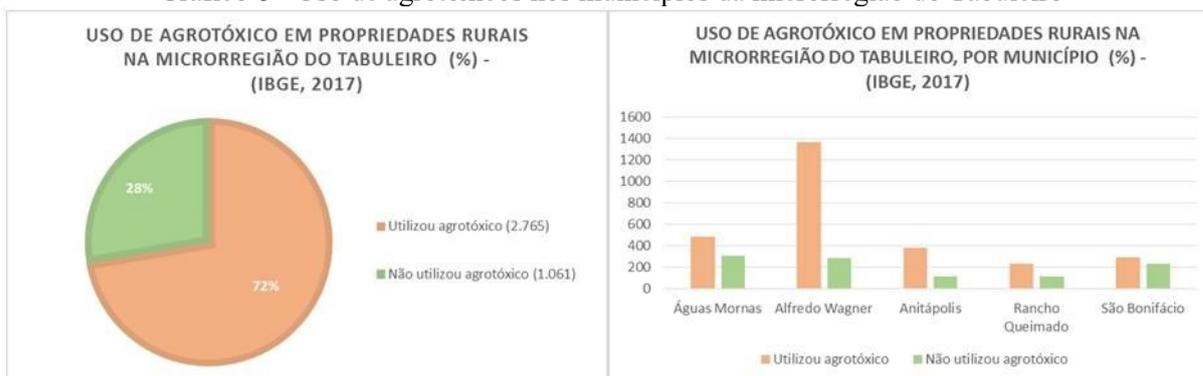
Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017. Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 - Uso de agrotóxicos nos municípios da microrregião de Tijucas



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017. Elaborado pelo autor

Gráfico 6 - Uso de agrotóxicos nos municípios da microrregião do Tabuleiro



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017. Elaborado pelo autor.

O número de unidades que usam agrotóxico nos municípios que mais comercializam produtos de hortifrutigranjeiros são mais elevados do que unidades que não utilizam. Na microrregião de Tijucas, o município de Angelina possuía 777 unidades que utilizava agrotóxico e apenas 107 que não utilizava e Leoberto Leal 593 unidades que fazem uso de agrotóxico e apenas 46 unidades que não utilizam. Na Microrregião do Tabuleiro todos os municípios possuem mais unidades que fizeram uso de agrotóxico com destaque para Alfredo Wagner com 1366 unidades e 288 unidades que não utilizaram agrotóxico e Águas Mornas, importante município na comercialização de grande diversidade de produto, que possui 486 unidades que produziam com uso de agrotóxico e 305 unidades que não utilizavam agrotóxico. A microrregião de Florianópolis, como observado é a que menos faz uso de agrotóxico nas unidades produtoras, entretanto, o município de Antônio Carlos, o maior fornecedor de folhosas da região possui 357 unidades que produziam com agrotóxico em compensação de 188 que não faz uso de defensivos. Santo Amaro da Imperatriz, entre os principais municípios que produzem hortifrutigranjeiros é o único que possui mais unidades que não utilizam agrotóxico do que as que utilizam, sendo 311 que não utilizam e 123 que utilizam.

Percebe-se que ao considerar a porcentagem total da mesorregião de unidades que fazem uso de agrotóxico e os que não fazem existe uma diferença de 16% entre eles. Entretanto, ao considerar os municípios que mais produzem alimentos e comercializam com a CEASA-SJ se nota que eles possuem um número mais elevado de unidades que utilizaram agrotóxico. Além disso, é preciso considerar que do total de unidades agropecuárias na mesorregião, nem todas são para produção de alimentos e dessa forma, quando perguntado sobre uso de agrotóxico, acabam por dizer que não utilizam. Nas unidades de pecuária e criação de outros animais, bem

como áreas de floresta plantada e nativa, além de pesca e aquicultura, não se faz tanto uso de agrotóxicos como na produção agrícola.

Os agrotóxicos estão bastante presentes nos municípios da região da Grande Florianópolis e seu uso auxilia os produtores e facilita na produção das lavouras contra as intempéries que prejudicam o cultivo. Existe uma grade específica de agrotóxicos para cada espécie e nem sempre produtos registrados para uma cultura poderão ser usados para outra, caso não esteja registrado especificamente. Para que sejam utilizados de maneira correta é necessário que cada vez mais o produtor tenha conhecimento sobre a grade de agrotóxicos específicos para cada cultura e sobre o seu manejo. Saber qual agrotóxico utilizar assegura melhor proteção contra pragas, artrópodes, plantas daninhas e evita desperdícios, contaminação do meio ambiente além de evitar a seleção de pragas resistentes. Vale ressaltar que o uso de agrotóxicos não é proibido, porém deve ser feito exclusivamente com produtos registrados para cada cultura e com base no manejo correto de boas práticas agrícolas, conforme as normas técnicas. Dessa forma, ajuda a reduzir a quantidade de ocorrências relacionadas com a contaminação de produtos com resíduos de agrotóxicos não permitidos para determinadas culturas. Portanto, é cada vez mais importante que se viabilize ações de extensão rural para com o produtor para que este conhecimento chegue até ele e dessa forma as produções tenham o manejo correto com relação ao uso de agrotóxico para as culturas determinadas, protegendo a produção, o agricultor e o consumidor final.

## **6 A IMPORTÂNCIA DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A (EPAGRI) PARA O SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE**

A região da Grande Florianópolis passou por intensas transformações durante seu processo de formação sócio-espacial. Para auxiliar no desenvolvimento socioeconômico regional um dos elementos essenciais são as inovações científicas e tecnológicas. Nesse sentido, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI), a partir de sua criação vem atuando na pesquisa agropecuária e extensão rural do estado de Santa Catarina<sup>16</sup>. O serviço de extensão rural tem a responsabilidade de propiciar aos agricultores acesso e uso de novas práticas de trabalho, produção e comercialização que sejam capazes de ocasionar elevação da produtividade e da qualidade de vida das famílias rurais produtoras (OLINGER, 2020).

A pesquisa agropecuária auxilia no desenvolvimento de tecnologias inovadoras que visam melhorar a produção, a produtividade e a competitividade das cadeias produtivas em Santa Catarina. Dessa forma, a EPAGRI, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina, é responsável pela pesquisa aplicada no setor agropecuário em todo território catarinense e ao longo de sua história, tornou-se referência para agricultores e pescadores de todas as regiões do Estado. Todo o prestígio conquistado faz com que a empresa procure cada vez mais se comprometer em buscar soluções e resultados para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Todas as pesquisas geradas são disponibilizadas com intuito de tornar as atividades desenvolvidas no meio rural, na agricultura e na pesca mais competitivas e lucrativas, mantendo o Estado como referência nacional na produção de alimentos. Portanto a EPAGRI é uma empresa que está em constante atenção nas alterações e exigências dos mercados que afetam as atividades agrícolas e do mar, principalmente através do conhecimento gerado e da competência técnica que detém. Assim, consegue auxiliar os produtores às diversas demandas das diferentes cadeias produtivas, traçar diretrizes de longo prazo e tomar decisões que envolvem não somente os recursos financeiros, mas também as pessoas que atuam em toda a estrutura organizacional.

---

<sup>16</sup> Em 29 de fevereiro de 1956, foi fundado em Santa Catarina o Escritório Técnico Rural (ETA), que deu origem à extensão rural e pesqueira no estado. A ETA tinha vigência por apenas de quatro anos, sendo necessário criar uma instituição que prosseguisse com os serviços de extensão rural implantados. Nesse sentido, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc). Já a pesquisa agropecuária teve início em 29 de outubro de 1975 com a fundação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc). Em 1991, a fusão da Acaresc, Empasc e outras instituições deu origem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI) e dessa forma reuniu pesquisa e extensão rural em um único órgão.

Segundo dados da empresa, ela conta no momento (2021) com 1682 colaboradores. Desse total, 40,5% atua somente na extensão agropecuária, 25,3% na pesquisa, 26,6% trabalha no apoio na extensão e pesquisa e 7,6% na parte de gestão. Os funcionários da empresa possuem formação diversificada, sendo que a grande maioria possui ensino médio completo e curso superior. Cerca de 36,6% possui ensino médio e médio com técnico, 22,3% tem ensino superior, 8,7 grau de especialização, 6% mestrado e 8,3% doutorado. Percebe-se o quanto a EPAGRI é importante na busca por conhecimento, produção tecnológica e extensão para o desenvolvimento do meio rural de Santa Catarina. Atualmente a empresa é classificada como uma Instituição Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (ICTESC) e integra o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina.

A temática de inovação é um dos termos muito estudados na economia e teve uma importante análise a partir dos estudos de Joseph Schumpeter para compreender o desenvolvimento econômico. Este autor parte da análise de que o capitalismo deve ser tratado como um processo evolutivo, ou seja ele é por natureza uma forma ou método de transformação econômica e o impulso fundamental que mantém funcionando a máquina procede de novos bens de consumo, de novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial (SCHUMPETER, 1961).

Além da inovação, Schumpeter destaca a importância do empreendedorismo como ferramenta essencial na sociedade para agregação de valor e identificação de oportunidades de negócios. Para o autor, são os empresários que promovem a inovação e provoca, a chamada “destruição criativa”, onde os empreendimentos inovam ao utilizar novas tecnologias em detrimento de um modelo produtivo mais antigo. Assim, obtém um aumento da produtividade do capital e do trabalho, pois com as inovações os empresários conseguem alocar produtos com vantagens competitivas em relação aos concorrentes com práticas mais antigas de produção ou tecnologia mais defasadas.

Dessa maneira, Schumpeter analisa que a inovação dá possibilidade ao empreendedor de produzir um produto ou serviço por meio de novos arranjos produtivos e assim conquistar novos mercados. Assim, quando Schumpeter analisa a questão da concorrência no sistema capitalista, ele demonstra que os preços dos produtos possuem um papel secundário na determinação de concorrência dos mercados, uma vez que a concorrência se observa a partir da introdução de novos bens, novas tecnologias ou métodos de produção, novas fontes de insumos e matérias-primas, novos modos de as firmas se organizarem (SCHUMPETER, 1997). Ou seja

é a novidade, ou melhor, a inovação de alguns setores dentro da organização produtiva que promove a concorrência dentro do funcionamento do sistema capitalista.

Mais recentemente, economistas inspirados pelo trabalho de Schumpeter, tem cada vez mais alertado para a importância dos gastos dos governos em áreas específicas que fossem capazes de aumentar a capacidade de inovação. Dessa maneira, como propõe Mazzucato (2014) “o incentivo a inovação pode tomar a forma de investimentos em P&D, infraestrutura, capacitação profissional e apoio direto e indireto a empresas e tecnologias específicas”. Nesse sentido a Epagri tem cada vez mais atuado em melhorias para a produção agrícola de Santa Catarina. Segundo dados do balanço social da empresa, o retorno que a sociedade recebeu para cada real investido na Epagri<sup>17</sup> nos anos de 2019 e 2020 foi de R\$6,24 e R\$6,92, respectivamente. Além disso, a participação da Epagri no retorno que suas tecnologias e ações geraram para a sociedade foi de R\$2,18 bilhões em 2019 e R\$ 2,64 bilhões em 2020. Conforme dados do boletim da Epagri, existem diversas tecnologias desenvolvidas pela empresa para produção agrícola. No quadro abaixo pode-se analisar algumas tecnologias desenvolvidas e difundidas pela Epagri em certas culturas agrícolas e o impacto econômico e produtivo que elas geraram.

---

<sup>17</sup> O documento é publicado anualmente pela Epagri para prestar contas dos recursos investidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Neste documento é possível verificar mais dados referentes aos trabalhos da Epagri no estado catarinense. Os dois Balanços citados no trabalho podem ser acessados através do site: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/07/09/epagri-gera-r624-para-cada-real-investido-pelo-governo-do-estado/> e <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/07/09/epagri-gera-r624-para-cada-real-investido-pelo-governo-do-estado/>.

Quadro 1 – Tecnologias desenvolvidas e difundidas pela Epagri (continua)

Tecnologia/Ação	Ano de início de adoção	Qtidade de adoção do Brasil	Participação em SC		Impacto econômico atribuído a Epagri				
			% na área da cultura/criação no Estado	% da Epagri no impacto econômico	Aumento de produtividade	Redução de custos	Agregação de valor	Total	
Cebola	Adequação do manejo da adubação com micronutrientes na cultura da cebola	2010	5.750 ha	33,9	70	-	3.386.635,00	-	3.386.635,00
	Aumento da densidade de plantas na cultura da cebola	2000	15.000 há	88,4	50	78.443.700,00	-	-	78.443.700,00
	Manejo da adubação com enxofre para a cultura da cebola	2015	4.500há	26,5	70	10.009.755,00	-	-	10.009.755,00
	Racionalização do uso de agrotóxicos na cultura da cebola	1995	15.000 ha	88,4	40	17.593.320,00	-	-	17.593.320,00
	Racionalização do uso de fertilizantes NPK na cultura da cebola	2002	14.500 ha	85,4	70	37.328.655,00	18.029.343,50	-	55.357.998,50
Olericultura	Plantio direto do tomate no sistema de produção integrada (Sispit)	2016	20 ha	1,0	70	105.916,70	3.305,40	-	109.222,10
	Racionalização do uso de mão de obra em horticultura com aplicação de composto em dose única	2017	310 ha	Nd	70	-	410.340,80	-	410.340,80
	Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)	2001	2.440 ha	nd	69	39.230.600,00	15.330.500,00	-	54.561.100,00
	Sistema de produção de mudas de hortaliças em abrigos	1999	14.004 ha	nd	50	47.382.954,12	10.384.246,08	-	57.767.200,20
	Sistema de produção orgânica de morangos	2011	6 ha	2,5	40	-	22.570,00	90.890,00	113.460,00

Quadro 1 - Tecnologias desenvolvidas e difundidas pela Epagri

Tomate	Recomendação de adubação no sistema de produção integrada de tomate	2012	220 há	10,8	70	-	1.104.023,80	-	1.104.023,80
	Utilização de enxertia em tomateiro para redução de perdas por problemas fitossanitários	2010	10 ha	0,5	70	676.640,00	-	-	676.640,00

Fonte: Tecnologias desenvolvidas pela Epagri. Relatório de balanços econômicos.

Uma das tecnologias impulsionadas pela Epagri e já utilizada em muitos cultivares pelo mundo é a produção em abrigos de cultivo, onde os produtos se desenvolvem graças ao auxílio das estruturas cobertas por plástico e revestidas nas laterais por telas. Essas estruturas fazem com que as plantas se desenvolvam protegidas de pragas e doenças, além de evitar a chuva diretamente na planta, desfavorecendo o surgimento de doenças. Essa tecnologia é encontrada na Estação Experimental da Epagri em Itajaí e viabiliza para os produtores uma produção de qualidade durante todo o ano. Conforme entrevista dos pesquisadores da Epagri a estrutura auxilia para que as verduras cresçam bonitas e saudáveis, fiquem protegidas de tempestades, granizo e excesso de umidade e além disso, possibilita o controle do tempo na dosagem da água e uso de fertilizantes naturais de melhor qualidade. Dessa forma, se nota o papel da inovação gerada pela Epagri que surgem exatamente para fornecer proteção, segurança, conforto, rentabilidade para quem produz e para quem consome.

Nos últimos 20 anos a Estação Experimental da Epagri em Itajaí trabalha com atividades de hortaliças dentro do sistema orgânico. O cultivo de alimentos orgânicos vem crescendo e possui um mercado cada vez mais em expansão. Dentro desse sistema é possível obter um melhor rendimento do alimento com controle de pragas, controle de doenças, nutrição e seleção de cultivares. Em 2001 o número de produtores no Estado era de 706 situados em 97 municípios das diferentes regiões do Estado (OLTRAMARI, et al. 2022). De 2010 para 2018 esse número de produtores subiu 211%, chegando a 1251 produtores certificados no Estado e Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, os catarinenses ocupam a quarta colocação no País (EPAGRI, 2019). Conforme dados da Epagri, a produção nesse sistema pode garantir ao produtor um melhor retorno financeiro. Segundo a Epagri, através do uso do sistema de abrigo, a produção orgânica possui uma rentabilidade maior do que cultivado no sistema convencional:

“o tomate é um bom exemplo: produzir 1 hectare no sistema convencional custa R\$76 mil, enquanto no sistema orgânico custa R\$67 mil. Já o lucro líquido por hectare sobe de R\$173 mil para R\$465 mil quando se adota o sistema orgânico (...) As plantas respondem em produtividade: dentro de abrigos, a colheita de tomate orgânico alcança 55,2 toneladas por hectare, enquanto o cultivo a céu aberto rende 41,6 toneladas por hectare. Na produção orgânica de pepino para picles, o lucro líquido por hectare sobe de R\$39,7 para R\$70,5 mil quando as plantas vão para os abrigos (...) Para culturas como pimentão, alface e morango, o cultivo em abrigos também é recomendado no sistema orgânico, mas sem as telas laterais. Enquanto o peso médio do pé de alface cultivado a céu aberto é de 339 gramas, em abrigo sobe para 438 gramas. A Epagri estima que pelo menos 90% da produção orgânica de hortaliças catarinense seja praticada sob essas estruturas.” (EPAGRI, 2019).

Além da produção com o uso de sistema de abrigo, a Epagri passou, a partir de 1998<sup>18</sup>, a pesquisar e produzir através do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH). O cultivo de hortaliças não está separado do cultivo em grandes propriedades, ou seja, não foge da regra de uma produção globalizada, associada ao uso intensivo do solo e da água, a elevadas quantidades de adubos e corretivos de pH que promovem um desequilíbrio nutricional e perda da fertilidade do solo e da saúde da planta (MASSON et al, 2019). É nessa perspectiva que surge o SPDH, como resposta ao cultivo de hortaliças com base do modelo convencional e que visa levar em conta a necessidade de valorar equitativamente os componentes do ambiente interno e externo à planta. Assim, o objetivo desse sistema, difundido pela Epagri, é de desenvolver uma agricultura limpa e sustentável, que não utiliza insumos químicos como uma forma de transição da agricultura convencional para a agroecológica.

“O segredo do SPDH é promover a saúde da lavoura com práticas voltadas para o conforto das plantas. Isso significa reduzir o estresse relacionado a fatores como temperatura, umidade, salinidade e PH do solo, luminosidade e ataque de pragas e doenças (...) O sistema prevê uma série de práticas conservacionistas. A principal é a proteção permanente do solo com palhada, utilizando plantas de cobertura para formar biomassa. Além dessas plantas, conhecidas como adubos verdes, são mantidos na área de plantio os restos vegetais de culturas anteriores (...) Além de proteger o solo, as plantas de cobertura servem de alimento para macro e microrganismos, aumentam a concentração de matéria orgânica, reduzem o surgimento de plantas espontâneas e mantêm a umidade e a temperatura mais estáveis” (EPAGRI, 2019).

---

<sup>18</sup> Os primeiros resultados experimentais do SPDH surgiu na Estação Experimental da Epagri de Caçador, Santa Catarina, (EECaçador) no ano de 1998. A partir de 2004, as atividades concentraram-se nas regiões de Ituporanga, Rio do Sul, Grande Florianópolis e Criciúma, com lavoura de estudo (LE) de tomate, melancia, moranga híbrida, chuchu, couve-flor, repolho, brócolis, cebola, mandioquinha-salsa, alface e maracujá. Nessa fase das atividades, inicia-se a participação de professores e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/ CCA), Florianópolis, SC. (MASSON; et all. 2019, p. 32).

Atualmente o SPDH é utilizado em 3 mil hectares do território catarinense, algo que representa cerca de 10% do total da área plantada com hortaliças no Estado. Somente no ano de 2018 a Epagri orientou a implantação de 142 hectares de novas lavouras em SPDH, sendo que a meta da empresa é de chegar no ano de 2030 com toda horticultura produzida nesse sistema, uma vez que, já foi desenvolvido o Sistema para quase todas as hortaliças (EPAGRI, 2019). Com a redução do uso de agrotóxicos e insumos químicos, o agricultor gasta, em média, 50% menos para produzir hortaliças em SPDH. Nesse sistema, a planta possui uma melhor qualidade e uniformidade, além de permitir a redução em 35% das perdas na colheita. Outra melhoria é o fato de a taxa de infiltração de água no solo ser três vezes maior do que no sistema convencional. A obtenção de alimentos mais seguros e de redução significativa dos insumos é também garantia de melhor renda para o produtor. Conforme o Balanço Social da Epagri de 2018 o SPDH beneficiou os olericultores catarinenses com R\$ 25 milhões em aumento de produtividade e R\$ 15 milhões em redução de custo em comparação com sistema convencional (EPAGRI, 2019). Alguns exemplos de hortaliças que obtiveram resultado melhores na produção em SPDH são os tomates, cebola e chuchu.

“Na cadeia produtiva do tomate, o sistema tem permitido reduzir em 60% o uso de fungicidas, em 100% o uso de herbicidas e em 60% o uso de adubos químicos, mantendo a produtividade quando comparada ao sistema convencional. No cultivo de cebola, além de reduzir em 60% o uso de adubo químico e em mais de 40% o uso de fungicidas, o SPDH permite estender em 60 dias o tempo de armazenagem do bulbo. Outra hortaliça com resultados surpreendentes é o chuchu. Os olericultores têm conseguido eliminar totalmente o uso de herbicidas e fungicidas, em 80% o uso de inseticidas e em 70% os adubos químicos” (EPAGRI, 2019)

A constituição da Epagri fez com que o Governo do Estado assumisse a responsabilidade pela pesquisa e extensão agropecuária em Santa Catarina. A partir disso, ocorreram grandes mudanças nas técnicas adotadas pelos produtores do setor rural do Estado, além da pesquisa desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento da agropecuária catarinense. Com o passar do tempo, todo o trabalho realizado no campo pela empresa permitiu a abertura de mercados para diversos produtos, além de agregar valor para a economia catarinense e para os produtores. As tecnologias e pesquisas desenvolvidas pelos servidores da empresa, ao se tornarem políticas públicas, atenderam a demanda de várias áreas produtivas, principalmente para o agronegócio baseado em pequenas propriedades rurais. Atualmente a

produção vegetal conta com variados cultivares adaptados, sistemas e tecnologias que permitem acompanhar as etapas produtivas das atividades desenvolvidas, além da produção animal que aprimorou novas técnicas de manejo, nutrição e reprodução, ampliando a renda de produtores e pecuaristas. Além do aumento da produtividade, a preocupação com a questão ambiental e preservação também se tornou prioridade, buscando-se manejos e práticas que permitissem reduzir a utilização de insumos e mão de obra na propriedade e também ampliou-se a criação de eventos que debatem sobre desenvolvimento sustentável e segurança alimentar.

As ações da Epagri auxiliaram no desenvolvimento agrícola do Estado e evidentemente, com as dificuldades que o campo exige, a empresa tem um papel essencial no auxílio da produção no presente e no futuro da agropecuária catarinense. Dessa forma, as dificuldades e os contrastes que se apresentam no campo e surgem diariamente, mostram a importância que cabe à pesquisa para enfrentá-los e assim desenvolver um potencial ainda maior para a produção de alimentos do Estado. Todo o esforço desempenhado pela Epagri ao longo desses anos comprova que conhecimento e inovação são alavancas indispensáveis para o desenvolvimento para os diversos setores econômicos, principalmente para os setores agropecuários.

## 6.1 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Os segmentos produtivos que se realizam “dentro da porteira”, significa a produção agropecuária propriamente dita que é dividido em agricultura (produção agrícola) e pecuária (criação de animais) e que são produzidas no campo (ARAUJO, 2007). Dentro desse segmento se analisa o ciclo vegetativo da espécie vegetal que seria o tempo necessário para sua obtenção, ou seja, da germinação à colheita. Assim, na região existem culturas de ciclo anuais, bianuais, perenes e semiperenes. No segmento dentro da porteira é onde se realiza o plantio com os devidos preparos do solo e cuidados, os tratos culturais, ou seja, as operações efetuadas e necessárias para que as plantas cresçam e se reproduzam e a colheita sendo a operação final, onde cada cultura possui um ponto específico para ser colhido e exige um tipo diferente de operação (ARAUJO, 2007). Além desses três fatores existe o pós colheita que configura, conforme Araujo, no transporte interno, a armazenagem, a classificação e a embalagem que são de extrema importância para não ocasionar danos e perdas (estética e de valor) aos produtos. Na grande Florianópolis a produção de maior dedicação são as hortaliças que necessitam

cuidados especiais desde a colheita até o consumidor final, por serem muito sensíveis e estarem facilmente sujeitos a perdas e dessa forma exigem transporte cuidadoso, armazenagem específica, classificação e embalagens próprias.

Nesta parte do trabalho será apresentado os produtos que cada município mais produz e quais são mais vendidos em cada região. Assim, é uma forma de analisar as produções dentro da porteira que são realizadas na região da Grande Florianópolis. Portanto serão analisados dados sobre as frutas e também sobre as hortaliças produzidas na região, evidenciando que existe especificações produtivas conforme a localização dos municípios em relação ao centro consumidor e também em relação a sua geografia.

Em 2019 as frutas de origem catarinense foram responsáveis por 15,2% do valor total brasileiro negociado nas centrais de abastecimento do país, tendo um valor de R\$ 1,6 bilhão e que corresponde a um volume de 320,75 mil toneladas. Já em 2020 as frutas catarinenses representaram 13,5% do total negociado nos entrepostos e um valor de R\$ 1,11 bilhão com 217,8 mil toneladas. As hortaliças de origem catarinense no ano de 2019 foram responsáveis por 4,2% do valor total brasileiro negociado, tendo um valor de R\$ 747 milhões em um volume de 214,4 mil toneladas. Em 2020 as hortaliças catarinenses representaram 4,0% do total negociado nos entrepostos com um valor de R\$ 537 milhões e um volume de 172,8 mil toneladas. Esses dados foram retirados do relatório da Epagri/Cepa e das informações obtidas do sistema de informações Setoriais de comercialização (SISCOM), do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortifrutigranjeiro (PROHORT/CONAB).

As reduções, tanto de valor como de volume comercializado nos entrepostos comerciais, ocorridas durante os anos se deu, principalmente pelos entraves logísticos na distribuição dos alimentos, uma vez que, com a pandemia de Covid-19, houve diminuição nas principais regiões consumidoras. Conforme a FAO/Cepal (2020) e Geraldini et al (2020) as adequações de logística, um maior controle sanitário nas produções, diminuição de compradores nas centrais de abastecimento a partir de 2020 fez com que se reduzisse a comercialização dos produtos de origem catarinense. Além disso, no campo também houveram perda de produtos não colhidos na lavoura, nos perecíveis armazenados e não negociados devido à redução de transporte e acesso limitado a insumos produtivos. No quesito de distribuição local e regional também houve perdas por falta de transporte para distribuição a também por haver sobra de estoque de produtos perecíveis em mercados, além de maior controle para armazenagem de produtos e maior tempo de reposição de alimentos perecíveis. O consumo também se viu reduzido devido fechamento de estabelecimentos comerciais

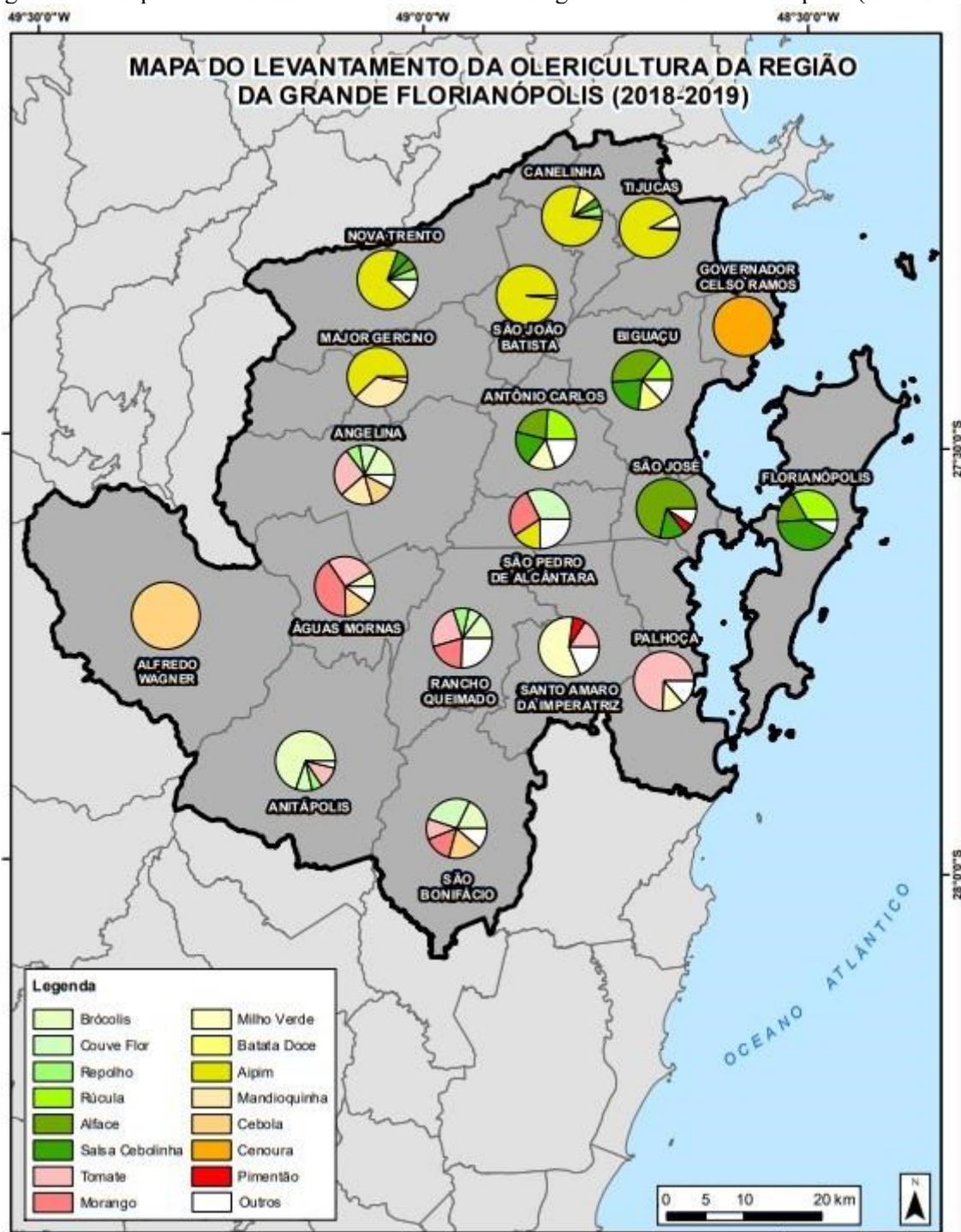
(restaurantes, bares e outros) e também interrupção de compras públicas para as escolas e os refeitórios de instituições e empresas públicas e privadas.

A olericultura movimenta por ano cerca de R\$ 610 milhões na Grande Florianópolis a cada safra sendo Angelina o município que mais participa neste valor com 31,18% do total, seguido por Antônio Carlos (19,14%), Águas Mornas (15,91%) e Rancho Queimado com 8,33% (Epagri, 2020). Os dados são resultado do levantamento organizado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento agrícola (Epagri/Cepa) e eles mostram os resultados da safra 2018/2019 e que nesse período

O tomate é a hortaliça que tem mais participação nas vendas da região, com 17,45% do total. Na sequência aparecem brócolis (12,92%), milho verde (8,71%), morango (8,08%) e alface (8,03%). O cultivo convencional é empregado por 92,2% dos olericultores da Grande Florianópolis. O Sistema de Produção Direta de Hortaliças (SPDH) é a opção de 4,6% dos produtores e 2,51% produzem de forma orgânica (Epagri, 2020).

Esse levantamento é de grande importância, uma vez que, as culturas agrícolas da região são difíceis de serem dimensionadas devido ao curto espaço de tempo entre o cultivo e a comercialização. Sendo a olericultura a principal atividade agrícola da região da Grande Florianópolis e tendo-se mais informação sobre essa produção é possível desenvolver melhores políticas públicas para o setor. Vale ressaltar que a riqueza gerada advinda da atividade agrícola desses municípios vai parar na própria região em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços locais. Assim, estudar os mecanismos de abastecimento de hortaliças, bem como as potencialidades de produção dos municípios da Grande Florianópolis pode auxiliar em melhorias para as famílias envolvidas nesse setor da economia. Na figura a baixo é possível identificar, segundo o levantamento feito pela Epagri, quais as principais olericulturas comercializadas por cada município de região da Grande Florianópolis no período de julho de 2018 a junho de 2019. Nesse levantamento os municípios de Leoberto leal e Paulo Lopes ficaram de fora.

Figura 10 – Mapa do levantamento da olericultura da Região da Grande Florianópolis (2018/2019)



Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020. Elaboração realizada por REGIS, G, 2022

Pelo levantamento é possível observar quais os produtos tiveram mais valor de venda e foram comercializados por cada município da metade de 2018 até metade de 2019. Nota-se que na microrregião de Florianópolis predomina as hortaliças folhosas com destaque para alface

e temperos como salsa e cebolinha. Percebe-se que a proximidade com a capital é benéfico para a produção desses alimentos, uma vez que, não precisam se deslocar grandes distâncias para a comercialização. A microrregião de Tijucas, mais ao norte, não possui tanta variedade de alimentos e predomina produtos como aipim, batata doce e milho verde. Angelina, município da microrregião de Tijucas possui grande variedade de alimentos comercializados entre 2018 e 2019, demonstrando importância na venda de hortifrutigranjeiros para a região e no abastecimento alimentar de Florianópolis. A microrregião do Tabuleiro, por estar mais distante da Capital, possui uma variedade de hortifrutigranjeiros que demoram mais para estragar como brócolis, couve-flor, repolho, cebola, etc. Dentro dessa microrregião os municípios que mais possuem variedades de produtos são Águas Mornas e Rancho Queimado onde predomina o cultivo de tomate e morango. É possível observar uma dinâmica na produção de cada município possui, devido a localidade e distância que se tem em relação ao centro consumidor de Florianópolis e área municípios vizinhos. Conforme Espíndola (2020) a região da Grande Florianópolis apresenta transformações em sua estrutura forma e função, principalmente após 2003 e promove cada vez mais novas características produtivas territoriais como concentração de produção, especialização e até mesmo diferenciação social.

A fruticultura também se faz presente na região. Sabe-se que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de frutas de clima tropical (abacaxi, laranja, banana entre outros) e temperado (uva, maçãs, e frutas de caroço). Conforme IBGE (2018) a área colhida do setor frutícola brasileiro está em 2 milhões de hectares. Em Santa Catarina, nos últimos anos, o levantamento de safra desse setor aponta que as principais lavouras permanentes de frutas representam mais de 55 mil hectares de área colhida, sendo realizado por mais de 14 mil produtores, com produção de mais de 1,5 milhão de toneladas e um valor bruto da produção de cerca de R\$ 1 bilhão.

Os dados apresentados a seguir sobre a região da Grande Florianópolis são referentes ao folder da UGT-7<sup>19</sup> da Epagri que compõem os municípios da região e que foram levantados pela Epagri referente ao “Estudo e levantamento de dados sobre a fruticultura catarinense” das safras de 2016/17 e de 2017/18.

A bananicultura na safra 2016/2017 dos municípios referentes a UGT-7 gerou um VBP de 5,7 milhões, tendo 50 produtores comerciais e sendo que a cultura ocupa uma área de 472

---

<sup>19</sup> A UGT-7 é composta pelos municípios: Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Botuverá, Brusque, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas.

hectares e produz 5.144 toneladas onde o maior produtor da fruta é o município de Antônio Carlos. Dentro da região as principais bananas comercializadas são a banana caturra e a banana prata. Conforme o folder informativo “A banana caturra é cultivada em 238 hectares com volume produzido de 1.919 toneladas. Já a banana-prata em 234 hectares de área colhida produziu 3.225 toneladas, representando 63% do volume total de banana produzido na UGT-7”.

A produção de morango está bastante presente na região, representando 34,1% do total da fruta no Estado. Na UGT-7 a produção foi de 2.322 toneladas gerando um VBP de R\$ 3,7 milhões tendo como municípios de maior produção Rancho Queimado e Águas Mornas que juntos representaram 2 mil toneladas da safra de 2016/2017.

Além do morango, a região é uma das principais produtoras de tangerina do estado com um VBP de R\$ 1,4 milhão, existindo 132 produtores que produziram 1.764 toneladas em 146 hectares colhidos. Na região, os municípios de Águas Mornas e Angelina são os maiores produtores que juntos totalizam uma produção de 1.280 toneladas da fruta. Nas tabelas abaixo é possível comparar valores das safras de 2016/17 e 2017/18

Tabela 22 - Dados da fruticultura da UGT-7 da safra de 2016/17

Frutas	Produtores	Produção (t)	Área colhida (há)	Produtividade média (kg/ha)
Bananas	50	5.144	472	10.897
Morango	277	2.322	60	38.632
Tangerina	132	1.764	146	12.090
Maracujá	72	1.655	102	16.225
Laranja	30	240	16	15.190
Caqui	23	236	13	18.880
Uva	11	100	10	10.417

Fonte: Folder informativo UGT-7 Epagri.

Tabela 23 - Dados da fruticultura da UGT-7 da safra 2017/18

Frutas	Produtores	Produção (t)	Área colhida (há)	Produtividade média (kg/ha)	VBP (R\$)
Bananas	78	5.484	341	16.083	2.573.522
Morango	207	2.241	50	45.238	3.454.166
Tangerina	112	3.091	117	26.374	2.124.144
Maracujá	64	1.434	51	28.110	1.629.658
Outras Frutas	275	3.591	190	18.871	2.694.330

Fonte: Folder informativo UGT-7 Epagri.

Percebe-se que a produção na região da Grande Florianópolis é bastante diversificada entre os municípios existentes. As hortaliças folhosas se encontram mais próximas à capital, tendo sua variedade e especialização no município de Antônio Carlos. Entretanto, conforme

visto, mesmo o município sendo o principal fornecedor de folhosas para a Ceasa também se destaca na produção de outras culturas. A microrregião do tabuleiro possui mais variedade de hortaliças, predominando, principalmente o tomate, a cebola, o brócolis, a couve-flor e outros. Os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, e Águas Mornas são os que mais fornecem diversidade de alimentos da região. É importante salientar que a produção de morangos está fortemente presente em Rancho Queimado, sendo fonte de renda para vários produtores do município. Além desses municípios, Alfredo Wagner, também localizado na microrregião do Tabuleiro possui nas produções de cebola sua principal fonte de renda na agricultura e São Bonifácio, tem maior destaque na produção de gado leiteiro. Angelina, localizada na microrregião de Tijucas é o município que também se destaca na produção de hortaliças da região, possuindo grande variedade de produtos com importante valor de venda como o tomate, a couve-flor, o brócolis e o repolho. Os outros municípios da microrregião não possuem tanta variedade na produção de hortaliças, prevalecendo as culturas de aipim e batata doce.

A região da Grande Florianópolis possui um sistema produtivo caracterizado pela predominância de pequenas unidades de produção rural familiar sendo que sua economia está sustentada basicamente em atividades agrícolas, pecuária, pela transformação dos seus produtos, se tendo um alto grau de dependência deste setor. Recentemente o turismo voltado para o ecoturismo e ao agroturismo tem diversificado as atividades de alguns moradores da região por estar próximo da capital do estado. A proximidade com um centro consumidor fez com que alguns agricultores adotassem sistemas produtivos que ofertassem produtos de maior qualidade e mais produtividade, existindo assim uma especificação da produção na região. Dada a importância do setor para a região é fundamental que as relações comerciais de oferta e demanda sejam acompanhadas e monitoradas constantemente pelos órgãos e instituições competentes, afim de auxiliar cada vez mais este setor produtivo da região.

O levantamento da olericultura da região da Grande Florianópolis passou a ser realizado pela Epagri, a partir da Unidade de Gestão Técnica da Epagri (UGT-7). A partir desses estudos é possível identificar como a produção vem possuindo cada vez mais, como indicado, uma especialização para determinados produtos em certas regiões. Com o levantamento é possível observar dados da produção e da comercialização por culturas, número de estabelecimentos agropecuários que produz e que estão envolvidos na venda de 17 produtos mais importante da olericultura para a região da Grande Florianópolis. Com as informações percebe-se as distinções da produção entre os municípios, qual possui mais diversidades de produção e também é possível identificar quais sistemas de produção mais se utiliza em cada

município. A partir das informações contidas é possível traçar melhores estratégias de vendas e de mercado para o setor de hortifrutigranjeiros da região, um dos setores do agronegócio mais promissores da Grande Florianópolis. Além disso, com os dados é possível perceber quais municípios possuem maior valor de venda de determinados produtos e como a diversidade de produção pode ser benéfica para a produção agropecuária de cada região.

Nos próximos sub capítulos será analisado como está disposta a produção agropecuária de cada microrregião, com o objetivo de compreender qual município possui destaque em determinado tipo de produto agrícola, percebendo assim a diversidade existente na produção na região. Além disso foi feita uma pesquisa bibliográfica referente a produção de outras culturas que vem ganhando destaque em cada município fora do levantamento realizado pela Epagri. A partir disso, se observa como os municípios vem se especificando em determinados nichos de produção agrícola, pecuária de corte e leite, além também do crescimento de setores também relacionados ao agronegócio como o agroturismo e o ecoturismo.

## 6.2 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS

### 6.2.1 Antônio Carlos

O município de Antônio Carlos localizado a 30km de distância de Florianópolis, teve uma colonização, no primeiro momento, de açorianos no século XVIII que desenvolviam a monocultura canavieira e posteriormente, em 1940, chegaram os imigrantes alemães que se dedicaram às atividades de policultura. Atualmente desenvolveu-se uma produção intensiva de hortaliças, que fez o município ser destaque no panorama produtivo estadual. A produção de horticultura no município se dá devido diversos fatores como tamanho das propriedades, disponibilidade de terrenos férteis e principalmente a proximidade com o mercado consumidor que permitiu ao município especializar-se na produção de gêneros alimentícios perecíveis (ELICHER, 2002).

A economia do município tem predomínio de atividades ligadas a produção agrícola, destacando-se na produção de folhosas, onde cerca de 80% das famílias antoniocarlenses vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros. Conforme dados da prefeitura a produção média anual é de 150 mil toneladas sendo que 60% da produção vai para a Ceasa de São José, onde pelo menos 14% dos produtos comercializados vem de Antônio Carlos (ANTONIO CARLOS, 2019).

A produção de hortaliças em Antônio Carlos é praticada em pequenas propriedades familiares sendo produzida 96,53% no sistema de produção convencional e 3,47% no orgânico (Epagri, 2020). Conforme a pesquisa do levantamento da olericultura da região da Grande Florianópolis, Antônio Carlos se destacou no período de julho de 2018 até junho de 2019 na produção de rúcula, alface, salsa e cebolinha como mostra a tabela a baixo, além de outras culturas.

Tabela 24 – Valor de venda de hortaliças no município de Antônio Carlos

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Rúcula	139	19.644.018,28	24,12
Alface	499	17.953.684,82	22,04
Salsa/cebolinha	129	15.399.671,58	18,91
Milho Verde	352	12.255.859,98	15,05
Aipim	454	5.481.200,00	6,73
Brocolis	255	2.700.303,78	3,40
Repolho	106	2.722.095,12	3,34
Batata Doce	429	2.024.245,72	2,49
Couve Flor	254	1.030.525,76	1,27
Beterraba	255	954.998,66	1,17
Cenoura	85	833.457,10	1,02
Pimentão	200	257.540,00	0,32
Tomate	2	118.469,50	0,15
<b>Total</b>	<b>3.159</b>	<b>81.446.060,30</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

A cidade de Antônio Carlos é a segunda que mais participa das vendas de hortifrutigranjeiros para a Capital na região da Grande Florianópolis (EPAGRI, 2019). Além dos hortifrúteis, alguns moradores de Antônio Carlos vêm apostando na ranicultura sendo a primeira cidade do Brasil a exportar esse produto. As rãs que são engordadas nas pequenas propriedades do município são produtos cada vez mais procurados por mercados consumidores do sul e do sudeste, além de já ser comercializado para países como Chile, para onde vai mais da metade das seis toneladas produzidas por mês e países da Europa (GLOBO RURAL, 2012). Outra atividade, que demanda cuidados como a agricultura é a produção de grama e que há muito tempo é desenvolvida por muitas pessoas que vivem em Antônio Carlos. No município, a gramicultura que mais predomina é a do tipo Esmeralda e São Carlos que são muito vendidas para os jardins de bairros nobres de Florianópolis e faixadas de empresas e recebem o mesmo trabalho típico da vida no campo: preparação do terreno, correção do solo, uso de fertilizantes, maquinários e cuidado diário (NSC, 2011).

Antônio Carlos é o principal fornecedor de folhosas para a Ceasa-SJ e sua localização, bem como a adoção de técnicas utilizadas possibilita que cada vez mais os produtores se especializem nesse nicho produtivo de hortaliças. Conforme visto, no decorrer do trabalho, o município possui diversos equipamentos agrícolas em seu territórios e faz bastante uso, em suas unidades produtivas, de agrotóxicos. O conjunto de elementos técnicos aplicados nas unidades produtivas, o fator locacional, o conhecimento adquirido pelos produtores com o tempo, o auxílio técnico dado pela Epagri promove que o município seja um dos que mais se destaca na produção de hortaliças da região.

### 6.2.2 Biguaçu

O município de Biguaçu desde o início de sua ocupação pelos colonizadores teve sua tradição no caráter agrícola (SOARES, 1988). A maioria dos imigrantes, principalmente de origem portuguesa e alemã adotaram a agricultura de corte e queima para produção de mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão e arroz (REITZ, 1988). Nos últimos anos a agricultura foi perdendo importância na região devido, entre outras coisas, o crescimento urbano da região adjacente de Florianópolis. Apesar disso, a agricultura familiar do município ainda permanece com os “carros chefe” na produção de aipim e batata-doce. Na região de Três Riachos cerca de 60 famílias se sustentam a partir da “roça de toco”<sup>20</sup>, classificada como sistema consorciado, que combina sistema florestal com sistema de culturas agrícolas. Entretanto, conforme Bauer (2012) esse sistema de produção vem sendo convertido em pastagens e em plantios florestais de eucalipto. Dessa forma, cada vez mais se faz necessária a valorização e o reconhecimento desse tipo de sistema de plantio para que se tenha uma maior comunicação entre produtores e consumidores.

Existe várias comunidades que possuem saberes muito próprios que estão intimamente ligados ao passado e a produção agrícola. Isso se mostra no sistema de cultivo tradicional conhecido por roça de toco praticado nas localidades de Três Riachos e Fazendas em Biguaçu.

---

<sup>20</sup> a base do modo de funcionamento deste sistema de produção agrícola está na existência e no uso florestal. Neste sistema uma área florestada é suprimida. Nesta clareira ocorrerá o plantio das culturas, após a limpeza do terreno que ocorre a partir da utilização de fogo da vegetação que foi desbastada. Esta técnica garantirá a fertilidade do solo durante o tempo do cultivo. Simultaneamente, crescem novamente espécies florestais (capoeira), que garantirão a regeneração e a continuidade do sistema. Derrubar e queimar a vegetação que irá se decompor como consequência deste processo, são formas de preparar o solo para receber por alguns anos as culturas agrícolas (GUIMARÃES FILHO, 2018 p. 101, 102)

Ao longo da história, a roça de toco tem sido o principal sistema utilizado para cultivar as áreas declivosas na localidade de Três Riachos, Município de Biguaçu, na região da Grande Florianópolis, fazendo parte do modo de vida local. Os principais produtos oriundos desse sistema e destinados ao mercado são a lenha, o carvão vegetal, o aipim, a farinha de mandioca e a banana. Outros produtos como feijão, milho e batata-doce são geralmente produzidos para o consumo próprio (DOROW, 2017, p. 7).

O sistema tem sido dominante nessa região e garante os meios de subsistência dos agricultores que vivem em áreas declivosas e segue sendo importante, pois a agricultura convencional não é uma opção viável quando existe pouca demanda de mercado e os solos sendo de baixa fertilidade. Ainda existe a produção de farinha de mandioca e de açúcar, entretanto com o declínio da produção nos engenhos, a mandioca passou a ser vendida a granel no comércio regional ou para quem mantinha seus engenhos (BAUER, 2012).

No que diz respeito aos produtos de origem vegetal in natura, especialmente o aipim e a banana, uma característica comum está na comercialização a granel, em caixas, com a participação de intermediários que entregam a produção a centros de distribuição, de onde os produtos seguem para o mercado local ou regional, sem qualquer identificação quanto à procedência, origem ou qualidade. Nesse caso, a comercialização ocorre via cadeia longa, em que eventuais diferenciais de qualidade do produto ou de seu processo de produção passam despercebidos pelo consumidor (DOROW, 2017, p. 8).

Atualmente o município de Biguaçu tem 89,73% de sua produção agrícola sendo realizada de maneira convencional e 10,27% de maneira orgânica (EPAGRI, 2020). Conforme o levantamento da olericultura na região da Grande Florianópolis, os produtos que mais tiveram destaque na produção familiar de Biguaçu foram Aipim e Batata doce, muito utilizados no sistema de roça de toco, entretanto os que mais tiveram valor de venda foram alface, salsa e cebolinha e rúcula (EPAGRI, 2020).

Tabela 25 - Valor de venda de hortaliças no município de Biguaçu

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Alface	37	7.225.512,00	37,39
Salsa/cebolinha	20	4.248.720,00	21,78
Rúcula	20	2.779.490,70	14,25
Batata Doce	100	2.687.962,20	13,78
Aipim	99	1.370.516,41	7,02
Milho Verde	20	459.316,44	2,35
Beterraba	10	228.005,55	1,12
Pimentão	7	167.071,17	0,86
Cenoura	10	129.545,33	0,66
Repolho	20	98.318,00	0,50
Morango	1	55.407,33	0,28
<b>Total</b>	<b>344</b>	<b>19.509.568,13</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

A proximidade de Biguaçu com a Capital do Estado trouxe mudanças significativas no modo de vida do município. Contudo, as regiões mais afastadas, onde existem famílias que dependem da vida do campo precisam aprimorar determinadas informações sobre o cultivo de seus produtos. Em uma sociedade cada vez mais dependente de informação para tomadas de decisões, nota-se que cada vez mais os consumidores se preocupam com a localidade da produção, a maneira como ocorre a produção e se ela está enquadrada nas legislações sanitárias. Através desse desconhecimento por parte dos consumidores, torna-se mais difícil para que os produtos sejam adequadamente valorizados o que compromete seu desempenho de venda no mercado. Dessa maneira, faz-se necessário cada vez mais uma maior valorização do sistema de cultivo roça de toco, tanto por parte dos agricultores, como por parte da extensão rural via Epagri, bem como um maior conhecimento dos mercados com esse sistema.

Outra produção que movimenta a economia do município de Biguaçu é a produção de grama, sendo a cidade o maior produtor catarinense. Conforme a reportagem do SBT (2019) a produção de grama teve início na década de 1970 graças ao estímulo do governo estadual e ao longo do tempo ocorreram mudanças que possibilitam que diversas famílias tirem seu sustento desse nicho de produção. A grama não entra como um hortifrutigranjeiro, mas sua produção se assemelha, uma vez que necessita de vários cuidados como outros produtos alimentícios. Segundo a notícia tem famílias que se dedicam a essa produção há mais de 3 décadas e que perceberam toda alteração tecnológica que favoreceu a colheita da grama, onde antes era realizada a mão com enxada, depois com uma tobata e que hoje em dia se tem tratores com equipamentos que arrancam a grama em dois sistemas: sistema leiva (retira em retângulo) e

sistema rolo (que vai enrolando a grama em torno de 25 metros de comprimento por 1 de largura) que facilita o plantio em grandes obras.

A tecnologia e o maquinário que foi adicionada no plantio de grama favoreceu o desenvolvimento no município que obteve aumento de área plantada, alcançando atualmente 630 hectares onde são produzidos 12 milhões de metros quadrados de grama por ano que gera um faturamento de 50 milhões de reais anualmente. Conforme outra reportagem do SBT (2017) a grama tem um fator que favorece sua produção, pois possui um custo de produção menor que a produção de alimentos além de oferecer menos risco às intempéries e menos cuidado para o controle fitossanitário. Em Biguaçu existem 4 variedades de grama que são plantados por m<sup>2</sup>: a Sempre Verde, e Esmeralda, a Preta e a Coreana que variam no seu tempo de produção de 3 meses a 1 ano. Cada uma possui especificidades tendo melhores utilidades que variam para enfeite de jardim e paisagismo, para campo de futebol, para vias e locais públicos, contenção de encostas, etc. Ao todo cerca de 165 famílias estão envolvidas com a atividade direta ou indiretamente em Biguaçu e que, tal qual a produção de alimentos, dependem dos preços dos insumos para produção, diesel para o maquinário, além de ser um nicho produtivo fortemente influenciado pelo setor da construção civil.

Biguaçu faz parte da região metropolitana de Florianópolis e com isso, cada vez mais, possui mudanças que ocorrem em seu território devido ao intenso processo de urbanização que se espalha para as cidades adjacentes à Capital. Esse fator faz com que ocorram mudanças significativas no espaço agrário do município, provocando alterações na capacidade produtiva do campo. O processo de envelhecimento do campo, a não permanência de jovens nas lavouras, a proximidade que se tem com Florianópolis faz com que o setor produtivo agropecuário venha sofrendo intensa modificação. Mesmo com todos esses fatores, Biguaçu segue se destacando, na região da Grande Florianópolis como um dos municípios produtores de hortaliças folhosas, pela proximidade com o mercado consumidor, e também na produção de aipim e batata doce, muito produzida no sistema de roça de toco, além da grande produção de grama.

### **6.2.3 Florianópolis**

A capital do estado, conforme visto durante este trabalho, passou por intensa transformação de seu território, onde a decadência da produção agrícola deu lugar para uma cidade urbanizada, voltada para o turismo, para o setor comercial e recebendo diversos órgãos públicos. Ainda que o município não desponte no setor agrícola, algumas localidades persistem

na produção de hortaliças, principalmente orgânicos, existindo empresas do ramo que abastecem diversos supermercados e feiras da capital.

A empresa Cheiro Verde<sup>21</sup>, situado no bairro Ratoões, no norte da Ilha iniciou suas atividades em 1997 e hoje já conta com um quadro de 16 funcionários que atuam no preparo da terra, plantio, colheita, lavagem, embalagem e distribuição. Todas as mudas que é utilizada na produção vem do município de Antônio Carlos (RC Mudanças) que já comercializa com a empresa há mais de 10 anos. Uma das técnicas de plantio é a utilização do Mulching, onde se utiliza um plástico preto colocado em cima dos canteiros (já devidamente adubado com palha e esterco de galinha e gado) e dessa forma ele evita que o adubo e a terra seja diluído com a chuva, mantém a umidade do solo e impede o crescimento de mato ao redor da planta. Outra técnica utilizada para proteger as plantas que serão comercializadas de insetos é plantar acelga ou couve chinesa, uma vez que, esses cultivos atraem os insetos para elas e deixam a produção que se deseja comercializar praticamente intacta. Além das técnicas mencionadas também se faz uso de estufas para proteção das chuvas para produção de hortaliças mais frágeis, uma vez que podem ocorrer chuvas com grande volume de água, que trazem prejuízo para a produção. Essa empresa é especializada em produtos orgânicos e possuem diversos equipamentos técnicos em sua propriedade como trator, estufas, bombas para levar água do açude para irrigação das plantas, caminhão para comercialização, tanques sanitizantes e máquina para enxague. A empresa distribui seus produtos em diversos supermercados da Capital como Angeloni, Hippo, Imperatriz, Hipper Select e Magia, além de fazer delivery de suas mercadorias à domicílios.

Segundo Coutinho (2020) Florianópolis conta com seis serviços de entrega de cestas orgânicas direto de produtores em Florianópolis: Muvuca Agroflorestal, Quitanda do Paladar, Movimento Kairos, Sítio Flor de Ouro, Orgânicos do André e Sítio do Papaiú. Desses produtores alguns produzem e comercializam dentro da Ilha, como é o caso da Muvuca Agroflorestal e o Sítio Flor de Ouro e os outros comercializam produtos orgânicos produzidos nos municípios da região da Grande Florianópolis, como é o caso do Orgânicos do André.

O consumo de alimentos orgânicos vinha tendo aumento ano após ano e teve um impulso ainda mais significativo durante a pandemia do Coronavírus, demonstrando uma preocupação dos consumidores brasileiros com a alimentação saudável, a origem dos alimentos e priorizando a qualidade diferenciada (LIMA et al, 2020). Conforme dados da Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis) mostram que o mercado desse setor cresceu 30% e

---

<sup>21</sup> Todas as informações contidas sobre a empresa Cheiro Verde neste trabalho foram retiradas do seu instagram.

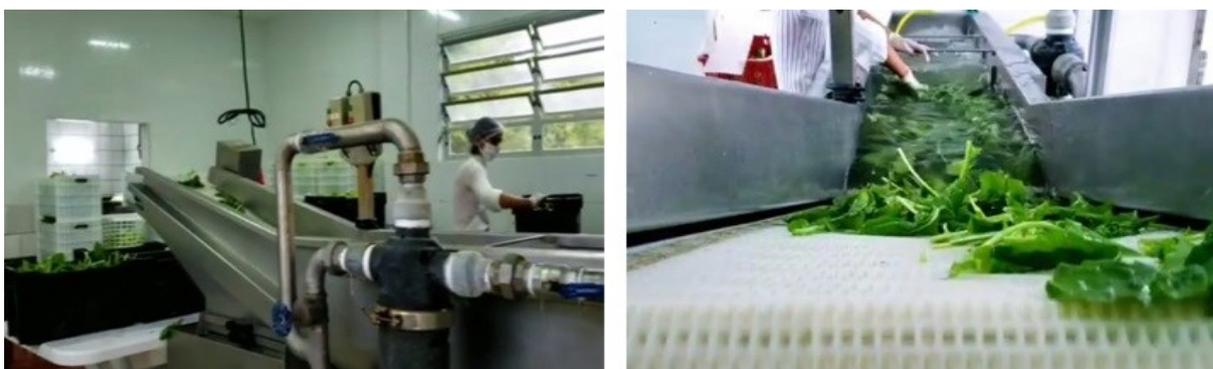
movimentou aproximadamente R\$ 5,8 bilhões, gerando impacto positivo no campo e principalmente para os pequenos produtores (ORGANIS, 2021). Além disso a pesquisa aponta que houve um aumento de 44,5% no consumo de orgânicos durante os sete primeiros meses da pandemia e que 48% dos catarinenses querem ou pretendem aumentar o consumo de orgânicos em 2021 (ORGANIS, 2021).

Figura 11 - Produção de hortaliças com irrigação e técnica de Mulching



Fonte: Imagem retirada do instagram da empresa Cheiro Verde.

Figura 12 – Produção de hortaliças com etapas de limpeza e higienização mecanizada



Fonte: Imagem retirada do instagram da empresa.

O Estado de Santa Catarina é o 4º maior produtor de orgânicos no Brasil e conta com 2920 produtores segundo dados da Epagri (2020) o que se refere a 1,35% da produção de orgânicos do país que conta com cerca de 69 mil estabelecimentos dessa natureza. Conforme levantamento da olericultura na região da Grande Florianópolis de julho de 2018 a junho de 2019, a Capital possuiu 93,27% de sua produção com cultivos de orgânicos e somente 6,73% no sistema convencional (EPAGRI, 2020). No ano de 2019 foi criado uma Lei municipal que

tornou crime armazenar e aplicar pesticida na capital catarinense e dessa forma foi o primeiro município a banir o uso de agrotóxico em seu território.

Florianópolis, segundo dados do Ministério da Saúde feitos pela Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e proteção para doenças crônicas é a capital brasileira que mais consome frutas e hortaliças. Conforme a Pesquisa, no ano de 2018, em Florianópolis, cerca de 45% de adultos acima de 18 anos consomem esses alimentos em cinco ou mais dias da semana. Desses números, 39% são homens e 50% mulheres que afirmam ingerir frutas e hortaliças cinco ou mais dias da semana. Esses dados demonstram a importância da produção de hortifrutigranjeiros da região da Grande Florianópolis, uma vez que, essa mercadoria faz parte da vida cotidiana das pessoas que vivem na capital e dessa forma ajudam a movimentar esse setor econômico na região.

Outro fator importante de Florianópolis para a produção agrícola da Grande Florianópolis é a possibilidade de uma diversa rede de comercialização. Somente dentro da ilha existem mais de 50 feiras livres de hortifrutigranjeiros, sendo a feira do Largo da Alfandega, localizada no centro, a maior feira do município e que concentra o maior número de licenciados (PMF, 2022). Além dos hortifrutigranjeiros também são comercializados frios, bolachas, queijos, folhagens, mel e derivados, ovos, farinha, cocada, caldo-de-cana, carnes, pães, acarajé, etc. As feiras livres são importantes promotores a um incentivo à uma alimentação saudável devido a disponibilidade de frutas, verduras e legumes in natura e por estarem situadas em locais diversos o que facilita o acesso aos consumidores. Outro quesito importante das feiras é a importância delas para os produtores onde, muitas vezes é a única fonte de renda da família. Além das feiras, os supermercados também são importantes locais de comercialização dos hortifrutigranjeiros, onde muitos consumidores realizam suas compras diárias.

A capital catarinense apresenta baixa produtividade agrícola quando comparada com outros municípios da região. No entanto, é em Florianópolis que se dá grande parte das vendas dos produtos agrícolas da região, seja em feiras livres, ou diretamente do produtor com restaurantes, em supermercados, no Direto do Campo, etc. Conforme visto, a capital catarinense apresenta uma população cada vez mais preocupada com a alimentação e saúde, tendo um alto índice do consumo de hortaliças e frutas durante a semana. Assim, os produtores da região tem um excelente local para escoar sua produção, uma vez que, existe cada vez mais, uma demanda por seus produtos, favorecendo a produção dos municípios da Grande Florianópolis.

## 6.2.4 Palhoça

A atividade hortifrutigranjeira desempenhada no município de Palhoça, assim como nos demais municípios da região metropolitana de Florianópolis é realizada em minifúndios e pequenas propriedades. Conforme Silva (2013) o município apresenta 226 famílias com área registrada para cultivo e aproximadamente 60 que dependem diariamente desta atividade. Conforme Silva (2020):

“Considerando a área do município de Palhoça em que é desempenhado o cultivo agrícola hortigranjeiro, apresenta duas realidades distintas em seu território: a porção norte do município, a qual possui uma produtividade intensiva, interligada aos circuitos de produção e comércio da área conurbada, mantém cultivos tradicionais como milho, mandioca, arroz. No entanto adquiriu maior variedade de produtos dentre eles os hortifrutigranjeiros, inicialmente para abastecimento próprio e posteriormente para abastecer o mercado urbano, além de ser uma área que apresenta conflitos com a expansão do perímetro urbano (SILVA, 2020, p. 66)”.

Conforme dados da produção olerícola da Grande Florianópolis, o municípios de Palhoça possui 97,27% de sua produção no modelo convencional e 2,73% no sistema de cultivo orgânico do total de valor de venda (EPAGRI, 2020).

Tabela 26 - Valor de venda de hortaliças no município de Palhoça

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Tomate	15	5.281.251,11	74,28
Milho verde	15	867.525,00	12,20
Alface	16	288.667,50	4,06
Repolho	12	181.875,75	2,56
Brócolis	8	107.616,60	1,51
Pimentão	5	107.278,13	1,51
Couve-Flor	8	102.312,00	1,44
Beterraba	3	94.761,67	1,33
Aipim	11	68.300,58	0,96
Salsa/Cebolinha	4	10.443,75	0,15
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>7.110.062,09</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

Palhoça é um dos municípios de Santa Catarina que mais obteve crescimento populacional e urbano nos últimos anos. No passado era considerada “cidade dormitório”, onde seus habitantes passavam pernoite para trabalhar em outras localidades pela manhã e atualmente possui um bom desempenho econômico, conta com um grande centro urbano além de ser um polo turístico, comercial e industrial que vem atraindo cada vez mais visitantes, moradores e

empresas. Esse crescimento vem gerando uma segregação no espaço urbano de Palhoça, pois acabam privilegiando determinadas áreas da cidade, de maneira que, a expansão espacial avança sobre áreas totalmente novas e sobre áreas ainda de urbanização pouco consolidada através da atuação do poder público e de promotores imobiliários (FILHO, 2022).

Assim como Biguaçu, o município de Palhoça sofre alterações em seu território por estar localizado na região metropolitana da Capital. Entretanto, mesmo com as alterações que o processo de urbanização vem ocasionando o município é o principal fornecedor de tomate da microrregião de Florianópolis, sendo um produto de alto valor agregado na suas comercialização.

### **6.2.5 Santo Amaro da Imperatriz**

O município de Santo Amaro da Imperatriz articula produção agrícola com turismo rural em seu território para promover o seu desenvolvimento. A cidade dispõe de recursos naturais propícios para o ecoturismo e suas atividades, já que está próxima a Serra do Tabuleiro e outros morros e por ser cortada pelo Rio Cubatão, além de ter cerca de 70% de seu território em área de preservação permanente. Outra opção de lazer e que atrai muitos turistas são as famosas águas termais em seu território e por estar próximo à Capital, atrai moradores que buscam lazer próximos de suas casas (CRUZ, 2010).

Conforme dados do município, existem cerca de 880 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortifrutigranjeiros, sendo uma importante fonte de renda para os habitantes (SANTO AMARO da IMPERATRIZ, 2020). O município é um dos principais na oferta de produtos para comercialização na CEASA de São José e conforme dados atuais da Epagri (2020) os principais produtos de maior comercialização no município entre 2018 e 2019 são milho verde, tomate, pimentão, repolho brócolis e couve flor.

Tabela 27 - Valor de venda de hortaliças no município de Santo Amaro da Imperatriz

<b>Cultura</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>Valor da venda</b>	<b>Participação % no valor da venda por cultura</b>
Milho Verde	310	19.633.125,00	58,36
Tomate	66	8.324.779,69	15,83
Pimentão	69	2.375.367,19	7,06
Repolho	45	1.215.671,44	3,61
Brócolis	20	998.103,00	2,97
Couve Flor	19	978.826,13	2,91
Aipim	38	946.166,66	2,81
Rúcula	5	777.955,00	1,31
Alface	8	551.645,00	1,64
Beterraba	15	339.585,41	1,01
Salsa/cebolinha	5	292.425,00	0,97
Batata doce	3	134.302,08	0,40
Cenoura	5	74.301,43	0,22
<b>Total</b>	<b>608</b>	<b>33.642.253,03</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

Segundo dados da Epagri (2020) o município possui 3 sistemas de produção na porcentagem do valor de venda total onde 89,92% é realizada no modelo convencional, 6,91% no sistema orgânico e 3,16% no sistema SPDH. Dentro do sistema de orgânicos existe uma das principais cooperativa de Santa Catarina, conhecida como Recanto da Natureza que está situado em Santo Amaro da Imperatriz. A cooperativa teve início em 1997 quando membros da família Voges participaram de uma conscientização ecológica ofertada pela Epagri e mudaram do sistema convencional para o cultivo de orgânicos. Conforme entrevista

“Foram várias etapas para o empreendimento se consolidar como uma referência de orgânicos no Estado. Inicialmente era só a família, depois grupos informais de produtores, passando para associação e, hoje, uma cooperativa com 71 sócios de 25 cidades, abrangendo inclusive a região serrana e o Sul Catarinense.” (EPAGRI, 2020).

A cooperativa hoje conta com mais de 100 de produtos onde procura ofertar produtos de melhor qualidade para os clientes e está presente em todas as grandes redes de supermercados de Florianópolis e região. Conforme entrevista da Epagri (2020) o crescimento da cooperativa se deu pela confiança que os agricultores encontraram na garantia de venda dos produtos, bem como a assistência que a cooperativa fornecia. Além disso, a cooperativa aderiu ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) onde o Governo Federal definiu que nas vendas advindas da agricultura familiar devem priorizar os produtos orgânicos e dessa forma possuem ainda mais fontes para o escoamento de seus produtos, bem como garantir a alimentação mais saudável nas escolas.

O município de Santo Amaro, como visto, é um grande produtor de hortifrutigranjeiros e cada vez mais, por suas belezas e recursos naturais tem se firmado como um local atrativo para o turismo rural e dessa maneira, uma das preocupações da prefeitura é cada vez mais manter em bom estado as estradas para o turismo e para ajudar os produtores na comercialização. Conforme o orçamento do município (SANTO AMARO da IMPERATRIZ, 2020) a prefeitura precisa manter em bom estado de conservação cerca de 35 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros para agilizar o escoamento da produção e também dar mais apoio aos agricultores na abertura de estradas nas próprias propriedades, construção de açudes e silos, destoca, aragem e aração, além de buscar renovação na frota de veículos e equipamentos utilizados no auxílio aos produtores.

### 6.2.6 São Pedro de Alcântara

O município de São Pedro de Alcântara é a mais antiga colônia alemã fundada no Estado de Santa Catarina que ocorreu em 1829 nos Caminhos das Tropas como local de trocas comerciais e descanso. Ainda hoje com pouco mais de 5 mil habitantes, o município conserva as características rurais e tem seu desenvolvimento pautado no turismo rural, ecoturismo, turismo histórico/cultural, avicultura de corte, produção de hortifrutigranjeiros, cachaça artesanal e derivados de cana (SANTA CATARINA). Conforme dados da Epagri, os produtos mais comercializados dos hortifrutigranjeiros entre 2018 e 2019 foram couve-flor, alface, aipim, morango, brócolis e repolho.

Tabela 28 - Valor de venda de hortaliças no município de São Pedro de Alcântara

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Couve-Flor	90	2.685.150,00	32,57
Alface	8	2.195.202,79	26,63
Aipim	34	1.303.560,00	15,81
Morango	10	633.873,60	7,69
Brócolis	25	558.717,12	6,78
Repolho	25	412.278,75	5,00
Rúcula	12	162.179,11	1,97
Salsa/Cebolinha	14	111.689,16	1,35
Batata Doce	10	95.771,28	1,16
Pimentão	5	26.662,50	0,32
Beterraba	10	19.691,88	0,23
Milho Verde	6	16.990,31	0,21
Mandioquinha Salsa	3	14.910,00	0,18
Cenoura	10	9.135,00	0,11
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>8.244.811,50</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

Conforme a Epagri (2020) o município possui 100% da produção sendo produzido no sistema de produção no modelo convencional.

Por ser uma antiga colônia, dispõe de antigos casarões e residências além de ter em seu territórios diversos rios, exuberância na vegetação, topografia acidentada o que possibilita diversas cachoeiras, sendo grandes atrativos para quem busca ecoturismo ou turismo rural. No município é possível fazer o roteiro das cachaças por existir diversos produtores de cachaça artesanal com diversos engenhos de cana antigos. Por ser uma cidade com natureza presente, diversas espécies de pássaros e flora atraindo cada vez mais turistas, observadores de pássaros e ciclistas. Atualmente o município se dedica a propagandas relacionadas aos eventos culturais e religiosos que contribuem para o crescimento turístico local, sendo resultado de um amplo trabalho de divulgação da cidade desenvolvido pela Prefeitura, empresas turísticas locais e outras entidades.

### 6.2.7 São José

O município de São José, conforme visto no capítulo 1, passou por intensa transformação em seu território. Com a proximidade com a Capital, cada vez mais deixou de ser um local de produção agrícola para se tornar um dos municípios mais densamente povoados de Santa Catarina. No entanto, ainda possui unidades agropecuárias em seu território que produzem principalmente hortaliças folhosas conforme levantamento da olericultura realizado pela Epagri. Segundo o levantamento a produção no município é feita 68,4% no sistema convencional e 31,6% no sistema orgânico.

Tabela 29 - Valor de venda de hortaliças no município de São José

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Alface	7	575.467,50	71,34
Salsa/cebolinha	7	116.030,40	14,41
Pimentão	4	40.466,26	5,02
Couve-Flor	4	18.449,72	2,29
Rúcula	7	10.645,70	1,32
Repolho	3	9.122,63	1,20
Tomate	4	9.122,63	1,13
Aipim	2	8.003,00	0,99
Cenoura	3	6.520,70	0,81
Brócolis	3	6.336,00	0,79
Beterraba	3	5.559,00	0,69
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>805.342,91</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

É no município de São José que está inserido a unidade da Ceasa, que conforme visto, desempenha um papel importante para a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros que abastecem o mercado consumidor de Florianópolis e região metropolitana. Portanto, o município de São José, apesar de hoje não possuir grandes unidades produtoras de hortaliças, está inserido na produção da mesorregião como um importante município centralizador dos produtos que vem da Grande Florianópolis e de outras regiões de Estado e do Brasil.

### 6.3 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TIJUCAS

#### 6.3.1 Angelina

O município de Angelina desde sua fundação como Colônia Nacional de Angelina possuía, conforme relatórios dos diretores enviados para a Província, uma econômica de caráter agrícola e criação de animais. Os produtos mais produzidos eram o milho, a mandioca, o feijão, o arroz, a batata inglesa e o fumo, além de se ter colonos que produziam trigo, algodão, café, oliveiras, linho e azeite de mamona (ANGELINA, 2021). A maioria desses produtos acabou por ficar inviabilizado na região, muito por conta do clima ser um fator adverso, principalmente para algodão e café.

Atualmente Angelina, que pertence a microrregião de Tijucas é um dos municípios que mais possuem diversidade de alimentos de hortifrutigranjeiros, estando entre os principais municípios que comercializam dentro da Ceasa-SJ. Segundo levantamento da Epagri para a produção olerícola o município de Angelina se destaca na venda de tomate, brócolis, mandioquinha salsa, cebola, couve-flor e repolho. Ainda conforme a Epagri a 86,9% da produção no município é feita no sistema convencional, 11,76% no sistema SPDH e 1,35% no sistema orgânico.

A produção de mandioquinha-salsa, também conhecida como batata baroa é um exemplo de inovação na lavoura e garante boa renda para os produtores que produzem com sistema de plantio direto na palha. Conforme Ogeda (2014) a mandioquinha salsa foi implementada na região em 1997 pela Epagri com estímulo da Embrapa e atualmente garante uma renda até três vezes maior que outras culturas tradicionais da região, como feijão, abóbora ou milho verde.

Tabela 30 - Valor de venda de hortaliças no município de Angelina

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Tomate	248	35.030.300,00	26,39
Brócolis	242	23.640.168,60	17,81
Mandioquinha Salsa	301	23.381.780,94	17,62
Cebola	207	17.546.523,75	13,22
Couve-Flor	162	13.163.058,40	9,92
Repolho	182	9.979.389,00	7,52
Morango	74	4.979.389,00	3,61
Pimentão	97	2.717.968,88	2,05
Alface	42	2.463.019,88	1,86
<b>Total</b>	<b>1.555</b>	<b>132.719.750,24</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

A média da produtividade brasileira da mandioquinha é de oito toneladas por hectare e em Santa Catarina algumas propriedades chegam a produzir 30 toneladas no mesmo espaço. Conforme a Epagri (2020), a média catarinense é de 11 toneladas por hectare, mas em Angelina, principal cidade produtora, essa média fica em 14 toneladas por hectare. Segundo a Epagri (2020) o município se destaca por ter como diferencial a adoção do SPDH, que conserva mais a qualidade do solo além de preconizar a rotação de cultura, fazendo com que o município produza 8,5 milhões de toneladas de mandioquinha-salsa ao ano.

Angelina, entre os municípios da microrregião de Tijucas é a que mais produz diversidade de alimentos hortifrutigranjeiros e um dos que mais fornece alimentos para a Ceasa-SJ. Entre os alimentos que mais são produzidos se tem destaque para o tomate, hortaliça que possui um alto valor agregado e que utiliza diversos equipamentos e produtos para sua produção. Conforme analisado, no decorrer deste trabalho, Angelina é um dos municípios que mais possuem equipamentos agrícolas e também um dos que mais utilizam produtos para beneficiamento de suas lavouras entre os municípios da Grande Florianópolis. Dessa forma, entre os municípios da microrregião de Tijucas se destaca como maior produtor de hortaliças e juntamente com outros municípios da região, ajuda no abastecimento da Ceasa-SJ com diversas hortaliças, principalmente o tomate, brócolis e couve-Flor, além de outros já mencionados.

### 6.3.2 Outros municípios da microrregião de Tijucas.

Outros municípios da Microrregião de Tijucas que estiveram presente no levantamento da olericultura da região da Grande Florianópolis realizado pela Epagri foram Canelinha, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas. Esses municípios da microrregião representam pouca

diversidade na produção de alimentos e o valor de venda de todos seus produtos juntos não chegam a 10% do valor de venda do município de Angelina. Apesar disso, existe produção de outros produtos na região relacionado com a agricultura que não estão presentes no levantamento da Epagri.

Canelinha é um município que se desenvolveu a partir da decisão da Coroa Portuguesa, no final do Século XVIII, em expandir a distribuição de sesmarias no litoral para o interior. Dessa forma, os colonos açorianos cultivaram na terra e passaram a extrair madeira e a partir de 1875 vieram os primeiros imigrantes italianos, complementando a característica étnica da população local. Atualmente o município tem como destaque econômico o setor de serviços, onde microempresas fazem girar a economia local e no setor industrial sendo principal setor de empregabilidade da população local (SEBRAE, 2019). Dentro do setor industrial, Canelinha é conhecida como a Cidade das Cerâmicas devido grande número de olarias, indústrias que movimentam boa parte da economia do município. No setor primário quase não faz parte da economia do município, estando ainda presente algumas unidades produtoras de Aipim, sendo a hortaliça mais comercializada em Canelinha.

Major Gercino apresenta grande diversidade no processo de colonização da cidade pois englobou luso-brasileiros, italianos, alemães e poloneses que se instalaram próximo ao litoral. A cidade, conforme o Sebrae (2019) possui o turismo, por ter diversos rios e cachoeiras, e belas paisagens e a fabricação artesanal de vinhos e espumantes como algumas das principais atividades econômicas. As localidades de Nova Galícia e Pinheiral possuem uma altitude de 400 metros acima do nível do mar onde são e produzem 1980 toneladas de uva (espécie bordô e Niágara) todos os anos que são utilizadas para produção de vinhos e geleias. No município cerca de 46 famílias tiram o sustento através da produção de uva, produzida em cerca de 75 hectares de parreiras e fabricação de vinho, sendo que as duas localidades representam 90% da produção das uvas Niágara e bordô que se adaptam bem ao clima e ao solo da região (PALAORO, 2018). Conforme Palaoro (2018), os vinhos brancos são elaborados a partir da uva Niágara branca e os tintos são elaborados exclusivamente da variedade bordô e além disso as famílias produzem sucos, por meio de uma cooperativa local, que reúne 20 produtores. Sobre mais detalhes da produção de uva e outros produtos a prefeitura indique que:

“Dos 278,1km<sup>2</sup> do município, 90% são ocupados por parrerais e os 10% restantes são de pessegueiros, que abastecem o litoral catarinense. Ao todo, são colhidas 1.000 toneladas de uvas por ano, das quais a metade é utilizada para produção de vinho colonial. O restante é comercializado na Grande Florianópolis e no litoral através da Ceasa. Nas 590 propriedades rurais de Major Gercino também são cultivados fumo,

milho, mandioca, oleaginosas e criadas aves, suínos e bovinos de corte e de leite.” (MAJOR GERCINO, 2022).

Nova Trento compra boa parte das uvas produzidas no município vizinho já que não possui relevo propício aos parreirais e com a implementação do Santuário de Santa Paulina alavancou a produção de vinhos de Nova Trento e conseqüentemente a produção de uva e de vinho de Major Gercino. Conforme Palaoro (2018) em reportagem para o ndmais a Secretaria de Turismo de Nova Trento informa que algumas vinícolas da cidade ultrapassam a produção de um milhão de litros de vinho anualmente e graças a importação de uvas de Major Gercino, possibilita que o produto seja vendida em pequenas porções aos visitantes, agregando valor ao produto final.

O município de Nova Trento, fundado por imigrantes italianos, se destaca economicamente pelo turismo religioso, atividade agrícola e tem na indústria um importante vetor econômico nas atividades em segmentos como madeireiro, moveleiro e metalmecânico, dentre outros. Nova Trento é a capital catarinense de turismo religioso e recebe cerca de 70 mil visitantes por mês, muito devido ao Santuário de Santa Paulina e de Nossa Senhora do Bom Socorro. O vinho, conforme visto, é um dos setores que mais se destaca no município sendo que o vinho de mesa, feitos a partir das uvas produzidas em Major Gercino, são os mais vendidos na região, onde existem 8 vinícolas (SEBRAE, 2019). Recentemente, com a construção do Santuário, a produção de vinhos tem crescido muito devido à procura de peregrinos que buscam levar produtos para as cidades de origem. Dessa forma, o município tem cada vez mais tentado produzir vinhos de melhor qualidade (vinhos finos) e espumantes e para isso os produtores estão buscando comprar uvas especiais. A UFSC, através de um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Uva e do Vinho (Neuvin) do Centro de Ciências Agrárias e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), tem auxiliado os produtores com o objetivo de aperfeiçoar o sistema produtivo local. O projeto tem instruído os produtores a utilizar cobertura plástica e produzir pela primeira vez uvas viníferas como Chardonnay, Pinot Noir e Marselan. Essas uvas foram vinificadas e os vinhos estão em fases finais do processo de elaboração e conforme o coordenador do projeto os testes preliminares indicam que há potencial para produção de vinhos de qualidade ( UFSC, 2021).

Além da produção de vinhos, tem também no município a empresa Trentolat que produz queijos diferenciados desde 1999, graças ao projeto Brasil-Itália. As rústicas técnicas da Itália foram trazidas e adaptadas às condições regionais de fabricação e com o tempo foram aprimorando diversos sabores para a venda de uma diversidade de queijos (NOVA TRENTO).

Tijucas teve seu povoamento iniciado a partir de 1788 quando um grupo de colonizadores decidiu subir o Rio Tijucas à procura de pinheiros. O município ainda se baseia bastante na agricultura sendo que a produção de cana-de-açúcar tende a ser uma das principais desse ramo (SANTA CATARINA, 2022). Além disso, o município já foi o maior produtor de maracujá do Estado, mas com o passar dos anos e com a falta de produtores locais de mudas da fruta, houve queda na produção (TIJUCAS, 2021). No ano de 2019, no mês de agosto foram distribuídas pela Epagri 25 mil mudas de maracujá visando o incentivo e a valorização do cooperativismo entre órgão público e produtores e beneficiando 25 famílias (TIJUCAS, 2019). Em agosto de 2021 a secretaria de agricultura, pesca e meio ambiente fez a entrega gratuita de mudas de maracujá e citrus e ao todo foram mais de 16 mil mudas, sendo 13 mil de maracujá e 3,8 mil de citrus (tangerina), beneficiando 41 famílias. É importante ressaltar que as mudas possuem qualidade e registro desde 2015 sendo denominadas Cultivar SCS 437 CATARINA, devido o resultado de mais de 20 anos de pesquisa da Estação Experimental da Epagri de Urussanga/SC. Dessa forma, com a retomada da produção de maracujás os agricultores podem vender a fruta in natura para comerciantes regionais e locais como Ceasa, redes de supermercados, atravessadores e agroindústrias de polpas que também são utilizadas na merenda escolar.

A Epagri está tentando criar mais projetos plurianuais para a agricultura da região e conforme o gerente da Epagri no município, Tijucas tem grande potencial agrícola, com destaque na horticultura (produção de frutas e hortaliças), e na pecuária de corte (TIJUCAS, 2021). Em 2021 o município de Tijucas tinha uma criação de mais de 20 mil cabeças de gado e dessa forma a Epagri percebe a necessidade de um maior suporte para assessoria técnica e realização de projetos ligados ao setor que já vem sendo realizado tanto na orientação quanto ao uso da pastagem e também em técnicas de confinamento do gado (TIJUCAS, 2021).

Na tabela a baixo é possível verificar os principais produtos vendidos pelos municípios citados, conforme levantamento da olericultura realizado pela Epagri.

Tabela 31 - Valor de venda de hortaliças no município de Canelinha, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas

	Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação no valor da venda cultura	% da por
Canelinha	Aipim	8	99.597,16	78,26	
	Batata Doce	3	12.249,46	9,63	
	Repolho	2	7.151,98	5,62	
	Alface	2	6.016,08	4,73	
	Brócolis	1	1,793,74	1,41	
	Salsa/Cebolinha	1	448,73	0,35	
	<b>total</b>	<b>17</b>	<b>127,257,15</b>		
Major Gercino	Aipim	54	1.769.841,67	62,08	
	Mandioquinha Salsa	42	1.007.740,80	35,35	
	Cebola	4	73.237,50	2,57	
	<b>total</b>	<b>176</b>	<b>2.850.819,97</b>		
Nova Trento	Aipim	23	1.718.682,42	69,30	
	Salsa/Cebolinha	1	172.000,00	6,94	
	Repolho	4	160.046,25	6,45	
	Alface	4	142.064,00	5,73	
	Batata Doce	5	133.595,00	5,39	
	Couve Flor	3	92.831,46	3,74	
	Brócolis	2	60.738,15	2,45	
	<b>total</b>	<b>100</b>	<b>2.479.957,28</b>		
Tijucas	Aipim	98	2.322.267,57	90,35	
	Milho Verde	23	217,155,24	8,45	
	Pimentão	5	28.369,69	1,10	
	Repolho	3	3.390,63	0,13	
	<b>total</b>	<b>129</b>	<b>2.571.183,13</b>		

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

Conforme o levantamento realizado pela Epagri o município de Canelinha possui 100% de sua produção no modelo convencional. Major Gercino tem 96,79 de sua produção realizada no sistema convencional e 3,21% no sistema SPDH, conforme a Epagri. Nova Trento tem 81,45 da sua produção no sistema convencional, 13,42 no sistema de SPDH e 5,13% no sistema orgânico. E por fim, Tijucas possui, conforme levantamento da Epagri 100% de sua produção olerícola realizada no sistema convencional.

Os municípios apresentados, apesar de não possuírem grande variedade de produtos do setor hortifrutigranjeiros, tem se destacado em outros setores da economia. Percebe-se que o aipim é o produto mais comercializado nessas cidades e o produto que mais possui valor de venda. Recentemente esses municípios vem ampliando sua atividade turística, atraindo maior renda para essa atividade, o que de certa forma auxilia na produção de determinadas culturas agrícolas como o caso da uva em Major Gercino e a produção de sucos e vinho da região.

## 6.4 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO TABULEIRO

### 6.4.1 Águas Mornas

Águas Mornas foi colonizado por imigrantes germânicos que se instalaram na Colônia Santa Isabel, onde também está localizado atualmente o município de Rancho Queimado. Águas Mornas é conhecida como uma das melhores cidades em termos de qualidade de vida em Santa Catarina por possuir diversas belezas naturais, abundância em rios, cachoeiras, nascentes e fontes termais, presença da culinária alemã e tem sua economia movida pela produção de hortaliças, frutas, pecuária leiteira, além da indústria e comércio com pequenos empreendimentos familiares.

Atualmente o município está entre os três maiores produtores de hortaliças de Santa Catarina tendo uma produção significativa na produção de hortaliças de raízes, bulbos e tubérculos com uma produção total de 61.497 toneladas, hortaliças de folhas 12.814.000 unidades, hortaliças de talo e flor 10.302.000 unidades, hortaliças de fruto 13.869 toneladas (EPAGRI, 2019).

“As principais hortaliças cultivadas são: couve-flor, brócolis, tomate, pimentão, repolho, abóboras, abobrinha italiana, aipim, berinjela, feijão vagem, morango e outros. Algumas culturas estão em expansão como: beterraba, cenoura, folhosas, como a alface, temperos verdes, tangerina e banana. Outra parte da produção é vendida diretamente a grandes redes de supermercados, feiras livres e “diretos do campo”, não tendo como estimar este valor. O município possui também importante bacia leiteira, com uma produção de aproximada de 1 milhão de litros de leite no ano, entregues aos laticínios da região. Ainda conta com uma significativa produção em torno de 2,3 milhões de aves no ano com 27 aviários instalados, totalizando 6,6 mil toneladas de carne fornecidos à empresas integradoras da região” (EPAGRI, p.6. 2019).

Além das atividades mencionadas a Epagri estima que o município também tem participação expressiva com a apicultura, com aproximadamente 100 famílias que fazem dessa atividade uma renda extra na propriedade, produzindo cerca de 50 toneladas anuais (2019). A produção de artesanato, panificação, bolachas alemãs, vinho e doces artesanais, queijos e linguiças caseiras, cachaça, açúcar e melado também fazem parte da economia do município e fomentam o desenvolvimento local.

A presença da Epagri no município auxilia de maneira significativa a produção agrícola do município, uma vez que auxilia com cursos e orienta o melhor uso de tecnologias

para a produção de hortaliças. Conforme a Epagri (2019), uma propriedade da família Schmitz, em Águas Mornas se converteu ao sistema de Plantio Direto e hoje produzem 5 hectares de tomate, berinjela, couve-flor, pimentão e abobrinha em SPDH. Conforme o jovem produtor a tecnologia possibilitou uma redução de 30% de produtos para redução de pragas e doenças e melhorou a produtividade da lavoura que segundo ele no sistema convencional se colhia 250 caixas de tomate por mil pés e que atualmente colhe 300 a 350 caixas por mil pés e que a colheita da couve-flor que antes rendia metade dos pés, hoje em dia está em 80%.

Um dos fatores que fazem Águas Mornas estar entre os primeiros colocados na produção de hortaliças na região e no Estado é a disponibilidade de tecnologias aplicadas na pré-porteira de sua produção. Conforme visto, o município conta com várias unidades de produtores com tratores e implementos agrícolas, além de possuir mais unidades que utilizam agrotóxico e irrigação na produção. Além disso, é um município com ampla disponibilidade hídrica o que favorece o uso da água na produção em períodos de estiagem, e também, como observado, dispõe de apoio técnico especializado por parte da Epagri para alavancar e diversificar a produção do município.

O levantamento realizado pela Epagri mostra que Águas Mornas possui uma grande variedade de produção de hortaliças e que possuem um valor de renda bastante alto em diversas culturas, demonstrando o potencial da olericultura da região.

Tabela 32 - Valor de venda de hortaliças no município de Águas Mornas

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Tomate	165	16.696.293,75	24,66
Morango	95	13.513.833,00	19,96
Brócolis	200	9.870.967,15	14,58
Repolho	150	5.744.340,30	8,48
Couve-Flor	171	4.679.237,42	6,91
Milho Verde	100	3.779.718,75	5,58
Beterraba	50	2.998.333,33	4,43
Pimentão	100	2.169.700,00	3,20
Alface	30	1.943.655,00	2,87
Salsa/Cebolinha	25	1.363.878,00	2,01
Cebola	30	1.221.328,13	1,80
Cenoura	45	1.174.440,00	1,73
Aipim	80	1.145.440,80	1,69
Rúcula	15	748.818,00	1,11
Batata Doce	25	517.742,74	0,76
Mandioquinha Salsa	10	141.645,00	0,21
<b>Total</b>	<b>1.291</b>	<b>67.709.371,37</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

O levantamento da Epagri indica que 99,04% do plantio das hortaliças mencionadas sejam feitos no sistema convencional e apenas 0,96% no sistema SPDH.

Percebe-se que o município é um dos que mais possuem diversidade de produção na região e isso se deve aos fatores mencionados que são utilizados pré-porteira, que facilitam a produção na porteira e amplia a possibilidade de renda no pós-porteira. Das 17 culturas pesquisadas pela Epagri, consideradas de maior importância na região, o município possui a produção de 16 hortaliças em seu território. Isso demonstra que as unidades produtivas não ficam dependendo somente de algumas culturas e que os produtores estão mais atentos à sazonalidade da produção, produzindo outros produtos para se ter maior disponibilidade de renda durante o ano todo. Esses fatores mostram porquê o município é destaque na região na produção de ampla diversidade de hortaliças, agregando mais valor aos produtores da região.

#### **6.4.2 Rancho Queimado**

A partir da abertura da estrada que ligou a Serra com o litoral do Estado (atual BR-282) diversas cidades foram surgindo e entre elas Rancho Queimado que servia de pernoite para os tropeiros que transportavam rebanho do interior para a Capital. Rancho Queimado foi recebendo moradores de outras Colônias, como a de São Pedro de Alcântara e assim foi se desenvolvendo mantendo os costumes dos colonizadores alemães. Atualmente as principais atividades econômicas são o turismo rural e a agricultura com destaque para produção de morango, tomate, cebola, brócolis, couve-flor e repolho. Conforme a prefeitura o município também se destaca na produção de fruticultura, floricultura, além da pecuária estar presente no município, com criação de gado de corte e leite, laticínios, apicultura e piscicultura (RANCHO QUEIMADO).

Entre as pequenas frutas o morango é a mais representativa, com 67% da produção mundial por se destacar por seu aroma, sabor e valor nutricional e também desperta cada vez mais a atenção de produtores e do mercado consumidor, existindo uma tendência crescente de cultivo e produção. O cultivo de morango se sobressai por ser um cultivo de microclima, acessível aos pequenos produtores, caracterizado por exigência de mão de obra, baixos custos de implementação e manejo, gerando bom retorno econômico a curto prazo (ROJO-MOLINA et al, 2020). No Brasil a produção de morango tem se concentrado em regiões serranas típicas de clima temperado e próximas a grandes centros metropolitanos por questão de logística e

comercialização (ALMEIDA et al., 2009). O município de Rancho Queimado é considerado a capital do morango sendo que conforme Rojas-Molina

“A produção comercial de morango encontra-se distribuída em todo o Estado, sendo maior na Grande Florianópolis, responsável por 43% da produção estadual com 72,3ha dedicados à cultura do morangueiro no ano de 2015 (...) Dos municípios produtores que responderam ao questionário, os de maior área cultivada foram: Rancho Queimado (50,0ha), São João do Sul (20,0ha), Águas Mornas (16,3ha), Lages (15,0ha) e Pinheiro Preto (13,0ha), e os de maior produção total são Rancho Queimado (3000t), Águas Mornas (1.000t), Fraiburgo (600t), Lages (450 t) e São João do Sul (360t)”. (ROJAS-MOLINA et al, p, 67. 2020).

Em Rancho queimado mais de 150 famílias se dedicam na produção e cultivo do morango em 50 hectares, Conforme Amaro (2020) uma das propriedades de maior produção é a da família Kaufer que possui 40 mil pés espalhados em 11 hectares e produzem cerca de 40 toneladas por ano, tendo mais de 40 espécies diferente da fruta. Conforme a reportagem, o turismo rural também tem beneficiado a família, uma vez que as pessoas tem buscado passeios ao ar livre, podendo acessar a produção colher e pagar. Conforme dados do levantamento da olericultura feito pela Epagri mais de 40% do que foi vendido pelo município é de participação do morango, seguido pelo tomate e pela cebola com 26% e 15% respectivamente.

Tabela 33 - Valor de venda de hortaliças no município de Rancho Queimado

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Morango	168	15.077.433,33	42,50
Tomate	115	9.563.468,75	26,96
Cebola	70	5.400.000,00	15,22
Brócolis	60	2.961.750,00	8,35
Couve-Flor	60	1.155.725,00	3,26
Repolho	60	621.800,00	1,75
Alface	12	441.360,00	1,24
Salsa/Cebolinha	15	253.800,00	0,72
<b>Total</b>	<b>560</b>	<b>35.475.337,08</b>	

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

Conforme levantamento da Epagri, a produção no município possui 98,49% no sistema convencional e 1,51 no sistema orgânico. Além dos produtos que foram mostrados pelo levantamento outras produções vem sendo realizadas em Rancho Queimado, como a produção de oliveiras.

O Brasil ainda importa 98% de azeite de oliva sendo o segundo maior importador de azeite de oliva do mundo. O município de Rancho Queimado foi o primeiro do país a processar azeite de oliva em Santa Catarina, sendo que conforme Pereira (2019) o plantio teve início em 2012. O primeiro plantio foi feito com 700 mudas de oliveira e desde então o casal de produtores acompanha a plantação e sua adaptação em Rancho Queimado sendo que em 2021 já possuem 3.000 oliveiras plantadas na propriedade. Conforme G1 (2019) o casal de produtores no ano de 2019, sendo a primeira safra de azeitonas, teve uma colheita de 2.000 kg e uma produção de 200 litros de azeite.

O lagar da propriedade, local onde se espremem as azeitonas para separar a parte líquida da parte sólida, foi construído em 2018 ao lado das oliveiras e tem capacidade de produzir 80kg de azeitonas por hora. Conforme a empresa a tecnologia foi importada da Itália e dessa forma conseguem extrair à frio, logo após serem colhidas, em ambiente com temperatura controlada. Segundo os produtores, a colheita das azeitonas e a extração do azeite devem ocorrer em um processo rápido para que a azeitona não tenha perda de qualidade, e dessa forma garantir baixa acidez e alta qualidade do azeite extra virgem (VIENZO, 2019).

A produção agrícola se faz bastante presente na economia de Rancho Queimado e aliado a isso, o turismo rural dá a possibilidade de as pessoas conhecerem a produção do município além de garantir mais fonte de renda para os produtores rurais. Além disso, o município conta com diversas paisagens e belezas naturais que também proporcionam atividades empreendedoras no ecoturismo. Dentro do setor turístico, o agroturismo é uma atividade rentável que auxilia os municípios de base econômica do setor primário a expandir o turismo sustentável, manter as famílias rurais em sua localidade e também tem um foco educativo de proporcionar aos turistas uma maior sensibilidade à vida rural, a produção agrícola e a sustentabilidade.

#### **6.4.3 São Bonifácio**

O município de São Bonifácio tem sua colonização pautada pela colonização de origem alemã quando famílias chegaram à região devido à instabilidade da Alemanha durante os séculos XVIII e XIX (DIRKESEN, 1995). A partir de 1863 diversos colonos foram ocupando as nascentes do rio Capivari, vales do Cubatão, Cedro e São Miguel e constituindo o que é hoje o município de São Bonifácio (BUSS, 2006). Os primeiros colonos eram camponeses que trabalhavam em regime familiar e tinham toda a produção voltada à subsistência além da

dedicação à atividade leiteira (SCHADEN, 1940). A produção de banha de porco foi a primeira atividade voltada ao mercado que teve em expansão até 1960, inclusive exportando para outros estados do Brasil, entretanto a partir da década de 1970, com a expansão do óleo de soja, a banha de porco perdeu seu valor no mercado prevalecendo a atividade madeireira como nova fonte de renda local, devido a demanda por madeira do setor de construção civil da região metropolitana de Florianópolis e Tubarão que possibilitou, no final da década de 70 a implantação de mais de 50 madeireiras no município (Epagri, 2005). Com a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975 a exploração madeireira passou a sofrer restrições por ações de fiscalização devido a legislação ambiental vigente.

A partir da década de 1980, a produção leiteira também passou a representar uma atividade produtiva importante para as famílias de agricultores, graças ao suporte técnico dos órgãos de extensão rural e do apoio da UFSC (ALACRON, 2007). Nessa época, também se desenvolveu o cultivo diversificado de hortifrutigranjeiros, milho para o consumo familiar e também para comercialização. Dessa forma, conforme Simões (2009) a década de 80 e 90 os colonos apostaram no aperfeiçoamento das atividades da Agricultura Familiar como alternativa econômica, devido ao estímulo da extensão técnica estadual. Conforme Simões as duas décadas finais do século XX foram onde ocorreram o ciclo de aperfeiçoamento técnico da produção.

“Neste ciclo a Agricultura Familiar também conseguiu sobreviver, apresentando, todavia, uma cadeia de produção e comercialização diferente da do ciclo anterior. O cultivo diversificado de hortifrutigranjeiros, por exemplo, extrapolou os limites do município, sendo escoado por atravessadores para São José, Florianópolis, Tubarão e Joinville. Porém, também entrou em cena o feirante itinerante, a venda direta da produção familiar e a permuta de produtos industrializados com outras localidades. O principal produto dessas feiras era o queijo colonial, mesmo não satisfazendo as normas da Vigilância Sanitária. (...) A avicultura colonial se transformou, perdendo importância nos núcleos familiares e cedendo espaço à avicultura integrada. Na bovinocultura a atividade leiteira se fortaleceu, e teve grande repercussão sócio-econômica com a venda de leite para os laticínios locais. A apicultura também marcou presença, apesar de comercializar em bruto sua produção com os entrepostos de mel. A suinocultura perdeu posição com a alteração dos padrões raciais, aumento dos custos de produção e falta de abatedouro legalizado no município (SIMÕES, p, 507-508, 2009).”

O setor primário acaba não tendo tantos tributos gerados para o município, muito por conta que grande parte da produção é transformada pelo setor secundário, como os laticínios e madeiras, que mantém boa parte da população rural ocupada (ALACRON, 2007). Mesmo as atividades hortifrutigranjeiras se desenvolvendo, a pecuária ainda é a principal atividade agrária

no município, pois a agricultura acaba sendo limitada em função das próprias condições geográficas do terreno (INSTITUTO CEPA, 2002; 2006). Portanto, por ter a pecuária e a produção de madeira como força motora do agronegócio na região, se tem sistemas produtivos como o silvopastoril (que integra pastagens, gado leiteiro e reflorestamento) e pastagens de inverno sobressemeadas em campos naturalizados com fertilidade do solo corrigida e irrigada.

Recentemente a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) tem demonstrado preocupação com o intenso abandono da atividade leiteira dos produtores rurais. A Federação aponta que na década de 1990 existiam em território catarinense 75 mil produtores de leite e em 2022, são apenas 24 mil produtores, uma redução de 68% do número de estabelecimentos rurais dedicados a pecuária leiteira (CANAL RURAL, 2022). Conforme a Faesc está havendo uma forte concentração da produção, principalmente nos últimos três anos, devido á diversos fatores: consequência da seca que reduziu a oferta de alimentos para o gado, crise econômica que achatou o poder de consumo da população, pequenos produtores com falta de capacidade para investimentos de novas tecnologias. Esses fatores fazem com que se prevaleça e se preserve na atividade leiteira os proprietários com estabelecimentos maiores, com alto grau de automação e agregação de tecnologias que apresentam melhor qualidade, maior produtividade e balanceamento nos custos. Dessa forma, para os pequenos produtores a atividade ficou inviável, pois conforme a Faesc:

“O microprodutor ficou de fora porque produzia pouco e para a indústria não compensa enviar o caminhão de coleta para apanhar a matéria-prima de um produtor com 3 ou 4 vacas (...) A maior taxa de desistência é daqueles que não conseguem produzir dentro da propriedade os insumos necessários para nutrição das vacas. Esses produtores não conseguem aumentar o plantel porque não tem comida para o rebanho – o que representa o maior item nos custos de produção. Além do êxodo rural, da falta de capacidade de investimento e da interrupção da sucessão nas propriedades, a seca afetou a produtividade, a crise financeira baixou o consumo, o preço caiu e os custos subiram”(CANAL RURAL, 2022).

O IBGE identificou que, a cada ano, 1 mil e 1,5 mil produtores rurais desistem da pecuária leiteira comercial, ou seja, a que gera excedente (IBGE, 2022). Entretanto o leite possui grande importância social e econômica para Santa Catarina que é o quarto maior produtor nacional e produz mais de 3 bilhões de litros ao ano. O Oeste catarinense responde por 75% da produção sendo uma atividade que proporciona renda às famílias rurais, além de contribuir com o controle do êxodo rural. É importante salientar que as transformações recentes

ocorridas em relação à produção da pecuária leiteira em São Bonifácio, especificamente, necessitam de dados mais aprofundados e atualizados.

Conforme levantamento da olericultura realizado pela Epagri, o município de São Bonifácio, na produção de hortaliças possui maior produção entre junho de 2018 e julho de 2019 nas culturas de couve-flor, brócolis e cebola, sendo que o sistema produtivo mais utilizado é o convencional com 86,81% seguido do sistema orgânico, produzido por 13,19% das unidades produtoras.

Tabela 34 - Valor de venda de hortaliças no município de São Bonifácio

Cultura	Nº de estabelecimentos	Valor da venda	Participação % no valor da venda por cultura
Couve-Flor	4	280.503,13	26,95
Brócolis	3	188.800,00	18,14
Cebola	7	187.650,00	18,03
Morango	6	150.988,75	14,51
Tomate	3	117.875,00	11,33
Repolho	4	77.887,50	7,48
Beterraba	3	35.020,00	3,36
Alface	3	2.107,89	0,20
<b>Total</b>	<b>19</b>		

Fonte: Levantamento da olericultura da UGT-7 realizada pela Epagri, 2020

A comercialização de hortifrutigranjeiros, conforme levantamento apresentado pela Epagri apresenta baixo valor de venda no município. Não foi encontrado maiores dados para o município sobre a produção pecuária, cabendo assim um maior esforço da comunidade acadêmica em compreender as alterações recentes na região, bem como um maior incentivo das instituições públicas para promover o setor pecuário e madeireiro da região.

#### 6.4.4 Alfredo Wagner

O município de Alfredo Wagner, localizado cerca de 111 km da Capital, Florianópolis, está em uma área de transição entre a Serra, Campos da Boa Vista e Vale Europeu. Mesmo distante o município ainda pertence a macrorregião da Grande Florianópolis sendo predominantemente agrícola, com maior parte da população em ambiente rural, onde o cultivo de cebola é o mais desenvolvido pelos produtores, sendo a base da economia local, trazidas primeiramente pelos açorianos do litoral catarinense.

Santa Catarina detém desde 1985, a maior área plantada de cebola do Brasil e possuindo o maior volume de produção, colocando o Estado como líder nacional (EPAGRI,

2013). o Estado reúne condições climáticas favoráveis com estações do ano bem definidas e altitudes elevadas sendo que dos 1,5 milhão de toneladas produzidas por ano no país, 33% provém de Santa Catarina (FOLTRAN, 2016). Segundo a Epagri (2013), o desenvolvimento e a expansão dessa cultura se deve, principalmente, entre outras coisas à: investimentos públicos na assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, pelo Governo estadual; maior proximidade dos centros consumidores; disponibilidade de cultivares adaptados, bem aceitos no mercado e com boa capacidade de conservação no armazenamento, principalmente os cultivares Epagri 362 Crioula Alto Vale e Empasc 352 Bola Precoce; infraestrutura de armazenagem e comercialização instalada na região produtora; malha viária estadual que permite escoamento da safra com facilidade, independentemente das condições de clima e tempo; condição de ser uma atividade característica da Agricultura Familiar, desenvolvida por pequenos agricultores e suas famílias. Ainda segundo a Epagri

A cultura da cebola caracteriza-se por ser uma atividade desenvolvida em regime de economia familiar. Nos períodos de maior concentração de trabalho, são contratados serviços de terceiros ou é feita a permuta de serviços entre os agricultores. Essa cultura está presente em aproximadamente 12 mil propriedades rurais. Em cerca de 75% delas os produtores são proprietários, e o restante trabalha em regime de parceria, ocupação e arrendamento. As propriedades são pequenas – 30% delas têm menos de 10 hectares, e 66% tem área de 10 a 100 hectares. A grande maioria dos cebolicultores possui imóveis com área inferior a 25 hectares, geralmente de topografia acidentada e cultivam em média 2 hectares de cebola. (EPAGRI, 2013)

Em Alfredo Wagner, nos meses de julho e agosto que marcam o plantio da cultura de cebola, diversos agricultores se dedicam na plantação das mudas. No ano de 2006 a quantidade produzida no município foi de 81.400 toneladas e no ano de 2010, 107.500 toneladas, atingindo pouco mais de 19% da participação na produção estadual. A área plantada obteve um aumento, sendo que em 2006 se tinha 3.700 hectares plantados e em 2010 esse valor subiu para 4.300 hectares plantados. Além disso, o valor da produção em 2006 era de R\$ 56.980 e em 2010 subiu para R\$ 86.900. Esse aumento ao longo dos anos se deu devido uma série de fatores como maior uso de melhorias e métodos de produção, maior utilização de irrigação durante o processo produtivo, melhorias dos recursos de insumos, melhorias das variedades e utilização de espécies mais adaptadas a região, aumentando a densidade de plantio (AGUIAR, 2007). Recentemente, conforme dados do IBGE, a safra de 2017/18 fez com que Alfredo Wagner atingisse o 3º maior

produtor de cebola nacional, produzindo 68,9 mil toneladas da hortaliça, mas obtendo uma redução em relação aos dados anteriores (IBGE, 2018).

Entretanto nem tudo é positivo para os cebolicultores. Como a produção depende das condições climáticas, nos últimos anos, Santa Catarina sofreu com a escassez de chuvas e um prolongamento da seca em todo estado, prejudicando o cultivo de diversos produtos, entre eles a cebola. Essas oscilações fizeram com que abrisse-se uma porta de entrada para a cebola estrangeira no Brasil, vindas principalmente da Holanda e da Espanha. Em anos normais, com condições climáticas favoráveis, a produção brasileira é suficiente para abastecer o mercado interno, entretanto a cada ano a quantidade de cebola importada aumenta gradativamente. Conforme Pezenti (2012) e Abreu (2017) em 2011 vieram dos países mencionados 20,3 mil toneladas a €\$0,09, um valor inferior ao praticado no Brasil e já em 2015 o volume importado foi de 37,4 mil toneladas a €\$0,56 (R\$ 2,00), um preço superior ao praticado no Brasil (R\$ 1,75). Conforme Abreu (2017), no ano de 2016 o câmbio alto não inibiu a entrada de cebola europeia no Brasil por ter um baixo custo de produção, diferente do Brasil, sendo que os municípios de Ituporanga e Alfredo Wagner tiveram um aumento de 40% nos custos de produção.

Diferente do que ocorre nas regiões produtoras de cebolas em Santa Catarina, a Holanda possui uma associação de produtores bastante expressiva onde mais de 90% dos produtores de cebola fazem parte dessa associação (Holland Onions Association) com uma produção de 1,3 milhão de toneladas onde grande parte é exportada (HOA, 2016). Nos municípios produtores do Brasil e precisamente em Alfredo Wagner não se tem registro de cooperativas expressivas de produtores de cebola, sendo que a comercialização se dá de forma individual, onde cada produtor vende sua produção para um comerciante local que posteriormente distribui para outras regiões. A Holanda adota um modelo de agricultura mais capitalizado e com economia de escala, com intensivo de mecanização no modelo texano, já em Alfredo Wagner o modelo de agricultura é o californiano, praticado pelo agronegócio familiar com uso intensivo de trabalho manual (GONÇALVES, 2008).

Mesmo com a Epagri desenvolvendo melhoramento das cebolas adaptando-as a geografia da região, não consegue sozinha encontrar mecanismos para fomentar ainda mais a produção na região. O maior entrave para os produtores locais é a questão da comercialização, que se dá de forma individual, para atravessadores e dessa forma não conseguem extrair um maior lucro de sua produção. Além disso, não conseguem competir com o preço da cebola que provém de importações de outros países, e assim possui maiores dificuldades de escoamento

de produção para beneficiar os produtores locais. Dentre as alternativas para melhorias é necessário maior incentivo por parte do governo estadual em criar alternativas de comercialização para os pequenos produtores como postos de beneficiamento e classificação que iria proporcionar aos agricultores a comercialização direta nas grandes redes de mercado e centros comerciais. Dessa forma o processo ocorreria diferente do que ocorre atualmente, onde a comercialização é feita por atravessadores e atacadistas que dominam o mercado. Além disso, é necessário haver maior mobilização conjunta dos produtores para buscar garantias frente aos concorrentes estrangeiros e atacadistas, trazendo melhorias para sua renda.

#### 6.5 ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

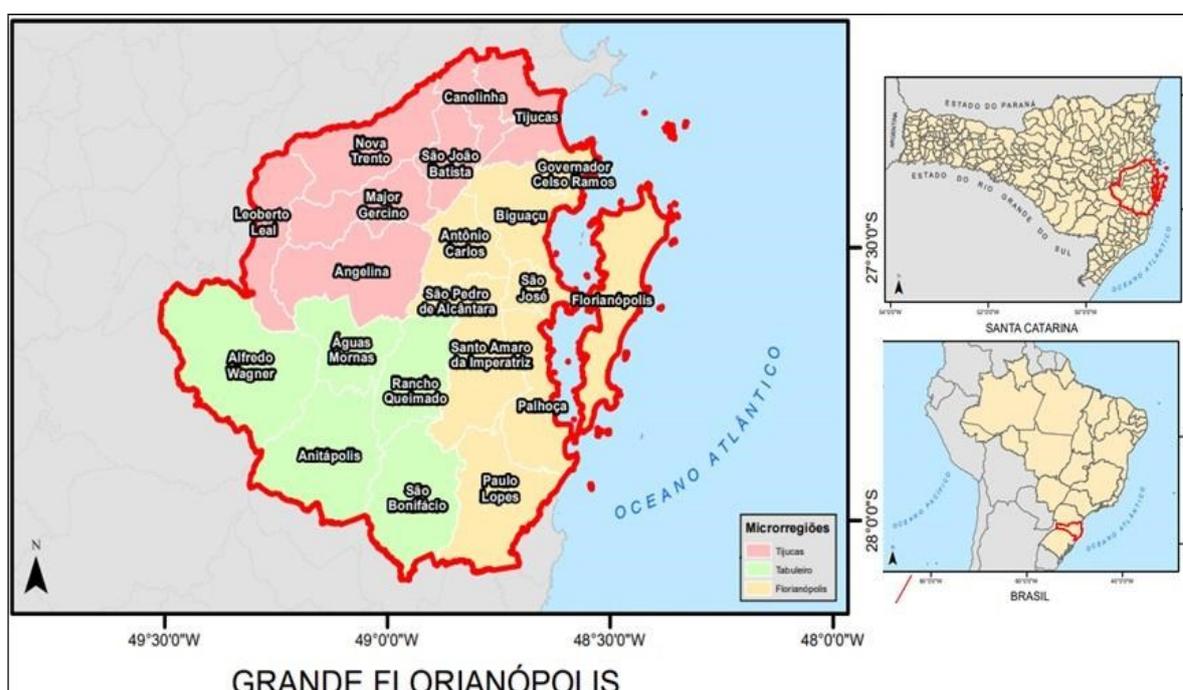
A mesorregião da Grande Florianópolis é composta por 21 municípios dispostos em uma área de 7.156,6km<sup>2</sup>. A região se localiza no litoral central do estado e se estende até a Serra Geral e destaca-se, entre outros setores, no seu potencial turístico por ter importantes balneários e exuberantes paisagens na encosta da serra. A região tem uma população superior a 1,2 milhão (IBGE, 2020) estando mais densamente povoada na Capital e região metropolitana, devido a intensa urbanização ocorrida após 1970. Os municípios que compõem a região da Grande Florianópolis estão divididos em três microrregiões: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro.

A microrregião de Florianópolis contém nove municípios (Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara). A microrregião de Tijucas se situa mais ao norte da mesorregião é composta por sete municípios (Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas). Por fim, a microrregião do Tabuleiro é composta pelos municípios de Alfredo Wagner, Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.

O censo agropecuário de 2017 indicava que a mesorregião da Grande Florianópolis possuía 10.088 estabelecimentos agropecuários, sendo 2.528 na microrregião de Florianópolis, 3.712 na microrregião de Tijucas e 3.848 na microrregião do Tabuleiro. Dos 10.088 estabelecimentos da região, 6.291 possuem menos de 20 hectares, considerada pequena propriedade (entre 1 e 4 módulos), que contém 4.903 unidades classificadas de agricultura familiar e as médias propriedades de 20 até 75 hectares (superior a 4 e até 15 módulos fiscais) possuem mais de 2.500 unidades existindo mais de 2.000 que se consideram de agricultura

familiar. Isso demonstra que a produção agropecuária da mesorregião da Grande Florianópolis é praticada principalmente em pequenas e médias propriedades. Outro dado importante, levantado pelo censo, é que dos 7.466 considerados como agricultura familiar, 7.369 recebem apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Grupo B e V). Este último dado aponta como o programa federal é uma importante política pública nacional voltada para a agricultura familiar e que auxilia a região. Na Tabela abaixo é possível identificar a quantidade de estabelecimentos agropecuários da região da Grande Florianópolis e sua relação quanto à tipologia, além de analisar a quantidade de beneficiários do Pronaf no ano de 2017.

Figura 13 - Mapa de localização das microrregiões na Mesorregião da Grande Florianópolis



Elaboração: REGIS, G. (2022).

Tabela 35 - Número e área de estabelecimentos agropecuários e tipologia

Grupo de área total	Unidade	Agricultura familiar - sim	Agricultura familiar - não	Pronaf (Grupo B)	Pronaf (Grupo V)
Mais de 0 a menos de 5ha	2.474	1.678	796	950	717
De 5 a menos de 10ha	1.812	1.443	369	558	876
De 10 a menos de 20ha	2.205	1.782	423	623	1.129
De 20 a menos de 50ha	2.512	2.161	351	695	1.425
De 50 a menos de 100ha	719	372	347	100	266
De 100 a menos de 1000ha	309	4	305	2	2
De 1000 a menos de 10000ha	16	-	16	-	-
Produtor sem área	41	26	15		
<b>Total</b>	<b>10.088</b>	<b>7.466</b>	<b>2.622</b>		

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Conforme as tabelas abaixo, dos censos de 2006 e 2017 é possível analisar as alterações existentes da condição do produtor em relação às terras da região da Grande Florianópolis e das 3 microrregiões existentes. De 2006 para 2017 houve queda no número de estabelecimentos agropecuários com condição de proprietários, arrendatários e parceiros na região da Grande Florianópolis. Existem diversas razões para essa diminuição, entretanto, conforme Marcondes (2016), possivelmente a principal causa é a questão econômica, que indica a existência de redução da margem de rentabilidade de muitos produtos da agropecuária que acabam inviabilizando que arrendatários e parceiros consigam “pagar” pelo uso da terra. Além disso, devido às características topográficas das pequenas propriedades, existe uma dificuldade na utilização de maquinário no processo produtivo que acabam sendo vendidas para proprietários com maior poder aquisitivo ocorrendo uma concentração de terra.

Tabela 36 - Condição do produtor em relação às terras (censo agropecuário de 2006 e 2017)

Censo	Proprietário		Assentado		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área		Total	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
<b>Florianópolis</b>	3344	2049	2	213	105	114	5	29	254	5	295	7	4005	2528
<b>Tijucas</b>	2597	3292	33	13	98	106	100	11	238	10	94	-	3160	3712
<b>Tabuleiro</b>	3280	3138	2	5	181	114	186	103	339	9	101	34	4089	3848
<b>Grande Florianópolis</b>	9221	8479	37	231	384	334	291	143	831	24	490	41	11254	10088

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 e 2017.

Conforme o censo de 2006 a Grande Florianópolis possuía 104.443 hectares de lavoura temporária, 29.397 hectares de horticultura e floricultura, 5.045 hectares de lavoura permanente e 108.517 hectares de pecuária e criação de outros animais. No censo de 2017 houveram redução de hectares na produção de lavoura temporária e na horticultura e floricultura, porém houve um pequeno aumento na produção de lavoura permanente e um aumento mais considerável na criação de pecuária e outros animais. Em 2017 houve queda para os hectares para lavoura temporária para 71.291 e de horticultura e floricultura caiu para 24.557, sendo que a produção de lavoura permanente subiu para 5.383 e a criação de pecuária e outros animais subiu para 121.377 hectares. É preciso analisar o comportamento que se deu especificamente para cada microrregião.

A microrregião de Tijuca possuía 49.926 hectares de lavoura temporária em 2006 e reduziu para 35.945 hectares em 2017. Com a horticultura e fruticultura houve um aumento, sendo que em 2006 havia 6.355 hectares e em 2017 passou para 7.083 hectares e o mesmo ocorreu com a lavoura permanente saindo de 2.479 para 3.282 hectares. A criação de pecuária e outros animais foi a que apresentou maior aumento, saindo de 23.736 hectares em 2006 para 34.309 hectares em 2017. Na tabela abaixo é possível identificar as alterações que ocorreram em cada município da microrregião.

Tabela 37 – Número de estabelecimentos e área (hectares) agropecuárias (hectares) das atividades econômicas na microrregião de Tijuca

Censo	Lavoura Temporária		Horticultura e floricultura		Lavoura Permanente		Pecuária		total*		unidades agropecuárias	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Angelina	1022 3	5860	4692	6151	117	x	7283	8329	2717 7	2252 8	782	884
Canelinha	2049	1831	418	5	477	211	2341	1969	6330	6108	273	210
Leoberto Leal	1340 5	9945	222	x	x	x	1793	7008	1613 3	1824 8	713	639
Major Gercino	7397	4252	202	610	425	799	2207	3482	1137 6	1280 4	313	465
Nova Trento	1494 6	7486	576	x	581	682	1677	1156	1962 6	1231 5	486	491
São João Batista	1339	2277	178	x	487	349	3876	3623	8020	1038 8	431	578
Tijuca	567	4294	67	9	294	1002	4560	8743	5778	1599 0	162	445

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 e 2017

Dentro dessa microrregião, Angelina é o município que mais se destaca na oferta de produtos hortifrutigranjeiros. Percebe-se que no município houve um aumento no total de unidades agropecuárias, porém uma redução de hectares, principalmente na atividade econômica de produção de lavoura temporária, onde também houve redução de unidades produtivas, saindo de 363 em 2006 e indo para 288 em 2017. O número de hectares de horticultura teve aumento de hectares, bem como de unidades produtivas, saindo de 185 em 2006 para 301 em 2017. Destaca-se também o aumento expressivo de hectares para a pecuária e outros animais nos municípios de Leoberto Leal e Tijuca. Também se percebe o aumento de hectares em lavoura permanente para Major Gercino e Nova Trento, principalmente na produção de uva e em Tijuca, com a produção de maracujá e citros.

A microrregião de Florianópolis teve uma redução em todas as atividades agropecuárias sendo mais considerável a queda no número de hectares de lavoura temporária,

saindo de 14.396 hectares em 2006 para 8.428 hectares conforme censo de 2017. A horticultura e floricultura também apresentou redução, saindo de 9.229 hectares em 2006 para 5.593 hectares em 2017 e o mesmo se deu para a produção de lavoura permanente, saindo de 2.087 hectares para 1.667 hectares. A criação de pecuária e outros animais apresentou redução saindo, em 2006, de 37.699 hectares para 27.983 hectares em 2017.

Entre os municípios da microrregião é importante trazer a alteração de hectares dos municípios produtores mais importantes, bem como fazer uma análise da alteração dos municípios da região metropolitana. Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu tiveram os maiores números de redução de unidades agropecuárias em seus territórios, sendo que a Capital reduziu de 615 unidades para 211, São José reduziu de 312 para 107 unidades, Palhoça saiu de 412 unidades para 234 unidades e Biguaçu que tinha 612 unidades foi para 346 unidades. Essa redução de unidades agropecuárias nesses municípios ocorreram muito por conta do avanço da urbanização, que alterou a paisagem da região, deixando de ter características rurais para aumentar as características urbanas. Dessa forma, a alteração no número de estabelecimentos nesses municípios puxaram para baixo os números de hectares da microrregião. Na tabela abaixo é possível identificar as alterações no número de hectares das atividades econômicas para todos os municípios da microrregião de Florianópolis.

Tabela 38 - Número de estabelecimentos e área (hectares) agropecuárias (hectares) das atividades econômicas na microrregião de Florianópolis

Censo	Lavoura Temporária		Horticultura e floricultura		Lavoura Permanente		Pecuária		total*		unidades agropecuária	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
<b>Florianópolis</b>	2018	1390	208	72	44	271	1696	2725	2218	4592	615	211
<b>São José</b>	375	123	220	18	114	x	3842	1479	4983	1700	312	107
<b>Palhoça</b>	1090	737	511	238	91	65	1968	1691	3949	4723	412	234
<b>Biguaçu</b>	1597	929	907	813	523	x	4805	5472	8504	7801	612	346
<b>Antônio Carlos</b>	1417	1246	4487	2959	760	525	2880	1693	9927	6620	675	545
<b>Santo Amaro da Imperatriz</b>	4509	687	1069	639	50	80	2637	2859	8396	4506	430	435
<b>São Pedro de Alcântara</b>	2699	1733	984	548	154	391	3822	2978	8039	5969	484	323
<b>Paulo Lopes</b>	2356	1575	842	261	152	x	9399	7506	14068	9865	384	235
<b>Governador Celso Ramos</b>	134	x	x	46	x	x	650	1580	1015	1663	81	92

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 e 2017

Dentre os municípios da microrregião de Florianópolis, o município de Antônio Carlos se destaca como um dos que mais ofertam alimentos hortifrutigranjeiros para o mercado consumidor da Capital e região metropolitana. Percebe-se que o município teve uma redução expressiva no número de hectares na atividade de horticultura, sendo o município que mais produz hortaliças folhosas da Grande Florianópolis. Santo Amaro da Imperatriz, município que também fornece grandes volumes de hortaliças para a Ceasa, principalmente tomate, apresentou grande redução de hectares em lavoura temporária e horticultura, porém praticamente manteve o número de estabelecimentos agropecuários. Se analisar o número de estabelecimento agropecuários que produziram lavoura temporária a redução não é tão grande quanto a do número de hectares, pois em 2006 havia 53 unidades que produziam em lavoura temporária e em 2017 esse número caiu apenas para 45 (IBGE, 2006, 2017).

A microrregião do Tabuleiro teve redução mais expressiva na produção de lavoura temporária, sendo que em 2006 tinha 40.121 hectares e passou para 26.917 hectares em 2017. A horticultura e floricultura caiu de 13.812 hectares em 2006 para 11.881 hectares em 2017 e a produção de lavoura permanente teve uma pequena redução de 478 hectares para 434. A criação de pecuária e outros animais, diferente das outras atividades, teve um aumento de área, saindo de 53.082 hectares em 2006 para 59.086 hectares, conforme censo de 2017.

Tabela 39 - Número de estabelecimentos e área (hectares) agropecuárias (hectares) das atividades econômicas na microrregião do Tabueiro

Censo	Lavoura Temporária		Horticultura e floricultura		Lavoura Permanente		Pecuária		total*		unidades agropecuárias	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Águas Mornas	1357	744	3853	5634	188	186	3448	5040	8935	11754	477	809
Alfredo Wagner	25809	16769	1632	1042	x	83	15358	18236	54512	45745	2018	1656
Anitápolis	2642	2778	1837	1591	62	x	7729	12209	16137	21634	446	500
Rancho Queimado	1428	1159	5904	3318	x	x	9487	10003	16984	16613	473	353
São Bonifácio	8885	5468	585	296	174	40	17059	13597	29012	26189	675	530

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 e 2017

O município de Águas Mornas apresentou redução de hectares em produção de lavoura temporária e aumento em horticultura e na pecuária e criação de outros animais e além disso, teve um aumento no número de estabelecimento agropecuários, principalmente em horticultura que saiu em 2006 com 235 unidades e foi para 389 em 2017 e aumento de unidades pecuária

saindo em 2006 de 149 unidades para 331 em 2017. Alfredo Wagner teve uma redução expressiva de hectares de produção de lavoura temporária e um aumento na pecuária e criação de outros animais. Anitápolis teve um aumento expressivo no número de hectares de pecuária e outros animais e não teve grandes alterações em outras atividades agropecuárias.

Outro fator importante para a redução no número de propriedades é a tendência nacional de que cada vez mais a população rural está envelhecendo e os jovens sendo minoria no campo, não seguindo o trabalho dos pais. No Brasil, de acordo com censo de 2017, pessoas com mais de 65 anos representam 21,4% dos moradores de áreas rurais, sendo que em 2006 esse número era de 17,52% (IBGE, 2018). Na região da Grande Florianópolis a tendência é a mesma que a nacional em todas as microrregiões. Cada vez mais existem menos produtores rurais com menos de 35 anos morando no campo e cada vez mais produtores com mais 65 anos morando em áreas rurais, provocando um envelhecimento na população rural da região.

Tabela 40 - Classe de idade do produtor

	<b>Classe de idade do produtor</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
<b>Microrregião de Florianópolis</b>	Menor de 25	55	28
	De 25 a menos de 35	372	136
	De 55 a menos de 65	878	644
	De 65 anos e mais	753	673
<b>Microrregião de Tijucas</b>	Menor de 25	80	58
	De 25 a menos de 35	422	344
	De 55 a menos de 65	648	1002
	De 65 anos e mais	392	717
<b>Microrregião do Tabuleiro</b>	Menor de 25	176	113
	De 25 a menos de 35	611	449
	De 55 a menos de 65	685	929
	De 65 anos e mais	462	647
<b>Grande Florianópolis</b>	Menor de 25	311	199
	De 25 a menos de 35	1405	919
	De 55 a menos de 65	2211	2575
	De 65 anos e mais	1607	2037

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 e 2017

A diminuição de produtores jovens na região indica o que vem acontecendo em todo território catarinense que é a diminuição da população rural. A partir da década de 1970 inicia o decréscimo da população rural do estado que sai de 1.663.700 habitantes para atingir o menor patamar em 2010 de 1.000.500 habitantes (IBGE, 2010). Essa diminuição ocorre especialmente por parte dos jovens que cada vez mais possuem pretensões de buscar ocupação e renda fora dos estabelecimentos agropecuários e migram para os centros urbanos ou polos regionais em busca de aumentar o nível de escolaridade e também de oportunidade de empregos. Na região

da Grande Florianópolis, pela proximidade existente entre os municípios com a Capital do Estado que possui importantes universidades, bem como maior diversidade de oportunidades de emprego, a população jovem rural não enxerga grandes vantagens em permanecer nos negócios familiares. Vale ressaltar que essa escolha por parte dos jovens não ocorre somente por um simples desejo, mas também, e principalmente, por perceber e considerar o trabalho no campo uma atividade economicamente inviável, não tendo condições satisfatórias e tornando a questão da sucessão hereditária das terras um entrave (MARCONDES, 2016). Essa situação acaba por promover ainda mais a concentração de terras e também, num futuro próximo, pode provocar uma repercussão em diversas atividades produtivas da região, diminuindo a oferta de alimentos advindas desses municípios.

Conforme o censo agropecuário de 2017, os 10.088 estabelecimentos agropecuários da região estão divididos em 8 atividades econômicas, prevalecendo na Grande Florianópolis a Produção de Lavoura temporária, Pecuária e criação de outros animais e a horticultura e floricultura. Conforme a tabela a baixo, a microrregião de Florianópolis se destaca na produção de horticultura, muito por conta, conforme já visto, pela produção desencadeada pelo município de Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara e Santo Amaro da Imperatriz. As microrregiões de Tijucas e Tabuleiro possuem maior destaque na produção de lavoura temporária devido a produção de abóbora, aipim, batata doce, cebola, tomate, etc.

Tabela 41 - Atividades econômicas na região

	Lavoura Temporária	Horticultura e Floricultura	Lavoura Permanente	Pecuária e criação de outros animais	Produção Florestal Plantada	Produção Florestal Nativa	Pesca e Aquicultura
<b>Grande Florianópolis</b>	3.421	1.643	248	3.744	794	13	7 218
<b>Florianópolis</b>	437	560	81	1.195	45	-	7 203
<b>Tijucas</b>	1548	356	139	1120	529	12	- 8
<b>Tabuleiro</b>	1436	727	28	1429	220	1	- 7

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017

Analisando a tabela percebe-se a importância que as lavouras, a horticultura e a pecuária têm na região da Grande Florianópolis. As lavouras temporárias são formadas por cultivos de curta duração, em geral menos de um ano, sendo predominante na região da Grande Florianópolis os cultivos de tomate, batata doce, cebola, abóbora e outros, principalmente nas microrregiões de Tijucas e Tabuleiro. A horticultura, por sua vez, está mais presente na microrregião do Tabuleiro e de Florianópolis.

Um dado importante do censo agropecuário para a região da Grande Florianópolis é que dos 10.088 estabelecimentos 4.286 recebem algum tipo de orientação técnica e 5.802 não recebem nenhum tipo de orientação técnica. Dos estabelecimentos que recebem orientação a 2.277 recebem instrução técnica vindas de origem do governo (a níveis federal, estadual e municipal) onde 961 unidades são de criação de pecuária e outros animais, 592 de produção de lavoura temporária e 457 para horticultura e floricultura. O restante das orientações técnicas recebidas na região vem do próprio produtor (891), Empresas Integradoras (715), Empresas privadas de planejamento (356), cooperativas (195), além de ONG, Sistema S e outras formas de instrução. Além disso, conforme o censo identificou-se que 4.226 unidades estão associadas a alguma cooperativa ou entidade de classe e 5.862 não possui associação. Dos que são associados, 3.566 estão ligados a entidades de classe/sindicatos e 1.057 estão em cooperativas, sendo que a microrregião do Tabuleiro possui o maior número de cooperativas com 699 unidades, Tijucas com 255 unidades e Florianópolis com 103 unidades. Entre as 3 microrregiões Tijucas possui 992 associados e 2.720 não é associado, a microrregião de Florianópolis possui 1.102 associados e 1.426 não é associado e na microrregião do Tabuleiro se tem 2.132 associados e 1.726 não é associados, sendo a microrregião com maior unidades de associados.

A partir do que foi exposto neste segmento do trabalho é possível ter um panorama de algumas características que vêm ocorrendo na região e se observa de forma ampla como as microrregiões se especializam em determinadas atividades econômicas agropecuárias. As alterações na região acabam por cada vez mais promover município que se especializam em determinados nichos de mercado na produção agropecuária. As microrregiões possuem atividades econômicas distintas e muitas delas, com o passar do tempo, como foi exposto, acaba por cada vez mais reduzir o número de propriedades rurais, bem como aumentar cada vez mais a idade da mão de obra no campo. Diante desse fato, cada vez mais é necessário, para os produtores que permanecem na área agrícola, capacidade e facilidade para o escoamento de sua produção e garantia do locais de venda.

No próximo capítulo será analisado a importância das Centrais de Abastecimento de São José e os alimentos que mais são comercializados pela região da Grande Florianópolis. Dessa forma, será possível perceber, além da importância social e econômica da Ceasa, qual a origem dos alimentos vendidos e a quantidade que foi vendida. Dessa maneira, será possível notar quais municípios se especializam em quais alimentos, mostrando a tendência de especialização agrícola que vem passando na região.

## **7 A IMPORTÂNCIA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR (CEASA) PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Outra importante instituição para o setor de hortifrutigranjeiro são as Centrais de Abastecimento Alimentar S.A (Ceasa). Até o final da década de 60, o Governo Federal percebia um grande estrangulamento no sistema de comercialização de hortifrutigranjeiros, sendo muitas vezes uma atividade marginal, com a comercialização ocorrendo na rua, além de se ter poucas informações sobre esse mercado e pouco incentivo para o produtor que perdia diversos produtos e se sentia desestimulado para produzir (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). Com o avanço da urbanização no Brasil, percebeu-se a necessidade de organizar a comercialização desse setor.

A partir da década de 70, com a criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac) o Governo criou, até o fim da década, com base no I e II PND<sup>22</sup>, 21 Ceasas no território brasileiro. As centrais eram economias mistas, tendo como acionistas a União, os estados e os municípios.

“Ainda na primeira metade da década de 70, dois grandes esforços começaram a ser feitos para atender aos segmentos da produção e do varejo. Foram implantados, até o final da década, mais de 20 mercados do produtor, visando facilitar a comercialização das zonas produtoras, ligando-as aos grandes mercados consumidores. Identicamente cada Ceasa passou a ser um mercado do produtor na sua área de influência. Na área de varejo, foram implantados diversos hortomercados para demonstrar que era possível essa atividade ser desenvolvida de modo profissional e em escala que possibilitasse repassar ao consumidor os ganhos obtidos na produção e no atacado. Em dias e locais determinados, cada Central implantou o seu varejão, abrindo novo espaço para a população obter preços melhores com o produto hortigranjeiro”. (MOURÃO; MAGALHÃES. p, 33. 2009).

Conforme Santos e Silveira (2001), devido ao acelerado processo da agricultura modernizada, o aumento de produtividade, o crescimento da capacidade de armazenagem em meados dos anos 80 foi extraordinário. Dessa forma, os circuitos de distribuição e de consumo visam garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

As Ceasas passaram a ser locais no território que promoveram uma reestruturação no que tange a circulação de hortifrutigranjeiros. Compreender o papel das centrais é de suma

---

<sup>22</sup> I Plano Nacional de Desenvolvimento (executado entre 1972-1974) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (executado entre 1975 e 1979)

importância para conhecer sobre o abastecimento alimentar, além de entender o ordenamento e a circulação de hortifrutigranjeiros no país (QUEIROZ, 2018).

“Os entrepostos de abastecimento alimentar promovem vantagens para os consumidores, produtores e o Estado. Para os consumidores, há uma redução do tempo de distribuição dos produtos, oferta de bons produtos, melhor conhecimento informacional do mercado e melhores preços e, para os produtores, há uma maior aproximação com o mercado, motivação para melhorar a qualidade dos produtos, facilidade de operações financeiras e bancárias, melhorias na prestação de serviços técnicos e de logística, redução dos custos de comercialização, aumento da renda agrícola“ (QUEIROZ, 2018, p. 63).

As Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A – CEASA/SC foi fundada em 1976, sendo transferida o controle acionário do Governo Federal para o Estado de Santa Catarina em 1989. Com a criação da Ceasa, operacionalizou o sistema e resultou numa diversificação na oferta de produtos e impulsionou a criação de cinturões verdes em torno dos centros urbanos que dessa forma, conseguiu garantir maior regularidade da oferta de produtos, melhor qualidade e uma redução de custos e preços finais. Portanto, a Ceasa/SC busca promover a aproximação de produtores rurais, comerciantes e atacadistas de hortifrutigranjeiros, melhorando a infraestrutura física e logística para esse mercado. A Ceasa/SC vem atuando cada vez mais na elaboração de planos estratégicos que visam consolidar a comercialização de hortifrutigranjeiros e melhoram as condições de trabalho e estrutura de compra que beneficia produtores, comerciantes e consumidores. É por meio desse elo, entre produtor e consumidor, que a Ceasa avança na comercialização atacadista e varejista de pescados, produtos hortifrutigranjeiros, alimentos e insumos orgânicos, produtos ornamentais e de floricultura e artesanais.

A unidade da Ceasa localizada na cidade de São José dispõe de um terreno com área de 112 mil m<sup>2</sup>. Essa área é integrada pelos 9 pavilhões de comercialização de atacadistas e produtores. Os pavilhões são locais com áreas de uso comum, rampas, plataformas de cargas e área de Box. Em 2021 se tinha 2.142 produtores rurais cadastrados e 500 produtores rurais ativos com 252 espaços (pedras) para comercialização dos produtores, sendo que o Pavilhão 1 possui 104 pedras, o Pavilhão 2 possui 90 pedras e o Pavilhão 3 com 58 pedras. Além disso se tem na parte dos boxistas cerca de 139 permissionários (CEASA, 2020). Diariamente circula pela Ceasa de São José cerca de 4 mil veículos, e ela garante 2 mil empregos diretos, sendo comercializado 1,5 mil toneladas de alimentos por dia. Henkes (2006) aponta que a Ceasa/SC deve cada vez mais se tornar um local não somente para a comercialização do setor de

hortifrutigranjeiros, mas também se constituir como um agente operador da política pública de abastecimento alimentar.

“Sabe-se que o setor produtivo hortigranjeiro identificado, na sua grande maioria com características da agricultura familiar, é gerador de um significativo número de empregos na produção e ao longo da cadeia de comercialização (...) A Ceasa/SC se constitui hoje num instrumento de execução da política de abastecimento, porém pode se constituir em um agente operador da política pública de abastecimento alimentar no estado de Santa Catarina, desde que se estabeleçam condições legais e estruturais, para implantar ações integradas entre o setor público e o privado na área da produção, logística de distribuição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. Desta forma a Ceasa/SC passaria de um ambiente de mercado, onde predomina a disponibilização de infra-estrutura física, para um agente normatizador e fomentador do abastecimento da população nos diferentes formatos de mercado existentes nas diversas regiões do estado” (HENKES, pg. 40, 2004).

A Ceasa de Santa Catarina tem grande importância para o produtor catarinense, uma vez que é a partir dela que se tem uma infraestrutura para que os produtos sejam colocados à venda. Nos últimos anos (2015 a 2019) a comercialização dos produtos catarinenses dentro da Ceasa tiveram uma participação de cerca de 40% do total comercializado e em alguns meses chegou a ultrapassar 50% de participação (maio de 2016)<sup>23</sup>. Esses dados mostram que Santa Catarina é um estado com grandes oportunidades no setor agrícola em seu território e que cada vez mais é preciso incentivar a agricultura familiar e a diversidade de produtos para suprir as demandas existentes. A comercialização dos produtos catarinenses dentro da Ceasa/SC vem sendo cada vez mais procurada, pois devido ao custo mais competitivo, atrai mais compradores, já que o preço médio dos hortifrúti chegam a ser 30% menor do que produtos de outros estados (CEASA, 2016). A agricultura familiar de Santa Catarina se coloca como posição de destaque a nível nacional, sendo um Estado com produção diversificada de alimentos, em detrimento a outros Estados e contribui diretamente com o agronegócio brasileiro.

“O volume catarinense respondeu por 39% do volume total comercializado gerando uma movimentação financeira para o estado de 304,7 milhões de reais. Os produtos de Santa Catarina com maior destaque em volumes de venda na Ceasa/SC no período de 2019 foram: repolho 99%, abobora 77%, banana 75%, maçã 70%, cebola 63% e tomate 58%. Mas a produção do estado catarinense é maior que os volumes que passam pelos portões da Ceasa/SC, já que boa parte da produção tem como destino outros estados da federação como Paraná, Rio Grande do Sul e o ENTREPÓSITO da capital paulista – CEAGESP, onde de acordo com os dados divulgados pela Ceagesp,

---

<sup>23</sup> A participação dos produtos podem variar conforme as questões climáticas, como excesso ou falta de chuvas, que podem provocar diminuição da produtividade. Além das questões climáticas a variação do dólar contribui para a variação da participação da produção na Ceasa, uma vez que os preços de diversos insumos agrícolas se da nessa moeda. Todas essas questões podem provocar aumento nos custos de produção, de logística e diminuição de área plantada.

em 2018 foram comercializadas mais de 147 mil toneladas de produtos hortifrutigranjeiros oriundos do nosso estado” (CEASA, 2020).

Conforme dados da Seção de Economia e Desenvolvimento (SEDES), da CEAGESP, e Estado catarinense tem se destacado na participação do setor pesqueiro, onde cerca de 20% de todo pescado que é vendido no Frigorífico São Paulo (FRISP)<sup>24</sup> vem de Santa Catarina. Contudo, a participação catarinense em São Paulo vai além do setor pesqueiro. Conforme dados da CEAGESP na comercialização do primeiro semestre de 2016, o estado catarinense apareceu como terceiro que mais enviou frutas, legumes e verduras, perdendo apenas para São Paulo (1º lugar) e Minas Gerais (2º lugar). Esse dado mostra uma melhora em relação ao ano anterior, quando o Estado ficou em 4º lugar no envio de produtos de hortifrutigranjeiros, atrás do estado da Bahia (CEAGESP, 2016). Conforme dados da Companhia de São Paulo,

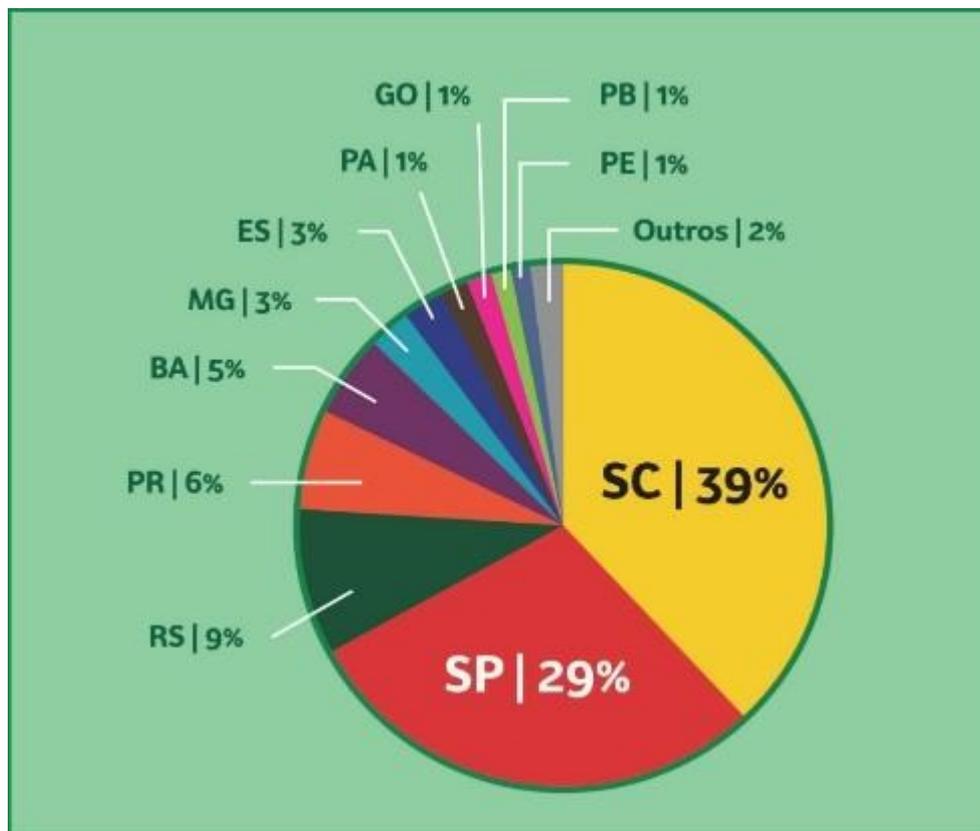
“os produtores catarinenses começaram 2016 de maneira positiva, tendo registrado de janeiro a junho deste ano o envio de cerca de 86 mil toneladas de alimentos, no valor de R\$ 285 milhões. Os números equivalem a mais de 50% de tudo o que foi enviado durante todo o ano passado, que foi de 149 mil toneladas, que tiveram um valor de R\$ 404 milhões. No setor de frutas, os produtos que mais se destacaram em 2015 foram a maçã (46%), seguido pelo maracujá (24%), amora (11%), nozes (9%), ameixa (7%), mirtilo (6%), banana (5%), nectarina (3%), melancia (3%) e kiwi (3%). Santa Catarina é também importante fornecedor de algumas hortaliças como abóbora madura (24%) e de cebola (22%), batata (4%) e de tomate no período mais quente do ano (2%). Recebemos ainda de Santa Catarina volumes menores de pimentão (0,91%), abobrinha (0,34%), beterraba (0,16%), repolho (0,50%), brócolis (0,11%), palmito (0,10%), couve flor (0,03%), alho (0,41%) e pinhão (1,14%)” (CEAGESP, 2016).

Nota-se que os produtos catarinenses vem cada vez mais ganhando destaque no mercado nacional e não são produzidos apenas para ser comercializado dentro do Estado. Nos gráficos abaixo é possível ter uma noção da importância dos produtos catarinenses que são comercializados dentro da Ceasa de São José. A maior parte do que é comercializado provém das cidades de Santa Catarina (39%), seguido por São Paulo (29%), Rio Grande do Sul (9%), Paraná (6%) e Bahia (5%).

---

<sup>24</sup> Estabelecimento que funciona dentro do Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP) da CEAGESP.

Figura 14 - Origem dos produtos comercializados na Ceasa/SC por estado em 2019



Fonte: Assessoria de comunicação CEASA/SC

Os municípios de Santa Catarina são os maiores fornecedores de hortifrutigranjeiros para a Ceasa/SC. No ano de 2015, conforme Gelbcke, com os dados da Ceasa, do total comercializado na Central, 28% vieram da Grande Florianópolis, onde os produtos como hortaliças, verduras, legumes e raízes representaram 50% da comercialização e desse valor 80% veio de seis municípios: Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antônio Carlos, Angelina, Alfredo Wagner e Biguaçu. No ano de 2019, entre os municípios catarinenses, os que mais fornecem alimentos seguem sendo os que pertencem à Mesorregião da Grande Florianópolis. Conforme dados da Ceasa, em 2019, os municípios da Região que mais comercializaram foram Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas, Antônio Carlos, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Biguaçu e Anitápolis. É importante ressaltar que volume comercializado não é a mesma coisa que diversidade produtiva. Existem produtos que são muito mais pesados do que outros, no entanto existem cidades que possuem maior diversidade produtiva e que fornecem maior variedade de produtos na Ceasa de São José. No decorrer deste trabalho será observado quais produtos cada município da região comercializa com a Central de Abastecimento e assim agregam mais valor aos produtores. Na tabela abaixo é possível

identificar que entre os municípios de Santa Catarina os que mais comercializaram em volumes foram os da região da Grande Florianópolis.

Tabela 42 - Principais municípios de SC fornecedores de produtos para CEASA em 2019<sup>25</sup>

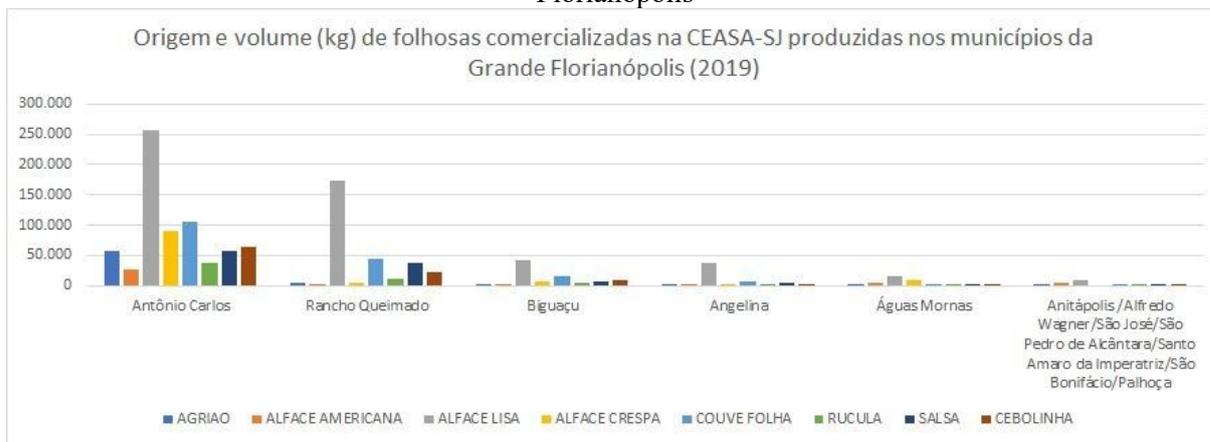
<b>Município</b>	<b>Volume em Mil Toneladas</b>
<b>Santo Amaro da Imperatriz</b>	14,1
<b>Angelina</b>	13,7
<b>Águas Mornas</b>	13,5
<b>Antônio Carlos</b>	8,3
<b>Alfredo Wagner</b>	6,9
<b>Rancho Queimado</b>	6,2
<b>Biguaçu</b>	6,0
São Joaquim	5,1
<b>Anitápolis</b>	4,6
Urubici	4,0
Araquari	2,8
Jacinto Machado	2,5
Bom Retiro	2,4
Curitibanos	2,3
Jaguaruna	1,8
<b>São Pedro de Alcântara</b>	1,5
<b>Palhoça</b>	1,3
Ituporanga	1,2
Fraiburgo	1,2
Imbuia	0,9

Fonte: Ceasa 2019. Procedência de hortifruti em 2019 na Ceasa-SC

Dentro dos 21 municípios que compõem a região da Grande Florianópolis existem alguns que se sobressaem em determinadas culturas ou que procuram se especializar em certos gêneros alimentícios. O município de Antônio Carlos, localizado a 30 km de Florianópolis, é o que mais comercializa verduras folhosas na Ceasa-SJ, tendo destaque, principalmente, na venda de alface, salsa e cebolinha. Outro município que se destaca na venda das folhosas é Rancho Queimado (57 km de Florianópolis) que comercializa alface lisa, couve folha, além de salsa e cebolinha. No gráfico abaixo é possível observar a disparidade existente entre Antônio Carlos e Rancho Queimado com as outras cidades da Grande Florianópolis na comercialização de verduras folhosas com a Ceasa-SJ em 2019.

<sup>25</sup> Os municípios que estão em negrito são pertencentes à Mesorregião da Grande Florianópolis

Gráfico 7 - Hortaliças folhosas comercializadas na Ceasa-SJ produzidas nos municípios da Grande Florianópolis



Fonte: Ceasa-SJ. Relatórios de comercialização e origem dos produtos em 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

As hortaliças folhosas ocupam lugar de destaque no cenário nacional da olericultura brasileira sendo produzidas em todas as regiões do país onde a região sul e sudeste são as maiores produtoras (IBGE, 2017). As hortaliças folhosas possuem grande importância socioeconômica uma vez que geram emprego e renda em todos os elos de sua cadeia produtiva. São plantas que exigem mão de obra desde o preparo do solo até a comercialização e possuem ciclo curto de produção o que garante vários cultivos durante o ano. Outro fator importante das folhosas é que esse setor produtivo demanda produtos e serviços de diversas empresas como as do ramo de produção e comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos químicos, setor de orgânicos, embalagens, além dos serviços prestados pelas universidades e instituições na área de pesquisa e extensão rural.

A distância entre espaços de produção e de consumo é fundamental para os mercados alimentares, uma vez que, sendo a produção de hortifrutigranjeiros mais perecíveis que outros alimentos, é necessário que se analise os ganhos de rendimentos da produção agrícola devidos à proximidade dos mercados consumidores. Considerando o pensamento de Von Thunen, os municípios próximos aos grandes centros consumidores deveriam se dedicar à produção de hortifrutigranjeiros por serem gêneros perecíveis e necessitarem de comercialização mais rápida. Conforme visto na tabela, Antônio Carlos, Rancho Queimado, Biguaçu, Angelina e Águas Mornas são os municípios da Grande Florianópolis que mais comercializam hortaliças folhosas com a Ceasa de São José, sendo Rancho Queimado o mais distante da capital. As folhosas são alimentos altamente perecíveis e dessa forma é de suma importância que não tenham que se deslocar grandes distâncias para serem comercializadas, e assim aumentar a durabilidade dos alimentos e ampliar a renda dos produtores.

Além das hortaliças folhosas a comercialização de tubérculos, raízes e bulbos na Ceasa tem uma grande importância no volume das vendas por serem alimentos mais pesados. Essa variedade de alimentos está presente em 16 municípios da região da Grande Florianópolis que tem na Ceasa uma importante via de escoamento para os seus produtos. Muitos desses produtos, como aipim, batata doce e cebola possuem maior durabilidade do que as hortaliças folhosas e dessa maneira possuem produção em cidades mais distantes da Capital. Apesar disso, Antônio Carlos, município que desponta na produção de folhosas, também tem alta participação na venda de variedades de tubérculos e raízes na Ceasa-SJ, como mostra a tabela. A seguir é possível verificar o volume (em quilos) que esses produtos representam para cada município na comercialização com a Ceasa-SJ no ano de 2019.

Tabela 43 - Origem e volume de produtos na Ceasa-Sj em 2019

	Aipim	Alho Poró	Batata	Batata Doce	Beterraba	Cebola	Cebola Roxa	Cenoura	Rabanete
<b>Antônio Carlos</b>	508.070	21.020	23.800	2.086.018	422.409	78.198	0	522.797	257.824
<b>Rancho Queimado</b>	2.208	86.610	15.000	23.166	10.076	1.356.760	8.500	990	17.116
<b>Biguaçu</b>	786.209	250	0	1.473.714	80.190	70.668,40	0	120.912	89.738
<b>Angelina</b>	7.084	40.747,50	3.750	39.688	56.254	2.000.800	45.040	16.654	2.376
<b>Águas Mornas</b>	65.067	28.040	2.150	67.144	637.085	283.940	4.640	366.366	4.158
<b>Anitápolis</b>	1.227	0	54.100	2.860	20.636	888.200	500	0	0
<b>Alfredo Wagner</b>	1.587	500	0	0	70.114	4.441.600	23.860	49.060	0
<b>São Jose</b>	6.141	50	8.900	10.692	1.540	3.800	0	0	2.090
<b>São Pedro de Alcântara</b>	19.090	49.407,50	350	22.946	34.848	10.140	3.000	3.740	0
<b>Santo Amaro da Imperatriz</b>	52.325	35.862,50	504	27.062	42.443	7.920	4.600	31.127	46.420
<b>São Bonifácio</b>	460	735	0	0	11.968	31.420	0	3.036	220
<b>Palhoça</b>	1.978	0	0	2.112	2.860	10.400	0	4.048	44
<b>Governador Celso Ramos</b>	18.837	0	2.000	15.004	0	0	0	10.692	0
<b>Leoberto Leal</b>	437	6.175	400	0	4.796	197.560	1.740	0	0
<b>Tijucas</b>	51.520	0	0	322.300	0	0	0	0	0
<b>Major Gercino</b>	0	0	0	3.256	0	42.800	0	0	0

Fonte: Ceasa-SJ. Relatórios de comercialização e origem dos produtos em 2019

A comercialização de aipim da Grande Florianópolis com a Ceasa é feita majoritariamente por Biguaçu e Antônio Carlos, tendo uma participação de 52% e 33% respectivamente. O alho poró possui diversos municípios que participam da venda para Ceasa-SJ em 2019 sendo que os principais da região que mais comercializam são Rancho Queimado (32%), São Pedro de Alcântara (18%), Angelina (15%), Santo amaro da Imperatriz (13%) e Águas Mornas (10%). A batata ou batata inglesa, por sua vez, tem baixa participação dos municípios da grande Florianópolis na comercialização com a Ceasa-SJ, sendo os principais municípios Anitápolis (49%), Antônio Carlos (21%) e Rancho Queimado (14%). Essa cultura tem maior participação de outros municípios de Santa Catarina, além da venda de outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Goiás na Ceasa. Os principais municípios que comercializam batata doce da região da Grande Florianópolis com a Ceasa são Antônio Carlos (51%) e Biguaçu (36%). A beterraba, entre os municípios da região, possui maior comercialização de Águas Mornas (46%) e Antônio Carlos (30%). A cenoura entre os municípios da GF é mais comercializado na Ceasa por Antônio Carlos (49%), Águas Mornas (32%) e Biguaçu (10%) e o rabanete possui maior participação nas vendas por parte de Antônio Carlos (61%) e Biguaçu (21%).

A cebola é considerada a terceira cultura olerácea de importância econômica para o Brasil, ficando atrás apenas da batata e do tomate. Santa Catarina é o maior produtor de cebola do país e concentra mais de 30% da produção brasileira sendo cultivada em aproximadamente 20 mil hectares injetando pouco mais de R\$ 900 milhões na economia catarinense (EPAGRI, 2013,2017, 2022). A cebola é cultivada em quase todos os municípios do Estado, e a safra de 2021/22 teve uma produção de quase 500 mil toneladas que concentrou-se nas microrregiões de Ituporanga, Tabuleiro, Joaçaba e Rio do Sul. Um grande mercado para a comercialização das cebolas é a Ceasa sendo que em 2019 os municípios que tiveram mais destaque da região da Grande Florianópolis foram Alfredo Wagner (47%), Angelina (21%) e Rancho Queimado (14%). A cebola roxa, menos comercializada, tem como destaque da região da GF em volume comercializado com a Ceasa-SJ o município de Angelina (49%) e Alfredo Wagner (26%).

A comercialização de hortifrutigranjeiros na Ceasa-SJ possui uma grande variedade de alimentos advindos de vários estados do país além dos municípios catarinenses. Além dos produtos já citados, outros legumes e verduras de grande importância estão elencados na tabela a seguir que são vendidos pelos municípios da Grande Florianópolis na Ceasa. A abobrinha, entre os municípios da GF é mais vendida pelos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas com participação de 37,81% e 28,95% respectivamente, além do município de

Angelina que possui 11,75% do volume total da região. A berinjela possui maior volume de comercialização na Ceasa com os municípios de Antônio Carlos (36,24%), Santo Amaro da Imperatriz (28,01%), Águas Mornas (10,98%) e Biguaçu (10,59%). O chuchu é mais comercializado pelos municípios de Antônio Carlos com 36,32%, Anitápolis com 28,96% e Biguaçu com 14,03% dentro da Ceasa, entre os que compõe a mesorregião.

O Brócolis, a Couve-Flor e o Repolho são verduras que possuem maior durabilidade do que as folhosas e são cultivos que se adaptam melhor em climas mais frios. Esses alimentos dentro da região da Grande Florianópolis são mais produzidos e comercializados dentro da Ceasa pelos municípios Angelina, Águas Mornas e Anitápolis que possuem uma distância maior em relação ao centro consumidor. O brócolis é comercializado dentro da Ceasa-SJ e tem maior participação, entre os municípios da região, em Angelina com 31,47%, Águas Mornas com 24,25% e Anitápolis com 20,12%. A couve-flor, por sua vez, tem no município de Águas Mornas 49,02% de participação das vendas entre os municípios da GF e Angelina possui 23,94%. O repolho (verde) é comercializado na Ceasa-SJ e possui maior participação entre os municípios da GF por parte de Angelina com 31,84%, Águas Mornas com 20,71%, Santo Amaro da Imperatriz com 11,97% e 8,37% de participação de Anitápolis.

O pimentão que é comercializado nas variedades verde, amarelo e vermelho possui importante participação entre os municípios da Grande Florianópolis por parte de Santo Amaro da Imperatriz e Angelina. A variedade de pimentão verde é a mais comercializada entre as variedades e possui 40,88% de participação na Ceasa por parte de Santo Amaro da Imperatriz, 19,77% com Águas Mornas e 18,41% por Angelina entre os municípios da Grande Florianópolis. Nas variedades de pimentão amarelo e vermelho, que não estão na tabela, possui, na soma de ambas as variedades, 63,13% de vendas com Santo Amaro da Imperatriz e 27,07% com Angelina entre os municípios da região. Outras variedades de produtos que não estão na tabela, mas que foram pesquisados para este trabalho foram abobora kabutia, inhame, milho verde pepino salada e vagem.

A abobora kabutia no ano de 2019 foi, entre os municípios da grande Florianópolis, mais comercializado por Alfredo Wagner (35,58%), Angelina (17,55%), Anitápolis (13,38%) e Governador Celso Ramos (11,75%). O inhame possui participação majoritária por parte de Antônio Carlos com 91,38%. O milho verde no ano de 2019 tem como principal vendedor, entre os municípios da região, o município de Santo Amaro da Imperatriz com mais de 2 milhões de quilos e participação de 83,19% nas vendas. O pepino salada tem maior participação de comercialização com os municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas com

32,78% e 30,16% respectivamente, além de Antônio Carlos que possui 15,21%. A vagem tem participação por parte dos municípios da Grande Florianópolis onde Santo Amaro representa 53,67% de participação com pouco mais de 800 mil quilos comercializados em 2019 e Águas Mornas possui 22,84%.

Tabela 44 - Origem e volume de produtos na Ceasa-Sj em 2019

	Abobrinha	Berinjela	Brócolis	Chuchu	Couve-Flor	Pimentão Verde	Repolho	Tomate Longa Vida
<b>Antônio Carlos</b>	167.360	410.796	17.113	1.280.048	52.396,75	88.858	278.842,5	73.300
<b>Rancho Queimado</b>	289.400	36.636	309.964,5	197.164	270.205,75	122.342	672.344,5	1.318.680
<b>Biguaçu</b>	62.960	119.988	1.925	494.494	3.050	18.656	5.725	7.480
<b>Angelina</b>	483.780	80.664	1.147.609	123.640	1.142.302,50	343.308	2.394.700	2.807.464
<b>Águas Mornas</b>	1.191.740	124.404	909.401	178.640	2.339.378	368.676	1.557.691,5	2.375.450
<b>Anitápolis</b>	74.700	13.128	733.652,5	1.020.624	223.710,5	36.564	629.530	460.240
<b>Alfredo Wagner</b>	78.980	3.360	117.826,	836	136.412,5	46.233	581.888	774.818
<b>São Jose</b>	6.300	744	0	12.540	4.577,5	0	4.825	2.838
<b>São Pedro de Alcântara</b>	26.980	10.764	259.472,5	31.790	324.361,25	14.388	386.130	142.802
<b>Santo Amaro da Imperatriz</b>	1.556.460	317.460	62.852,5	151.734	136.976,25	762.498	900.159,5	5.130.251
<b>São Bonifácio</b>	55.060	4.932	79.119,	3.432	120.730	10.087	54.435	52.404
<b>Palhoça</b>	90.080	9.660	2.435	29.458	13.387,5	42.933	19.150	278.190
<b>Governador Celso Ramos</b>	2.800	0	0	110	0	0	0	3.080
<b>Leoberto Leal</b>	22.820	0	4.652,5	0	4.675	2.849	27.126,5	20.438
<b>Tijucas</b>	460	0	0	110	0	2.343	0	
<b>Paulo Lopes</b>	6.200	840	0	0	0	2.596	0	183.040
<b>Major Gercino</b>	620	72	575	0	325	2.882	9.487,5	16.126

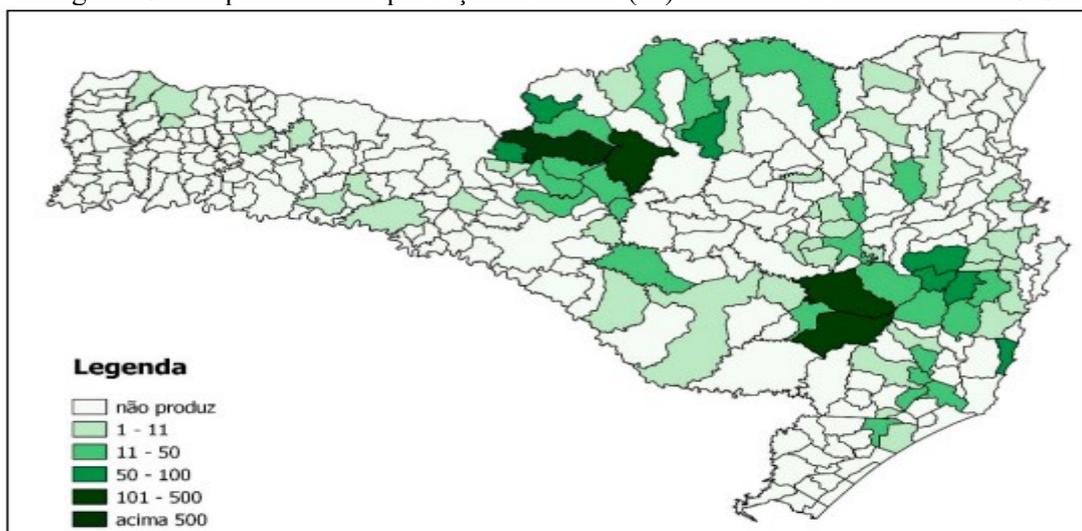
Fonte: Ceasa-SJ. Relatórios de comercialização e origem dos produtos em 2019.

O tomate é produzido em mais de 100 países e está presente na mesa da população de diversas formas, indo desde uma simples salada até produtos industrializados como molhos e extratos. No Brasil é produzido em todas as regiões tendo destaque para os estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais que concentram mais da metade de área e produção nacional e onde

concentram as principais indústrias processadoras de tomate (CONAB, 2019). Além disso, conforme a Epagri (2022), nos últimos anos o Brasil tem se mantido entre os 10 maiores produtores mundiais de tomate, com toda produção voltada para o mercado interno. Conforme pesquisador da Estação Experimental da Epagri de Itajaí, Rafael Morales, o tomateiro é uma planta que tem alta suscetibilidade à pragas e doenças sendo 55 que podem afetar o pé de tomate com risco de provocar perdas econômicas e dessa maneira o produto in natura não aguentaria grandes viagens até sua comercialização.

Santa Catarina figura nos últimos anos entre a sexta posição em área cultivada e a sétima colocação em produtividade com participação em 87% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses em 2022, sendo mais produzido em duas principais regiões: Grande Florianópolis e Vale do Rio do Peixe, sendo esta última representada pelos municípios de Caçador e Lebon Régis (CONAB, 2019; EPAGRI 2022). Conforme o mapa abaixo é possível observar as regiões que mais possuem área de produção de tomate em Santa Catarina.

Figura 15 - Mapa da área de produção de tomate (ha) em Santa Catarina – Safra 2017



Fonte: Conab, 2019.

Conforme o Conab (2019) o tomate no estado catarinense destina-se para o consumo in natura (tomate de mesa) tendo a maior parte comercial nas microrregiões de Joaçaba, Florianópolis, e Serrana sendo que os municípios de Caçador, Lebon Régis e Bom Retiro detinham em 2017 mais de 48% de área plantada. Sobre a colheita do tomate o Conab indica que:

“A safra catarinense de tomate tem sua colheita principal iniciada em meados de dezembro, prolongando-se até março ou abril, quando são colhidas as últimas lavouras na região Serrana. Ao longo do ano, principalmente durante o inverno, observam-se cultivos em locais com microclima adequado, como a região baixa litorânea, na região da Grande Florianópolis e arredores.” (CONAB, 2019, p. 14).

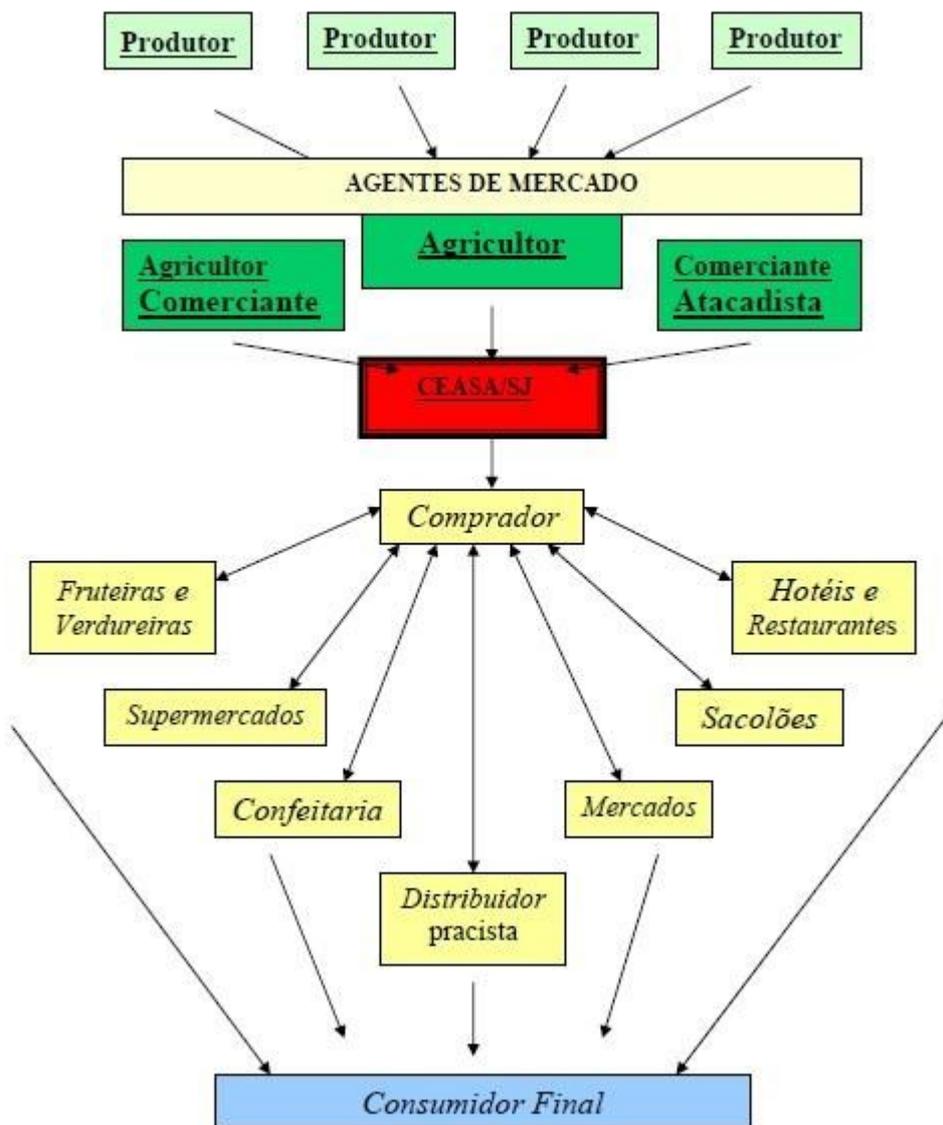
Dentre os hortifrutigranjeiros existentes, o tomate é o que mais é comercializado na Ceasa-SJ. A região da Grande Florianópolis enviou para a Ceasa-SJ mais de 13 milhões de quilos de tomate longa vida no ano de 2019, sendo o produto mais enviado em quilos dessa região e os municípios que mais enviaram esta hortaliça, conforme a tabela foram Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas e Rancho Queimado. Santo Amaro da Imperatriz, pertencente à microrregião de Florianópolis, enviou mais de 5 milhões de quilos, representando 37,59% da região. Angelina, que pertence à microrregião de Tijucas, enviou mais de 2,8 milhões de quilos de tomate e representou, nos municípios da Grande Florianópolis, 20,57% do total comercializado pela região. Águas Mornas e Rancho Queimado, que são da microrregião do Tabuleiro, enviaram 2,3 milhões e 1,3 milhões de quilos respectivamente, o que equivale a 17,41% e 9,66% do total enviado da mesorregião da Grande Florianópolis.

A produção agropecuária da Grande Florianópolis possui na Ceasa-SJ um importante local de escoamento para sua produção. Portanto, a Ceasa beneficiou os agricultores da região para que fosse possível desenvolver com maior intensidade a produção de diversas hortaliças e assim obter um maior retorno financeiro. Como visto a comercialização de hortaliças entre os municípios da Grande Florianópolis para a Ceasa-SJ apresentam diferenças entre os alimentos produzidos em cada município e possuem como semelhança a proximidade com o mercado consumidor. Nota-se que as áreas de maior altitude se destinam ao plantio de espécies mais sensíveis ao calor do verão como tomate, pimentão, couve-flor, brócolis e as áreas litorâneas, durante o inverno, cultivam culturas mais sensíveis à baixa temperatura como as hortaliças folhosas.

Através do que é produzido na região é possível dizer que se criam novos empregos ligados ao sistema de comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros, seja via atacado na Ceasa ou no varejo em supermercados, feiras livres, sacolões, etc. Conforme Henkes (2004) a Ceasa-SJ representa um instrumento de fomento para a agricultura familiar da região, por aproximar os agricultores de opções de comercialização em suas instalações, seja individualmente ou através de grupos organizados. Através do fluxograma abaixo é possível identificar a importância da Ceasa como centralizador do que é produzido pelos agricultores e

também se observa a quantidade de locais onde o consumidor pode adquirir os produtos hortifrutigranjeiros.

Figura 16 - Fluxograma da comercialização de hortifrutigranjeiros na Ceasa-SJ



Fonte: Henkes, 2006 HENKES, Jairo Afonso Caracterização dos agentes do mercado atacadista da Ceasa/SC - unidade de São José./ Jairo Afonso Henkes - Florianópolis, 2006. Pg. 68.

Conforme o que foi apresentado neste capítulo verifica-se a importância que a Ceasa-SJ possui por ser um grande canal de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros para a região da Grande Florianópolis. Vale salientar que as condições de mercado e as exigências do consumidor conduzem as regras de produção e de comercialização, uma vez que, ao se ter muita oferta de determinado produto se tem um preço mais baixo e o consumidor está cada vez mais

atento à estética do produto. Nesse aspecto o trabalho não se aprofundou em analisar as exigências do consumidor e suas considerações na hora da compra, dessa forma se considera importante a realização de mais pesquisas direcionadas a conhecer com mais profundidade a clientela da Ceasa e consumidor de hortifrutigranjeiros.

A comercialização das hortaliças produzidas na região com a Ceasa-SJ demonstra que cada vez mais existem municípios se especializando em determinadas culturas. Além das características geográficas que auxiliam na produção de determinadas culturas, o auxílio técnico, através da Epagri, a disponibilidade de escoamento da produção, através da Ceasa e outros segmentos, como a aquisição de equipamentos e melhorias técnicas por parte dos agricultores, favorece uma maior variedade de cultivo e melhor rentabilidade para os produtores da região. Assim, as propriedades que acompanham constantemente o mercado, fazem melhorias na propriedade, planejam melhor a produção dos cultivares, possuem melhor qualidade dos produtos e ainda tem redução nas perdas.

Portanto, a constituição da Ceasa permitiu ser uma das instituições de maior importância para os pequenos agronegócios no que tange ao pós-porteira, pois é o local onde mais ocorre comercialização de produtos da região da Grande Florianópolis, além de centralizar os produtos que vem de outras regiões do estado e do Brasil. Vale salientar que a Ceasa necessita de mais efetivos em seu quadro de pessoas para que cada vez mais estudos sobre a origem da comercialização possam ser feitos. Isso também faz com que a Ceasa não consiga atender a todos os produtores de maneira satisfatória para uma melhor organização dos agricultores quanto à transmissão de conhecimento de mercado. A Ceasa se propõe como um local de centralização dos produtos, mas ela pode ser cada vez mais que isso, uma vez que garante um espaço público para a destinação da cadeia produtiva de hortaliças e frutas da região. Assim, cada vez mais a Ceasa pode atuar como organizadora de formação de grupos de comercialização, para que se garanta maior contribuição de produtos da Região da Grande Florianópolis para o abastecimento de hortifrutigranjeiros para mercado consumidor da Capital catarinense e região metropolitana.

## 8 CONCLUSÃO

A agropecuária é um importante setor econômico para qualquer país e se manifesta de diversas formas com tamanhos distintos, produção em larga e pequena escala, intensiva e extensiva, adoção de tecnologia, etc. Compreender seus mecanismos auxilia melhores estratégias para o setor. Neste trabalho foi demonstrado como se deu a formação socioespacial do litoral catarinense, destacando, neste contexto a Grande Florianópolis, os municípios que mais se destacaram na produção agrícola, bem como as técnicas aplicada no meio rural.

Assim, ficou demonstrado que a pequena produção mercantil com açorianos, alemães, italianos e outros europeus da região passou por uma fase de ascensão, declínio e recuperação com forte vigor econômico. Sem dúvida que a presença de um mercado consumidor próximo foi o fator decisivo que alterou de forma radical a produção agrícola dos municípios da região que passou a produzir hortifrutigranjeiros para a comercialização, praticamente abandonando a produção para subsistência. Isso fica evidente com a intensificação do processo de urbanização de Florianópolis após as décadas de 50/60 que resultou na redução da população rural, aumento de segmentos industriais, comerciais e de serviços, na geração de renda, consolidando-se em uma verdadeira região metropolitana. Dessa forma, agricultores que permaneceram na região transformaram suas propriedades em pequenos agronegócios específicos, com adoção de equipamentos e insumos, que passaram a abastecer as demandas alimentares urbanas que surgiram na Capital e região metropolitana de Florianópolis

A presença de instituições públicas como a Epagri e a Ceasa auxiliam de forma significativa a produção agropecuária da região. A Epagri como instituição de extensão rural promove o beneficiamento da agropecuária de Santa Catarina através de extensão agrícola, produção de pesquisa científica, desenvolvimento de cultivares adaptados para as regiões catarinenses, beneficiando a capacitação de agricultores e a inovação para a agropecuária do Estado. A constituição das Ceasas no território brasileiro facilitou a centralização da comercialização agrícola de diversas regiões, auxiliando produtores e consumidores de grandes centros urbanos. A Ceasa na unidade de São José promoveu a centralização de alimentos hortifrutigranjeiros para o abastecimento urbano e beneficiou a comercialização de produtos provenientes de todo estado e principalmente as hortaliças advindas dos municípios da Grande Florianópolis. Constatou-se que os municípios que mais comercializam com a Ceasa-SJ são da região da Grande Florianópolis com uma grande diversidade de alimentos, tendo destaque os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas, Antônio Carlos, Alfredo

Wagner, Rancho Queimado e Biguaçu. Dessa forma, a Ceasa é importante geradora de renda para diversos produtores, atacadistas e comerciantes, justamente por centralizar a venda dos produtos em um local só. Além disso, nota-se a importância da Ceasa não só como um local de centralização, mas também uma instituição promotora de segurança e abastecimento alimentar para o Estado. Foi apontado que a central de abastecimento pode também atuar como organizadora de grupos de comercialização para que se garanta maior contribuição dos produtos oriundos da Grande Florianópolis para o abastecimento de hortifrutigranjeiros.

A partir dos dados disponibilizados pela Ceasa, identificou-se quais produtos possuem maior comercialização para cada município e assim notou-se uma especialização na produção de determinadas hortaliças. A produção de hortifrutis na região é bastante diversificada e assim existe um dinamismo desse setor para o abastecimento regional, tendo reflexo na economia, na segurança alimentar e nutricional da região. A partir do diagnóstico arrojado da produção agropecuária, percebeu-se potencialidades produtivas de determinados municípios e assim foi investigado a utilização de equipamentos e implementos agrícolas da região. Através dos dados obtidos pelo censo agropecuário do IBGE, foi possível perceber que os municípios que possuem maior produção agrícola possuem mais equipamentos técnicos como tratores e irrigação e fazem maiores usos de insumos agrícolas como agrotóxicos, adubação e correção do solo entre outros. Dessa forma, percebe-se que os municípios que possuem maior modernização agrícola, possuem maiores destaques na produção e comercialização dos produtos de hortifrutigranjeiros.

Também foi mostrado como vem ocorrendo transformações na região da Grande Florianópolis em relação a diminuição de estabelecimentos e um processo de envelhecimento rural, seguindo uma tendência nacional. Apesar disso, a agricultura segue sendo a principal atividade em boa parte dos municípios da macrorregião de Florianópolis, recebendo apoio de programas do governos federal como o PRONAF e também assistência técnica de órgãos públicos (federal, estadual e municipal).

Identificou-se que existe um fator locacional empregado na produção dos municípios em relação ao centro consumidor. Antônio Carlos, que pertence a microrregião de Florianópolis pela sua proximidade com mercado consumidor, especializou-se como o maior produtor de hortaliças folhosas da região. Além de fatores elencados como as técnicas utilizadas, a localização faz com que este alimento, mais perecível, necessite de um transporte e uma comercialização mais rápida até o consumidor final. Já as hortaliças que possuem maior durabilidade, como brócolis, couve-flor e repolho são produzidos em municípios mais distantes da capital e por questão geográfica e com solos específicos, se desenvolvem melhor em locais

mais frios como nos municípios de Angelina, Anitápolis e Águas Mornas. O tomate está presente na região em diversos municípios possuindo valor de venda alto e sendo o produto mais comercializado em volumes na Ceasa pela região, com destaque para Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas e Rancho Queimado. O município de Alfredo Wagner se destaca na produção de cebola, sendo o município que mais comercializa esta hortaliça na Ceasa. Com o presente trabalho é notório a importância agropecuária para a região na geração de renda para diversos produtores e de como os valores gerados permanecem na própria região, movimentando outros segmentos da economia local. Dessa forma, a pesquisa apresenta a importância dos pequenos agronegócios familiares, com destaque para a produção de hortifrutigranjeiros, e como se faz necessário maiores investimentos para melhorias desse importante setor produtivo.

Além do exposto, o trabalho trouxe, a partir do levantamento realizado pela Epagri, quais são os produtos que possuem maior valor de venda de cada município, e identificou-se novos nichos produtivos na região. A partir do levantamento de olericultura dos municípios da Grande Florianópolis pode-se analisar quais municípios possuem maior variedade de produção e de venda dos principais produtos de hortifrutigranjeiros. Dessa forma, percebe-se que os que possuem maior variedade de produção, conseguem garantir maior renda advinda do setor agrícola, principalmente com a comercialização dos hortifrutigranjeiros. O trabalho apresentou, além dos dados obtidos pelo levantamento da Epagri, outros nichos de produção agrícola nos municípios, como a uva em Major Gercino, a produção de oliveira em Rancho Queimado, o potencial da mandioquinha-salsa em Angelina e Águas Mornas, a produção de grama em Biguaçu entre outros. Foi colocado também o desenvolvimento de setores relacionados ao agroturismo e ao ecoturismo presente na região, muito por conta da existência de inúmeros rios, cachoeiras e nascentes, vegetação abundante, além da rica culinária existentes em pequenos comércios adquiridas das tradições com os descendentes europeus.

Compreender as alterações produtivas na região desde sua formação até as novas tecnologias aplicadas nos municípios, foi objetivo deste trabalho. Além disso, procurou-se mostrar a importância da utilização dos equipamentos e tecnologias aplicadas na agricultura da região e como isso resulta em melhorias na produção, provocando a existência de municípios com mais capacidades produtivas. Notou-se também, que a geografia da região e o fator locacional com o centro consumidor são determinantes para determinados cultivos agrícolas. Percebeu em certos municípios alguns estrangulamentos na produção agrícola internos e

externos e que necessitam de mais atenção por parte do poder público para proteger e beneficiar a produção, a comercialização e os lucros dos agricultores locais.

## REFERÊNCIAS

- AGRO 4.0. *Tecnologia 5G pode transformar agronegócio catarinense*. G1. 18/09/2019. Especial Publicitário. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/agro40/noticia/2019/09/18/tecnologia-5g-pode-transformar-agronegocio-catarinense.ghtml>>. Acesso em: 14/04/2020.
- ABREU, Lucineia de. Os impactos da importação de cebola europeia sobre as áreas de produção de cebola em Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (UFSC). 2017
- AGUIAR, C. Gerenciar Custos é o que Garante Lucro com a Cebola. Alto Taquaral. Site ClickNotícia. Ed 13. Mar. 2007.
- ALACRON, Gisele Garcia. *Transformação da Paisagem em São Bonifácio – SC: a Interface entre a Percepção de Agricultores Familiares, as Práticas de Uso do Solo e Aspectos da Legislação Ambiental*. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. PPGGEO-UFSC. Florianópolis/SC, setembro de 2007.
- ALMEIDA, I. R. de; STEINMETZ, S.; ANTUNES, L. E. C.; FILIPPINI ALBA, J. M.; MATZENAUER, R.; RADIN, B. Zoneamento agroclimático para produção de morango no Rio Grande do Sul. Embrapa Clima Temperado. Documentos, v. 283, p. 28, 2009.
- ALVES, M. C. *Evolução e permanências dos usos agrários na ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. PPGGEO-UFSC, 2012.
- ANDRADE, Djanira M. Martins de. *Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- ANGELINA. Prefeitura municipal de Angelina. Características Econômicas. Disponível em: <<http://www.angelina.sc.gov.br/conteudo.php?pag=16&url=1.5>>. Acesso em: 27/06/2022.
- BASTOS, J. M. O Comércio de múltiplas filiais em Florianópolis. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Geografia, 1996.
- BASTOS, J. M. *Assim desenvolveu-se o comércio do Estreito*. Editora Jornal do Continente. 2000.
- BASTOS, J. M. *Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na ilha de Santa Catarina*. In. Ensaios sobre Santa Catarina. Florianópolis. Ed Obra Jurídica Ltda. 2000.
- BAUER, E. *Mudanças no uso da terra em Biguaçu-SC: agricultores em permanente processo de adaptação*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- BOBRÉ, A. T. *Expansão Urbana em Florianópolis: Conflito entre a cidade real e a cidade legal*. Dissertação de mestrado – UFSC, 2003.

BUSS, Anselmo. *São Bonifácio - SC: Aspectos de sua história*. 3 ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2006.

BRANDT, M. *Agricultura e urbanização na paisagem do município de São José-SC (Séculos XVIII a XX)*. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.23, p.7-20, 2014.

BRÜGGEMANN, Adelson. A. *Soldados (in)visíveis: componentes do Exército brasileiro na colônia militar de Santa Thereza (1854-1883), província de Santa Catarina*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BRUGGEMANN, Adelson. A. *Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. *As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

CABRAL, Oswaldo R. *Os Açorianos*. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense, Florianópolis: Imprensa Oficial, v. II. 1950.

CAMPOS, Edson T. *A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil*. Tese de Doutorado – UFSC, 2009.

CAMPOS, N. J de. *São José: faces do rural no transcorrer histórico*. In: CAMPOS, N. J de; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Orgs.). *O Espaço rural de Santa Catarina: novos estudos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

CAMPOS, N. J de. *Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina*/ Nazareno José de Campos – Florianópolis: FCC Ed./Ed. Da UFSC, 1991.

CAMPOS, N. J de. *Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina*. Geosul, Florianópolis, v.17, n.34, p 113-135, jul./dez. 2002.

CAMPOS, N. J. ; CORREA, M. K. ; NASCIMENTO, L. P. *Povoamento Vicentista e Açoriano-Madeirense*. In Isa de Oliveira Rocha. (Org). Atlas Geográfico de Santa Catarina. 1ªed. Florianópolis: Editora UDESC, 2018, v. 3, p. 50-69.

CARDOSO. Cristiane. *Análise ambiental do Distrito de Ratoles, Florianópolis – SC*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC. 2001.

CEASA. Central de Abastecimento. A procedência de hortifrutis em 2019 na Ceasa-SC. Disponível em: <<https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/imprensa/noticias/268-procedencia-de-hortifrutis-em-2019-na-ceasa-sc>>. Acesso em 25/06/2021.

CEASA. Central de Abastecimento. Cresce a participação da produção catarinense na Ceasa-SC. 2016. Disponível em: <<https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/imprensa/noticias/54-cresce-a-participacao-da-producao-catarinense-na-ceasa-sc>>. Acesso em: 16/06/2021.

CEASA. Central de Abastecimento. A importância da agricultura familiar para o abastecimento na Ceasa. Disponível em: < <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/imprensa/noticias/306-a-importancia-da-agricultura-familiar-para-o-abastecimento-na-ceasa>>. Acesso em: 20/06/2021.

CHOLLEY, A. *Observações sobre alguns pontos de vista geográficos*. In: Boletim Geográfico ano XXII, n 179 mar/abr CNG/IBGE, 1964.

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. *Tomate: Análise dos Indicadores da Produção e Comercialização no Mercado Mundial, Brasileiro e Catarinense*. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2019- ). - Brasília: Conab, 2019

CORREA, W. K. *Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina*. GeoSul. Florianópolis, v 14, n 27. 1999.

COUTINHO, Lara. *Seis serviços de entrega de cestas orgânicas direto de produtores em Florianópolis*. Lara Coutinho. 21/10/2020. Disponível em: <<http://lauracoutinho.com.br/seis-servicos-de-entrega-de-cestas-organicas-direto-de-produtores-em-florianopolis/>>. Acessado em: 25/05/2022.

CRUZ, K. M. da. *O Desenvolvimento Turístico nas Cidades Rurais de Origem Alemã da Grande Florianópolis (SC), Brasil*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

CRUZ, K. M. da. *A Contribuição de Alemães e Descendentes para a Formação Sócio-Espacial Catarinense: O Caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC, 2008.

CUNHA, I. J. *O fraco papel da indústria na economia da ilha de Santa Catarina: Um caso diferenciado de desenvolvimento*. in PEREIRA, N. do V. *A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente* – Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

CUSTO DE VIDA. *Ranking das cidades brasileiras*. Disponível em: <<http://www.custodevida.com.br/brasil/>>. Acesso em: 18/03/2020.

DOROW, Reney ULLER-GÓMEZ, Cíntia; BAUER, Elaine. *Estratégias de valorização dos produtos da agricultura tradicional em Biguaçu, SC: perspectivas de mercado e conservação ambiental*. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 40, p. 365-383, abril 2017.

DIRKSEN, Valberto. *Viver em São Martinho: A colonização alemã no Vale do Capivari*. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Solos do Estado de Santa Catarina*. - Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2004.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira*. Brasília, DF, 2018.

Empresa de Rancho Queimado é a primeira a processar azeite de oliva em SC. G1-SC. Santa Catarina. 19/03/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e>>

negocios/noticia/2019/03/19/empresa-de-rancho-queimado-e-a-primeira-a-processar-azeite-de-oliva-em-sc.ghhtml>. Acesso em: 28/06/2022.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Água no campo: *Epagri leva tecnologia e recursos para famílias rurais de SC*. Disponível em <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2022/06/22/agua-no-campo-em-2021-epagri-levou-tecnologia-e-recursos-para-familias-rurais-de-sc/>>. Acesso em: 20/06/2022.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Projeto Estudo e Levantamento de Dados sobre a Fruticultura Catarinense (UGT-7) 2016/17 e 2017/18. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/solucoes/publicacoes/publicacoes-livres/>>. Acesso em 30/06/2022.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. “*As experiências inovadoras do Grupo do Pasto na Microbacia do Rio do Poncho – São Bonifácio – SC*”. EPAGRI/Unidade de Planejamento Regional nº 7 – Proposta de Projeto de Pesquisa Participativa, 2005.

EPAGRI/CEPA. Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina *Efeitos socioeconômicos da estiagem e da pandemia do novo coronavírus sobre a produção agropecuária de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2020. 42p. (Epagri. Documentos, 310).

EPAGRI. Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. *Epagri participa de evento internacional sobre mandioca salça que começa na terça-feira*. 2020. Disponível em: <[index.php/rede-de-noticias/item/3847-epagri-participa-de-evento-internacional-sobre-mandioca-salça-que-começa-na-terça-feira](https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/rede-de-noticias/item/3847-epagri-participa-de-evento-internacional-sobre-mandioca-salça-que-começa-na-terça-feira)>. Acesso em 27/06/2022.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. *Cooperativa de orgânicos faz sucesso na Grande Florianópolis*, 2020. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/05/11/cooperativa-de-organicos-faz-sucesso-na-grande-florianopolis/>> ; Acesso em: 06/06/2022.

EPAGRI, Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina Tecnologias da Epagri garantem sustentabilidade na produção de tomate, 2022. Disponível em <<https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/tecnologias-da-epagri-garantem-sustentabilidade-na-producao-de-tomate>> . Acesso em 05/06/2022.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Tecnologias da Epagri impulsionam a produção de hortaliças orgânicas. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/10/30/tecnologias-da-epagri-impulsionam-a-producao-de-hortalicas-organicas/>>. Acesso em: 15/06/2020.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Com tecnologia da Epagri, jovem rural impulsiona a produção sustentável de hortaliças. Disponível em:< <https://www.paginarural.com.br/noticia/275032/com-tecnologia-da-epagri-jovem-rural-impulsiona-a-producao-sustentavel-de-hortalicas>>. Acesso em: 28/06/2022.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina Plano anual de trabalho da Epagri. Plano anual de trabalho do município de Águas Mornas. Gerência Regional de Florianópolis – UGT 7, 2019.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina Sistema de produção para a cebola: Santa Catarina (4. Revisão). Florianópolis: 2013

Estúdio NSC. *Startups catarinenses estão revolucionando o agronegócio*. NSC TOTAL. Especiais Publicitários. 22/11/2019. Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/noticias/startups-catarinenses-estao-revolucionando-o-agronegocio>>. Acesso em: 16/03/2020.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. *O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis*. Dissertação de mestrado na (GCN) CFH - UFSC, 1997.

FARIAS, V. F. *São José 250 anos: natureza, história e cultura*. São José, SC: Ed. do autor, 1999.

FILHO, Glauco Martorano. *Agentes de processos na produção do espaço urbano: Nova centralidade e segregação socioespacial em Palhoça/SC*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

*Florianópolis é o 2º destino mais procurado por turistas estrangeiros no país, diz pesquisa*. G1-SC. Santa Catarina. 11/06/2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/06/11/florianopolis-e-o-2o-destino-mais-procurado-por-turistas-estrangeiros-no-pais-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 15/03/2020.

FOLTRAN, M. Porque a Cebola Faz Rir em Santa Catarina. CLIC RBS. Disponível em [http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC\\_cebola/#abre](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_cebola/#abre). Acessado em Setembro de 2016.

GONÇALVES, J. S. *Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas*. Informações Econômicas, SP, v 34, n.7, jul. 2004.

GONÇALVES, J. S. et al. *Competitividade e complementaridade dos complexos de frutas e hortaliças dos países do cone sul: discussão sob a ótica da inserção brasileira*. São Paulo. 1996.

GONÇALVES, J. S. *Crise agrária no desenvolvimento capitalista: fugindo da aparência na busca da essência*. Informações Econômicas, SP, v.33, n.11, nov. 2003.

GONÇALVES, J.S. et al. *Agricultura Continental Brasileira: Reflexão Sobre a Diversidade de uma Totalidade Complexa*. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária. P. 09-15. Dez. 2008.

GRAÇA, Carlos H. da; GALUCH, Daniel J. *Mapa Santa Catarina 1900*. Biblioteca digital da Justiça Eleitoral, 2014. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/658>>. Acesso em 13/05/2020.

GUIMARÃES, Jorge Anderson. *Grade de agrotóxicos registrados para o manejo fitossanitário em hortaliças folhosas, inflorescências e condimentares no Brasil* / Jorge Anderson Guimarães, Alexandre Pinho de Moura, Jadir Borges Pinheiro. - Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2019

GUIMARÃES FILHO, Ronaldo Vicente. *Paisagem cultural, técnicas e saberes tradicionais : a agricultura itinerante em Três Riachos, Biguaçu/SC* / Ronaldo Vicente Guimarães Filho ; orientadora, Margareth de Castro Afeche Pimenta , 2018. 327 p.

Henkes, 2006 HENKES, Jairo Afonso Caracterização dos agentes do mercado atacadista da Ceasa/SC - unidade de São José./ Jairo Afonso Henkes - Florianópolis, 2006. Pg. 68.

HOA- Holland Onions Association. 2016. Disponível em <http://www.hollandonions.org/pt/inicio> Acessado em julho de 2022.

HUBENER, L. M. *O movimento comercial do Porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Dissertação de mestrado. Historia. UFSC, 1979.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico, 1950*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico, 2010*.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa trimestral do Leite, 2022

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Temporária. Disponível em: Acessado em outubro de 2016.

INSTITUTO CEPA. . *Avaliação do valor bruto da produção agropecuária nas microrregiões geográfica de Santa Catarina 2000-2001*. Instituto CEPA/Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Florianópolis, 2002.

INSTITUTO CEPA. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2005-2006*. Instituto CEPA/Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Florianópolis, 2006.

JACINTO, C. G de S; CARVALHO, M. W. *O processo de comunicação e divulgação cultural na Serra Catarinense*. (s/d). Portal RP Bahia – Disponível em: <<http://www.rp-bahia.com.br/trabalhos/paper/artigos/tropeiros.pdf>>. Acesso em: 20/03/2020.

JESUS, Giselli Ventura de. *Formação sócio-espacial do distrito de Santo Antonio de Lisboa: Passado e presente*. Mestrado em Geografia – UFSC, Florianópolis, 2011.

JOCHEN, Toni Vidal. *A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da igreja católica (1860-1910)*. Palhoça: Edição do Autor, 2002.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Editora: proposta editorial. Ano: 1980.

KONZEN, E. A.; ALVARENGA, R. C. Adubação orgânica. **Embrapa**. Brasília/DF. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/AG01\\_48\\_168200511159.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/AG01_48_168200511159.html)>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

KLUG, J. ; SANTOS, Manoel. P.R.T. dos ; LIMA, Angela B. *Colonização Europeia*. In: ROCHA, Isa de Oliveira. (Org.) Atlas Geográfico de Santa Catarina. População – Fascículo 3. 3ed. Florianópolis: Secretaria do Estado do Planejamento SC, 2018, v. 3, p. 104-123.

LAGO, Paulo F. *Santa Catarina: A terra e o homem e a economia*. Santa Catarina, 1968.

LENIN. V. I *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Sandra K; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fábio. *Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil*. Texto para discussão 2538 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro. 2020.

LINS. H. N. *Herança açoriana e turismo na ilha de Santa Catarina*. Revista de Ciências Humanas, Vol. 10, No 14,1993.

LISBOA, Tania Helena Cernew. *Os depósitos tecnogênicos e a alteração da linha de costa do distrito sede de Florianópolis-SC*. Dissertação de mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, 2004.

LUKACS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKACS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUZ, Sergio Ribeiro da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da ilha e sua população: 1810 – 1930*. Mestrado em História – UFSC. Florianópolis, 1994.

MACHADO, Ewerton Vieira. *Florianópolis: um lugar em tempo de globalização*. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2000.

MACHADO, Osni; GERLACH, Gilberto. *São José da Terra Firme*. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007.

MAJOR GERCINO. Prefeitura municipal de Major Gercino. Portal de Turismo. Disponível em: <<https://turismo.majorgercino.sc.gov.br/>>. Acesso em: 28/06/2022.

MAMIGONIAN, A. *Indústria de Santa Catarina*. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

\_\_\_\_\_. *Habitat rural açoriano*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Atlas Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1958.

\_\_\_\_\_. Vida regional em Santa Catarina. Orientação. n. 2. São Paulo: IG-USP, set. 1966.

\_\_\_\_\_. *Estudo geográfico das indústrias de Blumenau*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 27, Jul./set. – 1985.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. (HOBSBAWM, Eric. org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAZZUCATO, Mariana. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MARTINS, V. A.; MARGARIDO, M. A.; BUENO, C. R. F. Alteração no perfil de compra de frutas, legumes e verduras nos supermercados e feiras livres na cidade de São Paulo. *Informações Econômicas*, v. 37, n. 2, p. 30-37, fev. 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec3-0207.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MELO, O. F. *O Componente Açoriano*. In: PEREIRA, Nereu do Vale (et. al.). *A Ilha de Santa Catarina: Espaço, Tempo e Gente*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

MIRA, Marli Ana Bustamante. *A população da Ilha de Santa Catarina*. In: PEREIRA, Nereu do Vale (et. al.). *A Ilha de Santa Catarina: Espaço, Tempo e Gente*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

NASPOLINI, Vicente. *A evolução fragmentária da Grande Florianópolis*. EGAL, 2016.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVA TRENTO. Prefeitura municipal de Nova Trento. Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <<https://turismo.novatrento.sc.gov.br/servicos/item/fabrica-de-laticinios-trentolat---queijos-finos>>. Acesso em 28/06/2022.

NUNES. I. T. *A BR-101 e a migração para o litoral em Santa Catarina*. Monografia. UFSC. 2008.

OGEDA, Alessandra. *Família de Angelina, na Grande Florianópolis, mantém os jovens na lavoura*. ND+. 10/08/2014. Florianópolis. ND+. 2014. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/economia/quando-a-inovacao-e-o-amor-pela-terra-se-unem/>>. Acesso em: 27/06/2022.

ORGANIS. Associação de Promoção da Produção Orgânica. *Panorama do consumo orgânico no Brasil*, 2021. Disponível em < <https://organis.org.br/sala-de-imprensa/>>. Acesso em: 26/05/2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen: Contribuição para os Estudos de Geografia Agrária*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLTRAMARI, Ana Clara; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. *Agricultura orgânica em Santa Catarina. Florianópolis*: Instituto Cepa, 2002. 55p.

PALAORO, Everton. Produtores de uva se preparam para colheita em Major Gercino. ND+, Florianópolis. 25/12/2018. Disponível em: < <https://ndmais.com.br/noticias/produtores-de-uva-se-preparam-para-colheita-em-major-gercino/>>. Acesso em 28/06/2022.

PASINI, Janete Maria. *Memória e Cotidiano: a Cachoeira do Bom Jesus entre 1960 e 1970*. 2005. 92p. Monografia (Graduação em História). UDESC, Florianópolis, 2005.

PATI, Camila. *Floripa, a ilha do Silício, tem vagas e quer atrair mais gente*. Exame. Carreira. 06/04/2017. Florianópolis. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/florianopolis-vagas/>>. Acesso em: 14/03/2020.

PEZENTI, R. Importação de Cebola: governo garante apoio aos produtores brasileiros. 2012. Disponível em <http://www.radio1047.fm.br/noticiaabrir.php?uid=5346>. Acessado em julho de

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Editora da UFSC, 1991.

PELUSO Jr., Victor Antônio. *O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase, nº 03, 1981, pp. 7 -54.

PEREIRA, Elson M. *A importância dos conceitos modernistas no planejamento urbano de Florianópolis*. Seminário da História da Cidade e Urbanismo. v. 6 , n. 3. Florianópolis, 2000.

PEREIRA, Fátima Regina da Silva. *O parque residencial Kobrasol no processo de expansão urbana de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 1999.

PEREIRA, Moacir. SC tem a primeira experiência de produção de azeitona. NSCTotal, 19/03/2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/moacir-pereira/sc-tem-a-primeira-experiencia-de-producao-de-azeitona>>. Acesso em: 28/06/2022.

PEREIRA, Nereu do Vale. *Ribeirão da Ilha Vida e Retratos*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

PEREIRA. R. M. F. do Amaral. *Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis*. 2010. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 101-111, jan./jun. 2011.

PEREIRA, R.F. do Amaral. *Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes*. Geosul, v.18, n.35, 2003.

PEROTTO, Celso. *Ecologia Cultural. Um estudo ecoetnocultural em comunidades tradicionais (médio litoral catarinense)*. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade do Estado de Santa Catarina. 2001.

PET – ARQ/URB. *Processo de crescimento urbano-turístico: Estudos de caso do norte da Ilha de Santa Catarina*. PET Arquitetura e Urbanismo UFSC. 2009. Disponível em: <<https://issuu.com/petarqufsc/docs/crescimentourbanoturistico>>. Acesso em: 20/03/2020.

PHILIPPI, Aderbal João. *São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina*. Florianópolis: [Letras contemporâneas], 1995.

PIAZZA, W. F. *A epopéia açórico-madeirense 1748-1756*. Florianópolis: Editora Lunardelli/Ed.da UFSC, 1992.

PIAZZA, W. F. *A mandioca e sua farinha (Aspectos culturais na Ilha de Santa Catarina)*. Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, 1956.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). *Crescimento Urbano – Relatório Final*. Estudo 3. Florianópolis, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, PMF. Feiras Hortifruti. Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/susp/index.php?cms=feira+hortifruti&menu=8>>. Acessado em: 26/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). *“Ilha do Silício”: Rede de Inovação Florianópolis faz da capital um polo de tecnologia*. G1. Especial Publicitário. 04/07/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidade-para-todos/noticia/2019/07/04/ilha-do-silicio-rede-de-inovacao-florianopolis-faz-da-capital-um-polo-de-tecnologia.ghtm>>. Acesso em: 14/03/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). *Polo Tecnológico*. 2013. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=polo+tecnologico&menu=11&submenuid=1733>>. Acesso em: 15/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Leitura da cidade de São José, SC (tendências e potenciais)*. Plano diretor município de São José, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANRO AMARO DA IMPERATRIZ. Secretaria de administração, Finanças e Planejamento. Departamento de Contabilidade. *Orçamento do município de Santo Amaro da Imperatriz para o exercício financeiro de 2021*, 2020.

PROHORT - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro / CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, **Sistema de Informações Setoriais de**

**Comercialização – SISCOM.** Disponível em: <http://www3.ceasa.gov.br/siscomweb/>. Acesso em: 22/02/2021.

*População de Florianópolis atinge mais de meio milhão de habitantes, aponta IBGE.* G1-SC. Santa Catarina. 28/08/2019. Santa Catarina. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/28/populacao-de-florianopolis-atinge-mais-de-meio-milhao-de-habitantes-aponta-ibge.ghtml>> . Acesso em: 12/03/2020.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira* (1957), In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

RANGEL. I. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RANGEL. I. M. *Economia: Milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

RANGEL, Ignácio. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

REIS, Almir F. *Permanências e Transformações no Espaço Costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina*. Brasília: UNB-DF, 2002. Tese de Doutorado.

REITZ, R. *Alto Biguaçu. Narrativa histórica e cultural tetrarracial*. Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1988.

ROJAS-MOLINA M. Anyela Mayerly; PANDOLFO, Cristina; RICCE, Wilian da Silva; SILVA, Aparecido Lima da. Diagnóstico da produção de morango em Santa Catarina em 2015. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v.33, n.2, p.65-70, maio/ago. 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. *Agricultura inicia distribuição de calcário para aumentar a produtividade das lavouras*. 2021. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/secretaria-da-agricultura-inicia-distribuicao-de-calcario-para-aumentar-a-produtividade-das-lavouras>>. Acesso em 28/06/2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento; ROCHA, I. O. (Org.). *Atlas Geográfico de Santa Catarina: diversidade da natureza: fascículo 2*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016. Disponível em: <https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/atlas-geografico-de-santa-catarina/fasciculo2>

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS. M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ed. 2reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. *Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia*. In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988a.

SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SBCS. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Manual de adubação e de calagem para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Porto Alegre: Comissão de Química e Fertilidade do Solo, 2004, 10 ed, 400p.

SBT. Negócios da Terra. Paisagismo: SC é destaque na produção de grama. SBT, Negócios da Terra. 2017. 1 vídeo (4:30 minutos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TYoztfs2BM>> . Acesso em: 01/06/2022.

SCC, SBT. Biguaçu completa 186 anos hoje: cidade é a maior produtora de grama de SC. SBT, 2019. 1 vídeo (4 minutos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KsMzucDHxjE>> . Acesso em: 01/06/2022.

SCHADEN, F. “Notas sobre a localidade de São Bonifácio, Santa Catarina”. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, 1940, pp. 7-40

SCHUMPETER, J. A. Capitalism, socialism and democracy. New York: Harper and Brothers, 1961.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo. Abril Cultural. 1982

Sebrae/SC Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina –Major Gercino

Sebrae/SC Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina –Canelinha

Sebrae/SC Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Nova Trento

Sebrae/SC Santa Catarina em Números: Alfredo Wagner/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 131p.

SENAR - Serviço nacional de Aprendizagem Rural Hortaliças, cultivo de hortaliças folhosas / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. -- Brasília: SENAR, 2012. 164 p. : il. ; 21 cm -- (Coleção SENAR; 150)

SILVA, Ana Livia de Almeida. *A agricultura familiar em Palhoça-SC e a sua confluência com a dinâmica Rural urbana pós 1990*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGGEO, Florianópolis, 2020.

SILVA. Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e Sua Terra Firme: Estudos sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. Tese de Doutorado USP. São Paulo. 2008.

SILVA. Célia Maria e. *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira* / Célia Maria e Silva. – Florianópolis. 1992. Dissertação de Mestrado em Geografia, Florianópolis, 1990.

SIMAS, Daniel. *Dinâmica Sócio-espacial do município de São José/ SC: Uma abordagem geográfica*. Dissertação Mestrado, Florianópolis, 2016.

SIMAS, Daniel. *Transformações no rural do município de São José-SC: uma construção histórica*. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia). Departamento de Geociências. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. *A Marca Coletiva e Territorial de São Bonifácio (SC) - Um caso de promoção de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável*. DAPesquisa, Florianópolis, v.4 n.6, p.497-515, 2009.

SOARES, I. *História do Município de Biguaçu*. Florianópolis: AAASC, 1988.

SOUZA, Geraldo Aldair. *A inserção de palhoça na região metropolitana de Florianópolis: sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho*. Dissertação de mestrado – UFSC, 2011.

SPIN. *SC concentra 20% das startups brasileiras*. *G1-SC*. Especial Publicitário. 04/12/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/spin/spin-up-startups-inovacao-e-empresendedorismo-de-sc/noticia/2018/12/04/sc-concentra-20-das-startups-brasileiras.ghtml>>. Acessado em 15/03/2020.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa: Investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis*. Tese de Doutorado – UFSC, 2002.

TIJUCAS. Prefeitura Municipal de Tijucas. Agricultura de Tijucas doa mais de 16 mil mudas aos produtores locais. Tijucas, 18/08/2021. Disponível em: <<https://www.tijucas.sc.gov.br/noticias/detalhe/agricultura-de-tijucas-doa-mais-de-16-mil-mudas-aos-produtores-locais>>. Acesso em:28/06/2022.

TIJUCAS. Prefeitura Municipal de Tijucas. Epagri apresenta projetos para agricultura de Tijucas. Tijucas, 29/01/2021. Disponível em: <<http://www.tijucas.sc.gov.br/noticias/detalhe/epagri-apresenta-projetos-para-agricultura-de-tijucas>>. Acesso em: 28/06/2022.

TIJUCAS. Prefeitura Municipal de Tijucas. Secretaria de agricultura incentiva produção de mudas de maracujá em Tijucas. Tijucas, 27/01/2021. Disponível em: <<http://www.tijucas.sc.gov.br/noticias/detalhe/secretaria-de-agricultura-incentiva-producao-de-mudas-de-maracuja-em-tijucas>>. Acesso em 27/06/2022.

TIJUCAS. Prefeitura Municipal de Tijucas. Tijucas, 14/08/2019. Disponível em: <<http://www.tijucas.sc.gov.br/noticias/detalhe/secretaria-de-agricultura-de-tijucas-investe-na-producao-do-maracuja>> . Acesso em: 27/06/2022.

TORESAN, L.; PADRÃO, G.A.; GOULART JR., R.; ALVES, J.R.; MONDARDO, M. **Indicadores de desempenho da agropecuária e do agronegócio de Santa Catarina - 2018 e**

2019. Florianópolis, SC: Epagri, 2019. p.16- 26 (Boletim Técnico, nº 191). Disponível em: [https://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepapublicacoes/Indicadores\\_Desempenho\\_Agronegocio.pdf](https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/Indicadores_Desempenho_Agronegocio.pdf). Acesso em: 22/02/2021.

UCHÔA, C. E. *Fortalezas Catarinenses: a estória contada pelo povo*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1992.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. *Projeto da UFSC desenvolve vitivinicultura em Nova Trento*. Agecom. 24/05/2021. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2021/05/projeto-da-ufsc-desenvolve-a-vitivinicultura-em-nova-trento/>. Acesso em: 28/06/2022.

VAZ, N. P. *Reorganização da área central de Florianópolis: o espaço público do ritual. Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

VIEIRA, M. G. E. D. *Notas sobre a gênese das formações sócio-espaciais do planalto catarinense*. In Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e social. Armem Mamigonian (org), Carlos José Espínola... [et al.]. – Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

VIENZO, Quintal Vienzo. *Produção de Oleiveiras*. Disponível em: <https://quintadovienzo.com.br/>. Acesso em: 28/06/2022.

WAIBEL, Leo. *A lei de Thünen e a sua significação para a geografia agrária*. Boletim Geográfico, v.13, n.126, 1955.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WAIBEL, Leo. *Princípios de colonização europeia no Sul do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, v.11, n.2, 1949.

WERNER, Antônio Carlos. *Caminhos da integração catarinense. Do caminho das Tropas à rodovia 282: Florianópolis – Lages* / Antonio Carlos Werner; organizado por Toni Vidal Jochem. – Florianópolis : Ed. Do Autor, 2004.